

FACULDADE VALE DO GORUTUBA

A N A I S

**II SIMPÓSIO DE PESQUISA E
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
da FAVAG**

12 e 13 de Junho de 2017



Anais do II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica. Faculdade Vale do Gorutuba. Vol. 2.
n1 2017: Nova Porteirinha. FAVAG. 2017.

Anual
353 p.

1. Administração 2. Arquitetura 3. Direito 4. Enfermagem 5. Engenharia Civil
6. Pedagogia 7. Cálculo contextualizado

Os juízos emitidos e a revisão do conteúdo dos trabalhos aqui publicados são de inteira
responsabilidade de seu (s) autor (s).

Arte da capa: Raphael Viriato Guimarães Rocha.

FAVAG - FACULDADE VALE DO GORUTUBA

Av. Tancredo Neves, 302, Centro, Nova Porteirinha, Minas Gerais, CEP. 39525-000.

Tel. (38) 3834-1027.

www.favag.edu.br

AEVAG - Associação de Ensino Vale do Gorutuba

Presidente: David de Souza Sá

Faculdade Vale do Gorutuba – FAVAG

Diretor Geral: Prof. Msc. Vanilson Almeida Nascimento

Vice-diretora: Vera Lúcia Durães Figueiredo

Diretora acadêmica: Sandra Márcia de Carvalho Lopes

Coordenação de Iniciação Científica: Dsc. Arley Figueiredo Portugal

II SIMPÓSIO DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FAVAG 12 e 13 de Junho de 2017

Concepção

Comitê Científico da Faculdade Vale do Gorutuba (FAVAG)

Coordenação geral

Dsc. Arley Figueiredo Portugal

Comissão Organizadora

Arley Figueiredo Portugal
Ellen de Cássia Parrela
Layara Crisley Pereira de Sá
Sandra Márcia de Carvalho Lopes
Vera Lúcia Durães Figueiredo
Vanilson de Almeida Nascimento

Comissão Científica

Alaor Leão Rocha
Anne Karoene Silva Faria
Arley Figueiredo Portugal
Dênio Pinheiro de Carvalho
Ellen de Cássia Parrela
Fábio Cantuária Ribeiro
Geancarlo Almeita Antunes
Jadilson Ferreira Borges
Luciney Sebastião da Silva
Marcos Paulo Oliveira de Jesus.
Otaviano de Oliveira Filho
Poliane Osmira Rodrigues Sakon
Simone Lopes Machado
Talita Antunes Guimarães

Comissão Avaliadora de trabalhos orais

Administração

Jônatas Percídio Silva Alves
Welliton Roque Santos

Arquitetura

Débora Francine Gomes Silva Pereira
Janaina Faleiro Lucas Mesquita
Flávia Beatriz Leite Durães

Direito

Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa
Francielle da Conceição Drumond Figueiredo
Marcos Paulo Oliveira de Jesus
Troy Steve Ribeiro

Enfermagem

Anne Karoene Silva Faria
Janine Moraes Pereira
Juliana Najara Alcantara Ferraz
Karla Taísa Pereira Colares
Silvana Máгда Ferreira de Oliveira
Zilton Santos Neto

Engenharia Civil

Aline Andressa Rodrigues dos Santos Piske
Hébert Mayco Mendes Alves
Inácio Santiago de Oliveira Queiroz
João Paulo de Freitas Castro
Virgílio Jamir Gonçalves Mota Filho
Willer Fagundes Fagundes de Oliveira

Pedagogia

Otaviano de Oliveira Filho
Sandra Márcia de Carvalho Lopes
Zulma Ferreira de Souza

Calculo

Alaor Leão Rocha
André José Pereira
Geancarlo Almeida Antunes
Paulo Cesar Costa
Thális Brito Oliveira

Apresentação

O II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica foi promovido pela Faculdade Vale do Gorutuba (FAVAG) nos dias 12 e 13 de Junho de 2017.

A ocorrência do segundo evento reafirma o compromisso da FAVAG com a qualidade e estímulo a seus professores e discentes em realizar uma formação ampla, fortalecida pela pesquisa e extensão nas áreas de atuação de seus cursos.

Com o II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica a FAVAG teve o objetivo de reunir suas atividades envolvendo a pesquisa, extensão e iniciação científica universitária, buscando consolidar um espaço de divulgação dessas atividades, bem como de reflexão sobre a produção de conhecimento científico produzido pela instituição.

O grande número de trabalhos apresentados e a participação expressiva dos discentes e docentes reafirmam a importância destes eventos no âmbito universitário, bem como destaca o papel da FAVAG como instituição de ensino superior no norte de Minas Gerais.

Arley Figueiredo Portugal
Coordenador da Iniciação Científica da FAVAG

SUMÁRIO

Administração

POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo de caso sobre a real dependência das famílias contempladas pelo bolsa família.....	15
ANÁLISE DO IMPACTO DA LEI GERAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA, NAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE PORTEIRINHA - MG.....	18
UMA ANÁLISE DAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS EGRESSOS DO CURSO ADMINISTRAÇÃO.....	20
PERCEPÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE DE JANAÚBA-MG.....	23
ANÁLISE CRÍTICA E LEITURA-DIAGNÓSTICO DO SISTEMA ORGANIZACIONAL DA FACULDADE VALE DO GORUTUBA – FAVAG, ATRAVÉS DAS METÁFORAS: máquina, orgânica, cérebro, cultural e política.....	26
ANÁLISE DO IMPACTO GERADO NA MUDANÇA DO PROCESSO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS FISCAIS NA EMPRESA BRASNICA FRUTAS TROPICAIS: um estudo de caso.....	29
INDICADORES DE DESEMPENHO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO.....	32
AUDITORIA DA GESTÃO DA INOVAÇÃO: um estudo de caso na Faculdade Vale do Gorutuba.....	36
O ESTUDO DE CASO COMO MÉTODO DE PESQUISA: um esquema teórico na área da administração.....	39

Arquitetura

UMA REVISÃO SOBRE OS BENEFÍCIOS DO USO DE JARDINS VERTICAIS NAS EDIFICAÇÕES, SEUS EFEITOS PAISAGÍSTICOS E DE CONFORTO AMBIENTAL...	44
DESENVOLVIMENTO URBANO DA CIDADE DE JANAÚBA: a evolução física, social, ambiental, econômica, cultural e histórica como influência na construção da sua imagem.....	47
ARBORIZAÇÃO URBANA: um estudo de caso em praças públicas de Janaúba-MG.....	50
OS PROBLEMAS AMBIENTAIS NO RIO GORUTUBA E O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL.....	53

O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NA DISCIPLINA DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA, DO URBANISMO E DO PAISAGISMO I, DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA FACULDADE VALE DO GORUTUBA..... 56

Direito

ADOÇÃO: muito além de um perfil.....	60
A BUSCA DA CONFISSÃO NO PROCESSO INQUISITORIAL.....	63
PROTEÇÃO DOS FILHOS: Alienação parental.....	65
BREVE COMPARAÇÃO ENTRE O SISTEMA PRISIONAL TRADICIONAL E O MÉTODO APAC.....	68
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL: alternativa para regularização fundiária.....	72
VIOLAÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS E O PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL: análise sobre o comércio de produtos “piratas” no município de Janaúba/MG.....	75
LIVRO “O CASO DOS EXPLORADORES DE CAVERNAS” NA ERA DO ATIVISMO JUDICIAL.....	78
UMA MEDIDA DE EFICIÊNCIA DOS ESTADOS BRASILEIROS NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE, UTILIZANDO DATA ENVELOPMENT ANALYSIS – DEA.....	81
MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS: conciliação e mediação.....	85
A IMPORTÂNCIA DO VOTO CONSCIENTE.....	88
EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL, UMA AFRONTA A VIDA DA CRIANÇA.....	91
A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE DO SUJEITO CONSTITUCIONAL PARA O COSTITUCIONALISMO MODERNO.....	93
ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO CONDENADO NO SISTEMA PRISIONAL TRADICIONAL E NA APAC.....	96
EXECUÇÃO CIVIL: O princípio da atipicidade das medidas executivas no Código de Processo Civil de 2015	100
A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À ALIENAÇÃO PARENTAL.....	104

Enfermagem

INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO EM GESTANTES.....	108
LEISHMANIOSE VISCERAL: incidência de casos notificados em alguns municípios brasileiros de Minas Gerais.....	111
ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DA ÁGUA DE RIOS.....	114
DESCARTE INCORRETO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: contaminação Ambiental.....	117
LIMPEZA, DESINFECÇÃO E TROCA DE SOLUÇÕES DAS ALMOTOLIAS.....	120
LIMPEZA DA UBS: uma questão de biossegurança	124
IMPLICAÇÕES DA INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO NA PREMATURIDADE E ABORTO.....	127
OS BENEFÍCIOS DO ALEITAMENTO MATERNO PARA O BEBÊ E A MÃE A PARTIR DAS PRIMEIRAS HORAS DE VIDA - UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	130
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A FALTA DE CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO REFERENTE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JANAÚBA/M.....	133
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO TIFAC PELOS ACADÊMICOS DO CURSO DE ENFERMAGEM NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2016.....	135
PREVALÊNCIA DE AUTOMEDICAÇÃO NOS ACADÊMICOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE VALE DO GORUTUBA.....	138
FALHAS NA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS E DESINFECÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NA UBS DR. OSCAR MAURÍCIO PORTO.....	141
SALA DE REUNIÕES: sua importância enquanto estratégia diferencial na gestão coletiva na unidade básica de saúde Milton Borem.....	145
EQUIDADE NA SAÚDE BÁSICA: condições de trabalho e qualidade do atendimento dos usuários da UBS CLAYR ALVES DE ALMEIDA.....	148
SAÚDE NA PRAÇA: hipertensão arterial sistêmica na população de Janaúba-MG.....	151
DESCRIÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E DE MATERIAIS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE VILA SERRANÓPOLIS/ SÃO JOAQUIM.....	155
IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS, RECLAMAÇÕES DA UNIDADE DE SAÚDE MAURÍCIO MARTINS DA SILVA- JANAUBA-MG.....	158

FALTA DE INVESTIMENTO NA ESTRUTURA FÍSICA DA UBS PARTEIRA MARIA NEVES.....	160
A INFLUÊNCIA DE VARIÁVEIS SOCIOECONOMICAS E DE RISCO NA AUTOPERCEÇÃO DO ESTADO DE SAÚDE.....	162
PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE UMA ASSOCIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JANAÚBA-MG.....	165
AUTO PERCEÇÃO DO ESTADO DA SAÚDE DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE UMA ASSOCIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JANAÚBA-MG.....	168
ANÁLISE DA QUALIDADE DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E A PREVENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOENÇAS QUE A UNIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA ZACARIAS FARIAS VIEIRA OFERECE AOS SEUS USUÁRIOS.....	171
QUALIDADE NO ATENDIMENTO E INFRAESTRUTURA DA UBS WALDIR SILVEIRA NO BAIRRO DENTE GRANDE NA CIDADE DE JANAUBA	174
ANÁLISE DAS PRINCIPAIS INTERCORRÊNCIAS DURANTE A TERAPIA HEMODIALÍTICA EM PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA.....	177
ANÁLISE DA MORTALIDADE DOS PACIENTES SUBMETIDOS AO TRATAMENTO HEMODIALÍTICA	180
FATORES RELACIONADOS A NÃO ADESAO A PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DURVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	184
ALEITAMENTO MATERNO: Fatores que influenciam o desmame precoce	188
FATORES QUE INFLUENCIAM NA ESCOLHA DO PARTO CESAREO NO HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS FUNDAJAN	191
FATORES RELACIONADOS À GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	193
O PAPEL DA FAMÍLIA NO CUIDADO AO PACIENTE COM TRANSTORNO MENTAL PÓS REFORMA PSIQUIÁTRICA	196
RELATO DE EXPERIÊNCIA PACIENTE ACAMADO COM DIAGNÓSTICO DE ÚLCERA POR PRESSÃO	198
A PERCEÇÃO DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM RELAÇÃO À CLASSIFICAÇÃO DE RISCO PELO PROTOCOLO DE MANCHESTER	202

AUMENTO DE PARTOS CESÁREAS E OS FATORES QUE SÃO DETERMINANTES
NA ESCOLHA DESSA VIA DE PARTO 205

CONHECIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM QUANTO AOS PROTOCOLOS DE
RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR DE UM HOSPITAL PÚBLICO DO NORTE DE
MINAS GERAIS 208

DIFICULDADES DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO CUIDADO AO PACIENTE COM
TRANSTORNO PSIQUIÁTRICO 211

FATORES DE RISCO ASSOCIADOS À AUTOMEDICAÇÃO EM IDOSOS RESIDENTES
NA CIDADE DE JAÍBA NORTE DE MINAS 214

IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO ATÉ O SEXTO MÊS DE
VIDA 218

UMA VISÃO A RESPEITO DO FAMILIAR CUIDADOR DE PACIENTES
TERMINAIS..... 221

IMPORTÂNCIA DA REALIZAÇÃO DO EXAME PREVENTIVO DO CÂNCER
CÉRVICO-UTERINO (PCCU) E EXAME CLÍNICO DAS MAMAS (ECM) PARA A
DETECÇÃO PRECOCE DO CÂNCER DE COLO UTERINO E MAMAS 223

PRINCIPAIS FATORES RELACIONADOS À GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA 225

Engenharia Civil

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL(RC)..... 229

RESÍDUOS SÓLIDOS: a problemática dos lixões no Brasil 232

A IMPORTÂNCIA DA CURA ADEQUADA DO CONCRETO NO NORTE DE
MINAS..... 235

IMPACTO AMBIENTAL DO CONCRETO 238

CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL: projetos residências sustentáveis 241

COMPOSIÇÃO GRAVIMÉTRICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO
MUNICÍPIO DE JANAÚBA-MG..... 244

DEMOLIÇÃO DA OBRA DE FORMA SUSTENTAVEL 247

GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CONSTRUÇÃO 250

HISTÓRIA DA ENGENHARIA LIGADA AS PONTES..... 253

O USO DO BIM COMO METODOLOGIA DE INTEGRAÇÃO ENTRE PROJETOS E
GERENCIAMENTO DE OBRA..... 255

DURABILIDADE DO CONCRETO ARMADO	258
AVALIAÇÃO DO CICLO DE VIDA DO CONCRETO ESTRUTURAL COM SUBSTITUIÇÃO DO CIMENTO POR 5% DE SÍLICA ATIVA	261
AVALIAÇÃO DO EFEITO DA SUBSTITUIÇÃO DO CIMENTO PORTLAND PELA SÍLICA ATIVA DE UMA INDÚSTRIA SIDERÚRGICA AO CONCRETO CONVENCIONAL	265
SÍLICA ATIVA NO CONCRETO: melhores propriedades, maior economia e sustentabilidade.....	269
COMPÓSITO À BASE DE ÓLEO DE ALOE VERA L., FÉCULA DE MANDIOCA E FIBRA DE COCO	272
ELABORAÇÃO DO PROTÓTIPO DE UMA MINI ESTAÇÃO METEOROLÓGICA (MEC).....	275
RECICLAGEM DE RESÍDUO DE BORRACHA EPDM (EPDMR): EFEITO DA ADIÇÃO DE RESÍDUO DE EPDM-R NAS PROPRIEDADES MECÂNICAS DE COMPOSIÇÕES VULCANIZADAS DE EPDM CONTENDO EPDM MODIFICADO COM ÁCIDO DODECILMERCAPTOTIOL.....	278

Pedagogia

PESOS E MEDIDAS USUAIS NO VALE DO JEQUITINHONHA E NORTE DE MINAS.....	282
A INTERATIVIDADE NA APRENDIZAGEM: um estudo de caso na metodologia ativa.....	284
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A GESTÃO ESCOLAR: um novo olhar.....	287
A EDUCAÇÃO NO CÁRCERE: SUA INFLUENCIA NA RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO	290
CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA PRESO NA APAC (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS).....	294
INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN: o papel da família	297
CURSINHO SOCIAL PARA DESCENDENTES DE QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE JANAÚBA “CURSINHO JOÃO DE BARRO”	300

I Semana de Cálculo Contextualizado

RESFRIAMENTO DE UM PRÉDIO COMERCIAL	305
FAIXA ETÁRIA EM QUE OS EMPREENDEDORES DE PORTEIRINHA – MG FORMALIZAM SUA EMPRESA	309
ANÁLISE DA DEMANDA DOS ROTEIROS DE VIAGEM DA EMPRESA TURISMO E CIA	312
PESQUISA DE MERCADO: Levantamento da idade dos clientes que consultaram no CDV de Mato Verde no mês de Abril 2017	315
PESQUISA VIABILIDADE DE FECHAMENTO PARA HORÁRIO DE ALMOÇO EM UMA EMPRESA	318
VENDAS DE TUBOS FEITAS NO MÊS DE JANEIRO DE 2017 PELAS EMPRESA ALX	320
PESQUISA DE MERCADO LEVANTAMENTO DE DADOS DOS NÚMEROS DE CALÇADOS DOS CLIENTES DA EMPRESA BETA	322
SAÍDA DE MATERIAIS DA EMPRESA XXX, EM ABRIL DE 2017	324
CONSÓRCIO X FINANCIAMENTO: vantagens e desvantagens de cada modalidade	326
POUPANÇA X APLICAÇÃO (RDC)Comparativo entre as duas modalidades	327
ANÁLISE DA ESTABILIDADE DO MÉTODO EXPLÍCITO PARA DISCRETIZAÇÃO DE EQUAÇÕES DIFERENCIAIS PARABÓLICAS POR MEIO DE DIFERENÇAS FINITAS	330
Trabalhos Orais apresentados	339
Trabalhos Orais premiados	352

ADMINISTRAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo de caso sobre a real dependência das famílias contempladas pelo bolsa família

Fabio Cantuária Ribeiro (Orientador) Docente FAVAG. e-mail: cfabio694@gmail.com

Ana Paula Rodrigues Discente FAVAG. e-mail: rodriguesanapaulam@gmail.com

Introdução

O programa bolsa família é um programa social instituído pelo governo federal pela lei 10.836/2004, tendo sido regulamentado pelo decreto 5.209/2004.

O programa bolsa família é uma efetivação de políticas públicas que precisam verificar a realidade local de cada brasileiro, pois o bolsa família é a possibilidade da não erradicação da extrema pobreza. Por outro lado, as famílias se encontram no comodismo e do contentamento com a renda que recebem tornando-se dependes do programa.

A partir do processo de estabilização da economia, foram criadas varias leis especificas para complementar a renda das famílias pobres com renda entre R\$ 60,00 e R\$ 120,00 e famílias extremamente pobres com rendas de até R\$ 60,00 (BRASIL, 2004). Havendo reajuste nestes valores, mas isso não é suficiente para tirar as famílias da linha da pobreza.

Diante deste contexto que se encontra o programa bolsa família, e uma situação que acarreta consequências para a sociedade, a pesquisa tem como o objetivo geral: analisar o nível de dependência das famílias em relação ao programa bolsa família.

Metodologia

Para o desenvolvimento e aplicação desse trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a pesquisa teve uma abordagem qualitativa, buscando atender aos requisitos estabelecidos pelos objetivos da pesquisa, esta se caracterizou pela tipologia descritiva. A coleta de dados foi através da análise documental, que foi realizada sobre documentos existentes nos órgãos responsáveis, tais com as Leis, Portarias, Decretos, Diretrizes, propiciando a compreensão do seu histórico e desenvolvimento das atividades e atitudes relacionadas ao tema.

Resultados e discussão

O desenvolvimento econômico parece abrir um novo e valioso curso de investigação, no qual a política pública social é pensada em intervir sobre os problemas entre Estado e sistemas de proteção social para tornar esses regimes obrigatórios.

A dificuldade de mudar a desigualdade social se torna opacos no reconhecimento da pobreza, pois a questão social circunscreve um terreno de disputa a respeito da desigualdade econômica, política e social entre os cidadãos, principalmente, no âmbito da exclusão social por está construindo uma nova trajetória das políticas sociais brasileiras agenda pública são divididas em interfaces no processo do programa, pois a responsabilidade social surgiu num contexto políticos administrativo para resolver os problemas inerentes á renda familiar. Isso implica em uma transferência de renda que seja capaz de reduzir as desigualdades sociais

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social (2016), o Programa Bolsa Família (PBF) é um “programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza” (renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00), instituído através da Lei Federal n.º 10.836, de 09.01.2004 e Decreto n.º 5.209, de 17.09.2004.

No ano de 2002 o programa Fome Zero é constituído como garantia a todos os brasileiros de acesso a uma alimentação adequada à sobrevivência e à saúde em termos de quantidade, qualidade e regularidade. O programa tem como objetivo assegurar o direito humano como: exclusão social, combater a miséria e garantia do direito ao acesso a segurança alimentar.

Em outubro de 2003, o Programa Bolsa Família, reunindo quatro programas de transferência de renda anteriores – Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação – sob gestão unificada (SENNA et al, 2004, p. 88)

Devido ao novo Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016 entra em vigor novos valores referentes ao bolsa família.

Quadro 1- Benefícios do Programa Bolsa Família

Tipo de Benefício	Discriminação
Benefício Básico	É pago um valor de R\$ 85,00 mensais as famílias extremamente pobres com uma renda per capita de R\$ 85,00 por pessoa.
Benefício Variável	Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 que tenham gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de 0 a 15 anos de idade, recebem esse benefício no valor de R\$ 39,00 até cinco pessoas na família.
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente	Pago às famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos que estejam frequentando a escola recebam no valor R\$ 46,00 até dois adolescentes por família.

Fonte: Elaboração própria a partir de informação do Ministério do Desenvolvimento Social/Programa Bolsa Família (MDS, 2016).

Embora os recursos destinados ao Programa Bolsa Família tenham aumentado e impossível minimizar a diferença que existem na área social, mas ao mesmo tempo esses valores se tornam essenciais para as famílias beneficiárias do programa.

O programa buscar associar o benefício para estimular as famílias manterem as crianças em idade escolar na escola, mas isso não que dizer que acabou com a desigualdade precisa de uma estrutura política desenvolvida com um investimento diferenciado no acesso ao programa que consiga adequar todos beneficiários mantendo a responsabilidades delegadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos municípios e à sociedade.

Considerações Finais

Este estudo teve o propósito analisar o nível de dependência das famílias em relação ao programa bolsa família e seus efeitos no desenvolvimento social.

Dessa forma, fica evidente que a política pública teve um avanço nos condicionantes e sua distribuição de renda, mas isso não que dizer que acabou com a desigualdade precisa de uma estrutura política desenvolvida com um investimento diferenciado no acesso ao programa.

Uma política social unificada tem como o objetivo a efetivação de direitos sociais, sem limitações ou projeções com o foco de oportunidades adequadas na geração de renda e interação da economia-social e sustentabilidade ambiental de gerações futuras.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. **Regulamenta a lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o programa bolsa família, e dá outras providências.** Brasília, DF 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/Decreto/d5209.htm>. Acesso em : 17 maio de 2016.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. **Cria o programa bolsa família e dá outras providências.** Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm> . Acesso em: 17 maio de 2016.

BRASIL. Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014. **Altera o decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta o programa bolsa família, e o decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o plano brasil sem miséria.** Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Decreto/D8232.htm>. Acesso em: 17 de maio de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1989.

ANÁLISE DO IMPACTO DA LEI GERAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA, NAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE PORTEIRINHA - MG

Laila Kristina Lopes Mendes: Discente FAVAG. email: lailakristina050494@gmail.com

Fábio Cantuária Ribeiro (Orientador): Docente FAVAG. email: cfabio694@gmail.com

Cléris Cristina Biboo (Orientador): Docente FAVAG. Email: cleriscristina@yahoo.com.br

Introdução

Muito se discute a importância das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para o desenvolvimento da economia. Desde a década de 50, os países desenvolvidos já estavam implementando a lei, com intuito de proporcionar para as MPE'S, tratamento diferenciado. Todavia, o marco da valorização das MPE'S, foi consolidado na década de 80.

No Brasil, o ápice da Lei Geral, foi a partir da Constituição Federal de 1988, visto que foi instituído em todos os âmbitos; União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e os mesmos deveriam possibilitar tratamento diferenciado e favorecido, no que se refere a desburocratização, questões administrativas, previdenciárias, etc.

Diante disso, é evidente que a Lei Geral foi aprovada no intuito de promover o crescimento das Microempresas, reduzindo o índice de informalidade e implantando uma nova metodologia no recolhimento dos tributos, com o supersimples, que têm como objetivo a unificação dos tributos.

O tema proposto é de suma importância para o Município de Porteirinha, pois a partir da análise da jurisprudência da lei geral, o pesquisador obterá resultados, da participação das MPE'S no processo licitatório, na formalização, na geração de emprego e renda, dentre outros aspectos, evidenciando o crescimento da economia Municipal.

A pesquisa têm como objetivo geral, Identificar com o implemento da Lei Geral, a contribuição das Micro e Pequenas empresas para o desenvolvimento da economia local.

Metodologia

Com intuito de atender os objetivos da pesquisa, esta caracterizar-se-à pela tipologia descritiva. Como o termo explicita, a pesquisa se apresentará descrevendo os dados coletados, sobre a contribuição para o desenvolvimento das MPE no Município de Porteirinha. Segundo Gil (1946), as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis.

Quanto aos meios a pesquisa foi uma pesquisa bibliográfica. De acordo Gil (1946,p.29) é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos.

Resultados e discussão

Diante da importância das Micro e Pequenas empresas para o desenvolvimento da economia brasileira, os governos federais, estaduais e municipais vem desenvolvendo, uma série de ações para estimular tais empresas: a criação de Leis de simplificação tributária, o

favorecimento das Micro e pequenas empresas nas licitações, dentre outras. (WINTHER, 2013, p. 4).

A lei geral é a maior conquista das micro e pequenas empresas do Brasil em sua história. Juridicamente falando, trata-se da lei complementar nº 123, aprovada em 14 de dezembro de 2006.

A Lei Complementar 123/2006, foi instituída com o objetivo de estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às micro e pequenas empresas, no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (SEBRAE,2017).

Os gestores públicos devem se comprometer não só com a regulamentação, mas com a efetiva aplicação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

No contexto legal o surgimento da LC nº 123/2006 permite ao Gestor Municipal empreendedor exercer um papel fundamental no gerenciamento das metas e na criação de um ambiente favorável aos benefícios às micro empresas do município para a geração de emprego e renda.

Dada à relevância das MPes, que representam 99% dos negócios formais do país criam empregos e renda, promovem a competitividade e o empreendedorismo, gerando assim, mais eficiência, inovação e produtividade, ameaças à sua sobrevivência refletem diretamente no desenvolvimento econômico nacional. (PAULA; COSTA; FERREIRA,2017 apud SEBRAE, 2008).

Considerações finais

Mediante a análise, nota-se a importância das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para o desenvolvimento da economia Brasileira, sendo os mesmos, como um dos principais agentes de fomentação da economia Nacional e Mundial, além de gerar novas oportunidades de emprego e de criação de novos empreendimentos.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei complementar. **Texto da Lei Complementar Nº 123**, de 14 de Dezembro de 2006, atualizado até a Lei n.º139, de 10 de Novembro de 2011. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 15 Set. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas, 5.ed. São Paulo, 1946.

WINTHER, Juliana Mara . **As Micro e Pequenas Empresas e os desafios ao Desenvolvimento em MG**. 2014.

PAULA, Roberta Mafron COSTA; FERREIRA,2017 apud SEBRAE, 2008. **A Percepção da Carga Tributária nas Micro e Pequenas Empresas antes e após o Simples Nacional**. Revista da Micro e Pequena Empresa, V.11,n.1,p. 2,2017.

UMA ANÁLISE DAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS EGRESSOS DO CURSO ADMINISTRAÇÃO

Fábio Cantuária (Orientador) Docente FAVAG. cfabio694@gmail.com

Jordanne Cardoso Tolentino Discente FAVAG. jordannecardoso@gmail.com

Introdução

Com o projeto industrializador, o Brasil precisou sair de uma administração empírica e estudar a administração científica, isso ocorreu devido às grandes dificuldades que encontraram para organizar os recursos, pela inexperiência em aplicar métodos científicos da administração, além de enfrentar um mercado já maduro. Martins (1989, p. 663) afirma que nessa época precisou-se de mão de obra qualificada que, por conseguinte a profissionalização do ensino de Administração, foi então que em 1940 que a formação do administrador no Brasil começou a ganhar destaque.

O objetivo era formar profissionais qualificados que obtivessem conhecimentos específicos para atender a esse processo. Com isso percebe-se que o curso de administração tem sido de grande importância para o desenvolvimento da sociedade, pois tem contribuído na formação de agentes formadores de opiniões, que buscam a qualidade de vida das pessoas, na distribuição de renda, e apresentando caminhos alternativos de trabalho.

O curso em administração foi criado em 09 de setembro de 1965, pela lei 4.769 e regulamentada pelo decreto 61.934, de 22 de dezembro de 1967, no entanto em 1952 já havia iniciado o ensino. Com essa lei a entrada dos profissionais ao mercado seria privativo aos portadores do título.

Ao longo dos anos é notória a evolução do curso de administração no mercado Brasileiro, as matrículas em universidades aumentam cada vez mais, as pessoas querem um diferencial e a universidade é considerada um instrumento de engrenagem para melhores oportunidades profissionais. O curso de administração tem sido um dos cursos mais procurados pelos acadêmicos segundo o MEC, isso pelas diversidades de funções que podem atuar e em variadas organizações.

Com este posicionamento o objetivo geral da pesquisa volta-se para: analisar as competências profissionais dos egressos do curso de Graduação em Administração a luz das diretrizes curriculares nacionais.

Metodologia

Quanto à abordagem, foi caracterizada por uma pesquisa predominantemente qualitativa, visto que verificou as competências dos egressos do curso de Administração.

A pesquisa teve ainda características bibliográficas, sendo que, estudou através de documentos e pareceres às características da realidade pesquisada.

O método utilizado foi um estudo de caso, com objetivo de desenvolver uma pesquisa que interesse a sociedade a comunidade acadêmica e a instituição.

Resultados e discussão

O objetivo da graduação em administração é formar profissionais organizacionais que operem na gerência e no crescimento das organizações de produtos e serviços. O administrador de hoje, deve ser uma pessoa criativa, corajosa e empreendedora. O administrador, “Deve ser um cidadão global, visionário, autêntico, corajoso” (HESSELBEIN, 1996, p.169). Para se enquadrar no perfil de profissional que o mercado demanda é preciso que tenha uma formação bem alicerçada.

Foi adotado o procedimento para o Juramento do Administrador, a Resolução nº. 65, de 9 de dezembro de 1968, normatizou o dia 9 de setembro como sendo o “Dia do Administrador”, por ser a data de assinatura da Lei nº. 4.769, de 9 de setembro de 1965, que criou a profissão de Administrador.

O Conselho Nacional de Educação estabeleceu também através da Lei de Diretrizes e Bases, que o curso de graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades (BRASIL, 2005):

I. Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

II. Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

III. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

IV. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

V. ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

VI. desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;

VII. desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e,

VIII. desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

É institucionalizada então, no ensino superior de Administração, a formação profissional que busca desenvolver as competências e habilidades necessárias aos administradores. Considerando-se a perspectiva dos acadêmicos, no entanto, embora seja esperado que o aluno que conclua o curso de graduação apresente tais competências e habilidades, alguns estudos vêm apontando obstáculos ao alcance destas metas (LOMBARDI, *et al.*, 2011).

Considerações Finais

Pode-se verificar que o conselho nacional de administração estabeleceu através da lei de diretrizes bases as competências e habilidades que o profissional em administração deve

conter, que são essências para o desenvolver de suas funções, as universidades que estão em conformidades com essas leis ofertam ao mercado profissionais mais capacitados, preparados para atuar com criatividade, reconhecendo e equacionando problemas, com capacidade de desenvolvimento de projetos, raciocínio lógico, realização consultoria, e transferência de conhecimento.

Nota-se que mercado de trabalho está cada vez mais competitivo, em nenhum momento se teve tantas exigências quanto às competências e habilidades dos profissionais administradores.

Referências

ABDOLRAHIM, N. **Competências dos alunos egressos de um curso superior do SENAC, sob o enfoque de marketing educacional**, 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu-SC, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC) - Conselho Nacional de Educação (CNE) – Câmara de Educação Superior (CES). **Resolução CNE/CES n.º 4, de 13 de Julho de 2005**, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19.07.2005, Seção1, p. 26.

HESELBEIN, F.; GOLDSMITH, M.; BECKHARD, R. **O líder do futuro: visões, estratégias e práticas para uma nova era**. São Paulo: Futura, 1996.

LOMBARDI M; TRAVERSSO, L; LEITE, R; CARVALHO; CARO, M. Competências adquiridas durante o curso de graduação em administração de empresas na ótica dos alunos formandos: Um estudo em cinco instituições de ensino superior. **Administração: Ensino e Pesquisa** v. 12, p. 119-147, 2011.

MARTINS, C. B. **Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil (1952-1983)**. São Paulo, Ciência e Cultura, p. 663-676, 1989.

NEVES, Geraldo Moreira. **Gerência administrativa**. Rio de Janeiro SENAC, 1998.

PERCEPÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE DE JANAÚBA-MG

Janine Morais Pereira (Orientadora) Docente FAVAG. E-mail: janinepsicologa@yahoo.com
Wesley Kenisson Rodrigues Discente FAVAG. E-mail: wesleyport10@gmail.com

Introdução

As organizações, atualmente, estão em uma constante busca da atualização de seus métodos de trabalho e inovação, tanto nos conceitos teóricos quanto em seu âmbito tecnológico, pois as mesmas sofrem exigências diretas impostas pelo mercado. Na busca incessante de maiores lucros, muitas vezes sem se preocupando com os demais fatores que influenciam nos resultados, as organizações esquecem-se de seus ativos mais importantes, ou seja, os funcionários. Esse lapso reflete nos resultados obtidos, pois se a empresa não considerar seus funcionários como parte fundamental na organização, dificilmente seus resultados serão satisfatórios.

Os aspectos de qualidade de vida no trabalho (QVT) relacionados diretamente ao desenvolver dos processos é hoje um objetivo a se almejar pelas empresas que buscam um equilíbrio entre as novas tecnologias e o bem estar dos funcionários. Para que um funcionário desenvolva suas potencialidades e talentos é preciso que ele seja motivado e que esteja satisfeito no seu ambiente de trabalho, e quando isso é mensurável em uma organização, pode-se dizer que ela é destaque em excelência na qualidade de vida no trabalho.

A qualidade de vida no trabalho caracteriza-se por uma constante busca pelo equilíbrio entre o indivíduo e a organização, valorizando o trabalhador como ser humano e sua posição na organização, requerendo a construção de um espaço organizacional que valorize a subjetividade dos trabalhadores, considerando-os sujeitos de seu trabalho e não objeto de produção. Dessa forma, a QVT ocorre quando a organização consegue gratificar suas necessidades pessoais e profissionais, contemplando o planejamento adequado para o bom desempenho das atividades, a eficácia da organização e a participação dos trabalhadores nas soluções de problemas e tomada de decisão.

Assim, busca-se responder ao seguinte questionamento: de que modo os programas de qualidade de vida do trabalho impactam na saúde do trabalhador?

O objetivo geral da pesquisa será verificar a percepção dos funcionários acerca da importância da implantação de programas de Qualidade de Vida em uma empresa da cidade de Janaúba (MG). Também, pretende-se identificar os principais fatores do ambiente de trabalho que contribuem para a satisfação dos funcionários; analisar as diferentes percepções relativas à qualidade de vida no trabalho; investigar o nível de satisfação dos funcionários frente à qualidade de vida no trabalho; discutir sobre a viabilidade de implantação de programas de qualidade de vida no trabalho na empresa investigada.

Metodologia

Trata-se de um trabalho monográfico, de cunho qualitativo. A abordagem qualitativa foi escolhida, porque se pretende analisar a interpretação que os sujeitos constroem da realidade social da organização. Esta abordagem é mais frequente no campo de pesquisa das ciências sociais, onde um grande número de fenômenos pode ser explicado mediante a interpretação de informações diversas a respeito da qualidade de vida relacionada a

funcionário-empresa-sucesso. Trata-se de uma pesquisa descritiva, cujos procedimentos técnicos escolhidos foram a pesquisa bibliográfica, obrigatória em todos os trabalhos de conclusão de curso, e o levantamento. O *survey* terá carácter interseccional e será realizado em uma empresa da cidade de Janaúba, norte de Minas Gerais. A população será composta por todos os funcionários da organização, sendo a amostragem probabilística aleatória. Os dados serão coletados por questionário, estruturado com questões fechadas e de múltipla escolha, e analisados à luz do referencial teórico.

Resultados e discussão

A temática sobre a qualidade de vida no trabalho (QVT) vem se tornando cada vez mais uma preocupação para a administração de empresas públicas e privadas, devido à necessidade de boas condições de trabalho para a obtenção de resultados satisfatórios. Baixa motivação, falta de atenção, dentre outros podem contribuir para a diminuição de produtividade e alta rotatividade.

Chiavenato (2004) descreve que o conceito de QVT envolve tanto aspectos físicos e ambientais, como aspectos psicológicos do local de trabalho. A QVT assimila duas posições antagônicas: de um lado, a reivindicação dos empregados quanto ao bem-estar e satisfação no trabalho; e, de outro, o interesse das organizações quanto aos seus efeitos potenciadores sobre a produtividade e a qualidade.

França (2007) afirma que a QVT faz parte das mudanças pelas quais passam as relações de trabalho na sociedade moderna, em rápida transformação. As visões e definições de QVT são multifacetadas, com implicações éticas, políticas e de expectativas pessoais.

Gil (2013) relata que, durante muito tempo, ao falar-se em qualidade nas empresas, enfatizava-se principalmente a produção. Hoje, fala-se não apenas em qualidade no trabalho, mas também em qualidade de vida dos empregados. Isso significa que os empregados precisam ser felizes. Para que sejam produtivos, devem sentir que o trabalho que executam é adequado a suas habilidades e que são tratados como pessoas. Não se pode esquecer que parte significativa da vida das pessoas é dedicada ao trabalho e que, para muitas, o trabalho constitui a maior fonte de identificação pessoal. É natural, portanto, que almejem identificar-se com seu trabalho.

Chiavenato (2002) diz que para alcançar qualidade e produtividade, as organizações precisam ser dotadas de pessoas participantes e motivadas nos trabalhos que executam e recompensadas adequadamente por sua contribuição.

Para França (2007), muitos são os fatores desencadeadores de ações de QVT. As demandas de qualidade de vida não são aleatórias. Elas pressupõem necessidades a serem atendidas no sentido de preservação pessoal e da sobrevivência da espécie. Contudo, só na última década do século passado é que se definiu amplamente o conceito de qualidade de vida. Em alguns países, as demandas de QVT são denominadas condições de trabalho, como na França, por exemplo.

Considerações Finais

A Gestão de Qualidade de Vida em uma empresa é uma ferramenta essencial para identificar a importância dos funcionários para uma organização. Os programas de QVT têm como finalidade proporcionar ambientes de trabalhos mais agradáveis, condições melhores nos aspectos: saúde, físico, emocional, social; além de tornar equipes mais comunicativas, integração dos setores com seus superiores, entre outras vantagens favoráveis a satisfação de todos aqueles inseridos na organização.

Cuidados especiais como meios de assegurar um ambiente de trabalho agradável, qualidade de vida, segurança e higiene no local de trabalho são essenciais para um bom desempenho dos funcionários garantindo a satisfação da maioria das necessidades individuais. No mundo de hoje, as organizações buscam transformar o ambiente de trabalho num local agradável, pois é na empresa que os colaboradores passam a maior parte do tempo, e é natural que os trabalhadores dependem de um bom ambiente para que possam desenvolver um bom trabalho, manter uma boa saúde e trazer resultados positivos para a organização.

O resultado eficiente de um colaborador não depende só de querer fazer ou saber fazer, mas está intimamente ligado ao ambiente de trabalho em que ele convive e para isso as empresas precisam investir em um ambiente agradável para seus colaboradores e consequentemente atrair talentos, melhorar a produtividade e lucratividade da organização.

No entanto a Qualidade de vida no trabalho (QVT) implica um profundo respeito pelas pessoas para alcançar níveis elevados de qualidade e produtividade, as organizações precisam de pessoas motivadas, que participam ativamente nos trabalhos que executam e que sejam adequadamente recompensadas pelas suas contribuições.

Referências

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. São Paulo: 7. Ed. Atlas, 2002.

_____, Idalberto. **Gestão de pessoas: e novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 6 reimpressões. Rio de Janeiro: 2004.

FRANÇA, Ana Cristina Limonge. **Qualidade de vida no trabalho- QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais** /Antônio Carlos Gil. - 1. ed. – reimpr.- São Paulo: Atlas, 2013.

ANÁLISE CRÍTICA E LEITURA-DIAGNÓSTICO DO SISTEMA ORGANIZACIONAL DA FACULDADE VALE DO GORUTUBA – FAVAG, ATRAVÉS DAS METÁFORAS: máquina, orgânica, cérebro, cultural e política

Jônatas Percídio Silva Alves – Docente FAVAG, e-mail: prof.jonatas.percidio@gmail.com

Introdução

O mundo está se tornando complexo a cada dia, os métodos e estilos de pensamento raramente acompanham essa complexidade. O desafio é aprender lidar com essa complexidade. Assim administradores e profissionais de todas áreas precisam desenvolver suas habilidades de leitura das situações que estão envolvidos, sejam elas de organização ou administração. O presente estudo objetivou, por meio das metáforas apresentadas por MORGAN (1996) em seu livro “Imagens da Organização”, compreender e efetuar a leitura de situações específicas de uma Instituição de Ensino Superior - IES, com foco de apresentar um diagnóstico para orientar e posteriormente definir um planejamento da administração da mesma. A análise crítica é fundamental, para diferentes interpretações efetuadas, por meio da análise é possível entender a atual situação que a empresa está vivendo e identificar se as mudanças realizadas até o presente momento contribuíram para a implementação e efetivação das estratégias organizacionais.

A instituição em estudo é a Faculdade Vale do Gorutuba – FAVAG, um estabelecimento de ensino superior criado e mantido pela Associação de Ensino Vale do Gorutuba S/C Ltda. – AEVAG, há 13 anos no mercado, concebida com o escopo de atender ao grande anseio da população dos municípios da região do Vale do Rio Gorutuba, está situada em Nova Porteirinha. O município de Nova Porteirinha se situa no norte de Minas Gerais, na microrregião da Serra Geral. No decorrer dos seus 13 anos a FAVAG conquistou a autorização para o funcionamento dos cursos de Pedagogia, Matemática, Administração, Serviço Social, Direito, Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Enfermagem, Teologia e Ciências Contábeis. Reconhecida por órgãos nacionais e internacionais pela qualidade na gestão e nos serviços prestados, comprometida com o desenvolvimento econômico e social local, com a missão de “formar o cidadão e profissional com capacidade para atuar em uma sociedade em constante mudança”.

Metodologia

No presente estudo foi utilizado a leitura-diagnóstico, com foco na análise organizacional da Instituição de Ensino Superior Faculdade Vale do Gorutuba, situada na cidade de Nova Porteirinha – Minas Gerais. A amostra foi constituída por uma funcionária responsável pelo administrativo da instituição analisada, totalizando 01 (um) funcionário.

Para a coleta das informações foi aplicado um questionário a funcionária da instituição, sendo realizado no mês junho de 2016. O questionário, com questões abertas, foi elaborado utilizando como base as metáforas apresentadas por MORGAN (1996) em seu livro “Imagens da Organização”. As metáforas são relevantes para compreensão de ampla gama de situações organizacionais, bem como suas forças e limitações diante da perspectiva em análise.

As respostas obtidas com aplicação do questionário foram utilizadas para leitura-diagnóstico. A leitura-diagnóstico da IES, Faculdade Vale do Gorutuba, foi estruturada conforme cada metáfora, seguindo a seguinte ordem, Metáfora Máquina, Metáfora Orgânica, Metáfora Cérebro, Metáfora Cultura e Metáfora Política. Em seguida foi realizado o processo de avaliação crítica, avaliando sob o ponto de vista da funcionária que trabalha na IES. Com a leitura-diagnóstico e a avaliação crítica pode se compreender a complexidade da organização de modo descritivo e prescritivo.

Resultados e Discussão

Diante da entrevista realizada com a funcionária do departamento administrativo da IES, foi possível realizar a análise crítica sob o ponto de vista da mesma. Vale ressaltar que análise realizada teve como base cada metáfora. Por meio das metáforas o processo de entrevista obteve-se muito ganhos para uma análise da situação atual da instituição pesquisada.

No presente diagnóstico, analisando a metáfora máquina, percebe-se que a instituição possui normas e processos definidos e que devem ser seguidos por todos os funcionários. As normas definidas são vistas como um meio para alcançar os resultados e atender melhor o cliente. A implementação de novas rotinas e processos tem intuito de flexibilizar e delegar maiores responsabilidades aos funcionários cobrando resultados efetivos.

Por meio da metáfora orgânica, é possível verificar um ambiente organizacional aberto onde os funcionários podem participar com sugestões e ideias de melhoria. Ambiente onde a instituição buscar atingir suas metas e alcançar os resultados sem perder o foco em atender o cliente com excelência. Para melhor atender seu cliente investe em seus funcionários e corpo docente por meio de incentivos de bolsas de estudos, capacitando assim sua equipe. Percebe-se que a instituição busca adaptar-se as mudanças ocorridas no seu ambiente e adapta seu estilo de gestão conforme as mudanças ocorridas no cenário político, econômico e financeiro, elaborando estratégia que melhor se adaptem a sua realidade.

Diante da metáfora cérebro, percebe-se que o diagnóstico realizado pela a instituição recentemente diagnosticou atividades sendo realizadas de forma redundantes e ações foram tomadas para solucionar este retrabalho, sempre pensando na satisfação do cliente. A instituição demonstra foco e prioridade em aprimorar o aprendizado e desenvolvimento dos funcionários que estão na gestão administrativa e dos docentes que estão em contato direto com clientes (alunos), dessa forma é possível visualizar a missão da instituição conforme destacado pela a funcionária entrevistada. Por meio da metáfora é possível compreender que a instituição valoriza seus processos, as pessoas e o foco no cliente.

Analisando a instituição por meio da metáfora cultura, nota-se que a instituição busca ser uma organização atuante na comunidade ao qual está inserida, realizando ações que beneficiam as classes menos favorecidas. Por meio deste trabalho a organização buscar influenciar outros funcionários. Para que essa cultura seja repassada a todos os níveis da empresa é preciso ter um repasse dos valores da instituição. Reunir os funcionários para tratar também de assuntos voltados ao atendimento a comunidade é importante para disseminar essa filosofia de trabalho. Percebe-se que o sistema organizacional é voltado para a qualidade do ensino e serviço prestados aos seus clientes, buscando as melhores práticas e realizando benchmarking, demonstrando ser uma instituição aberta a mudanças. Em relação ao clima organizacional é possível verificar que a instituição procura sanar os conflitos por meio de diálogos e reuniões participativas, independentemente do nível hierárquico ao qual o

funcionário faz parte todos podem contribuir com novas ideias. Fica claro que o objetivo é a satisfação dos funcionários e atender com excelência os clientes.

Com relação a metáfora política é possível visualizar a participação de cada gestor. Cada gestor possui autonomia para realizar suas atividades, seguindo as normas e processos definidos pela a instituição, mas o gestor é responsável por suas entregas. Assim a instituição foca em um tratamento igual a todos os funcionários, sempre buscando ouvir a opinião de todos evitando assim tratamento desigual. As reuniões realizadas semanalmente entre gestores é um ponto positivo para instituição, onde é possível apresentar os problemas e definir soluções em conjunto, valorizando assim a participação de todos.

Considerações Finais

A realização da leitura-diagnóstico, por meio das metáforas, possibilitou uma visão por ângulos diferentes da instituição pesquisada. Analisando cada ângulo pode-se chegar a maneiras diferentes de visualização da IES por meio das imagens. As imagens possibilitaram reflexões sobre a situação atual e quais ações são necessárias para os próximos passos da IES. A leitura-diagnóstico possibilitou ao acadêmico o entendimento da posição atual da organização, podem realizar uma análise crítica por meio das metáforas.

Vale ressaltar que a IES não deve se limitar somente ao este presente estudo, tendo em vista que a pesquisa foi realizada com uma pequena amostra do setor administrativo, sendo assim cabe realizar outros estudos incluindo um maior grupo de funcionários e também o corpo docente da instituição, assim poderá ampliar os processos de reflexão e interpretar situações de múltiplas perspectivas.

Referências

MORGAN, G. (1996). **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas.

ANÁLISE DO IMPACTO GERADO NA MUDANÇA DO PROCESSO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS FISCAIS NA EMPRESA BRASNICA FRUTAS TROPICAIS: um estudo de caso

Adriana Souza Martins. Discente da FAVAG. E-mail: adriana_martinss@yahoo.com.br

Jônatas Percídio Silva Alves. Docente da FAVAG. E-mail: prof.jonatas.percidio@gmail.com

Introdução

Devido ao grande crescimento das organizações, novos negócios e a rotatividade de funcionários para execução dos processos, hoje nas grandes empresas há uma necessidade de reestruturação e análise dos processos envolvidos, onde muitas das vezes os mesmos devem atender as necessidades internas (empresa) e as necessidades externas (governo e cliente).

A gestão por processo vem como auxílio na organização destas mudanças, de tal forma que os processos modificados e implantados atendam às necessidades fiscais e da empresa. No caso da presente pesquisa a análise ocorreu no “Recebimento de Documentos Fiscais”, pois atualmente as empresas sofrem com o excesso de tempo e desorganização para realização deste processo, tentando atender as demandas do governo (Sistema Público de Escrituração Contábil - SPED Contábil, Fiscal, Contribuições), conferência e lançamentos dos Documentos Fiscais (NF – Notas Fiscais). Ao reestruturar e implantar novos processos nas empresas as mesmas visam economia de tempo, custos, recursos, atendimento das demandas fiscais e reorganização da atividade em si.

Com a gestão por processo, as atividades tendem a ser mais produtivas, dependendo da área aplicada, é possível reduzir o tempo de execução e notar grandes melhorias nas atividades e grande satisfação dos funcionários, pois, a gestão por processo tende a diminuir atividades que não agregam valor para a empresa e para o colaborador envolvido diretamente no processo, sendo assim, a gestão por processo nas organizações é de suma importância para o desenvolvido visível das atividades das mesmas, sendo elas de grande, médio ou pequeno porte de complexidade de execução.

Como problema, o presente trabalho aborda quais os impactos gerados na mudança de processo de recebimento de documentos fiscais no departamento de gestão de materiais, além deste a presente pesquisa tem como objetivos específicos identificar os impactos gerados com a implantação do novo processo de Recebimento de Documentos Fiscais, analisar a metodologia utilizada para implementação do novo processo, comparar o fluxograma do novo processo implementado com o fluxograma do antigo processo e descrição das técnicas utilizadas para acompanhamento do novo processo.

Metodologia

A metodologia que foi utilizada para a realização do trabalho baseia-se em um estudo descritivo. Segundo Marconi e Lakatos (2002), estudos descritivos consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. A realização do trabalho compreendeu em duas etapas: a primeira constituiu-se no levantamento de dados pela técnica de pesquisa bibliográfica; a segunda, na pesquisa de campo, que de acordo com Marconi e Lakatos (2008), é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se

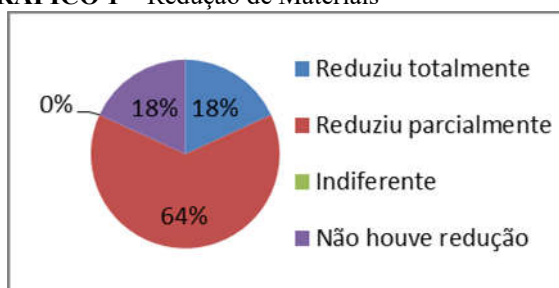
procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

O método de pesquisa utilizado foi o Estudo de Caso. Gil (1991) relata que o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados.

A unidade de análise dos estudos foi realizada na Empresa Brasnica, localizada na cidade de Janaúba, norte de Minas Gerais. A coleta da mostrada foi realizada em Maio de 2016, onde foram analisados os funcionários ligados ao processo atual na empresa. A coleta de dados foi realizada com todos os colaboradores que integram os setores envolvidos (Almoxarifado, Custos, Contas a Pagar e Contabilidade) sendo composto por 11 deles.

Resultados e discussões

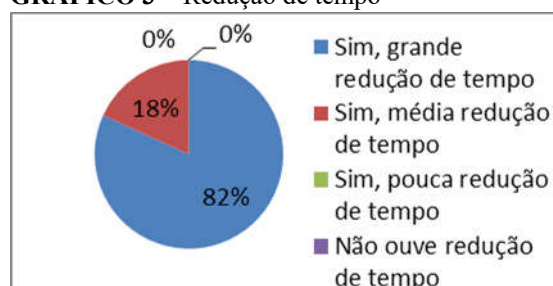
GRÁFICO 1 – Redução de Materiais



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor – Maio/2016

O gráfico acima mostra que 18% dos colaboradores envolvidos afirmam que os gastos foram reduzidos totalmente em relação ao processo utilizado anteriormente. Ainda em análise ao gráfico, 64% (sendo a maioria) dos envolvidos responderam que houve sim uma redução de custos, porém parcialmente e 18% dos entrevistados responderam que não houve redução de custos em relação ao processo que antes era utilizado.

GRÁFICO 3 – Redução de tempo



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor – Maio/2016

Este gráfico 3 foi analisado com o intuito de avaliar e medir a redução/aumento de tempo na execução do novo processo. Foi detectado, através da aplicação do questionário (conforme o gráfico 3) que 82% dos colaboradores afirmam que houve grande redução de tempo na execução do processo de recebimento de documentos fiscais, comparando-se ao processo que antes era utilizado, entretanto 18% dos colaboradores sentiram sim a redução de tempo na execução do processo, porém em média escala.

Considerações finais

Conclui-se que no processo atual de recebimento de documentos fiscais teve grandes resultados, trazendo melhorias como um todo para a empresa estudada, onde com base nos dados coletados, expostos nos gráficos houve impactos na redução de tempo e materiais, evolução na comunicação entre setores e melhorias na resolução de gargalos.

Por meio deste, ressalta-se as organizações que a gestão de processo na empresa é eficaz, conforme citados pelos autores e com base nos resultados alcançados com a pesquisa na empresa apresentada, portanto conclui-se que a gestão de processos é a base para as empresas atuais e do futuro.

REFERÊNCIAS

- ALVES FILHO – **Processos Organizacionais: simplificação e racionalização**/ Bartolomeu de Figueiredo Alves Filho. São Paulo: Atlas, 2011.
- CAMPOS, V. F. **Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia**. Belo Horizonte: Editora Fundação Christiano Ottoni, 1996.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- FAGUNDES, L. D. ALMEIDA, D. A. **Mapeamento de falhas em concessionária do setor elétrico: padronização, diagramação e parametrização**. In Simpósio de Engenharia de Produção, 11, Bauru. Anais... São Paulo: SIMPEP, 2004.
- GONÇALVES, José Ernesto Lima. A necessidade de reinventar as empresas. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 38, n. 2, abr./jun. 1998.

INDICADORES DE DESEMPENHO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

Jônatas Percídio S. Alves (Orientador) Docente FAVAG. e-mail: prof.jonatas.percidio@gmail.com
Bruno Queiroz Lopes Discente FAVAG. e-mail: brunoqueirozlopes13@hotmail.com

Introdução

Com a globalização e as ações do mercado atual, as empresas têm sido cada vez mais exigidas pela busca da contínua melhoria, atendendo clientes e investidores cada vez mais exigentes quando se trata de qualidade do produto e serviço.

Segundo Garcia *et al.* (2013), neste contexto dinâmico, onde os gestores das empresas têm buscado maximizar seus resultados positivos, a lucratividade e os baixos custos de produção devem ser alcançados de forma sustentável e duradoura, sendo crucial para a sustentação das empresas.

Reflexo dessa preocupação pela melhoria contínua é utilizada, principalmente nas grandes organizações, a mensuração de desempenho.

Há um tempo a mensuração de desempenho, em diferentes indústria e empresas, tem se tornando pauta de discussões e estudos de dois autores KAPLAN E NORTON (KAPLAN, NORTON, 1997; NEELY, 2002). Onde esses salientam que a medição de desempenho é uma ferramenta indispensável para a gestão do desempenho da empresa, uma vez que oferece informações que auxiliam no planejamento e controle dos processos gerenciais, viabilizando, ainda o acompanhamento e controle dos objetivos e metas estratégicas.

Tendo em vista a importância de se medir o desempenho de uma empresa, é necessário utilizar ferramentas que possibilite essa medição de forma efetiva e que gere resultados capazes de auxiliar no gerenciamento e na tomada de decisões. Dentre essas ferramentas, destacam-se os indicadores de medição de desempenho.

Um indicador é definido como uma ferramenta que possibilita a obtenção de informações sobre uma dada realidade, tendo como característica principal poder sintetizar várias informações, retendo apenas o significado essencial dos aspectos analisados e tem como objetivo simplificar, quantificar, analisar e comunicar. Assim, através dos indicadores, fenômenos complexos podem se tornar compreensíveis (ADRIANSE, 1993; MITCHELL, 2004).

Diante do exposto, objetiva-se com esse trabalho de revisão de literatura identificar o indicador essencial para medição desempenho e qual a importância do mesmo para a gestão empresarial.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo e bibliográfico. A coleta de dados foi realizada através de levantamento bibliográfico em sites científicos, na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), usando os descritores: Gestão empresarial, indicadores de desempenho e medidas de desempenho. A coleta de dados foi realizada no período de abril a maio de 2017 e a seleção dos artigos através da leitura dos resumos relacionados com o tema em questão.

Os critérios de inclusão foram: artigos sobre mensuração de desempenho em empresas, gestão empresarial e indicadores de desempenho; periódicos indexados nas bases de dados eletrônicas citadas acima; artigos escritos em português, inglês e espanhol; textos com identificação pelo título e resumo; artigos científicos disponíveis gratuitamente e na íntegra nos referidos bancos de dados, nos últimos dez anos (2007-2017). Os critérios de exclusão foram carta ao leitor, carta ao editor. Os dados foram organizados de forma descritiva.

Gestão Empresarial

De acordo Padoveze (2011), o modelo de gestão configura o conjunto de princípios e normas que orientam uma empresa e servem de referencial para os gestores na escolha pelas melhores alternativas dentre todas as disponíveis, na intenção de conduzir a empresa a honrar sua missão com eficiência.

A existência ou não de planejamento e controle, assim como suas definições básicas; o grau de participação dos gestores nas decisões; o grau de autonomia dos gestores; os critérios de avaliação de desempenhos; os papéis e posturas gerenciais são as diretrizes que se destacam no processo de adoção do modelo de gestão de uma entidade (PEREIRA, 2001, p. 58).

A gestão empresarial pode ser definida como um conjunto dos “processos de operação funcional cotidiana de uma empresa, com otimização das atividades e procedimentos operacionais e gerenciais, planejamento de investimentos atuais e futuros, análise dos retornos e flexibilização de perenidade e crescimento da empresa”. (REZENDE E ABREU, 2003; p. 206).

Indicadores de Desempenho

Os indicadores são a chave para qualquer iniciativa de ação de melhoria empresarial. A concepção de um conjunto de métricas tende a ajudar o planejamento e o acompanhamento dos processos que corresponde à etapa inicial na produção de algum sistema de gestão empresarial. Desde a criação dos primeiros indicadores, na General Motors e na Du Pont, na década de 30 (Como forma de controlar o funcionamento de suas divisões), os indicadores assumiram importância crescente na gestão. Muitos autores confirmam isto: “Se o desempenho não está sendo medido, não está sendo gerenciado.” (Rummler & Brache, 1994, pág.167). “Diga-me como me medes e te direi como me comportarei.” (Golfratt, 1991, pág.26). “Muitas pessoas raciocinam que se alguma coisa não é medida, então não há motivo para ser feita.” (Harrington, 1993, pág.206).

Conforme Tadachi e Flores (1997, p.19) “indicadores são formas de representação quantificáveis das características de produtos e processos”. São utilizados pelas organizações para controlar e melhorar a qualidade e o desempenho dos seus produtos e processos ao longo do tempo.

Medidas de Desempenho

Segundo Anthony e Govindarajan (2001) o objetivo dos sistemas de avaliação de desempenho é comprovar se as estratégias da empresa estão sendo cumpridas através de parâmetros determinados pela direção da empresa. E os seus benefícios, segundo Neely (2002), podem resultar em incremento das receitas, diminuição de custos, melhora na qualidade dos serviços e aumento do grau de satisfação dos clientes.

Com a crescente globalização dos mercados e a utilização de novas tecnologias têm mudado a estrutura organizacional das empresas, forçando-as a assumir diferentes abordagens para melhoria de seu desempenho logístico (ARAÚJO, 2010). Portanto, segundo Corrêa (2006), a expansão da competitividade fez com que as empresas procurassem novas mudanças em relação dos seus concorrentes em termos de seus objetivos estratégicos (qualidade, rapidez, flexibilidade, confiabilidade e custos). Como forma de alinhar as medidas às intenções estratégicas, as organizações cada dia que passam a procura de um maior número de informações e cada vez mais rápidas. Novas iniciativas de melhoria em operações como a qualidade total, produção reduzida, e vários outros, apareceram como respostas à competição por mercados.

Balanced Scorecard (BSC)

O balanced scorecard foi desenvolvido por dois professores da Harvard Business School (HBS) Robert Kaplan e David Norton, em 1992. Através de estudos e mais estudo pelos desenvolvedores surgiu a ferramenta BSC que com ela possível realizar as avaliações e resultados da performance empresarial através de métricas.

O BSC agrega aos indicadores financeiros tradicionais e indicadores não financeiros, que levam em conta pontos críticos para o sucesso das organizações no futuro (Kaplan e Norton, 1997). São os chamados indicadores do futuro. O BSC encontra-se organizado segundo quatro perspectivas básicas (Kaplan e Norton 1992, 1993, 1996, 1997): a) a perspectiva Financeira; b) a perspectiva do Cliente; c) a perspectiva dos Processos Internos; d) a perspectiva de Aprendizado e Crescimento.

Segundo Kaplan e Norton (1996 e 1997), a estrutura do scorecard viabiliza os seguintes processos gerenciais críticos: Esclarecer e traduzir a visão estratégica; comunicar e associar objetivos e medidas estratégicas; planejar, estabelecer metas e alinhar iniciativas estratégicas; e melhorar o feedback e o aprendizado estratégico.

Considerações Finais

A partir desse estudo, pode-se concluir que a mensuração de desempenho é de suma importância para uma gestão empresarial bem sucedida. Porém para que se obtenham resultados de medição efetivos é necessário que se utilize ferramentas eficientes, como é o caso dos indicadores de desempenho, e assim, a partir dos dados obtidos através de uma medição eficiente, é que podem se tomar decisões coerentes e que beneficie as ações de gestão da empresa.

O indicador essencial para medição de desempenho foi desenvolvido por de Kaplan e Norton, o indicador é o Balanced Scorecard (BSC), onde é possível realizar a medição financeiras, clientes, processos e pessoas com isso é possível esclarecer e traduzir a visão e a estratégia da empresa; planejar; estabelecer metas, alinhar iniciativas estratégicas da organização e tomadas de decisões.

Referências

- ADRIAANSE, A. **Environmental policy performance indicators. General of Environment of the Dutch Ministry of Housing**, VROM, The Hague, 1993.
- ANTHONY, Robert N., GOVINDARAJAN, V. **Sistemas de Controle Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2001.

- ARAÚJO, Aneide Oliveira. **Contribuição ao estudo de indicadores de desempenho de empreendimentos hoteleiros, sob o enfoque da gestão estratégica.** 2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- CORRÊA, H. L. e C. A. **Administração de Produção e Operações.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A estratégia em ação.** 22. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- KAPLAN, Robert S. & NORTON, David P. Using **the Balanced Scorecard as a Strategic Management System**, *Harvard Business Review*, Jan-Feb 1996.
- KAPLAN, Robert S. & NORTON, David P. **Putting the Balanced Scorecard to Work**, *Harvard Business Review*, Sep-Oct 1993.
- KAPLAN, Robert S. & NORTON, David P. **The Balanced Scorecard - Measures that Drive Performance**, *Harvard Business Review*, Jan-Feb 1992.
- GARCIA, F. T.; LOPES, F. D. L.; TATSH, M. P.; KEITZKE, M. A. **Um estudo sobre indicadores de desempenho na perspectiva do cliente a partir do balanced scorecard.** Revista de Administração da UNIMEP. V.11, n.1. Janeiro/Abril – 2013 ISSN: 1679-5350
- GOLDRATT, Eliyahu M. **A síndrome do palheiro: garimpando informação num oceano de dados.** São Paulo: Educator, 1991, 2ª Ed.
- HARRINGTON, James. **Aperfeiçoando processos empresariais.** Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1993.
- NEELY, A. (2002). **Avaliação do desempenho das empresas. Porquê, o quê e como.** Lisboa: Caminho.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria estratégica e operacional.** 2. ed. São Paulo: Cenage Learning, 2011.
- PEREIRA, Carlos Alberto. **Ambiente, empresa, gestão e eficácia.** In: CATELLI, Armando (Coord). **Controladoria: uma abordagem da Gestão Econômica – GECON.** 2. ed. São Paulo Atlas 2001, p. 36- 80.
- REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da informação: aplicada a Sistemas de Informação Empresariais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- RUMMLER, Geary A.; BRACHE, Alan P. **Melhores desempenhos das empresas.** São Paulo: Makron Books, 1994.
- TADACHI, N.T., e FLORES, M.C.X. **Indicadores da Qualidade e do Desempenho.** 1ª.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

AUDITORIA DA GESTÃO DA INOVAÇÃO: um estudo de caso na Faculdade Vale do Gorutuba

Cléris Cristina Bibbo – Docente FAVAG, e-mail: cleriscristina@yahoo.com.br

Jônatas Percídio S. Alves (Orientador) – Docente FAVAG, e-mail: prof.jonatas.percidio@gmail.com

Sandra Márcia de Carvalho Lopes – Docente FAVAG, e-mail: sandramarcialopes@bol.com.br

Welliton Roque Santos – Docente FAVAG, e-mail: wellitonroque.adm@hotmail.com

Hellen Daiana Borges dos Santos – Discente FAVAG, e-mail: hellendayane_15@hotmail.com

Introdução

O mundo está se tornando complexo a cada dia, os métodos e estilos de pensamento raramente acompanham essa complexidade. Diante dos desafios atuais, a capacidade de inovar pode proporcionar às organizações vantagens competitivas e longevidade mercadológica. Assim administradores e profissionais de todas as áreas precisam inserir no dia a dia práticas de inovação como foco de otimizar os processos, promover a eficiência nas estratégias definidas, sempre objetivando o crescimento sustentável da organização. Para que as práticas de inovação sejam constantes e que suas atividades inovadoras tragam resultados que atendam de fato a organização, é preciso realizar uma auditoria interna com objetivo de identificar a situação atual da empresa e propor ações corretivas e preventivas.

O presente estudo objetivou, realizar uma auditoria da gestão da inovação em uma Instituição de Ensino Superior – IES. A realização da auditoria teve como base o modelo de auditoria de gestão da inovação dos autores Tidd & Bessant (2015), com base em cinco dimensões: estratégia, processos, organização, relacionamentos e aprendizado. Os resultados apresentados por meio do gráfico de “radar”.

A instituição em estudo é a Faculdade Vale do Gorutuba – FAVAG, um estabelecimento de ensino superior criado e mantido pela Associação de Ensino Vale do Gorutuba S/C Ltda. – AEVAG, há 13 anos no mercado, concebida com o escopo de atender ao grande anseio da população dos municípios da região do Vale do Rio Gorutuba, está situada em Nova Porteirinha. O município de Nova Porteirinha se situa no norte de Minas Gerais, na microrregião da Serra Geral. No decorrer dos seus 13 anos a FAVAG conquistou a autorização para o funcionamento dos cursos de Pedagogia, Matemática, Administração, Serviço Social, Direito, Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Enfermagem, Teologia e Ciências Contábeis. Reconhecida por órgãos nacionais e internacionais pela qualidade na gestão e nos serviços prestados, comprometida com o desenvolvimento econômico e social local, com a missão de “formar o cidadão e profissional com capacidade para atuar em uma sociedade em constante mudança”.

Metodologia

No presente estudo foi utilizado a auditoria de inovação, com foco na análise organizacional da Instituição de Ensino Superior Faculdade Vale do Gorutuba, situada na cidade de Nova Porteirinha – Minas Gerais. A pesquisa pode ser caracterizada como qualitativa. A amostra foi constituída por 30 profissionais da IES, compostos por: 03 Diretores, 06 Coordenadores e 21 Professores. A seleção da amostra foi realizada de forma aleatória.

Para a coleta das informações foi aplicado um questionário estruturado com perguntas relacionadas ao perfil profissional do entrevistado e perguntas específicas a auditoria da inovação. A aplicação dos questionários foi realizada no mês dezembro 2016 a fevereiro de 2017. O questionário aplicado foi o modelo dos autores Tidd & Bessant (2015). Para

responder as perguntas específicas utilizou-se a escala Likert de 1 (definitivamente falso) a 7 (muito verdadeiro).

Após aplicação dos questionários, os dados coletados foram tabulados com auxílio da ferramenta Excel e em seguida construído os gráficos em forma de radar para análise. Foram elaborados 04 gráficos para melhor compreensão da IES estudada, analisando as respostas dos Diretores, do grupo de Coordenadores, do grupo de Professores e um gráfico geral demonstrando a IES Favag.

Resultados e Discussão

Diante das respostas obtidas e gráfico de “radar”, foi possível verificar a efetividade da gestão da inovação e como os envolvidos lidam com a temática do processo inovador dentro da IES.

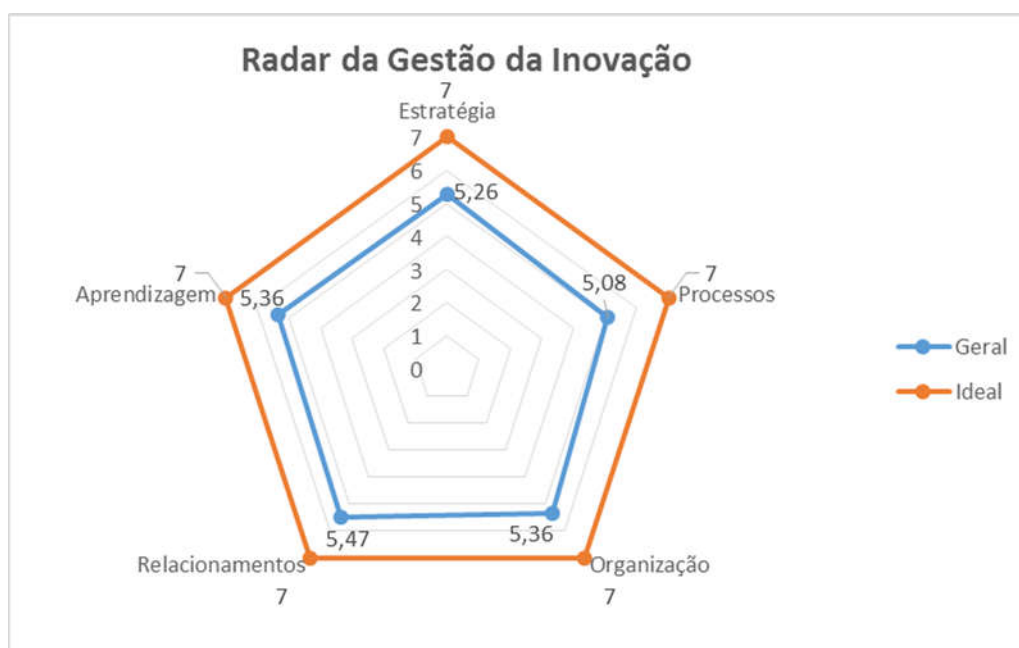


Gráfico 1: Radar da Gestão da Inovação

Fonte: pesquisa elaborada pelos autores, fevereiro 2017.

O gráfico 1 demonstra o resultado da aplicação do modelo de auditoria da IES Favag, proporcionando uma avaliação ponderada acerca da gestão da inovação. Por meio das dimensões construídas foi possível identificar os fatores de sucesso e de fracasso do processo inovador, além de possibilitar a sugestão de melhorias.

A estratégia é um dos principais fatores de competitividade de uma empresa, onde é possível a definição de ações para atingir os objetivos organizacionais. Analisando a dimensão Estratégia o conceito geral da IES foi de 5,26 ou um pouco verdadeiro. É possível verificar a necessidade de a instituição expressar de maneira mais clara a estratégia de inovação para desenvolver em conjunto com a equipe a visão da inovação, disseminando assim as estratégias inovadoras.

Em relação à dimensão Processos o conceito geral da IES foi de 5,08 ou um pouco verdadeiro. Processos se caracterizam pelo fluxo de atividades de entradas e saídas dentro de uma organização, a inovação do fluxo proporciona maior qualidade nos serviços prestados. A nota demonstra um pouco de fragilidade no processo de gerenciamento da inovação e problemas na execução de projetos inovadores.

A dimensão Organização teve como conceito 5,36 ou pouco verdadeiro, demonstrando assim que a estrutura de organização não reprime a inovação, mas favorece sua ocorrência.

Na dimensão Relacionamentos o conceito geral foi de 5,47. Por meio deste conceito é possível verificar que a IES está comprometida com treinamentos e desenvolvimento das pessoas, buscando por meio de projetos pedagógicos e administrativos atender melhor os clientes e aprimorar os relacionamentos com a sociedade.

Por fim a dimensão Aprendizagem com um conceito de 5,36. A leitura deste conceito permite compreender que a IES busca manter bons relacionamentos com seus fornecedores, sabe ouvir e identificar as necessidades de seus clientes, aprendendo a partir dos seus erros, assim ajuda a melhorar a gestão da inovação.

Considerações Finais

O presente estudo permitiu analisar a importância da gestão da inovação para a IES Favag. Por meio do gráfico radar foi possível visualizar a visão dos profissionais participantes da pesquisa e apresentar um resultado consolidado da inovação presente na IES. O gráfico radar apontou deficiências na gestão da inovação tendo uma classificação geral como satisfatório. Diante dos resultados a IES poderá definir ações para aprimorar a prática de inovação em toda organização, fortalecendo assim os pontos fortes e melhorando os pontos fracos.

Vale ressaltar que a IES não deve se limitar somente ao este presente estudo, tendo em vista que a pesquisa foi realizada com uma pequena amostra de profissionais da IES, sendo assim cabe realizar outros estudos incluindo um maior grupo de funcionários para que possa ampliar a auditoria de inovação de toda a IES identificando pontos-chaves de melhoria e sucesso.

Referências

- COLL, C. **Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- DELORS, J. **Educação: Um Tesouro a Descobrir**. UNESCO/ MEC: São Paulo: Cortez, 1999.
- DRUCKER, P. F. **Innovation and Entrepreneurship**. Butterworth, 1985, NY-USA.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. 8ª Ed. São Paulo: Ática, 2003. acervo.paulofreire.org
- GONÇALVES, S., Fonseca, P., Malça C. **Inovação no ensino superior**. Coimbra: Várzea da Rainha Lda, 2016.
- HORN, M. B., Staker, H. **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. (tradução Maria Cristina Gularte Monteiro; revisão técnica: Adolfo Tanzi Neto, Lílian Bacich). Porto Alegre: Penso, 2015.
- SCHERER, F. & Carlomagno, M. S. **Gestão da inovação na prática**. 2ª ed. São Paulo: Atlas: 2016.
- TIDD, J. & Bessant, J. **Gestão da Inovação**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015
- TIDD, J. & Bessant, J. **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- OLIVEIRA, D. P. R. **A empresa inovadora e direcionada para resultados**. São Paulo: Atlas, 2015
- OLIVEIRA, D. P. R. **Empreendedorismo: vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios**. São Paulo: Atlas, 2014.

O ESTUDO DE CASO COMO MÉTODO DE PESQUISA: um esquema teórico na área da administração

Jônatas Percídio Silva Alves – Docente FAVAG. e-mail: prof.jonatas.percidio@gmail.com

Introdução

O conhecimento científico pressupõe aprendizagem superior. Caracteriza-se pela presença do acolhimento metódico e sistemático dos fatos da realidade sensível. Por meio da classificação, da comparação, da aplicação dos métodos, da análise e síntese, o pesquisador extrai do contexto social, ou do universo, princípios e leis que estruturam um conhecimento rigorosamente válido e universal (Fachin, 2006).

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (Gil, 2002).

O estudo de caso tem sido uma estratégia de pesquisa muito utilizada, e na área da administração vários trabalhos são realizados por meio deste método, mas vem sofrendo críticas devido à falta de rigor metodológico.

Pesquisas em administração possuem um vasto campo para realização de trabalho utilizando a metodologia de estudo de caso, sejam eles, na área do marketing, recursos humanos, gestão de custos, gestão financeira e dentre outros. Por meio do estudo de caso empresa e pesquisadores podem identificar novas oportunidades de aprimorar a gestão e os processos da empresa pesquisada.

O presente artigo visa apresentar por meio de um esquema teórico como utilizar o método de estudo de caso, possibilitando um material para auxiliar o pesquisador na inclusão deste método em suas pesquisas.

Metodologia

A pesquisa tem caráter bibliográfico, uma vez que utiliza livros sobre o tema para construir um esquema teórico sobre Estudo de Caso. Segundo Severino (2007) a pesquisa bibliográfica é aquela realizada a partir do registro disponível, decorrente de pesquisa anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados.

Resultados e Discussão

Gil (2002) destaca que não há um consenso por parte dos pesquisadores quanto às etapas a serem seguidas em seu desenvolvimento. Com base, porém, no trabalho de alguns autores que se dedicaram a essa questão, como Yin (2001) e Stake (2000), torna-se possível definir um conjunto de etapas que podem ser seguidas na maioria das pesquisas definidas estudos de caso:

- Formulação do problema;
- Definição da unidade-caso;
- Determinação do número de casos;
- Elaboração do protocolo;
- Coleta de dados;

- Avaliação e análise dos dados; e
- Preparação do relatório.

Um projeto de pesquisa representa um conjunto lógico de proposições, assim pode-se julgar a qualidade de qualquer projeto dado de acordo com certos testes lógicos. Os conceitos que já foram oferecidos para esses testes incluem fidedignidade, credibilidade, confirmabilidade e fidelidade dos dados (Yin, 2005).

Os quatro testes vêm sendo comumente utilizados para determinar a qualidade de qualquer pesquisa social empírica, Yin (2005) resume os testes da seguinte forma:

- Validade do constructo: estabelecer medidas operacionais corretas para os conceitos que estão sob estudo;
- Validade interna: estabelecer uma relação causal, por meio da qual são mostradas certas condições que levem a outras condições, como diferenciada de relações espúrias;
- Validade externa: estabelecer o domínio ao qual as descobertas de um estudo podem ser generalizadas;
- Confiabilidade: demonstrar que as operações de um estudo – como os procedimentos de coleta de dados – podem ser repetidas, apresentando os mesmos resultados.

Abaixo as principais etapas para elaboração do estudo de caso tendo como base a literatura pesquisada.

Formulação do Problema

Como em qualquer outra pesquisa, a formulação do problema constitui a etapa inicial da pesquisa. Gil (2002) ressalta que essa etapa não é simples, pois não basta escolher um tema para se avançar na pesquisa. A formulação do problema geralmente decorre de um longo processo de reflexão e de imersão em fontes bibliográficas adequadas.

Segundo Fachin (2006) o problema é uma das fases do projeto de pesquisa, oriundo da observação dos fatos, no contexto de uma particularidade do assunto. Normalmente, o pesquisador depara-se com inúmeros problemas, por isso sua escolha deve ser criteriosa, pois é a partir de um deles que o pesquisador desenvolverá sua pesquisa científica.

Em relação aos estudos de caso, importante cuidado nessa etapa consiste em garantir que o problema formulado seja passível de verificação por meio desse tipo de delineamento. O estudo de caso não é adequado para promover a descrição precisa de características de uma população ou para mensurar o nível de correlação entre variáveis, e menos ainda para verificar hipóteses causais (Gil, 2002).

Definição da Unidade-Caso

A unidade-caso refere-se a um indivíduo num contexto definido. Gil (2002), diz que o conceito de caso, no entanto, ampliou-se, a ponto de poder ser entendido como uma família ou qualquer outro grupo social um pequeno grupo, uma organização, um conjunto de relações, um papel social, um processo social, uma comunidade, uma nação ou mesmo toda uma cultura.

Naturalmente, o “caso” também pode ser algum evento ou entidade que é menos definido do que um único indivíduo. A definição da unidade de análise está relacionada à maneira como as questões iniciais da pesquisa foram definidas (Yin, 2005).

Segundo Stake (2000, apud Gil, 2002) os critérios de seleção dos casos variam de acordo com os propósitos da pesquisa, assim é possível identificar três modalidades de estudos de caso: intrínseco, instrumental e coletivo.

Determinação de Número de Casos

Os estudos de caso podem ser constituídos tanto de um único quanto de múltiplos casos. Gil (2002) destaca que a utilização de múltiplos casos é a situação mais frequente nas pesquisas sociais e apresenta vantagens e desvantagens. De modo geral, considera-se que a utilização de múltiplos casos proporciona evidências inseridas em diferentes contextos, concorrendo para a elaboração de uma pesquisa de melhor qualidade.

Yin (2005) também afirma que os projetos de casos múltiplos possuem vantagens e desvantagens distintas em comparação aos projetos de caso único. A condução de um estudo de casos múltiplos pode exigir tempo e amplos recursos além daqueles que um estudante ou um pesquisador de pesquisa independente possuem.

Elaboração do Protocolo

Após a definição da unidade-caso e da determinação do número de casos a serem pesquisados, recomenda-se a elaboração do protocolo, que se constitui no documento que não apenas contém o instrumento de coleta de dados, mas também define a conduta a ser adotada para sua aplicação (Gil, 2002).

Yin (2005) diz que um protocolo para o estudo de caso é mais do que um instrumento. O protocolo contém o instrumento, mas também contém os procedimentos e as regras gerais que deveriam ser seguidas ao utilizar o instrumento. É desejável possuir um protocolo para o estudo de caso em qualquer circunstância, mas é essencial se estiver utilizando um projeto de casos múltiplos.

Segundo Yin (2005) o protocolo deve apresentar as seguintes seções:

- Uma visão geral do projeto do estudo de caso;
- Procedimentos de campo;
- Questões do estudo de caso;
- Guia para o relatório do estudo de caso.

Coleta de Dados

O processo de coleta de dados no estudo de caso é mais complexo que o de outras modalidades de pesquisa. Isso porque na maioria das pesquisas utiliza-se uma técnica básica para a obtenção de dados, embora outras técnicas possam ser utilizadas de forma complementar (Gil, 2002).

Yin (2005) afirma que a coleta de dados para os estudos de caso pode se basear em muitas fontes de evidências. As fontes de evidências são a documentação, os registros em arquivos, as entrevistas, a observação direta, a observação participante e os artefatos físicos.

Obter dados mediante procedimentos diversos é fundamental para garantir a qualidade dos resultados obtidos. Os resultados obtidos no estudo de caso devem ser provenientes da convergência ou da divergência das observações obtidas de diferentes procedimentos. Dessa maneira é que se torna possível conferir validade ao estudo, evitando que ele fique subordinado à subjetividade do pesquisador (Gil, 2002).

Avaliação e Análise dos Dados

A análise dos dados consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas ou, do contrário, recombina as evidências tendo em vista proposições iniciais de um estudo (Yin 2005).

Gil (2002) destaca que em vários itens de natureza metodológica, o que apresenta maior carência de sistematização é referente à análise e interpretação dos dados. Como o estudo de caso vale-se de procedimentos de coleta de dados os mais variados, o processo de análise e interpretação pode, naturalmente, envolver diferentes modelos de análise.

Preparação do Relatório

Gil (2002) destaca que os relatórios referentes a estudos constituídos de um único caso tradicionalmente foram elaborados sob a forma de uma narrativa. Estudos que envolvem

múltiplos casos, por sua vez, muitas vezes foram apresentados individualmente, como narrativas em capítulos ou tópicos separados.

Um “relatório” de estudo de caso não precisa ser apenas escrito. As informações e os dados obtidos em um caso podem ser expostos de outras maneiras, como uma exposição oral ou até um conjunto de fotos ou gravações de vídeos (Yin 2005).

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo central apresentar uma estratégia metodológica que contribua com as pesquisas na área da administração com foco no método de estudo de caso. Como destacado por Yin (2005) muitos pesquisadores demonstram um certo desprezo para com a estratégia de estudo de caso, assim o artigo buscou contribuir para aplicação e melhor entendimento dessa estratégia metodológica.

O esquema teórico apresentado visa contribuir para os pesquisadores da área de administração, demonstrando um modelo para utilizar nas pesquisas. É importante ressaltar que devido não haver um consenso entre os pesquisadores, como afirmado por Gil (2002), foram utilizadas as literaturas para construir um embasamento teórico que proporcione uma maior segurança ao aplicar a metodologia.

Vale ressaltar que este artigo possui suas limitações, mas pode ser utilizado para orientação de pesquisados iniciantes e aqueles que necessitam de mais informações para melhor aplicar em sua pesquisa científica.

Referências

- FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ARQUITETURA

UMA REVISÃO SOBRE OS BENEFÍCIOS DO USO DE JARDINS VERTICAIS NAS EDIFICAÇÕES, SEUS EFEITOS PAISAGÍSTICOS E DE CONFORTO AMBIENTAL

Janaina Faleiro Lucas Mesquita (Orientadora). Docente FAVAG. E-mail: profjaninafaleiro@gmail.com;

Eliana Maria de Almeida Lacerda. Discente FAVAG. E-mail: lianaalmeidaartista@gmail.com

Introdução

Persch; Piccilli; Tassi e Tassinari (2014) apontam, que segundo dados da População das Nações Unidas, a população mundial conta com mais de sete bilhões de pessoas. No Brasil, a partir da década de 50, houve um aumento acelerado no processo de urbanização. Conforme exposto no artigo dos autores, a urbanização brasileira e o crescente aumento das construções e obras de infraestrutura urbana provocaram elevada transformação na organização sócio espacial do país, provocando o crescimento desordenado do meio ambiente urbano.

Fedrizzi e Scherer (2014) enfatizam que, a escassez de áreas verdes no meio urbano chama atenção cada vez mais, essas áreas verdes estão sendo substituídas por edificações e pavimentações. O crescimento acelerado das cidades está levando a um esgotamento das áreas públicas disponíveis para construções de praças, parques ou áreas verdes. Para os autores, os jardins verticais, também conhecidos como paredes ou cortinas verdes são uma intervenção paisagística em paredes externas e/ou internas das edificações, cobertas por vegetação através de técnicas especializadas. O uso desse tipo de técnica, os jardins verticais, contribui para o aumento das áreas verdes e é uma forma de harmonizar as construções, as cidades e o meio urbano. Essa alternativa poderá levar a alguns benefícios, como por exemplo: a amenizar a radiação solar; auxiliar na filtração e purificação do ar e proporcionar uma sensação agradável de conforto térmico.

Tendo em vista as técnicas atuais para construção dos jardins verticais e o limitado número de publicações sobre o tema, principalmente no Brasil e diante das considerações apresentadas e da importância do assunto, este estudo tem como objetivo principal, levar ao conhecimento do leitor, os benefícios da utilização de jardins verticais, discutindo as principais potencialidades do seu uso no meio urbano, de forma a contribuir para subsidiar pesquisas futuras e um maior conhecimento sobre a temática.

Metodologia

O trabalho foi realizado através de um levantamento bibliográfico de produções científicas. Foram consultados artigos publicados em periódicos sobre a importância dos jardins verticais nas edificações. Foi realizada uma busca junto ao Banco de Dados do SCIELO (Scientific Eletronic Library Online) para encontrar artigos confiáveis. Foram feitas buscas com as seguintes palavras-chaves: Jardim Vertical; Cortina Verde; Parede Viva; Conforto ambiental; Sustentabilidade.

Resultados e discussão

Baldessar (2012) destaca que, os centros urbanos que enfrentam progressivo crescimento, defrontam-se com os efeitos do seu desenvolvimento desmedido, como a queda da qualidade de vida dos indivíduos e os impactos ambientais provocados. Desse modo e em favor da sustentabilidade, conforto ambiental e embelezamento paisagístico, pretendem reorganizar os espaços urbanos através do reestabelecimento das áreas verdes, através da implantação dos jardins verticais.

A história mostra que os primeiros vestígios de paisagismo vertical concebidos, foram os jardins suspensos da Babilônia, originados aproximadamente em 450 a.c. por Nabucodonosor II, como uma forma de agradar sua esposa. As paredes verdes foram edificadas sobre o palácio, com aproximadamente 20 metros de altura e compatibilizavam-se através de imensos terraços arborizados, irrigados a partir do rio Eufrates, instituindo uma cultura botânica e estética, segundo Prado(2016), (Apud Souza, 2012, p. 33). Para exemplificar essa experiência, temos os jardins do Mausoléu de Augusto e o Castelo de Santo Ângelo, situados em Roma. Desse modo, aproveitavam-se de flores, árvores, arbustos e plantas trepadeiras, uma vez que, além de proporcionarem um ambiente esteticamente mais garboso, elegante e harmonioso, também reduziam o calor, tornando-o mais agradável (ARAGÃO, 2011).

No século XX o progresso dos jardins verticais avançou até a Europa, principalmente na Itália. Mais tarde, países como a França e a Inglaterra também adotaram esta mesma atividade, fazendo-a ainda mais popular, na segunda metade do século XX, segundo Prado(2016), (Apud SOUSA, 2012, p. 38).

A partir de 1898, com a sugestão de cidade-jardim implementada por Ebenezer Howard, a visão de empregar cobertura vegetal nos muros, conseguiu ser apontada como um componente que engrandece a fachada e usufrui dos benefícios da cidade e do campo, visando conter o crescimento urbano desordenado. Nota-se, que a temática ambiental tornou-se preocupante na sociedade entre o final do século XIX e início do século XX. Nesse âmbito, os jardins verticais conquistaram espaço, advertindo os pesquisadores, sobre a importância da sustentabilidade no crescimento urbano, segundo Prado(2016), (Apud SOUSA, 2012, p. 38).

Devido à insatisfação e o aumento da preocupação acerca do rápido e desordenado crescimento das cidades industrializadas, foi criada a Carta de Atenas em 1933, resultado do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, conforme Souza(2012), (Apud KANASHIRO, 2005, p. 14).

No Brasil, a biografia dos jardins verticais começou 50 anos após a Carta de Atenas, com o paisagista brasileiro, Roberto Burle Marx, artista plástico e paisagista, reconhecido internacionalmente. Burle Marx tinha enorme admiração pela flora brasileira, assim, priorizava a utilização de 100% de plantas tropicais nas suas obras. Dentre elas, destaca-se o primeiro jardim vertical, na sede do banco Safra, localizada na Avenida Paulista, em São Paulo e o jardim vertical no edifício do Ministério da Saúde e Educação no Rio de Janeiro que contou com a parceria dos arquitetos e urbanistas Lúcio Costa e Le Corbusier (SOUSA, 2012).

Após o destaque de Burle Marx, até 10 anos atrás, houve limitados vestígios de jardins verticais no Brasil. Entretanto, com o aumento da conscientização de conservação ambiental, em todo o mundo, surgiu no Brasil há dez anos a primeira empresa de paisagismo especializada em jardins verticais: A Quadro Vivo, e com isso, também foram surgindo peritos em jardins verticais. Porém, a manifestação de tais jardins como elemento de paisagismo e design ocorreu, apenas há quatro anos com a implantação desta técnica de jardim nas áreas de arquitetura, design e decoração, incentivando, assim, a população das cidades a buscarem, cada vez mais, métodos eficazes e revolucionários para incorporar a natureza em suas vidas (SOUSA, 2012).

Para Nunes (2014), as principais vantagens dos jardins verticais são: amenização da radiação solar, causando conforto térmico, auxilia na redução de gastos energéticos, e conseqüentemente a indispensabilidade de refrigeração do mesmo; reduz ruídos externos, parques e zonas industriais; minimiza a contaminação do ar e aumenta sua qualidade, preservação da fachada; promove sensação agradável de conforto; embeleza e valoriza os centros urbanos e a edificação, tornando-os mais atrativos e valorizados e colaboram para o aumento da biodiversidade.

Considerações finais

A temática Jardim Vertical é relativamente recente, a bibliografia relacionada ao tema ainda é escassa. Conforme pesquisado foi constatado que, a população tem cada vez mais se conscientizado da necessidade de melhoria na qualidade do ambiente urbano, através da utilização de ações de sustentabilidade para a preservação dos espaços verdes. Há uma grande preocupação com o espaço urbano, que chega a ocupar lugar de destaque em todo o mundo, cresce a procura de soluções inovadoras para diminuir problemas como o calor excessivo. Esta breve pesquisa, revelou que a criação de jardins verticais proporciona grandes benefícios para as cidades e a população que nela habita. Mesmo que pouco usado no Brasil, é notório que os jardins verticais são uma relevante solução arquitetônica, sustentável e promissora, pois além de proporcionar beleza, controla a incidência solar e ameniza o calor excessivo, torna os ambientes mais frescos e agradáveis de habitar.

Referências

- ARAGÃO, Alexandra Cristina Guedes de. **Coberturas verdes – um passo para a sustentabilidade**. 2011. Tese (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Porto, 2011.
- BALDESSAR, Silvia Maria Nogueira. **Telhado verde e sua contribuição na redução da vazão da água pluvial escoada**. 124 f.: il., tab, graf. Curitiba, 2012.
- FEDRIZZI, Beatriz Maria; SCHERER, Minéia Johann. Jardins Verticais: potencialidades para o ambiente urbano. **Revista Latino-Americana de Inovação e Engenharia de Produção**, [online], v. 2, n. 2, p. 49-61, set. 2014. ISSN 2317-6792. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/relainep/article/view/37883>>. Acesso em: 03 abr. 2017. doi: <http://dx.doi.org/105380/relainep.v2i2.37883>.
- KANASHIRO, M. **Da antiga à nova Carta de Atenas – em busca de um paradigma espacial de sustentabilidade**. 2005.
- NUNES, Cristiane. **Jardins Verticais: Vantagens e Aplicações – SustentArqui**. 2014. Disponível em: <<http://sustentarqui.com.br/dicas/jardins-verticais-vantagens-e-aplicacoes/>> Acesso em: 03 de Abril. 2017.
- PERSCH, Cristiano Gabriel; PICCILLI, Daniel Gustavo Allasia; TASSI, Rutinéia TASSINARI, Lucas Camargo da Silva; . **Telhado verde: uma alternativa sustentável para a gestão das águas pluviais**. *Ambient. Constr.* [online]. vol.14, n.1, Porto Alegre jan./mar. 2014. p.139-154. ISSN 1678-8621. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-86212014000100012>.
- PRADO, Simone Cristina Nienke. **Jardins verticais: um novo modelo de urbanização sustentável**. Julho/2016. ISSN 2179-5568 – Revista Especialize On-line IPOG - Goiânia - Edição nº 11 Vol. 01/ 2016 julho/2016.
- SOUSA, Rogério Bastos de. **Jardins verticais - um contributo para os espaços verdes urbanos e oportunidade na reabilitação do edificado**. 2012. 212f. Tese (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Lusófona do Porto. Porto, 2012.

DESENVOLVIMENTO URBANO DA CIDADE DE JANAÚBA: a evolução física, social, ambiental, econômica, cultural e histórica como influência na construção da sua imagem

Matheus Bezerra Ribeiro (Orientador) Docente FAVAG. E-mail: contato@matheusbezerra.com;

Rodrigo de Freitas Castro Discente FAVAG. E-mail: rodrigodefritascastro@yahoo.com.br

Introdução

O desenvolvimento deste projeto surgiu após a execução de etapas de um trabalho proposto pela disciplina de Projeto e Urbanismo II realizada na área central da cidade de Janaúba – MG. Essa experiência teve como objetivo, compreender a dinâmica da área estudada e suas mediações, a fim de que se criem elementos para uma futura intervenção.

Ao analisarmos a situação da área envolvida, percebemos a carência de produções teóricas e acervos bibliográficos abarcados pela concepção da Arquitetura e Urbanismo, justificando assim a importância de abordarmos o tema.

Outros aspectos para confirmar a relevância do estudo são postos pelas interpretações da área urbana, permitindo várias análises como consequência da intervenção humana em meio aos componentes físicos, sociais, ambientais, econômicos, culturais e históricos denotando como fruto, a história de um povo em meio as transformações societárias.

Tais transformações são identificadas e colocadas no contexto da vivência de um povo perante o espaço urbano. Podemos analisar essa relação como uma junção entre a herança de valores socioeconômicos e ambientais, concepções constituídas historicamente e a intervenção prática fruto dessas referências.

Além de retratar o espaço estudado na ótica dos componentes já citados, o estudo propõe um suporte para projetos futuros na área. Com as mudanças ocorridas no contexto global, faz-se necessário que busquemos procedimentos no intuito de diminuir os impactos ocasionados pela intervenção inadequada no espaço urbano, propiciando riscos aos moradores no que tange a qualidade de vida.

No entanto, esse estudo subsidiará elementos de intervenções atrelando teoria e prática, a partir das informações colhidas na área.

Metodologia

O caminho teórico-metodológico a percorrer na busca do saber e compreender tem como método de análise aqui escolhido, a dialética crítica, baseado na teoria social de Kal Marx, que visa considerar o condicionamento histórico e social, desmascarando o discurso de neutralidade.

A pesquisa realizar-se-á na cidade de Janaúba MG, tendo como objetivo geral buscar elaborar diagnóstico urbano considerando os aspectos físicos, sociais, ambientais, econômicos, culturais e históricos como resposta direta e indireta da imagem da cidade.

O período da pesquisa será durante um ano, tendo iniciado no final de 2016. Para coleta de dados iremos utilizar entrevistas com os moradores da área estudada; pesquisas bibliográficas; pesquisas em equipamentos públicos; análise de documentos que envolvem o local assim como seu entorno; e observação in lócu.

Resultados e discussão

A cidade extrapassa a representatividade que cada pessoa faz dela. Com o olhar arquitetônico a cidade é a construção no espaço, transpondo em grande escala acrescida de uma arte temporal, mas com sequencias raras e limitadas a outras artes temporais, não podendo ser percebida através de fragmentos, mas sim por meio de uma análise histórica completa.

Ela define e resulta de um processo entre o observador e seu ambiente, tal observação marca e diferencia entre observadores diferentes. Para Lynch 2011, dentro dessa perspectiva existem aspectos que são permanentes. Uma imagem pode ser decomposta em três componentes: Identidade, estrutura e significado tornando todos juntos dentro de uma análise.

Todavia a imagem de uma cidade pode ser analisada em diversos aspectos, para nosso entendimento, ainda para Lynch 2011 a análise das cidades podem ser descritas em meio às formas físicas, sendo classificadas em cinco tipos de elementos: Vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos.

O processo urbano Brasileiro é permeado pela inserção do país no sistema capitalista. Tal interação economia-espaço não ocorreu diretamente mais sim em diversas etapas de intervenção do Estado.

Reforça assim o surgimento das cidades pautadas pela industrialização tendo o Estado como suporte para suas necessidades. Assim podemos caracterizar o processo de urbanização Brasileira como parte integrante da intervenção do Grande Capital, sendo essas relações como Urbano-industrial.

Para exemplificar este tipo de desenvolvimento citamos as capitais dos Estados Brasileiros como: São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Considerações Finais

Com dados parciais da pesquisa, percebemos que a cidade de Janaúba MG, foi marcada pelo processo urbano no que tange a agricultura onde a intervenção do Estado se destaca para atingir suas metas guiadas pela vertente capitalista.

O crescimento urbano pautado pelo desenvolvimento rural, com as intervenções na área da agricultura fomentaram a criação de rodovias de escoamento de alimentos, inteirando ao campo valor de integração ao contexto nacional. Com isso outros fatores vão surgindo agregando valores e funções para as cidades.

É importante ter ciência que a legitimidade da cidade corresponde em assegurar todos os componentes de ordem física, sociais, econômicas, políticas e ambientais, pois sua concepção depende da junção desses fatores que representam e caracterizam a imagem da cidade.

Ressaltamos que o desenvolvimento urbano da cidade em questão é impulsionado por meios de fatores diversos e em diferentes períodos. A pesquisa prevê a coleta de dados que pontuam as inúmeras modificações até chegarmos aos dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEVOLO Leonardo **História da Cidade** 3 Ed. São Paulo : Perspectiva S.A. 1997.
GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
HERMANO Vivian Mendes **Desenvolvimento urbano-rural da rede de Janaúba e nova Porteirinha**, Montes Claros 2006.
JEUDY, Henri Pierre **Espelhos das Cidades**. Rio de Janeiro : Casa da Palavra, 2005.
LYNCH K. **A imagem da Cidade** 3. Ed. São Paulo : WMF Martins Fontes, 2011.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço**. Art.Cultura, Uberlândia, vol. 4, n. 4, p. 26, 2002.

PESAVENTO Sandra Jatahy **Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões Sobre a Memória e o Patrimônio Urbano** V. II, nº4. Pelotas, Rio Grande do Sul : Editora da UFPEL. Ago/Dez 2005.

VARGAS H. C. ; CASTILHO A. L. H. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. In: _____. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. 3 Ed. Barueri, SP : Manole, 2015.

ARBORIZAÇÃO URBANA: um estudo de caso em praças públicas de Janaúba-MG.

Janaina Faleiro Lucas mesquita (Orientador) Docente FAVAG. e-mail: profjaninafaleiro@gmail.com;
Andreia Josenaide Seixas Oliveira Magalhães Discente FAVAG. e-mail: cjn_andreia@hotmail.com
Arley Figueiredo Portugal Docente FAVAG. E-mail: arleysolos@yahoo.com.br

Introdução

O crescimento das cidades industriais, gerou um espaço urbano carente de áreas verdes. As poluições das fábricas imperavam as cidades, enquanto que áreas verdes limitavam às áreas rurais, havendo assim uma separação entre elas (SIEBERT, 2008). Também de acordo com Siebert (2008, p.01):

Mas esta visão de antagonismo entre cidade e natureza foi desafiada ainda no século dezenove por projetos como os parques urbanos de Frederick Law Olmsted, líder do movimento City Beautiful e a Cidade Jardim de Ebenezer Howard. E hoje, tantos anos depois, vemos a arborização urbana, e o projeto de parques e praças humanizarem e embelezarem as cidades, trazendo conforto ambiental e contribuindo para sua sustentabilidade.

O presente trabalho apresenta-se estudo de caso da arborização da cidade de Janaúba-MG e tem o objetivo de analisar a variação de temperatura em função da arborização em duas praças públicas da cidade.

Metodologia

O trabalho foi desenvolvido na cidade de Janaúba, localizada na região norte do estado de Minas Gerais, possui aproximadamente 71.000 habitantes em 2007, conta com uma infraestrutura de porte médio e clima tropical semiárido (IBGE, 2017). A paisagem e o espaço urbano são condicionados pelo percurso do rio Gorutuba.

A pesquisa de campo foi realizada no dia 11 de março de 2017, nos bairros São Gonçalo e o Centro, em duas praças públicas, sendo uma bem arborizada (Praça Anchieta) e outra com pouca arborização (Praça do Cristo). Foram realizadas leituras de temperaturas durante o mesmo dia, no período da tarde, onde ocorre maior insolação e os problemas de desconforto térmico são mais evidentes. Também foram realizadas entrevistas com moradores e um profissional de arquitetura.

Resultados e Discussão

Foi observado uma diferença significativa na temperatura entre as praças arborizadas (Praça Anchieta) e não arborizada (Praça do Cristo). No mesmo dia e horário, a praça Anchieta no bairro São Gonçalo que é arborizada o termômetro marcou 34° graus, às 14:30h. Já a praça do Cristo localizada no Centro da cidade o termômetro marcou 38° graus, às 15h do mesmo dia, apresentando um diferença de 4° graus em função da arborização, conforme demonstrado pelas imagens 1, 2, 3 e 4.

Consideradas por Mascaró (2010, p.13) como elementos da estrutura urbana, as árvores, proporcionam embelezamento e contribuem para a redução da erosão; para o controle do clima e economia de energia com o sombreamento, a redução da temperatura, a retenção da água no solo, o aumento da umidade relativa do ar e a obstrução dos ventos; controle da poluição absorvendo gás carbono e ameniza os ruídos dos centros urbanos.

Figura 1 – Imagem demonstrando pouca arborização da Praça do Cristo, Janaúba_MG



Foto: acervo pessoal

Figura 2 – Leitura de temperatura na Praça do Cristo, Janaúba-MG



Foto: acervo pessoal

Figura 3 – Imagem demonstrando a arborização da Praça Anchieta, Janaúba MG



Foto: acervo pessoal

Figura 4 – Leitura de temperatura na Praça Anchieta, Janaúba-MG



Foto: acervo pessoal

Ao entrevistar a moradora do bairro São Gonçalo, Maria¹, a mesma disse que tem três crianças e por essa razão escolheu o bairro para viver, por ser um bairro residencial sossegado e ter uma área verde, onde seus filhos poderão conviver com a natureza, tendo um conforto térmico de melhor qualidade. Outra característica interessante do bairro é o fato de no final da tarde a maioria dos moradores saem das suas casas para fazer caminhadas e contemplar a natureza. Já na outra região contemplada pela pesquisa, a região central, ao entrevistar o João², funcionário da prefeitura que cuida da praça do Cristo, o mesmo reclamou da falta de arborização e disse que o sol incide na praça praticamente todos os períodos do dia e que as pessoas que esperam ônibus da zona rural para utilizar o comércio de Janaúba reclamam de ficarem sempre expostas ao sol forte, elas se aglomeram enfrente as lojas à espera dos ônibus, porque na praça não conseguem ficar devido ao calor excessivo. As poucas árvores altas que existiam no local, foram arrancadas e as de porte pequeno que ainda estão no local não são suficientes, principalmente os coqueiros que não fornecem a sombra necessária para um bom conforto térmico. Com base nas entrevistas feitas nos dois locais, foi feita uma terceira entrevista com um profissional da área o Arquiteto e Urbanista e também professor da Favag-Faculdade Vale do Gorutuba, Matheus Bezerra³, realizada no dia 31 de março de 2017 às 10:30h, que colocou o seu posicionamento acerca da urbanização na cidade de Janaúba, especificamente entre essas duas praças. Segundo ele, Janaúba é uma cidade nova que cresceu de forma desordenada, uma cidade plana que nasce junto ao rio Gorutuba, de onde desenvolve e o problema viário surge. A tradição de andar de bicicleta é um ponto positivo para a cidade, o que se poderia fazer urbanisticamente é dar mais qualidade para as pessoas que utilizam deste meio de transporte, como aumentar a ciclovía. Outro ponto importante é a falta de

¹ Entrevista realizada no dia 15 de março de 2017, aproximadamente às 17 horas. A entrevistada solicitou que sua identificação fosse mantida em sigilo, assim foi utilizado um nome fictício.

² Entrevista realizada no dia 15 de março de 2017, aproximadamente às 15:30 horas. O entrevistador solicitou que sua identificação fosse mantida em sigilo, assim foi utilizado um nome fictício.

³ Entrevista realizada no dia 31 de março de 2017, às 10:30horas com o professor e arquiteto e urbanista de Janaúba Matheus Bezerra.

arborização da mesma, já que o clima de Janaúba é extremamente quente e seco, isso demonstra uma falta de planejamento prévio, como se vê em várias cidades pequenas que crescem de forma desordenada. Quando se comparara com outras cidades planejadas como Curitiba, observa-se o quão significativo é essa realidade. No geral os espaços públicos de Janaúba não são bem aproveitados um exemplo é o bairro da sua pesquisa a praça Anchieta que é bem arborizada mais falta infraestrutura básica. Já a praça do Cristo que é de certa forma um cartão postal da cidade, na qual há um grande fluxo de pessoas, poderia ser bem mais aproveitada com mais árvores o que diminuiria, dando as pessoas que ali frequenta um conforto término melhor e uma fonte, na qual melhoraria a umidade do ar. As soluções para melhorar o clima da cidade de Janaúba são os plantios de árvores que são baratas já que I.E.F- Instituto Estadual de Florestas⁴ da própria cidade doam mudas. Porque pesquisas mostram que uma cidade mais arborizada, a população é mais disposta, fazem mais atividades físicas e são mais felizes.

Considerações Finais

Fica evidente a importância da arborização da cidade de Janaúba, onde a maioria da população utiliza o transporte através de bicicletas, e a arborização poderá fornecer um bom conforto térmico para que as pessoas possam ter uma melhor qualidade de vida. Esse conforto traz bem-estar e uma paisagem agradável para a população. Várias formas podem ser implantadas na cidade de Janaúba, que ainda é uma cidade de porte pequeno, como uma conscientização nos plantios de árvores, propondo a cada morador que plante uma árvore em frente a sua residência ou lojas e mostre os benefícios que isso trará para eles. Outra forma é estimular as crianças nas escolas. A prova desta nova relação será uma cidade com temperatura agradável e uma paisagem urbana que trará benefícios psicológicos, econômicos e sociais. Com base em tudo que foi exposto no artigo, fica evidente a importância de uma urbanização bem planejada e eficaz para o bom funcionamento da cidade e qualidade de vida da população.

Referências

- IBGE.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=313510>>. Acesso em 23 de março de 2017.
- MASCARÓ, Lucia E. A. R. ; MASCARÓ, Juan Luis. **Vegetação urbana**. 3ª. ed. Porto Alegre: UFRGS FINEP, 2010. v. 1. 212 p.
- SIEBERT, Claudia. **Arborização urbana** - conforto ambiental e sustentabilidade: o caso de Blumenau - SC. In: NUTAU 2008 - 7º Seminário Internacional - Espaço Sustentável, 2008, São Paulo. Anais. São Paulo : USP, 2008.

⁴ I.E.F – Instituto Estadual de Florestas da cidade de Janaúba doam dependendo da época do ano cem mudas por CPF.

OS PROBLEMAS AMBIENTAIS NO RIO GORUTUBA E O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Ana Clara Silva Faria. Discente de Arquitetura e Urbanismo FAVAG. klarafaria@hotmail.com
Társis Valéria Marques Caires (Orientadora). Arquiteta e Urbanista. Docente FAVAG.
tarsiscaires@hotmail.com

Introdução

O crescimento populacional e, por conseguinte, a urbanização acelerada, têm causado vários problemas ambientais que ameaçam seriamente a natureza e o bem estar das futuras gerações. Assim sendo, a tomada de consciência das questões tipicamente urbanas e a necessidade de intervir sobre elas são de fundamental importância. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico e de campo baseada na temática do desenvolvimento urbano sustentável e visa avaliar os problemas ambientais existentes no Rio Gorutuba, com evidência o trecho entre as cidades de Janaúba e Nova Porteirinha – MG. Neste sentido, busca identificar os problemas ambientais relacionados ao rio Gorutuba e a sua importância para os municípios de Janaúba e Nova Porteirinha, tendo como principal objetivo identificar ações no âmbito do desenvolvimento sustentável que possam contribuir na melhoria de vida dos atuais habitantes e suas futuras gerações. A identificação de problemas ambientais neste perímetro do Rio Gorutuba, pretende instigar ações que realmente exerçam mudanças nas atitudes dos cidadãos e promovam de fato um desenvolvimento urbano sustentável.

Metodologia

Dados teóricos foram adquiridos através de pesquisas bibliográficas em livros, artigos científicos e sites da internet.

Para realização deste trabalho, realizaram-se também, visitas aos locais determinados a fim de coletar imagens, observar o nível de conservação e preservação do rio Gorutuba e identificar os impactos ambientais à principal fonte de sobrevivência da população de Janaúba e Nova Porteirinha.

A área pesquisada abrangeu dois pontos do rio Gorutuba que ao determiná-los levou-se em consideração a localização, estando um em cada cidade, e os pontos de maior incidência da interferência humana.

No município de Janaúba foi selecionada a “Praia do Copo Sujo” aqui denominada como local 1 e no município de Nova Porteirinha o trecho que se estende entre a “Ponte Nova” e a “Ponte Velha” denominada como local 2.

Resultados e discussão

Estudo do local 1 – A “Praia do Copo Sujo”, como é conhecida, está situada na Avenida Edilson Brandão à margem oeste do Rio Gorutuba no município de Janaúba. É

um local que oferece à população um ambiente de lazer com bares e demais espaços de convivência e é onde se identificou várias atividades que diretamente ocasionam a degradação ambiental do rio. Dentre as atividades identificadas, destacam-se o descarte de lixo, a lavagem de carros, atividade muito praticada no local, apesar da proibição expressa pela sinalização local e a lavagem de roupas. Todas essas atividades provocam intensa poluição uma vez que dejetos, tais como, o óleo dos veículos, sabões e embalagens de produtos são diretamente lançados nas águas criando problemas irreversíveis à natureza.

Estudo do local 2 – Trecho entre a “Ponte Nova” e a “Ponte Velha” – constatou-se um pequeno, porém significativo desmatamento; o despejo de esgoto “*in natura*” e uma grande quantidade de resíduos sólidos poluidores, descartados pela população que ocupa irregularmente o local. A proximidade das casas edificadas à margem leste do rio representa além de um grande risco aos seus habitantes nos períodos de cheia, uma indesejada poluição visual.

Em ambos os locais é possível observar o descaso com este recurso natural de grande importância para sobrevivência. Embalagens de plástico, vidro e metal, são vistos ao longo de todo o trecho, além de móveis, eletrodomésticos e pneus velhos descartados indiscriminadamente nas margens do rio.

Considerações Finais

Conclui-se com tal análise, que se faz necessária uma limpeza nos pontos mais críticos e a disponibilidade de mais lixeiras ao longo de toda a margem. Faz-se necessário ainda, um trabalho de conscientização dos moradores locais sobre a importância do Rio Gorutuba para ambas as cidades e a consciência de que sem a utilização deste recurso de forma sustentável, as futuras gerações serão prejudicadas.

Na análise do Local 1, foi possível constatar que o ambiente de lazer, ora agradável à população, não estará disponível para as próximas gerações se medidas emergenciais não forem tomadas.

A preservação das matas ciliares, o planejamento urbano, o cuidado com o descarte do lixo e esgoto, o uso consciente das águas, o envolvimento e comprometimento das autoridades e, sobretudo a fiscalização ambiental são ações de fundamental importância para preservação do rio.

O desenvolvimento urbano das cidades às margens do rio Gorutuba deve se dar de uma forma ecologicamente correta e socialmente justa.

Referências

BACCI, D.C.; PACATA, E.M. **Educação para a água**. Scielo Estudos Avançados, v. 22, n. 63, p. 211-226, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a14.pdf>> Acesso em: 14 julho. 2016.

BARBOSA, Gisele Silva. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. Revista Visões. 4ª Edição. Nº 04, volume 1. P. 1 -11. Jan- jun/2008.

BARROS, Ricardo de Farias. **Desenvolvimento Regional Sustentável: a experiência do Banco do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 201 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Social e Trabalho).

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BREHENY, M. J. “**The contradictions of the compact city: a review**” In: BREHENY, M. J. (Ed.). **Sustainable development and urban form**. London: Pion Books, 1992a.

CUNHA, M. F. S.; NASCIMENTO, N. A. C.; MIGUEL, J. R. **Livros didáticos e poluição ambiental: mais do que uma escolha, uma decisão**. Revista de Educação, Ciências e Matemática, v.2, n.3, 2012. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/viewFile/1950/1087> > Acesso em: jul. 2016.

DIAS, L. S.; ROCHA, A. M.; LEITE, M. E. **Análise da ocupação no entorno da Barragem Bico da Pedra, no Município de Janaúba/MG**. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/P.2318-2962.2015v25n44p221>>. Acesso: Jun. 2016.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normatização de publicação técnico-científicos**. 9ª Edição. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2013.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MILLER JR. Gtyler. **Ciência Ambiental**. Tradução All Task, São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Ranking do IDH-M dos municípios do Brasil**. 2000. Disponível em: . Acesso em 09 out. 2015.

SEN, Amartya Kumar. **Ética da Empresa e Desenvolvimento Econômico**. In: CORTINA, Adela Orts (Org.). **Construir confiança: ética da empresa na sociedade da informação e das comunicações**. São Paulo: Loyola, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIRKIS, Alfredo. **Ecologia Urbana e poder local. Sustentabilidade, Governance e Participação**. 3ª Edição TX. 2012.

WCED – World Commission on Environment and Development’s. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NA DISCIPLINA DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA, DO URBANISMO E DO PAISAGISMO I, DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA FACULDADE VALE DO GORUTUBA

Janaina Faleiro Lucas Mesquita. Docente FAVAG. e-mail: profjaninafaleiro@gmail.com

Introdução

O trabalho exposto neste texto busca iniciar uma reflexão a respeito do uso de metodologias ativas em sala de aula e apresentar parte do resultado da aplicação de metodologias ativas na disciplina de Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo I. A disciplina em questão compõe parte da grade curricular 2017-1, do primeiro período, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Vale do Gorutuba (Favag).

A contemporaneidade nos levou a um contexto de um mundo globalizado a cada dia mais informatizado e com tecnologias que avanços em um curto espaço de tempo. O que leva a necessidade de uma atualização nos métodos de ensino em todos os níveis, desde o maternal à pós-graduação. Aos docentes é lançado o desafio de, como ensinar alunos que a cada dia estão mais conectados em um mundo onde a cada segundo são realizadas novas descobertas, novos experimentos e a ciência avança em alta velocidade? E como inovar a metodologia de ensino sem perder a qualidade no ensino?

Uma das alternativas que vem sendo utilizada por inúmeras instituições de ensino em resposta a estas perguntas é o uso de metodologias ativas em sala de aula, que conforme Alencar e Borges (2014, p. 120), são: “[...] formas de desenvolver o processo do aprender que os professores utilizam na busca de conduzir a formação crítica de futuros profissionais nas mais diversas áreas”. Existem diversas formas de desenvolver este processo do aprender, uma delas é através das problematizações: “Dentre uma as Metodologias Ativas utilizadas está a problematização, que tem como objetivo instigar o estudante mediante problemas, pois assim ele tem a possibilidade de examinar, refletir, posicionar-se de forma crítica” (ALENCAR E BORGES, 2014, p. 120).

Este método de ensino inovador leva em consideração:

[...] fatores que as ciências pedagógicas contemporâneas nos revelam, como por exemplo: o aluno precisa ser motivado para a aprendizagem; o conhecimento se dá na relação sujeito – objeto-realidade e pela ação do educando sobre o objeto de estudo [...] (OLIVEIRA, 2006, p. 4)

Dessa forma, segundo Oliveira (2006), no ensino é preciso levar em consideração a bagagem cultural do aluno. O professor não será mais a autoridade do saber que apenas transmite conhecimento, como no modelo tradicional de ensino, ele terá um papel de mediação. Assim, buscou-se a aplicação das metodologias ativas na disciplina de Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo I, o que se almejou foi a constante melhora na qualidade do ensino e no aprendizado dos discentes. O ensino de qualidade é uma preocupação de instituições de ensino superior, docentes e discentes. E é papel da instituição e do docente a busca pela inovação e aplicação de metodologias de ensino que contribuam para essa qualidade no ensino superior. Assim, a Favag forneceu subsídios para que o docente da disciplina aqui em análise desenvolvesse um trabalho através das metodologias ativas.

Um dos subsídios fornecidos foi uma capacitação, realizada no dia 20 de fevereiro de 2017, com a professora Renata Perrenoud, coordenadora do curso de Engenharia Civil do UNISAL (Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Unidade Lorena), onde foi explicada

toda a metodologia PBL, da aprendizagem baseada em problemas, Renata ensinou o método e mostrou experiências realizadas na UNISAL.

Metodologia

Para a realização deste estudo foram adotadas pesquisas bibliográficas, estudos de caso e a capacitação realizada com a professora Renata Perrenoud. Os estudos de caso foram realizados durante o primeiro semestre do ano de 2017 durante a disciplina de Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo I, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Vale do Gorutuba.

Resultados e Discussão

Em um primeiro momento de contato com a disciplina, mesmo com o domínio prévio do conteúdo a ser ministrado, houve um receio e uma preocupação de como seriam utilizadas as metodologias ativas em uma disciplina carregada de conceitos e teorias. Onde a ementa constava desde a Pré-história até a Idade Média. A princípio, com base na capacitação da professora Renata, foram propostos três projetos a partir de problematizações com temas da disciplina. Foram eles: Projeto 1 – As primeiras construções (tema pré-história e antiguidade clássica), Projeto 2 – Os templos Gregos e Romanos e Projeto 3 – Criação de jogos a partir de estilos arquitetônicos da Idade Média. A partir do Projeto 1 (imagens 1 e 2 – Resultados dos trabalhos produzidos na atividade de Projeto 1), que foi executado e atingiu as metas de aprendizagem que haviam sido propostas, com uma ótima aceitação entre os discentes, adquiriu-se uma confiança para desenvolver novos métodos ativos que passaram a ser constantes na sala de aula da disciplina aqui em análise.

Imagens 1 e 2 – Resultados dos trabalhos produzidos na atividade de Projeto 1



Fonte: arquivo pessoal.

Dessa forma, novas atividades foram propostas e desenvolvidas. Uma delas foi a elaboração de painéis com edifícios e obras Gregas e Romanas, onde foi levado até os alunos mais de 50 edifícios e obras e seus respectivos nomes, os discentes tinham que relacionar as imagens aos seus respectivos nomes e ainda definir se deveriam ser colados no painel Grego ou no painel Romano, conforme aulas ministradas relacionadas a Antiguidade Clássica.

Em outra atividade, ao finalizarmos o estudo teórico a respeito da importância da arquitetura de terra no desenvolvimento dos processos construtivos até o que temos hoje, foi desenvolvida a atividade de simulação de tijolos de terra (imagem 3 – tijolos produzidos e imagem 4 – fôrmas pré-moldadas). Onde os alunos deveriam levar prontas pequenas fôrmas para que os tijolos fossem desenvolvidos. Ao chegarem na faculdade eles foram conduzidos

ao laboratório de Arquitetura e Engenharia, onde fizeram misturas de terra, areia e argila, até chegar na consistência ideal para os tijolos. A partir desta atividade, um dos grupos utilizou os tijolos produzidos para desenvolver uma das etapas do Projeto 1, a maquete da pirâmide de Queops no Egito, conforme pode ser observado na imagem 1.

Imagem 3 – tijolos produzidos



Fonte: Arquivo Pessoal.

Imagem 4 – fôrmas pré-moldadas



Fonte: Arquivo Pessoal.

Além dessas atividades apresentadas, inúmeras outras foram desenvolvidas, e espera-se que até o final da mesma ainda sejam desenvolvidas novas atividades de forma a contribuir para que os alunos

Considerações Finais

Pesquisadores da área da educação, como Oliveira (2006), publicam a respeito do valor das metodologias ativas para a formação crítica e reflexiva dos alunos. Além disso, A interação e a postura dos alunos em aulas com metodologias ativas, são diferentes das aulas tradicionais, onde o professor exerce o papel de transmissor do conhecimento.

Esses fatos puderam ser comprovados durante o primeiro semestre de 2017 quando iniciamos a aplicação das metodologias ativas na disciplina de Teoria e História da Arquitetura do Urbanismo e do Paisagismo I, o envolvimento dos alunos em todos os projetos foi intenso e surpreendente. Além do *feedback* positivo dos mesmos, foi constante ficando animados e felizes a cada nova proposta que era colocada a eles.

Portanto consideramos o uso de metodologias ativas uma contribuição significativa para o ensino-aprendizagem em sala de aula.

Referências

ALENCAR, Gidéia; BORGES, Tiago Silva. **Metodologias ativas na promoção da formação crítica do estudante**: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do ensino superior. **Cairu em Revista**. Jul/Ago 2014, Ano 03, nº04, p. 119-143, ISSN 22377719.

OLIVEIRA, Cacilda Lages – **Significado e contribuições da afetividade, no contexto da Metodologia de Projetos, na Educação Básica**, dissertação de mestrado – Capítulo 2, CEFET-MG, Belo Horizonte-MG, 2006.

DIREITO

ADOÇÃO: muito além de um perfil

Sanny Graziella Silveira Lopes. Discente da FAVAG. E-mail: sanny.graziella@hotmail.com

Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa. Docente da FAVAG. Email: anapaulagetulio@hotmail.com

“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja outra alma humana”. Carl Gustav Jung.

Introdução

A adoção possui um conceito específico, porém cheio de significados, que o tornam mais abrangente do que um conceito semântico. Desta maneira, importa analisar a origem para uma melhor compreensão. Tal palavra deriva do latim *ad* = para + *optio* = opção, ou seja, a opção que se tem de escolher um filho.

Adoção, nas palavras de Silvio Rodrigues, “é ato do adotante, pelo qual traz ele, para a sua família e na condição de filho, pessoa que lhe é estranha”⁵. Já para Orlando Gomes, “adoção é o ato pelo qual se estabelece, independentemente do fato natural de procriação, o vínculo de filiação. Trata-se de ficção legal, que permite a constituição, entre duas pessoas, do laço de parentesco do primeiro grau na linha reta”⁶.

Por fim, nos dizeres de Maria Berenice Dias, “a adoção constitui um parentesco eletivo, por decorrer exclusivamente de um ato de vontade. Trata-se de uma modalidade de filiação *construída no amor* (...)”⁷.

Observa-se que são diversas as definições para um mesmo conceito. Assim, adoção de modo geral, é trazer para o núcleo familiar, terceiro que não possui laços consanguíneos, o que não significa que, os laços criados com a adoção são diferentes dos laços de filiação biológica, uma vez que, tais vínculos são compatíveis entre si, deste modo, entre o adotante e o adotado se formam um parentesco em linha reta, se estendendo por toda a família do adotante.

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a importância de se ter uma visão ampla com relação à adoção, que não se resume a um perfil preestabelecido e, sim, a uma forma de externar a solidariedade e o amor genuíno, antes mesmo de apenas satisfazer o desejo em se ter um filho.

Para tanto, a técnica metodológica para aferição será a bibliográfica, pelos livros jurídicos, revistas científicas e dos dados que estão disponíveis em fontes confiáveis na rede social (internet), o que contribui bastante para tentar desvendar parte do problema aqui exposto.

Diante de uma desproporcionalidade gritante com relação à quantidade de crianças e adolescentes aptas a serem adotadas e o número de adotantes, fez surgir um questionamento: O que se deve fazer para amenizar essa realidade? Logo, tal pergunta nos dá a oportunidade de interpretar o ato de adotar como algo mais abrangente, do que ir a uma loja e escolher o que se quer, existem outros fatores que devem modificar este entendimento inicial.

⁵ Silvio Rodrigues, Direito Civil, p. 380.

⁶ Orlando Gomes, atualizada por Humberto Theodoro Júnior, Direito de Família, p. 369.

⁷ Maria Berenice Dias, Manual de Direitos das Famílias, p. 479.

Desenvolvimento

Assunto rotineiro, quando se trata de adoção, é o preenchimento dos formulários para a elucidação do perfil desejado pelos interessados à adoção, da criança pretendida.

Existe uma quantidade significativa de crianças consideradas aptas à adoção. Muitos não compreendem o motivo de tanta demora nos processos de adoção, questionam-se a razão de existirem tantas crianças e adolescentes esperando nas filas, considerando o grande número de pessoas devidamente cadastradas e aptas a adotarem, aguardando a sua hora de chegar à adoção. E, qual o motivo desta fila não romper?

Partindo desta premissa, na presente pesquisa se tentará averiguar, ainda que de forma rasa, as questões de fundo, pela apreciação de alguns dados concretos.

Conforme dados retirados do Conselho Nacional de Justiça⁸⁸, existem um pouco mais que 39 mil pessoas aptas a adotar e aproximadamente 7 mil crianças e adolescentes à espera da adoção. Fazendo os cálculos, infere-se que a situação vivida por essas crianças já deveria estar resolvida, não concordam? Porém, como foi dito anteriormente, constata-se que a divergência ocorre quanto especificamente nos perfis de cada criança, especificados pelos interessados no formulário de adoção. É um fato evidente que a grande parte dos cadastrados buscam um perfil de crianças do sexo feminino, de cor branca, com três anos de idade e, ainda, sem qualquer problema de saúde, o que foge da realidade das crianças à serem adotadas. Sabe-se, que a realidade encontrada nos abrigos é bem diferente.

Assim, é possível perceber que esse entrave inicial é quase insuperável. Há uma quantidade considerável de pessoas habilitadas em busca apenas de bebês de comerciais televisivos.

Dessa forma, exigir um perfil “padrão” para efetuar a adoção, deixa claro o preconceito relacionado às adversidades culturais e raciais. É imperioso dizer que crianças e adolescentes que se encontram nessa situação, não podem ser tratadas como algo que está exposto na vitrine e que se escolhe o que é mais “belo”, ou modelo padrão, convencional.

Consequentemente, tal comportamento demonstra quão ilusória, ainda é a visão de quem pretende adotar. Olhar apenas a superfície de um mar é ser impedido de conhecer sua profundidade, suas belezas internas ainda não exploradas. Fazendo uma analogia, o mar é como as crianças aptas para a adoção, pois além da aparência, “superfície”, existe algo muito mais valioso em suas “profundezas”, existe um passado ainda não superado, existem sonhos esperando para serem despertados e, ainda, existem sentimentos bons que não foram explorados.

Assim como ocorre na gestação, onde a mãe sem ao menos conhecer a fisionomia do filho, sem ao menos ter idéia do “perfil” que seu bebê terá, já o ama independente da sua qualidade física, também deve acontecer na adoção. O amor deve anteceder aos padrões físicos e culturais, voltando ao exemplo da gestante, a qual não tem o poder de escolha quanto a cor do cabelo, da pele e dos olhos do seu bebê e, ainda assim, não o rejeita.

Considerações finais

Ante ao exposto, conclui-se pela necessidade de uma atenção maior, na preparação dos candidatos à adoção, para que possam ampliar seus conceitos e visão em relação ao ato de adotar. Uma boa alternativa seria a realização de programas de conscientização, de

⁸⁸ <http://www.cnj.jus.br/sistemas/infancia-e-juventude/20530-cadastro-nacional-de-adocao-cna> acessado em 27/05/2017.

humanização, para demonstrar a real situação das crianças, que o destino já tratou de maculá-las, e que estão à procura de pais que queiram filhos, independentemente de sua raça, cor, sexo, mas que estejam aptos a amarem e serem amados.

Humanizar-se é abrir o leque da oportunidade, é a maneira de ver o outro devagar, sem pressa e sem rótulos. É dar-se a oportunidade de amar e ser amado, é ter o prazer em ser um patrocinador de sonhos.

Referências

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito de famílias** / Maria Berenice Dias. – 11. ed. Revm, atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**, Volume 6, 27 ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

GOMES, Orlando. **Direito de Família**. 13. ed. Revis. e atual. por Humberto Theodoro Júnior. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/cadastro-nacional-de-adocao-cna>

A BUSCA DA CONFISSÃO NO PROCESSO INQUISITORIAL

Carlos Eduardo Serapião Aguiar (Orientador) Docente FAVAG. e-mail:

Carloseduardosadv@yahoo.com.br;

Mayza Caroline de J. Borges. Discente FAVAG. e-mail: yzajunio@gmail.com

Introdução

Criado na Idade Média pela Igreja Católica para impedir o avanço das igrejas protestantes, o Tribunal da Inquisição julgava os acusados de cometer ou divulgar heresias.

Contudo havia interrogatórios com o objetivo de extrair a confissão dos acusados. Utilizando vários métodos macabros, onde os “suspeitos” eram torturados até dizerem o que os inquisidores julgavam ser a verdade. Confissão essa que não expressava a verdade de fato, mas que já era suficiente para condenação.

Assim, esse artigo vem mostrar que para a verdade seja de fato considerado como exatidão de um relato, vários aspectos devem ser observados.

Metodologia

Este estudo constitui-se de uma pesquisa bibliográfica, com enfoque em artigos científicos e livros. Que buscou-se estudar e compreender os principais parâmetros e forma de aplicação de métodos utilizados na idade média empregados para extrair a confissão dos acusados de cometer crimes.

Desenvolvimento

A busca da confissão no Processo Inquisitorial

O Tribunal Eclesiástico, também conhecido como Tribunal da Inquisição, julgava e condenava homens e mulheres que divulgavam e praticavam ideias diferentes dos dogmas oficiais da Igreja Católica. Criado na Idade Média pela Igreja Católica, a função básica desse tribunal seria a de processar, julgar e condenar ou absolvê-los.

As penas aplicadas na época eram que se condenados, os autores eram lançados na fogueira em praça pública, deixando assim, a Santa Inquisição, uma marca de intolerância e perseguição, no sentido de não aceitar nenhum desvio de comportamento ou ideia que fosse contra os princípios fundamentais defendidos pela Igreja Católica.

Durante o processo inquisitorial, ocorriam nos interrogatórios, torturas com o objetivo de extrair confissões. A Igreja Católica criou vários mecanismos de tortura, forçando assim os acusados a confessar suas heresias, sendo utilizados vários instrumentos, preparados somente para extrair suas confissões através de muita dor.

As vítimas não tinham saída, eram obrigadas a confessar, mesmo que sob falsas acusações e sem outras provas. Com essa busca percebe-se a confissão era totalmente viciada, pois a “verdade” era obtida em decorrência de uma série de constrangimentos, através de sofrimento físico e mental, tortura sem piedade, o que fazia com que os acusados confessassem qualquer coisa, tendo métodos de tortura mais cruéis até que a pena.

Por essas colocações que atualmente a confissão deixou de ser a tão considerada a rainha das provas. Pois, não se pode atribuir a um único tipo probante um valor absoluto.

Considerações finais

Levando em consideração o que foi observado, conclui-se que para a época era comum defender a cultura, aplicando métodos hoje inaceitáveis. E que em um país democrático de direito onde a liberdade é a regra, condenar um ser humano unicamente no que diz poderia gerar um grande caos na sociedade.

Uma vez que não existe uma verdade pronta e imutável. Isso fica claro quando é observado os mecanismos usados pela Igreja Católica na Idade Média, eram métodos cruéis, criminosos e inaceitáveis, que trazidos à atualidade, não observavam os princípios da dignidade humana, viciando assim a verdade a ser obtida que sozinha servia para condenar inocentes a penas muitas vezes menores que o sofrimento causado no seu depoimento.

Referências

WOLKMER, Antônio Carlos. **Fundamentos de História do Direito** ed 3ª. Ed Del Rey, Belo Horizonte, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia** ed.14. Ed. Ática, São Paulo, 2012.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Portal Planalto – Presidência da República. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/cdivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>

MACEDO, José Rivair. 2000. **História e livro didático**: o ponto de vista de um autor.

In Questões de teoria e metodologia da História, edited by C. A. B. GUAZZELLI,
PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, SCHMIDT, Benito Bisso, XAVIER, Regina Célia Lima.
Porto Alegre: Editora da UFRGS.

PROTEÇÃO DOS FILHOS: Alienação parental

Ana Paula Gabriel Getulio Dornelles da Rosa. Docente FAVAG. Email: anapaulagetulio@hotmail.com

Paula Belarmina Ramos Barbosa. Discente FAVAG. E-mail: paulinharamos44@gmail.com

Introdução

Nos últimos anos o número de divórcios sofreu um acréscimo⁹, ocasionando um debate maior sobre suas consequências na sociedade, se tornando cada vez mais comum o rompimento da sociedade conjugal, acarretando também o aumento dos conflitos referente à guarda dos filhos, que muitas vezes se dá devido a divórcios litigiosos, dando origem à ocorrência de atos que caracterizam a alienação parental.

De acordo Maria Berenice Dias (2010)

Muitas vezes, quando da ruptura da vida conjugal, um dos cônjuges não consegue elaborar adequadamente o luto da separação e o sentimento de rejeição, de traição, faz surgir um desejo de vingança: desencadeia um processo de destruição, de desmoralização, de descrédito do ex-parceiro. Nada mais do que uma “lavagem cerebral” feita pelo genitor alienador no filho, de modo a denegrir a imagem do outro genitor, narrando maliciosamente fatos que não ocorreram ou que não aconteceram conforme a descrição dada pelo alienador. Assim, o infante passa aos poucos a se convencer da versão que lhe foi implantada, gerando a nítida sensação de que essas lembranças de fato aconteceram. Isso gera contradição de sentimentos e destruição do vínculo entre o genitor e o filho. Restando órfão do genitor alienado, acaba se identificando com o genitor patológico, passando a aceitar como verdadeiro tudo que lhe é informado.

Como dito de forma breve e objetiva por Maria Berenice¹⁰, a alienação parental da causa a consequências trágicas ao menor, cuja vítima ainda em processo de formação da sua personalidade, acaba por desencadear sequelas psicológicas e jurídicas haja vista que se que trata de abuso emocional a criança e/ou adolescente, tratando o menor como uma “arma” de vingança com propósito de despertar o ódio do filho para com o genitor ou o parente ao qual não esta sob a guarda, causando imensurável prejuízo afetivo.

Metodologia

Este artigo tem como base em sua finalidade o parâmetro de pesquisa exploratório-explicativa, visto que pretende possibilitar maior proximidade com o assunto abordado: alienação parental e suas implicações, com o objetivo de torna-lo mais compreensível e identificar os elementos que contribuem e definem tais fenômenos. As bases utilizadas para a coleta de dados foram de pesquisa bibliográfica, baseadas em materiais já elaborados como: livros, revistas jurídicas, artigos científicos e jurisprudência.

⁹ Portal Brasil. Em 10 anos, taxa de divórcios cresce mais de 160% no País.

⁴ Fonte: Maria Berenice Dias. Alienação parental: uma nova lei para um velho problema!

Resultados e Discussão

A praticada da alienação parental pode acontecer ainda quando o casal reside na mesma casa, a figura de alienador não é interpretada somente pela mãe em face do pai ou vice-versa, o fato pode se reproduzir frente aos avós, tios, irmão e padrinhos...

São meios exemplificativos de praticar a alienação parental como dispõe o artigo 2º parágrafo único da lei 12.318/2010.

“Art. 2º...Realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade; dificultar o exercício da autoridade parental; dificultar contato de criança ou adolescente com genitor; dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar; omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;”

Crianças e adolescentes que são vítimas de alienação parental normalmente se tornam adultos desequilibrados, violentos, depressivos, antissociais, podendo dar causa a suicídio, consumo exacerbado de álcool e drogas e/ou desencadear transtornos psiquiátricos. Cujas consequências (sintomas) são chamadas de Síndrome da alienação parental (SAP), essa síndrome se caracteriza pelo imensurável repúdio injustificado que a prole desenvolve em referência ao genitor alienado.

Considerando-se que a prática da alienação parental além de interferir na formação psicológica do menor, fere também o princípio da dignidade da pessoa humana, e interfere no exercício do poder familiar, contudo, a lei 12.318 de 26 de agosto de 2010 foi elaborada com o intento de punir o alienador na proporção de seus atos.

A lei nos trás algumas sanções em rol exemplificativo para punir o alienador.

Medidas judiciais ⁵ - A equipe multidisciplinar tem o prazo de 90 dias para apresentar um laudo em relação à ocorrência de alienação. Se constatada a prática, o processo passa a ter tramitação prioritária e o juiz determinará com urgência as medidas provisórias visando a preservação da integridade psicológica da criança, inclusive para assegurar a sua convivência com o genitor e efetivar a reaproximação de ambos. As medidas que podem ser tomadas, de acordo com a lei, vão desde uma simples advertência ao genitor até a ampliação do regime de convivência em favor do genitor alienado, estipulação de multa ao alienador, determinação de acompanhamento psicológico, alteração da guarda e suspensão da autoridade parental.

Essas penalidades tem objetivo não só de punir o alienador pelo seu extremo egoísmo e irresponsabilidade, mas de amenizar a tortura emocional ao qual as vítimas foram submetidas, em especial os filhos.

⁵ Conselho Nacional de Justiça

Considerações finais

Há muito tempo a alienação parental é um assunto que se faz presente quando se trata de entidade familiar, é um velho problema com novas soluções.

Esse polêmico assunto vem ganhando espaço cada vez maior devido á quantidade de casos levados a conhecimento do judiciário. Por se tratar de uma questão delicada, as decisões

devem ser tomadas com extrema cautela, tendo em conta que o caso concreto deve ser estudado minuciosamente, sendo indispensável o estudo interdisciplinar do assunto.

O posicionamento de psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais é de suma importância para formar a decisão judicial. As sanções devem ser aplicadas na mesma proporção da irresponsabilidade do alienador. Destaca-se que o menor alienado não deve ser atingido direta ou indiretamente pelas punições aplicadas ao alienador, cabendo ao julgador decidir quais as medidas a serem aplicadas aos casos concretos, reguardando sempre a proteção e o melhor interesse da criança e do adolescente, afinal apesar dos males causados a prole, a família é a base e é fundamental para a formação da personalidade de alguém.

Referências Bibliográfica

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos., subchefia para assuntos jurídicos. LEI Nº 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm acesso em: 27/05/2017

Maria Berenice Dias. **Alienação parental: uma nova lei para um velho problema!** 2010. http://www.mariaberenice.com.br/uploads/alienacao%20parental_-_uma_nova_lei_para_um_velho_problema.pdf acesso em: 27/05/2017

Portal Brasil. **Em 10 anos, taxa de divórcios cresce mais de 160% no País.** <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/em-10-anos-taxa-de-divorcios-cresce-mais-de-160-no-pais>

Conselho Nacional de Justiça. **Alienação parental: o que a Justiça pode fazer?** <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80167-alienacao-parental-o-que-a-justica-pode-fazer>

Dias, Maria Berenice. Manual de direito das famílias / Maria Berenice Dias. -- 10. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

BREVE COMPARAÇÃO ENTRE O SISTEMA PRISIONAL TRADICIONAL E O MÉTODO APAC

Cynara Silde Mesquita Veloso (Orientadora) Professora pesquisadora FAVAG. E-mail: cynarasilde@yahoo.com.br

Geraldo Teixeira Primo Discente FAVAG. E-mail: geraldinotexprim@yahoo.com.br

Jéssica Conceição Lourenço Discente FAVAG: E-mail: lourencojessicacl@gmail.com

Wendhell Araújo Brito Discente FAVAG. Email: wendhell-araujo@hotmail.com

Introdução

A crise sistêmica do encarceramento tem ganhado vulto nos últimos tempos nos mais diversos meios de comunicação, onde se tem noticiado casos de rebeliões em penitenciárias instaladas em toda parte do Brasil, de forma a expor a fragilidade e deficiência do sistema comum em casos reiterados de motins e rebeliões em vários presídios brasileiros. Toda essa ação gera a morte de vários detentos e provoca temor na sociedade diante da ação de organizações criminosas e todo seu poderio em face ao sistema precário existente, o que acaba por vezes restringindo a liberdade da vítima/sociedade, que se torna vulnerável à conduta delitativa praticada por aqueles que passaram pelo sistema penitenciário e não foram ressocializados, e que vieram, então, a cometer novos delitos.

Em contrapartida, surge a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, como uma medida alternativa ao sistema prisional tradicional, sendo inclusive umas das finalistas do Prêmio Innovare, uma premiação para as iniciativas inovadoras que contribuem para a melhora na qualidade da prestação jurisdicional (FRATERNIDADE BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS, 2014).

A APAC é uma entidade privada, não governamental e sem fins lucrativos criada pelo o advogado e professor Mário Ottoboni e visa a construção da paz social através de um sistema de execução penal humanizado. Para tanto, a APAC é mantida pelo trabalho voluntário e atende a um número limitado de recuperandos, pautando-se em doze princípios fundamentais da própria instituição (FRATERNIDADE BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS, 2014).

Diante da problemática do sistema carcerário brasileiro, o presente trabalho justifica-se pela necessidade e relevância de se discutir meios e métodos comprovadamente eficientes e capazes de reinserir o preso de forma digna no meio social, além de atender aos anseios da sociedade que vive em meio à violência e à ineficiência do sistema carcerário comum.

Portanto, o objetivo deste artigo é conhecer o sistema prisional tradicional e o método APAC, analisar suas características principais e comparar as informações dos dois sistemas, com a finalidade de verificar efetividade de cada um deles.

Metodologia

O presente trabalho é uma pesquisa exploratória de abordagem quanti-qualitativa, de natureza básica e de método comparativo, embasada em bibliografia tais como livros, artigos, legislação e notícias. Esta pesquisa tem por escopo fazer uma comparação entre o sistema prisional tradicional e o método APAC, do funcionamento da execução penal na legislação vigente brasileira até os objetivos e funções do método das Associações de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), finalizando com dados estatísticos dos dois sistemas.

Resultados e Discussão

A realidade do sistema carcerário brasileiro diverge da previsão legal, apesar da existência de garantias constitucionais como a dignidade da pessoa humana, dos preceitos da Lei de Execução Penal e dos Direitos Humanos. Notícias recentes de rebeliões em presídios de Manaus e Roraima colocaram em destaque a realidade do sistema prisional brasileiro (HENRIQUES; GONÇALVES; SEVERIANO, 2017). Questões como superlotação em presídios e reincidência estão em evidência e revelam a necessidade da revisão da política de encarceramento, pois, atualmente,

A ação governamental no setor penitenciário limita-se à construção de presídios. Não são criados subsistemas que possibilitem transformar a prisão em instrumento de readaptação do preso, restando ao sistema a missão de guardar, e mal, os que são trancafiados (OLIVEIRA; LEONARDO; SIMANTOB, 2017).

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de novos métodos correcionais de infração e de reinserção social, tendo em vista as deficiências do sistema penitenciário atual, sendo a APAC um método alternativo.

Os objetivos primordiais da APAC são garantir a efetiva recuperação e ressocialização do condenado, de modo que, após o cumprimento da pena, o apenado tenha condições de ser reinserido de forma digna na sociedade e conseqüentemente chegar ao menor índice de reincidência possível, bem como contribuir de forma direta na busca da tão almejada paz social. Além disso, a APAC se fundamenta no amparo à vítima e proteção da sociedade (TORRES, 2017).

A atuação da APAC tem suas ações interligadas como meio auxiliar dos Poderes Judiciário e Executivo no que diz respeito à administração e ao cumprimento de penas privativas de liberdade nos três regimes, quais sejam, o aberto, o semiaberto e o fechado.

A metodologia APAC, pauta-se em um regime rigoroso de disciplina e caracteriza-se pela ordem, decência, respeito, envolvimento familiar e assistência religiosa.

Para elucidar melhor as diferenças entre o sistema prisional tradicional e o método APAC, os resultados da presente pesquisa foram agrupados na seguinte tabela:

Área pesquisada	Sistema prisional comum	Método APAC
População¹¹	Capacidade do sistema: 357.219 vagas População Carcerária: 563.526 presos	2.500 reeducandos distribuídos em 43 APAC's em funcionamento e mais 86 em fase de implantação em todo o país.
Índice de reincidência¹²	70% de reincidência	15% de reincidência

¹¹ Fonte: <http://www.conjur.com.br/2014-abr-16/cnj-recomenda-expansao-metodologia-reduz-reincidencia-criminal>

¹² Fonte: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140313_prisoas_apac_nm_lk

Custos	R\$2.400,00 por mês (Obs: 13 vezes mais caro que um estudante do ensino médio) ¹³	R\$1000,00 por mês ¹⁴
---------------	--	----------------------------------

Observa-se dos dados expostos na tabela acima que o método APAC em comparação com o sistema prisional tradicional tem melhores resultados e melhor custo-benefício. Também extrai-se a compreensão de que a APAC é menor e atende um número restrito de pessoas, o que evidencia seu caráter humanizado de cumprimento de pena, onde os reeducandos têm sua dignidade respeitada e, conseqüentemente, conseguem mais resultados positivos no que tange à ressocialização do condenado, uma das finalidades da pena.

Assim, constata-se que o sistema prisional comum enfrenta uma crise institucional e social, pois, dentre outros problemas, não cumpre com seus objetivos de prevenção de novos crimes e ressocialização do condenado, enquanto a APAC é um método de assistência eficaz e viável, baseado na valorização do recuperando e na humanização das penas

Considerações Finais

O sistema prisional tradicional, de forma geral, não está conseguindo os resultados esperados de prevenção e ressocialização, pelo contrário, o apenado sofre com as mazelas do Estado e tende a voltar ao convívio social com o sentimento de vingança e vir a praticar novos delitos.

A crise nas penitenciárias brasileiras demonstra a ineficiência do sistema prisional tradicional. E é nesse cenário que surge o método APAC com seus doze princípios fundamentais, como, por exemplo, a valorização humana, o que se relaciona com a humanização das penas.

Por fim, os dados estatísticos corroboram com os objetivos da APAC, tendo em vista os valores menores em taxa de reincidência e em custos de manutenção, demonstrando a viabilidade de implantação e disseminação deste método que vai de encontro aos preceitos constitucionais e da lei de Execução Penal.

Referências

FRATERNIDADE BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS. **APAC de Itaúna está entre os finalistas do prêmio Innovare**. 2014. Disponível em: <<http://www.fbac.org.br/index.php/pt/noticias-site/866-apac-de-itauna-esta-entre-os-finalistas-do-premio-innovare>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

HENRIQUES, Camila; GONÇALVES, Suelen; SEVERIANO, Adneison. Rebelião em presídio chega ao fim com 56 mortes, diz governo do AM. **G1**. Amazonas, 02 jan. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/rebeliao-no-compaj-chega-ao-fim-com-mais-de-50-mortes-diz-ssp-am.html>> Acesso em: 24 jan. 2017.

OLIVEIRA, Antônio Cláudio Mariz de; LEONARDO, Hugo; SIMANTOB, Fábio Tofic. Política de encarceramento precisa ser revista com urgência. **Conjur**, São Paulo, 07 jan. 2017.

¹³Fonte: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83819-carmen-lucia-diz-que-presos-custa-13-vezes-mais-do-que-um-estudante-no-brasil>

¹⁴Fonte: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140313_prisoas_apac_nm_lk

Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-jan-07/politica-encaramento-revista-urgencia>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

TORRES, Aline. As cadeias que, sem armas, derrubam as taxas de reincidência criminal no Brasil. **El País**. Florianópolis, 30 jan. 2017. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/23/politica/1485198858_731977.html?id_externo_rsc=FB_CC>. Acesso em: 01 fev. 2017.

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL: alternativa para regularização fundiária

Dênio Pinheiro de Carvalho (orientador) Docente FAVAG. E-mail: deniocarvalho@icloud.com

Wendhell Araújo Brito Discente FAVAG. E-mail: wendhell-araujo@hotmail.com

Introdução

O presente artigo tem por finalidade analisar o instituto da usucapião extrajudicial recepcionado pelo Código de Processo Civil vigente e suas vertentes, bem como, fazer uma comparação entre as formas admitidas no sistema pátrio atual no que se refere à concretização do direito relativo à propriedade imóvel por meio do referido instituto.

Neste sentido, *a priori* foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa em livros, artigos, resumos, legislação e demais materiais de cunho bibliográfico, em segundo plano será realizada uma pesquisa empírica através de questionários e levantamentos de dados referentes às questões procedimentais quanto à realização da Usucapião Extrajudicial.

O objetivo central deste artigo consiste na abordagem da Usucapião a luz do novo CPC, levando em consideração as alterações trazidas pelo art. 1.071 da lei 13.105/15, perpassando pelas finalidades, funcionamento, objetivos e funções da nova redação, bem como analisar os novos conceitos, tais como: extrajudicialidade e sistema multiportas, e introdução à ata notarial.

Por fim, objetiva-se, trazer dados estatísticos e comparativos referente à Usucapião realizado através da via Judicial e da Usucapião Extrajudicial, de forma a esclarecer os pontos em comum, bem como as substanciais alterações recepcionadas pelo novo Código de Processo Civil.

Metodologia

A sistemática abordada no presente artigo gira em torno das novas possibilidades de aquisição da propriedade imóvel por meio do instrumento civil da Usucapião Extrajudicial.

Para este fim serão utilizados métodos de pesquisa de campo, bem como levantamento de dados e análise dos resultados obtidos com o demonstrativo dos reflexos da modalidade de Usucapião Extrajudicial nos Cartórios Norte - Mineiros.

Para levantamento dos dados serão utilizados, materiais didáticos diversos, tais como livros, artigos, questionários e pesquisas.

No primeiro momento será realizada uma abordagem jurídica, a qual envolve o instituto da Usucapião, bem como, uma análise conceitual da etimologia do tema proposto.

Em segundo plano, proceder-se-á a análise do instituto da Usucapião nos moldes do novo Código de Processo Civil, abordando a sua aplicabilidade, requisitos e exigências.

A última fase destina-se a pesquisa empírica factual da realidade, a qual será direcionada uma pesquisa envolvendo um questionário acerca das mudanças, impactos e reflexos relacionados ao instituto da usucapião aos Cartórios de Notas e de Registro de Imóveis das cidades localizadas na região do Norte de Minas, à subseção da OAB, e ao setor de distribuição do Fórum da Comarca de Janaúba/MG.

Resultados e discussão

Atualmente o sistema jurisdicional brasileiro encontra-se diante uma problemática, qual seja: a enormidade de demandas processuais que abarrotam diariamente os fóruns, fato este, que contribui para a morosidade do andamento processual. Na contramão desse óbice, têm-se, o movimento da desjudicialização, que significa a utilização de outras vias alternativas da do poder judiciário, “É o chamado sistema multiportas abraçado, de vez, pelo novo código de processo civil, como um novo paradigma” (DIDIER JR, BRAGA e OLIVEIRA, 2015).

A finalidade de tal medida está calcada na eficiência e maior celeridade processual, bem como em específico ao tema do artigo, aos casos de regularização fundiária. Neste modo de proceder o legislador atribuiu competência aos Cartórios Extrajudiciais visando a garantia do direito a aquisição da propriedade por meio da usucapião Extrajudicial, “o acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos” (CAPPELLETTI e GARTH, 1988, p.12).

Neste mesmo sentido aduz Daniéle Dornelles e Flávio Cassel Júnior, 2015: “usucapião extrajudicial, coaduna-se com o movimento atual da desjudicialização dos procedimentos em que não haja litígio, podendo o requerente escolher entre a via judicial (judiciário) ou administrativa (tabelionato de notas e registro de imóveis)”.

Trata-se de pesquisa realizada para o projeto de iniciação científica da Faculdade Vale do Gorutuba (FAVAG) referente ao edital de 2016 e que está em andamento. Portanto os resultados serão obtidos na segunda fase do projeto que tem por finalidade específica o levantamento de dados referentes à nova forma de regularização fundiária, com vistas à obtenção do direito à propriedade por meio da usucapião extrajudicial. Assim sendo de oportuno passará a segunda fase do projeto a partir da conclusão da primeira fase com o respectivo levantamento dos dados quantitativos.

Considerações Finais

O avanço tecnológico trouxe consigo a necessidade de adequação por parte do poder judiciário em atender eficazmente os novos anseios e o novo “tempo” da sociedade pós moderna.

Neste aspecto, insurge a necessidade de se criar mecanismos, bem como efetuar alterações legislativas a fim de proporcionar a garantia de uma maior e mais célere funcionalidade do poder público.

No tocante a esse aspecto, atualmente o Poder Público tem buscado cada vez mais a adequação ao movimento da desjudicialização nas mais abrangentes frentes do Poder Judiciário, isso se deve, sobretudo, pela dificuldade do Judiciário brasileiro na solução de litígios em tempo hábil diante da grande demanda de ações e processos que abarrotam diariamente os fóruns brasileiros, bem como, pela finalidade que almeja o poder público em garantir uma prestação jurisdicional mais célere e tempestiva.

Observa-se da análise do estudo, até o presente momento, referente ao tema proposto que o acesso ao direito da propriedade imóvel, bem como a garantia do título de domínio através da Usucapião Extrajudicial descortina na possibilidade da regularização fundiária de forma mais célere e com menor custo.

Referências

BRASIL. **LEI, Nº 13.105 DE 16 DE MARÇO DE 2015.** Institui o novo Código de Processo Civil. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: maio de 2017.

DORNELES Daniéle, *JÚNIOR* Flávio Cassel. **A Viabilidade da Usucapião Extrajudicial no Ordenamento Jurídico Brasileiro** Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13073>. acesso em março de 2017.

CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. **Acesso à justiça.** Porto Alegre: Safe, 1988.

DIDIER JR, F.; BRAGA, P. S.; OLIVEIRA, R. A. **Curso de Direito Processual Civil.** Salvador: Jus Podivm, v. 1, 2015.

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS E O PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL: análise sobre o comércio de produtos “piratas” no município de Janaúba/MG

Francielle da Conceição Drumond Figueiredo (Orientadora). Docente FAVAG. e-mail: frandrumond@yahoo.com.br;

Larissa Souza Reis. Discente FAVAG. e-mail: souzareislarissa@gmail.com

Rhuan Patrick Pena Silva. Discente FAVAG. E-mail: rhuan.patrick@hotmail.com

Introdução

O direito autoral é o direito assegurado constitucionalmente no rol dos direitos e garantias fundamentais, previstos no artigo 5º, da Constituição Federal, tratando-se de bem de relevo que merece uma atenção especial.

Deste modo, o presente trabalho tem como escopo a análise do princípio da adequação social atrelado às condutas que violam os direitos autorais, especificamente no que tange as vendas de CDs e DVDs piratas.

O princípio da adequação social tem como finalidade nortear o julgador de modo a limitar a interpretação de determinadas condutas criminosas, consideradas aceitáveis pela sociedade, bem como orientar o legislador na escolha dos bens jurídicos mais relevantes para a comunidade.

Ante o exposto, este trabalho tem por objeto a observância de uma conduta criminosa: venda de produtos piratas, quais sejam CDs e DVDs, comportamento punível conforme o artigo 184, § 2º, do Código Penal Brasileiro.

Assim, o objetivo principal deste estudo é a observância da referida prática criminosa na cidade de Janaúba/MG, que embora seja passível de sanção, não há a efetiva repressão adequada pelo Estado.

Metodologia

A pesquisa realizada é de caráter quantitativo embasada no procedimento observacional. Acadêmicos do sétimo período do curso de Direito da FAVAG, turno matutino, se deslocaram, no dia 27 de maio de 2017, até a Avenida Engenheiro Manoel Athayde, onde se concentra a maior parte do comércio da cidade de Janaúba/MG, e observaram a quantidade de estabelecimentos que comercializam produtos piratas (CDs e DVDs), bem como o índice de vendas de tais mercadorias ilegais comparadas à venda de produtos originais.

Resultados e Discussão

No dia 27 de maio de 2017, por volta das 09:00 às 12:00 horas, os acadêmicos supracitados analisaram 20 (vinte) estabelecimentos comerciais. Destes, 14 (quatorze) locais em funcionamento comercializam CDs e DVDs piratas, sendo informados pelos vendedores que, embora o acesso à rede mundial de computadores tenha diminuído a procura por tais produtos, eles ainda possuem uma média de venda correspondente a 10 (dez) mercadorias por dia.

Durante o estudo, os estudantes foram informados pelos vendedores dos estabelecimentos analisados, que a procura por DVDs é maior do que a de CDs, de modo que dentre os 10 (dez) itens piratas vendidos diariamente, 07 (sete) são DVDs e apenas 03 (três) são CDs, o que

perfaz um total de aproximadamente 2.450 (dois mil e quatrocentos e cinquenta) DVDs vendidos mensalmente, e 1.050 (mil e cinquenta) CDs, totalizando 3.500 (três mil e quinhentos), de ambos os itens vendidos mensalmente.

Os discentes constataram, ainda, que dentre os 20 (vinte) estabelecimentos analisados, 04 (quatro) locais não vendem os artigos, objeto do presente estudo, e há apenas 02 (dois) pontos que comercializam CDs e DVDs originais.

Referidos pontos comerciais destinam-se à venda de artigos religiosos, e em tais ambientes a procura é escassa. Os vendedores afirmaram, ainda, que vendem cerca de 1 (um) item por mês, geralmente DVDs, totalizando, assim, 02 (dois) produtos originais que são vendidos mensalmente nesta cidade.

Diante dos dados descritos acima, é possível apresentar o seguinte percentual:

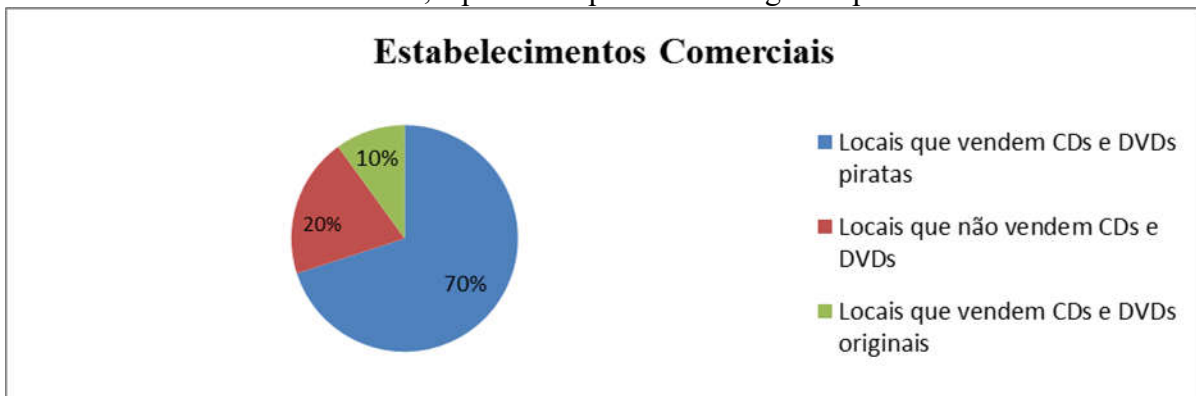


Gráfico 1: Estabelecimentos comerciais.

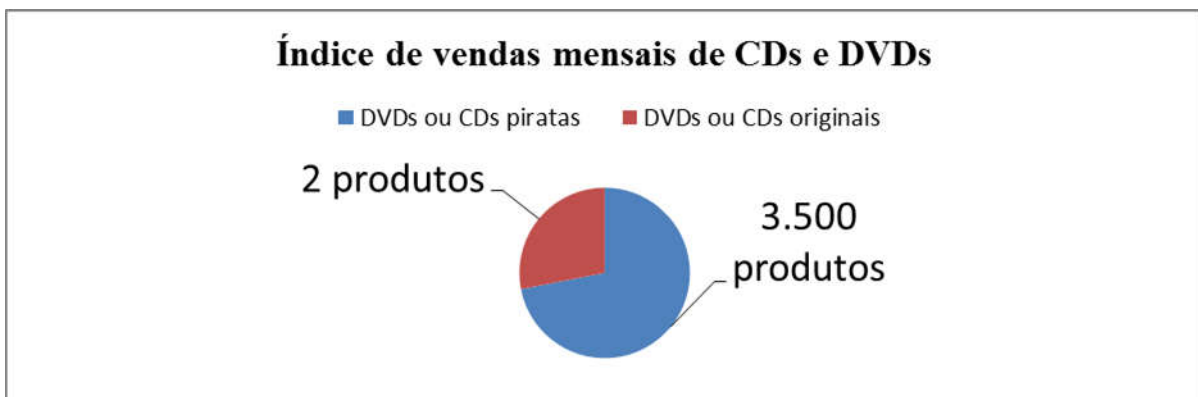


Gráfico 2: Índice de vendas mensais de CDs e DVDs.

Considerações Finais

Diante do exposto, constata-se que a aceitação da sociedade, no que diz respeito à compra e venda de CDs e DVDs piratas, não possui o condão de tornar tal conduta lícita no ordenamento jurídico, tampouco aceitável, eis que os prejuízos são imensuráveis.

Ademais, observa-se que, embora o crescimento da tecnologia tenha contribuído de forma significativa para a redução da venda dos objetos em estudo, a quantidade de produtos ilegais ainda vendidos nos dias atuais, é discrepante com relação à venda de produtos legais, que possuem o custo um pouco maior, mas não infringem os direitos autorais.

Vale destacar ainda, que este assunto já foi objeto de discussão em nossos Tribunais, sendo pacificado o entendimento de que a comercialização de produtos “piratas” sempre foi objeto de fiscalização e repressão, razão pela qual não é possível a aplicação do princípio da adequação social às referidas condutas com o fim de torna-las legais.

Não bastasse, fulminando a celeuma existente acerca do assunto, o Superior Tribunal de Justiça publicou o seguinte enunciado de súmula, *in verbis*: “Súmula 501: Presentes a materialidade e a autoria, afigura-se típica, em relação ao crime previsto no artigo 184, §2º, do Código Penal, a conduta de expor à venda CDs e DVDs piratas”.

Por fim, apesar de não existir dúvidas acerca da ilegalidade daquele que comercializa tais itens, percebe-se que o Estado, titular do direito punitivo, não possui recursos e mecanismos que torne eficiente a fiscalização e punição de condutas ilegais, como a do caso em estudo.

Referências

BRASIL. **Código Penal**. Brasília, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 26 de maio de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 26 de maio de 2017.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal: Parte Especial**. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal: Parte Geral**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

GRECO, Rogério. **Código Penal: Comentado**. 5. ed. Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

MASSON, Cleber Rogério. **Direito Penal Esquematizado: Parte Geral**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011

LIVRO “O CASO DOS EXPLORADORES DE CAVERNAS” NA ERA DO ATIVISMO JUDICIAL

Francielle da Conceição Drumond Figueiredo (Orientadora) Docente FAVAG. e-mail:
frandrumond@yahoo.com.br
Luiz Felipe de Sá Gomes Discente FAVAG

Introdução

No estudo da filosofia do direito, existem duas correntes filosóficas, uma que discute a existência das leis naturais ou leis universais, típicas da natureza humana e outra que defende as leis positivadas, impostas pelo Estado, denominadas jusnaturalistas e juspositivistas respectivamente.

O livro “O Caso dos Exploradores de Cavernas”, obra de Loun L. Fuller narra um caso hipotético em que as soluções apresentadas em forma de sentença judicial se dividem nas correntes jusnaturalistas e juspositivistas, e nesse embate entre as sentenças apresentadas surge as diversas interpretações para condenar ou absolver os réus na obra. Neste artigo será apresentado resumo da obra com base nos votos dos juízes, utilizando para apresentar os diferenciais existentes entre ambas as correntes filosóficas, a aplicabilidade em eventual caso concreto atual e proposta de solução para o caso.

Metodologia

O desenvolvimento do presente, se dará com base na análise do livro “O Caso dos Exploradores de Cavernas” e nas doutrinas que tratam das teorias jusnaturalistas e juspositivistas.

As noções introdutórias ao estudo do Direito também são essenciais para a interpretação do contexto do livro, portanto faz-se necessário também a leitura de doutrinas da Teoria do Direito.

Resultados e Discussão

O livro “O Caso dos Explorados de Cavernas” foi desenvolvido para abordagens teóricas do estudo do direito, em que um caso hipoteticamente ocorrido no ano de 4299, com um grupo amador de exploradores de cavernas, juntamente com Roger Whetmore, personagem principal deste livro, após adentrarem em uma caverna, ocorre um desabamento de pesadas rochas, de modo que os mesmos ficam presos durante muitos dias até o resgate obter êxito. Após a saída, foi informado que o Roger Whetmore havia sido sacrificado para alimento dos demais, pela possibilidade iminente de sucumbirem por inanição. Então são indiciados pela morte do explorador sacrificado e condenados à morte em 1ª Instância, o livro destaca os votos dos Juízes de grau recursal, que dividem os votos em visões jusnaturalistas e juspositivistas, foram proferidos votos pela absolvição, pela condenação e também abstenção do voto.

Para alguns magistrados, os acusados deveriam ser condenados pela letra fria da lei à época, a qual previa a pena de morte no caso de “morte de outrem”, outros defenderam pela absolvição dos réus pela situação atípica que eles enfrentaram no interior da caverna, abrangidos em um estado natural e agindo por extintos humanos de sobrevivência.

A tese jusnaturalista é a defesa de que o direito é algo natural, as normas naturais são profundas, advindos da moral e da consciência comum da sociedade, e que não devem ser aplicados a letra da lei, mas sim os fundamentos intrínsecos da humanidade, enquanto os juspositivistas preocupam-se mais com a eficácia da lei, pois uma vez positivadas, deveriam ser estritamente aplicadas, também defendem que só é possível a organização em sociedade através de normas positivadas.

Considerações finais

Primeiramente, destaca-se que na análise de todo o contexto probatório apresentado na obra, poderiam ter sentenças pela condenação dos acusados, se analisado pelo seguinte prisma:

1. Cita a obra que a última comunicação entre os exploradores de cavernas e a equipe de resgate se deu no vigésimo dia a partir do desmoronamento, ocasião em que foi comunicado a possibilidade de resgate em no mínimo dez dias. Entretanto no vigésimo terceiro dia o resgate foi realizado, frisa-se apenas 3 dias após, Whetmore já havia sido morto. Pelo que consta na obra, a conversa realizada no vigésimo dia, os homens aparentavam estarem lúcidos, tanto que após desligarem o rádio, conseguiram estipular métodos matemáticos para a determinação de quem seria sacrificado para alimento dos demais, de modo que fica descartada a hipótese de vertigens ou alucinações, defendida inclusive no voto de um dos Juízes.
2. Outro ponto citado na obra é que, após a última comunicação com a equipe de resgate no vigésimo dia, o rádio silenciou-se completamente, de modo que a equipe de resgate presumiu que as pilhas haviam esgotado a sua carga, entretanto após o resgate dos cinco exploradores constatou-se que funcionava perfeitamente, causando estranheza pois devido a complexidade da ação de resgate, pois seria natural no mínimo manter contato para notícias do seu desenvolvimento, corroborando a hipótese de que temiam que descobrissem que Whetmore já estava morto pois fora ele quem realizara toda a comunicação com a equipe externa desde o início, no vigésimo dia.
3. O lançamento dos dados por outra pessoa senão Whetmore não deveria ter validade pois não se trata de um “jogo de sorte” comum, mas sim um jogo que estava em risco a própria vida dos participantes, que é de caráter personalíssimo, indisponível e indelegável, de modo que seria mais razoável a não participação de Whetmore no “acordo”, ocasião que outro seria sacrificado e Whetmore não se alimentaria, ademais, consta na obra que após o sorteio dos dados por outro explorador, questionou a Whetmore se teria alguma objeção quanto ao lance, que foi negada pelo próprio, entretanto esta informação foi trazida por depoimento dos próprios exploradores, sendo questionável.
4. Na comunicação realizada no vigésimo dia, ainda havia mantimentos para os exploradores, de modo que os médicos afirmaram haver “escassa possibilidade” de sobrevivência por mais dez dias, não afirmando os médicos que os exploradores não sobreviveriam, gerando a suspeita de uma morte precipitada e desarrazoada por parte dos cinco exploradores.

Portanto considerando a condição atípica que os exploradores estavam, e ponderando a conduta dos mesmos no interior da caverna, deve ser estudada a hipótese de que não se atingiu plenamente alguma excludente de ilicitude ou o estado natural como defendem os

jusnaturalistas para justificar a absolvição, e não agiram em absoluto estado de direito para a aplicação da lei como alegam os juspositivistas.

Destaca-se, após a proposta de sentença acima mencionada, a situação proposta no livro é característica do típico embate entre o jusnaturalismo e o juspositivismo e em consequência, dos princípios e regras. Neste ponto, para Dworkin, “o direito não é concebido como um sistema fechado de regras, como postula o juspositivismo, já que regras e princípios, embora diferentes, são normas que vinculam”

Em uma situação *sub judice*, o magistrado analisaria todo o contexto probatório para motivar a sentença, existindo na obra motivos para serem absolvidos ou condenados, dependendo do livre convencimento do Juiz. O principal enfoque do livro é instigar o leitor a exercer a imaginação jurídica para entendermos os fundamentos de um ordenamento jurídico, seja moldado pelos jusnaturalistas, seja pelos juspositivistas.

O hipotético caso apresentado, se julgado fosse no Brasil com base no atual ordenamento jurídico, provavelmente seriam absolvidos se aplicado fosse as diversas excludentes de ilicitude, estado de necessidade, estado de violenta emoção, dentre outros.

As excludentes de ilicitude previstas no ordenamento jurídico são situações excepcionais em que não se aplica a letra da lei, pois o fato ocorre em situações atípicas, e portanto não se aplica a devida cominação legal, entretanto na atual situação jurídica do Brasil não há como arriscar em um direcionamento da sentença, uma vez que o ativismo judicial praticamente cria princípios, aplica-os acima das regras e gera uma grande insegurança jurídica, no caso dos exploradores de cavernas a exemplo, para ambas as vertentes do processo, absolvição ou condenação, existiriam ou poderiam ser criados princípios para o direcionamento desejado. Dessa forma, ainda com normas expressas de excludentes de ilicitude, dependeria do ponto de vista do Juiz para a solução do caso.

Referências

FULLER, Lon L. **O Caso dos Exploradores de Cavernas**. Trad. Por Plauto Faraco de Azevedo. Porto Alegre, Fabris, 1976. Sergio Antonio Fabris Editor. 65 pag.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição**. 20ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2013. V. 1

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 7ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. 1685 pag.

UMA MEDIDA DE EFICIÊNCIA DOS ESTADOS BRASILEIROS NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE, UTILIZANDO DATA ENVELOPMENT ANALYSIS - DEA.

Lilian Bernadete Soares da Silva Oliveira. Discente da FAVAG. E-mail: lilianbss@yahoo.com.br.

Thális Brito Oliveira. Docente da FAVAG. E-mail thalis8@yahoo.com.br

Introdução

O Brasil encontra-se no grupo de países mais violentos do mundo, ao lado de algumas nações africanas e outras da América Latina (Cerqueira, 2014). Os índices de criminalidade, no país, ainda resistem em reduzir para níveis considerados ideais pelas Nações Unidas, especialmente para os crimes que afetam mais diretamente a população em geral, contra a vida e contra o patrimônio.

Como se não bastasse a taxa média de homicídios no Brasil (29 homicídios por 100 mil habitantes em 2014) situar-se acima do máximo "recomendado" pela ONU - 10 homicídios por 100 mil habitantes, nos estados brasileiros há uma grande variação no indicador, demonstrando que o combate ao crime não obtém dos poderes públicos estaduais a mesma resposta e, portanto, há estados mais eficientes do que outros no referido combate.

Constata-se, por exemplo, que, enquanto o estado de Alagoas apresentou em 2014 uma taxa de 63 homicídios por 100 mil habitantes, São Paulo e Santa Catarina apresentaram índices próximos de 10 homicídios por 100 mil habitantes.

Já no tocante a crimes patrimoniais, infere-se que há discrepâncias extremas nos combates aos mesmos. No crime de furto de veículos, cujo indicador representa o número de veículos furtados por 100 mil veículos, a média nacional atingiu 319,47 em 2014. No que se refere a cada estado brasileiro, também se observa que a resposta ao combate a essa espécie de crime é bastante diferente em cada unidade da federação. Assim, enquanto a Paraíba obteve uma taxa de 54,7, o Distrito Federal e São Paulo apresentaram taxas próximas de 500 furtos de veículos por 100 mil veículos.

Além dos altos indicadores observados, números tão díspares no combate a criminalidade trazem à tona que as unidades do Brasil apresentam diferentes eficiências no combate aos crimes reportados neste estudo, o que ensejou um aprofundamento na medição de tais eficiências e de algumas variáveis que afetam o resultado das mesmas.

Influenciando as ações dos indivíduos, há fatores sociais, demográficos e econômicos tais como renda, desigualdade socioeconômica, taxa de desemprego, consumo de drogas e bebidas, número de armas de fogo, nível de escolaridade, estrutura etária, densidade populacional, efetivo policial, gastos com segurança pública, taxa de encarceramento, número de condenações e dureza das penas que podem afetar ou não as taxas de criminalidade. Muito se discute sobre o que realmente importa na elevação ou redução da criminalidade.

Este trabalho utilizou como *inputs* ou entradas, seis fatores: taxa de desemprego, renda per capita, índice GINI (medição da distribuição de renda), taxa de analfabetismo, gastos com segurança pública e IDH - índice de desenvolvimento humano, cujas informações, fornecidas por entidades públicas ou privadas confiáveis, apresentaram séries históricas que possibilitaram uma análise mais acurada dos dados, mitigando possíveis desvios de levantamento de informações que poderiam induzir conclusões afastadas da realidade.

Os principais objetivos do presente estudo foram aplicar a técnica DEA para determinar as eficiências relativas dos estados no combate à criminalidade e comparar as eficiências das UF's - unidades da federação (estados e Distrito Federal) ao longo do tempo, verificando alterações significativas e investigando possíveis motivos.

Metodologia

Utilizou-se a DEA - análise envoltória de dados, que é uma ferramenta adequada para se avaliar a eficiência quando comparada a ferramentas convencionais e se destaca por algumas características como a não exigência a priori de uma função de produção explícita, a possibilidade de combinações diferentes de *inputs* e *outputs*, a localização da fronteira eficiente num grupo de unidades tomadoras de decisão e a determinação de subgrupos de unidades eficientes para uma unidade eficiente. DEA é uma metodologia não-paramétrica para a delimitação da fronteira eficiente, pois ao focalizar a eficiência entre entradas e saídas não requer a especificação explícita da forma funcional desta relação. A medida de eficiência obtida via DEA é uma generalização da medida de produtividade usual que é a razão entre os resultados obtidos e os recursos utilizados, para cada unidade sob análise.

Aplicada ao presente estudo com o auxílio de uma planilha Excel, as unidades tomadoras de decisão foram os estados brasileiros e o Distrito Federal, as entradas foram os elementos que podem afetar os indicadores de criminalidade (saídas) e, conseqüentemente, o resultado da eficiência da unidade, pois quanto menores os índices de criminalidade, melhores as saídas e mais eficiente a unidade. Assim, a eficiência foi medida pelos indicadores de cada crime (quanto menor, mais eficiente) e as entradas foram os fatores já mencionados.

Dentre as formulações dos modelos de DEA encontradas na literatura, este trabalho optou pelo modelo CCR (CHARNES, COOPER e RHODES, 1978), que identifica as DMUs (unidades tomadoras de decisão) eficientes e ineficientes e determina a que distância da fronteira de eficiência estão as unidades ineficientes. O CCR pode ser descrito como se segue:

- E_c é a medida da eficiência da unidade tomadora de decisão c (DMU) definida como a razão entre a sua soma ponderada de saídas e a sua soma ponderada de entradas.
- k é a unidade em que se mede a eficiência, variando de 1 até o total de DMU's.
- u_j é o peso atribuído da saída j que varia de 1 até o total de saídas.
- v_i é o peso atribuído da saída i que varia de 1 até o total de entradas.
- y_{jk} é o valor observado da saída j na unidade k .
- x_{ik} é o valor observado da entrada i na unidade k .

Para cada unidade tomadora de decisão, DMU, índice c , obtém-se uma medida de razão de todos os *outputs* (saídas) sobre todos os *inputs* (entradas), ou seja, os pesos ótimos u_j e v_i são obtidos pela resolução do problema de programação matemática seguinte.

$$\begin{aligned} \text{Max } E_c &= \sum_{j=1}^s u_j y_{jc} \\ \text{S.a. : } & \sum_{i=1}^m v_i x_{ic} = 1 \\ & \sum_{j=1}^s u_j y_{jk} - \sum_{i=1}^m v_i x_{ik} \leq 0, \quad k = 1, 2, \dots, c, \dots, n \\ & u_j, v_i \geq 0, \quad \forall x, y. \end{aligned}$$

O problema então consiste na programação linear para encontrar os pesos de saída e entrada, respectivamente, u e v , de modo que maximize a soma ponderada dos *outputs*, sujeita às restrições de que a soma ponderada das saídas seja menor ou igual à soma ponderada das entradas, a soma ponderada da unidade que se analisa é igual a 1 (um) e os pesos de cada entrada ou saída sejam positivos.

Com a DEA, é possível cada unidade da federação corrigir ou atenuar as suas ineficiências, focando as suas ações em priorizar o tratamento das entradas que poderiam

melhorar os seus resultados em busca de se aproximar da fronteira de eficiência, obtida pela metodologia. A ferramenta permite que a UF melhore a sua eficiência, através de iniciativas que aproximem os seus indicadores de qualidade dos índices observados nas unidades mais eficientes.

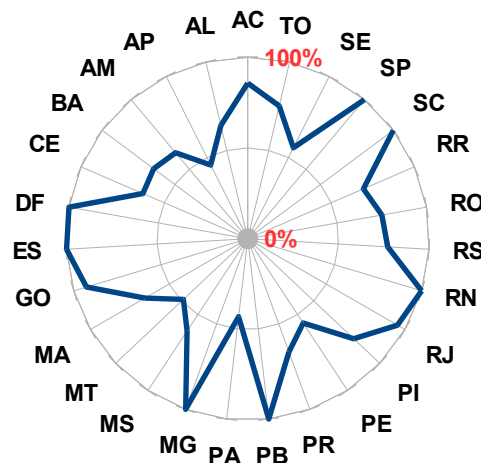
Limitado pela inexistência de séries históricas, o presente estudo abrangeu o período de 2010 a 2014, possibilitando maior utilização de fatores de entrada e indicadores de saída.

As variáveis de saída utilizadas na medição da eficiência foram as taxas de: - homicídio; - crimes contra a dignidade sexual e - latrocínio, medidas por 100 mil habitantes.

Resultado e Discussão

A partir da utilização da DEA, como se observa no gráfico seguinte, chegou-se à conclusão de que as UF's que se apresentaram eficientes no combate aos crimes de homicídio, contra a liberdade sexual e latrocínio, foram o DF, ES, MG, PB, RN, SC e SP. Já os estados do AP, MT e PA demonstraram em 2014, relativamente ser pouco eficientes, pois retornam eficiências inferiores a 50%. Nos anos anteriores, 2010 a 2013, há nos resultados pouca variação nos estados mais e/ ou menos eficientes.

Eficiência das UF's brasileiras no combate à criminalidade - 2014
(homicídio, latrocínio e crimes contra a dignidade sexual)



Considerações Finais

A partir da ferramenta DEA de pesquisa operacional, cumpriu-se o objetivo de determinar a eficiência dos estados brasileiros no combate aos crimes de homicídio, latrocínio e contra a dignidade social no período de 2010 a 2014.

A utilização da mesma mostra-se válida para a mensuração da eficiência relativa entre as unidades da federação, onde se busca comparar a qualidade de cada unidade no aprimoramento dos fatores que influenciam na criminalidade.

Entretanto, para que a ferramenta possa apresentar resultados mais interessantes para a Administração Pública e servir de insumo para melhorar eficiência, é importante que ênfase seja dada no armazenamento de dados para que se construa uma série histórica de outros fatores que podem afetar a criminalidade, como por exemplo o consumo de drogas e álcool, e de outras taxas de criminalidade como as dos crimes contra o patrimônio, que não foram considerados neste estudo por falta de informações em alguns estados. É certo, por exemplo, que o DF e SP, de alta eficiência quanto aos crimes aqui estudados, apresentariam queda na mesma ao se considerar a taxa de crimes contra o patrimônio, elevada naquelas unidades.

Referências

- Cerqueira, Daniel Ricardo de Castro - **Causas e consequências do crime no Brasil** - Rio de Janeiro: BNDES, 2014.
- Conselho Nacional de Justiça (2016), '**Justiça em números**', Disponível em <http://www.cnj.jus.br/programas-dea-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-justica-em-numeros/relatorios>.
- Cooper, William W; Seiford, Lawrence M; Tone, Kaoru – **Data Envelopment Analysis**: New York, Boston, Dordrecht, London, Moscow: KLUVER ACADEMIC PUBLISHERS, 2002.
- Elbially, Nora; Rubio, Miguel A. García – **Assessing Judicial Efficiency of Egyptian First Instance Courts** A DEA Analysis. Germany – Aachen, Gieben, Gottingen, Kassel, Marburg, Siegen: Joint Discussion Paper Series in Economics Nr. 19, 2011.
- Fitzsimmon, James A.; FITZSIMMONS, Mona J – **A Administração de Serviços**. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- Gawryszewski, Vilma Pinheiro; Sanhueza, Antonio; Piedra, Ramon Martinez; Escamilla, José Antonio; Souza, Maria de Fátima Marinho de – **Homicídios na região das Américas**: magnitude, distribuição e tendências, 1999-2009. Brasil – Rio de Janeiro: Revista Ciência saúde coletiva vol. 17 n. 12, 2012.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>.
- Khezrimotlagh, Dariush – **How to Deal with Numbers of Decision Making Units and Variables in Data Envelopment Analysis**. Germany: 13th International Conference on Data Envelopment Analysis – Technische Universitat Braunschweig, 2015.
- Macedo, Marcelo Alvaro da Silva; Bengio, Márcia da Costa – **Avaliação de Eficiência Organizacional através de Análise Envoltória de Dados**. Brasil – Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- Ministério da Justiça, Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – SINESP, Disponível em <https://www.sinesp.gov.br/estatisticas-publicas>.
- Rubio, Miguel A. Garcia; López, Virginia Rosales – **Justicia y Economía: Evaluando la Eficiencia Judicial en Andalucía**. Espanha – Barcelona: InDret – Revista para el análisis del derecho, 2010.
- Santos, Marcelo Justus dos; Kassouf, Ana Lúcia – **Estudos Econômicos das Causas da Criminalidade no Brasil: Evidências e Controvérsias**. Brasil – Brasília(DF), Revista Economia, v. 9, n. 2, p. 343-372, 2008.
- Yeungi, Luciana Luk-Tai; Azevedo, Paulo Furquim de – **Além dos "achismos" e das evidências anedóticas: medindo a eficiência dos tribunais brasileiros**. Brasil – Ribeirão Preto: Economia Aplicada vol.16 nº 4, 643-663, 2012.
- Yeungi, Luciana Luk-Tai; Azevedo, Paulo Furquim de – **Measuring the Efficiency of Brazilian Courts from 2006 to 2008: What Do the Numbers Tell Us?** Brasil – São Paulo: Insper Working Paper 251 – EESP-FGV/SP, 2011.

MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS: conciliação e mediação

Marcos Paulo Oliveira de Jesus (Orientador). Docente Favag. e-mail: marcospaulooliv@yahoo.com.br

Ana Karoline dos Santos. Discente Favag. e-mail: ana.karolsantos1@hotmail.com

André Felipe Machado Costa. Discente Favag. e-mail: euandrec@hotmail.com

Introdução

O trabalho tem por objetivo analisar os meios alternativos de solução de controvérsias, em especial a mediação e a conciliação. É crescente o número de conflitos resolvidos através de acordos amigáveis obtidos na Mediação e Conciliação, isso devido aos baixos custos e a rapidez da solução em relação ao desgastante sistema judiciário brasileiro.

No NCPC Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), traz expressamente que os Tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, isso para que em locais adequados nos fóruns desenvolva sessões e audiências de mediação e conciliação, onde será obedecida à duração razoável do processo, a efetividade e garantindo o acesso a justiça.

Os meios alternativos de solução de conflitos são válidos, regra geral, para resolver questões afetas a direitos disponíveis, em que as partes são livres para dispor sobre eles e agem de acordo com a vontade. O que difere a conciliação e mediação é que esta resolve conflitos em que houver vínculo anterior entre as partes, enquanto aquela atuará em conflitos em que não houver vínculo anterior entre as partes.

Na Conciliação o terceiro limita-se a receber propostas das partes e tenta conciliá-las, buscando-se um denominador comum, enquanto na Mediação o terceiro auxilia de forma intensa, oferecendo inclusive uma proposta e buscando um ponto de equilíbrio para que as partes cheguem a um consenso. Em ambos os casos o terceiro deve agir com imparcialidade, boa-fé e sem interesse no conflito.

Metodologia

A pesquisa realizada apresenta dados qualitativos e quantitativos obtidos no site do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e análises de posicionamento de autores sobre esses meios alternativos de solução de conflitos. Foram analisados dados de 2016, após a entrada do Novo código de Processo Civil. Foram observadas as vantagens do uso de meios alternativos de soluções de conflitos para as partes e o judiciário.

Resultados e Discussão

Foram observadas as campanhas desenvolvidas pelo CNJ, por especialistas, magistrados, advogados e membros do Ministério Público que influenciam os meios de autocomposição como soluções de conflitos.

Os Cejus (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania) foram criados antes do NCPC (Novo Código de Processo Civil) e passaram a ser uma incumbência dos tribunais estaduais, por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2010, pois o Fórum detém desses espaços para que se realizem as audiências de conciliação e mediação.

Mediante a instalação dos Cejus, magistrados, advogados, membros do Ministério Público e da administração pública têm adquirido consciência sobre a importância desse

modo alternativo de resolução de conflitos, tanto é que nos últimos anos tal método tem sido utilizado, obtendo sucesso e reduzindo o “congestionamento” processual.

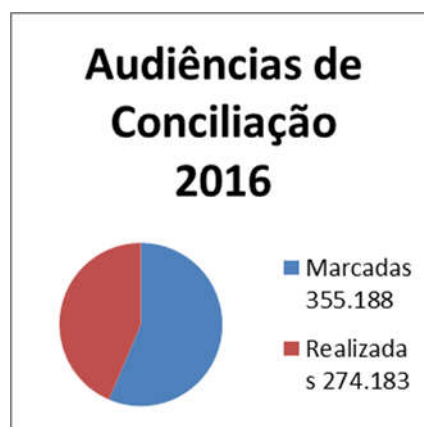
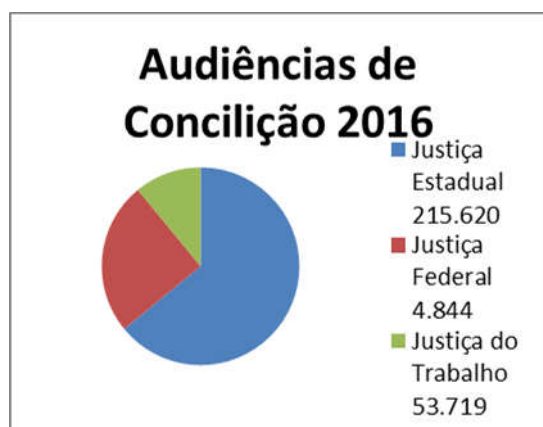
Nesse sentido, o estímulo à autocomposição pode ser entendido como reforço da participação popular no exercício do poder –no caso, poder de solução dos litígios. Tem, também por isso, forte caráter democrático. (DIDIER Jr., 2015)

Pelo site do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) o número de audiências de conciliação marcadas em 2016 foram 355.188, e dessas foram realizadas 274.183, conclui-se que foram atendidas 77,19% das demandas. Destas audiências realizadas 215.620 pela Justiça Estadual; 4.844 na Justiça Federal; e 53.719 na Justiça Trabalhista.

De acordo com indicadores do CNJ foram atendidas 602.128 pessoas em 51 Tribunais para realização de conciliação, com a participação 3.284 magistrados, 5.374 Conciliadores, 360 Juízes Leigos e 7.065 de colaboradores.

Nos Juizados Especiais, onde a conciliação costuma ser mais utilizada, o índice de acordos na fase de conhecimento foi de 19% (Justiça Estadual) e de 6% (Justiça Federal).

Considerando o exposto informativo sobre os meios alternativos de soluções de conflitos, vide gráficos abaixo:



Considerações Finais

Diante o exposto, é certo que a conciliação não resolverá todas as querelas que insurgirem no seio da sociedade, mas uma coisa é certa, ela precisa e deve ser a primeira alternativa a ser buscada pelas partes para solucionar seus problemas, visto a comprovação de que é de fato um instrumento que promove o diálogo (mudança de mentalidade) e a paz social.

Após análise cuidadosa, observou-se que o instituto da conciliação e da mediação promove a cultura do diálogo e soluções efetivas e, conseqüente, o desafogamento do judiciário, que há muito tempo grita por socorro.

Observou-se também que no processo conciliatório os autores principais são as próprias partes e não, o juiz e seus auxiliares, já que elas mesmas buscam através do restabelecimento do diálogo dirimir a contenda e chegar a um possível acordo.

Considera-se, um ponto extremamente positivo na conciliação, pois, o fato da decisão estar nas mãos dos litigantes, com certeza sai de cenário aquele sentimento de aversão, ou seja, o sentimento de ganhador e perdedor, tendo em vista que o acordo foi realizado em conformidade com as suas próprias vontades.

Portanto, a conciliação e mediação garantem à duração razoável do processo, tornando assim esse meio mais célere, o acesso a justiça, pois esses meios alternativos de soluções dos conflitos são gratuitos, e conseqüentemente são homologados todos os acordos firmados nessas audiências caracterizando este processo como efetivo.

Referências

BRASIL. **Código de Processo Civil** (2015). Código de Processo Civil. Vade mecum SARAIVA. 23.ed. São Paulo: SARAIVA, 2017. p. 353-501

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. CNJ. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83676-relatorio-justica-em-numeros-traz-indice-de-conciliacao-pela-1-vez>. Acesso em 25 de maio de 2017.

CINTRA, A. C. **Teoria Geral Do Processo**. 31. Ed.-São Paulo: PC Editora Ltda, 2015

DIDIER Jr., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. 17. Ed.-Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015.

A IMPORTÂNCIA DO VOTO CONSCIENTE

Marcos Paulo Oliveira de Jesus (Orientador): Docente FAVAG. E-mail: marcospaulooliv@yahoo.com.br

Monique Ferreira Dias: Discente FAVAG. E-mail: monique_ferreiradias@hotmail.com

Introdução

Este trabalho trata-se de um estudo que propõe demonstrar a importância do voto consciente. O tema proposto é atual e relevante, pois objetiva despertar o cidadão a exercer os poderes que lhe são conferidos na ordem jurídica, em especial, o direito ao voto.

É sabido, que muito tem se questionado a validade do voto, na medida em que, muitos, ao exercer este direito, elegem pessoas para os representarem e, diante da conduta do mandatário eleito, se decepcionam. Seja por que estes não cumprirem com suas promessas, seja por não atenderem às expectativas do povo, seja pelo envolvimento dos mesmos em atos de corrupção e outras ilicitudes.

A realidade política brasileira tem gerado angústia à nação. E isto muitas vezes tem levado à perda da credibilidade do poder do voto e da efetividade da democracia.

Contudo, não se pode esquecer que tais direitos – democracia, voto – são resultado de conquistas históricas marcadas por lutas e sofrimentos.

E é neste sentido que se reforça a necessidade de alertar o povo de que o voto, a democracia, a cidadania são ferramentas poderosas e efetivas quando utilizadas da forma certa.

O exercício da cidadania, o voto consciente, são indispensáveis para que a sociedade prospere.

O indivíduo que é fiel no cumprimento de seus deveres cidadãos estará favorecendo tanto a si próprio quanto ao seu próximo, a sua sociedade e sua cidade/Estado/nação.

Ao tratar do tema ficará demonstrado a significância do exercício da cidadania e das variadas formas de participação popular previstas na Constituição de 1988.

Nesse sentido, algumas indagações resumem a principal problemática deste estudo: Existe diferença entre votar e votar consciente?

Num país onde a política tem se mostrado enfraquecida e rodeada de instabilidades, será que ficar sem votar não seria a melhor opção? Qual o valor de um voto?

Ao tratar do tema, buscar-se-á apresentar possíveis respostas a estas indagações.

Metodologia

Utilizar-se-á na abordagem do tema o método dedutivo, valendo-se no desenvolvimento de pesquisas bibliográficas, estudos de textos, artigos, periódicos e outros. Além disso, fazer-se-á a análise de fatos históricos contextualizando com fatos da atualidade.

Resultados e Discussão

A história do Brasil é marcada por inúmeras lutas para a conquista de direitos. O descaso à dignidade humana e o desprezo aos direitos fundamentais sempre foram fatores decisivos para impulsionar o povo à busca por seus ideais. O poder do povo ficou registrado pelos atos de coragem que se materializaram desde atuações individuais aos grandes

movimentos e mobilizações por vezes organizados no Brasil. Exemplo disso foi as “Diretas Já”, movimento popular contrário ao Governo Militar (período marcado pelo desprezo aos direitos fundamentais e pela descaracterização de qualquer forma de democracia, que perdurou no Brasil de 1964 a 1985).

O movimento das “Diretas Já” foi capaz de levar às ruas milhares de pessoas clamando por seus direitos e pela volta da democracia - democracia esta com garantia ao voto direto, secreto, universal e com valor igual para todos. Esta mobilização foi decisiva para conquista da Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã. A CF/88 foi um marco na história do Brasil. Com ela, o povo brasileiro pode experimentar o gosto de ter positivado direitos essenciais à vida humana, além de instrumentos que possibilitam o exercício da soberania e da vontade popular. Foi neste momento que o povo auferiu a positivação de ferramentas legítimas para interferir direta e indiretamente nas decisões políticas do Estado, dentre as quais, plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Neste sentido, o artigo 14 da CF/88 dispõe: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e nos termos da lei, mediante: I- plebiscito; II- referendo; III- iniciativa popular”.

Com isso, fica claro quanto poder o povo tem em suas mãos. Se as coisas no país não caminham como deveria ou não acontecem como o povo quer, tudo indica que estes instrumentos de poder não estão sendo utilizados, ou estão sendo usados de forma errada. Mas o que seria “utilizado de forma errada”? Quando um cidadão vota por votar ou vota sem pensar, por exemplo, ele está exercendo o seu poder de voto, mas está exercendo de forma errada.

Para que o voto conquiste seu objetivo, que é eleger um representante apto para conduzir o país em comunhão com a coletividade, não é suficiente o ato de votar, é necessário votar consciente.

Não basta ter o título de cidadão, é necessário o exercício efetivo da cidadania.

O autor Carlos Alberto Torres, em sua obra “Democracia, educação e multiculturalismo” diz: “a noção de democracia acarreta a noção de uma cidadania democrática, onde os agentes são responsáveis e aptos a participar, escolhem seus representantes e fiscalizam seu desempenho” (2001, p. 183).

Isso significa que o cidadão tem legitimidade para participar da vida política do país, mas esta participação presume o dever de fiscalização e responsabilidade.

Somente com a participação ativa e consciente do cidadão é que se tornará possível mudar o espaço em sua volta. Portanto, cabe a cada cidadão fazer valer seu título de cidadania de forma consciente e constante.

A cidadania é um poder-dever do cidadão, não deve ser visto como uma faculdade. O futuro, a sociedade, a cidade, o Estado e o país devem ser geridos por atos de cidadania, que nada mais é que o auxílio mútuo com vista a um objetivo comum, o bem social e a prosperidade de seu país.

Considerações finais

Diante de tudo que foi trabalhado ficou demonstrado a importância do voto e das demais formas de exercício da cidadania. O cidadão deve estar ciente da importância de ser ativo e constante no uso de seus direitos de cidadãos.

Quando o cidadão faz uso de seus direitos, exercendo a cidadania, estará contribuindo não só para o fortalecimento da democracia como para a melhora do seu próprio espaço. O voto é um poder, é uma garantia dada pela democracia, é uma das maneiras mais precisas de exercer a soberania popular.

Por isso, não se deve “jogar o voto no lixo” ou fazer da cidadania uma “moeda de troca”. Não se devem levar em conta interesses individuais em prol dos da sociedade na hora de escolher seus candidatos. É preciso ser sensato e ter compromisso com o futuro do próprio país. Entre votar e não votar, a escolha deve ser votar. E este voto deve ser de forma consciente. Votar é honra. Votar é poder. Votar é preciso.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BULOS, UadiLammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MORAIS, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TORRES, Carlos Alberto. **Democracia, educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado**. Petrópolis: Vozes, 2001.

EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL, UMA AFRONTA A VIDA DA CRIANÇA

Marcos Paulo Oliveira de Jesus (Orientador) Docente FAVAG. e-mail:

marcospaulooliv@yahoo.com.br

Thamires Geovanna Gomes de Jesus Discente FAVAG. e-mail: thamireesgoomes32@gmail.com

Introdução

A exploração sexual infantil vitimiza crianças do mundo inteiro, incluindo o Brasil, no Brasil. O principal problema acerca do tema é que não encontra visibilidade, é pouco falado pelo tamanho dos impactos gerados na vida da criança abusada e da própria família.

É de suma importância que a sociedade saiba mais acerca do assunto, pois só assim haverá conscientização e o problema não será ignorado.

Especialistas apontam que um dos fatores determinantes para a exploração sexual infantil é a miséria e os fatores derivantes dela, tais como: famílias mal estruturadas, miséria extrema, uso de drogas, falta de acesso à educação.

As proposições aqui discutidas têm como objetivo levar ao conhecimento, conscientização e levantar discussões acerca do assunto, como uma realidade que deve ser refletida.

É repugnante saber que o dinheiro vale mais que a criança protegida e zelada. Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) - Lei 8.069/90 art. 18, "é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento aterrorizante, vexatório ou constrangedor." A sociedade tem como obrigação ajudar a manter a segurança e integridade da criança e qualquer atitude suspeita denunciar deve ser levada ao conhecimento das autoridades competentes para adoção de medidas coercitivas e reparatórias.

A presente pesquisa contribuirá para a conscientização social, abrindo portas para o debate e mostrando que só com o conhecimento sobre o tema poderá ajudar a evitar, e como cuidar das crianças exploradas.

Falar sobre o abuso sexual infantil elimina o silêncio que o oculta, garantindo que não permaneça escondido. Não falar sobre a exploração sexual infantil favorece aos propósitos do abusador sexual, no qual precisa silenciar a criança para evitar ser exposto.

O propósito do projeto de pesquisa é exatamente levar o conhecimento do abuso sexual infantil para a sociedade, no qual só a conscientização sobre o assunto pode mudar a realidade.

Metodologia

A presente pesquisa tem por objetivo levar ao conhecimento e conscientização acerca das crianças e adolescentes explorados. Desenvolver-se-á uma pesquisa de natureza descritiva, explicativa, aprofundando-se o conhecimento na realidade, sob observação com, -análise e interpretação de informações obtidas. Adotar-se-á o método bibliográfico na qual serão ácotados livros, artigos, dentre outros, a fim de verificar a realidade das famílias, no que diz respeito ao meio social e, condição social, a condição social.

Na elaboração da pesquisa utilizar-se-á o método de abordagem do tipo indutivo partindo de dados particulares, suficientemente para compreender dados gerais.

Para analisar o perfil do abusador, a família do abusado e suas condições sociais utilizará o método estatístico. Baseando-se na teoria das probabilidades, tentando obter respostas para o problema.

Resultados Esperados

Espera-se que a pesquisa abra portas para o debate sobre o tema, mostrando que só com o conhecimento de causa pode-se ajudar a evitar das crianças exploradas, dando-lhes os cuidados que precisam. Tendo consciência de que só falando sobre o abuso sexual infantil eliminar-se-á o silêncio que o oculta garantindo-se que os abusadores não fiquem impunes.

Considerações Finais

Por fim, a exploração sexual de crianças movimenta um dos maiores comércios mundiais, perdendo para o tráfico de drogas e armas, localizando-se no terceiro lugar, é um dado alarmante já que crianças deveriam estar no ceio de sua família, nas escolas, enfim, realizando atividades propícias a sua faixa etária e , não sendo sexualizadas.

Referencias

BRASIL, **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei 8.069 de 13 de junho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

TOMÉ, S. F. T. **ASPECTOS JURÍDICOS DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL**, (Procergs). Disponível em < :
<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=2578&idAreaSel=14&seeArt=yes>
>

A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE DO SUJEITO CONSTITUCIONAL PARA O COSTITUCIONALISMO MODERNO.

Troy Steve Ribeiro Docente FAVAG. E-mail: troysr@ig.com.br

Introdução

Partindo da análise da obra intitulada “A identidade do sujeito constitucional”¹⁵ do professor americano Michel Rosenfeld, o presente trabalho busca trazer à luz uma melhor compreensão acerca da visão que se tem da Constituição e do seu papel para o Estado e para a sociedade.

A pretensão é traçar alguns pontos importantes sobre o constitucionalismo moderno, enfatizando o pluralismo que o integra, assim como os princípios que lhe são inerentes, o da liberdade e da igualdade. O passo seguinte passa a ser o conhecimento e a definição da identidade desse sujeito constitucional. Determinar qual seja a sua relação com o constitucionalismo moderno e com as demais identidades que podem habitar um mesmo Estado constitucional, identidades étnicas, nacionais, religiosas, etc.

Após atingir a compreensão do que seja o sujeito constitucional e sua identidade, sob o enfoque do constitucionalismo moderno, passa-se à análise da construção que Rosenfeld elabora para explicar a dicotomia entre o “eu” e o “outro”, referência ao sujeito constitucional e às outras identidades com as quais ele tem contato. Para tanto, o autor recorre à psicanálise de Freud e Lacan, além da fenomenologia de Hegel.

Metodologia

O método de abordagem empregado na pesquisa foi o dedutivo, partindo de uma pesquisa básica, cuja técnica foi bibliográfica, direcionada para a coleta de material referente aos estudos de Michel Rosenfeld. Fez-se uso da pesquisa analítico-filosófica com o fim de conduzir uma investigação crítica a cerca do tema apresentado.

1. Constitucionalismo

A realidade evolutiva e crescente da economia de mercado, fez nascer uma burguesia em constante ascensão. As necessidades desta burguesia culminaram no combate ao absolutismo monárquico através das revoluções burguesas, em especial na Inglaterra 1688, Estados Unidos 1776 e França 1789. Surge assim o Estado e a economia liberais.¹⁶

Os principais aspectos deste constitucionalismo insipiente são a limitação ao poder do Estado sobre seus cidadãos e a presença, em maior ou menor escala, do respeito aos direitos humanos fundamentais, que se mostraram insuficientes em seus primórdios, mas que seguem evoluindo junto com a sociedade.¹⁷

O ponto chave do Constitucionalismo moderno, segundo Rosenfeld¹⁸, é o pluralismo

¹⁵ ROSENFELD, Michel. The identity of the constitutional subject. *Cardozo Law review: Law and the postmodern mind*. Jan., 1995. p. 1049-1109. Tradução de Menelick Carvalho Netto. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

¹⁶ MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. O CONSTITUCIONALISMO MODERNO, Origem e crise – reflexões. <http://www.revistapersona.com.ar/Persona76/76Quadros.htm>, acessado em 24/07/2016.

¹⁷ MAGALHÃES, op. cit.

¹⁸ ROSENFELD, op. cit. P. 7.;

que está presente no Estado. Havendo várias identidades distintas dentro dele, todas elas devem ser levadas em consideração. Não se busca a alienação dessas diversas identidade em prol de uma que seja dominante, mas sim a sua integração e manutenção, cada qual com suas características, porém, dentro dos limites estabelecidos pela constituição, de forma a que possam coexistir com base no respeito e na tolerância.

O pluralismo que se destaca diz respeito às várias facetas de uma sociedade em crescente evolução e às múltiplas realidades decorrentes de um intenso movimento migratório, que conforma sobre um mesmo território uma multiplicidade cultural, étnica e religiosa, dentre outras. Rosenfeld se refere a elas como identidades que devem ser protegidas e que ao mesmo tempo fornecerão conteúdo para a identidade constitucional.

2. O sujeito constitucional

É importante compreender o que é o sujeito constitucional e como podemos definir a sua identidade, para então traçar um paralelo entre sua existência e a manutenção do constitucionalismo moderno.

Sujeito constitucional seria formado então pelo corpo elaborador e modificador do texto constitucional, a matéria que por escolha deste corpo constituinte passa a integrar a constituição e, por fim, aqueles que devem observância a ela. Temos uma tríplice acepção, demonstrando que o sujeito constitucional não é um objeto definido, mas sim a imagem panorâmica de um sistema jurídico que busca ordenar as relações de poder, regulamentando a interação entre Estado e sociedade, entre os próprios cidadãos e fixar as garantias aos direitos humanos fundamentais.¹⁹

3. A identidade do sujeito constitucional

Se o próprio sujeito constitucional não é um, mas sim um conjunto, parece complicado, em um primeiro momento estabelecer uma identidade única para essa estrutura complexa.

Porém, essa dificuldade aos poucos é afastada pelo próprio Rosenfeld quando ele compara a identidade do sujeito constitucional com outras identidades, assim denominadas por ele, identidades nacionais, étnicas, religiosas e culturais.²⁰ O que as define são características próprias presentes em seus discursos ideológicos, pautados pela racionalidade, religiosidade, ou outro fator qualquer de forte coesão, gerando uma consistente identificação e empatia entre os membros de um grupo, ao mesmo tempo em que faz crescer o sentimento de segregação em relação a outros agrupamentos cujos discursos pareçam conflitantes com o seu.

A identidade do sujeito constitucional surge como um discurso jurídico ideológico legitimador do ordenamento jurídico à luz de um constitucionalismo moderno, que tem a pretensão de ser pluralista, tendo como fundamentos os princípios da liberdade e da igualdade, considerados basilares.²¹

4. O conflito entre o “eu” e o “outro”

Sob a perspectiva do constitucionalismo moderno, a ordem política pré-moderna não se preocupava com esse conflito entre o “eu” e o “outro”. Era assim porque tal conflito era facilmente superado pela relação do Estado com identidades bem específicas, como era o caso

¹⁹ *Ibidem*, p. 1.

²⁰ *Ibidem*, p. 1.

²¹ *Ibidem*, p. 3.

da relação existente entre a monarquia e a igreja na idade média.²²

O “eu” (self) é caracterizado pelo sujeito constitucional. Em um primeiro momento, que podemos identificar como um período de transição, este “eu” (*self*) apresenta-se em conflito com o “outro”, entendido como a ordem sócio-política pré-moderna, chamada também de “outro” externo, porque alheio ao constitucionalismo pluralista..

Surge então um segundo confronto. Agora entre o “eu” (*self*), sujeito constitucional, e os “outros”, aqui entendidos como “outros” internos, porque fazem parte da mesma ordem constitucional. O resultado desse confronto não é mais a exclusão, mas sim a conformação entre todos.²³

Da Fenomenologia de Hegel, Rosenfeld trás o raciocínio de que o sujeito é movido por desejos, que primeiramente buscam objetos para a sua satisfação. A realização de um desejo, que ocorre quando o sujeito alcança o objeto desejado, se mostra insuficiente para saciar esse desejo, que acaba se projetando para outro objeto. Nesse momento, o sujeito percebe que o seu anseio só pode ser satisfeito pelo “outro” sujeito, este seria o único capaz de o satisfazer de forma prolongada. Diante disso, o eu é levado a viver em constante busca pelo outro.

Considerações finais

O sujeito constitucional, que são vários e não somente um, deve se determinar por um discurso coerente com o contexto no qual está inserido, um discurso que torne legítimos os seus atos, sejam de criação legislativa, de respeito, aplicação ou obediência aos ditames da constituição. Esse discurso é justamente o que aqui pode ser identificado como identidade do sujeito constitucional, que vive em constante embate com outras identidades igualmente relevantes, sendo que estas últimas devem abandonar quaisquer pretensões totalitárias.

Nisso surge a identidade do sujeito constitucional, como necessária para contrapor-se às demais identidades existentes, ao mesmo tempo que possui o importante papel de abraçá-las, dando às mesmas o tratamento devido assim como os limites necessários para que possam coexistir.

Para alcançar essa situação ideal, o sujeito constitucional vive em constante mudança, em razão do eterno embate entre o “eu” e o “outro”, o que gera uma situação de dependência mútua entre ambos na busca da afirmação e reafirmação de todos.

Referências

- Declaração de direitos do homem e do cidadão** – 1789. Disponível em <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2017.
- MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **O constitucionalismo moderno**, Origem e crise – reflexões. Disponível em <<http://www.revistapersona.com.ar/Persona76/76Quadros.htm>>. Acesso em 24 de julho de 2016.
- OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. **Teoria da constituição**. 1. ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2012.
- ROSENFELD, Michel. **A identidade do sujeito constitucional**, Trd. Menelick de Carvalho Netto. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

²² Ibidem, p. 7.

²³ Ibidem, p. 7.

ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO CONDENADO NO SISTEMA PRISIONAL TRADICIONAL E NA APAC

Edilene Santos (Orientador) - Docente FAVAG. e-mail: edilenesantos.filosofia@hotmail.com
Cynara Silde Mesquita Veloso (Orientadora). -Docente FAVAG- cynarasilde@yahoo.com.br
Sally Veruska de Lima Borges - Discente FAVAG. e-mail: sallyveruska1995@gmail.com

Introdução

Embora a Constituição Federal traga a garantia de que “a saúde é um direito de todos e um dever do Estado”, a saúde como estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças é uma condição inatingível no sistema prisional convencional brasileiro, caracterizado como um ambiente propício à proliferação de epidemias e ao contágio de doenças (BRASIL, 1984).

A superlotação das celas, sua precariedade e sua insalubridade, condições precárias de higiene, celas mal ventiladas e superpopulosas aliados ainda à má alimentação dos presos, seu sedentarismo e o uso de drogas fazem com que um preso que adentrou lá numa condição sadia, não saia sem ser acometido de uma doença ou com sua resistência física e saúde fragilizada. Os presos adquirem as mais variadas doenças no interior das prisões (ASSIS, 2014).

A lei de Execução Penal brasileira dispõe que a atenção à saúde do preso e do internado, de caráter preventivo e curativo, deve compreender atendimento médico, farmacêutico e odontológico; e quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover tal assistência, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção da instituição (BRASIL, 1984).

Porém, as condições limites de vida e saúde da população que se encontra em unidades prisionais, como referidos por Gois e seus colaboradores (2012) apesar da legislação visar prevenir o crime e garantir o retorno à convivência social, as precárias condições de confinamento tornam-se um das principais barreiras para se atingir esta meta, bem como impossibilitam o acesso à saúde por pessoas presas de forma integral e efetiva. O que acaba ocorrendo é uma dupla penalização na pessoa do condenado: a pena de prisão propriamente dita e o lamentável estado de saúde que ele adquire durante a sua permanência no cárcere (ASSIS, 2014).

Entre tantos métodos alternativos para o cumprimento da pena privativa de liberdade, encontra-se o método da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), que não faz mágica nem algo de extraordinário, apenas tenta aproximar o máximo do que a lei determina (ALMEIDA E SÀ, 2012), onde o condenado perde apenas a liberdade e não a dignidade e que efetivamente haja um empenho na busca da ressocialização (PRODORUTTI, 2013).

Metodologia

Para obtenção dos dados deste trabalho foi utilizada uma estratégia de investigação em revisões bibliográficas e pesquisa eletrônica, em artigos científicos. A pesquisa foi realizada em artigos publicados entre 2012 e 2016 e disponibilizados em base de dados eletrônicos do campo jurídico e saúde: SCIELO e BRASIL.

Para a busca de artigos utilizou-se o descritor de assunto com as seguintes palavras: Assistência à saúde e Metodologia Associação e proteção de assistência ao condenado. Foi realizada no total a análise de 18 artigos científicos, sendo os critérios de exclusão utilizados

para esta análise a falta de proximidade com a temática. Ao final a revisão de literatura se compôs do total de 07 referências

Resultados e discussão

O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, mais de seiscentos mil presos, sendo que para cada dezesseis presos existem apenas dez vagas. Devido a essa superlotação os presos estão sujeitos as mais variadas doenças o que faz das prisões um ambiente propício à proliferação de epidemias. A precariedade do sistema tradicional aliada á ma alimentação, sedentarismo, ao uso de drogas e a falta de higiene, fazem com que o preso de lá não saia sem algum acometimento da saúde (DEPEN 2015).

Embora a constituição Federal traga a garantia de que “a saúde é um direito de todos e um dever do Estado”, a saúde como estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças é uma condição inatingível no sistema prisional convencional brasileiro, caracterizado como um ambiente propício à proliferação de epidemias e ao contágio de doenças (BRASIL, 1984).

Todos esses fatores estruturais aliados ainda à má alimentação dos presos, seu sedentarismo, o uso de drogas, a falta de higiene e toda a lugubridade da prisão, há um grande número de presos portadores de distúrbios mentais, de câncer, hanseníase e com deficiências físicas. Quanto à saúde dentária, resume se à extração de dentes. Não há tratamento médico-hospitalar dentro da maioria das prisões, e para serem removidos para os hospitais os presos dependem de escolta da PM. Quando o preso doente é levado para ser atendido, há ainda o risco de não haver mais uma vaga disponível para o seu atendimento, em razão da igual precariedade do nosso sistema público de saúde (ASSIS, 2014).

Baseados nos estudos de GOIS e colaboradores (2010). Além das arriscadas qualidades deste confinamento, a desnutrição, a superlotação das celas, a marginalização social, a dependência de drogas ilícitas e o baixo nível socioeconômico são fatores que promovem a elevada disseminação de doenças e agravos entre presidiários, como tuberculose, hepatite B, hepatite C, AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. O ocasionando o adoecimento dos presos.

A lei de Execução Penal brasileira dispõe que a atenção à saúde do preso e do internado, de caráter preventivo e curativo, deve compreender atendimento médico, farmacêutico e odontológico; e quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover tal assistência, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção da instituição (BRASIL, 1984).

Porém, as condições limites de vida e saúde da população que se encontra em unidades prisionais. Como referido por Gois e seus colaboradores (2012) apesar da legislação visar prevenir o crime e garantir o retorno à convivência social, as precárias condições de confinamento tornam-se um das principais barreiras para se atingir esta meta, bem como impossibilitam o acesso das pessoas presas à saúde de forma integral e efetiva.

Atualmente, o custo médio de um preso é maior do que de um estudante universitário. Na realidade brasileira, esbarra-se, com freqüência, na questão econômica e de retorno de investimento. Se, por um lado, o custo da implementação de serviços de saúde e reinserção social nas unidades prisionais é alto, por outro lado, o retorno ocorre a longo prazo. Em termos políticos, significa que investir em recursos para as unidades prisionais não traz retorno em votos (DAMAS, 2012).

Conclusão

O que acaba ocorrendo é uma dupla penalização na pessoa do condenado: a pena de prisão propriamente dita e o lamentável estado de saúde que ele adquire durante a sua permanência no cárcere. A superlotação, infra-estrutura precária e déficit em recursos humanos estão relacionados a problemas de saúde nas prisões, principalmente, HIV, tuberculose e outras doenças infecciosas, doenças respiratórias, dermatoses e transtornos mentais.

O condenado estar sujeito a uma série de complicações durante seu cumprimento de pena, grande diversidade entre unidades prisionais, em que a grande maioria encontra-se em estado precário, e a regra é a superlotação que dificulta a ressocialização do preso. O sistema tradicional ao tratar o preso como seres inservíveis para o convívio da sociedade, apenas retroalimenta a criminalidade, enquanto o método apaqueano, que mantém o caráter punitivo da pena, mas prioriza a ressocialização, oportunizando a produção de novos significados e perspectivas de vida do condenado.

Desse modo, diante as complicações discutidas nesta pesquisa é essencial para o ressocialização do preso de volta a sociedade,

Pôde-se concluir que a falta de acesso à saúde dos detentos pode afetar a segurança interna das prisões, não é o aumento na quantidade de criminosos atrás das grades que significa melhora na sensação de segurança da população; é a repetição de delitos dos detentos, medo nas pessoas. Portanto, enquanto continuarmos negligenciando os direitos dos detentos, toda sociedade pagara as conseqüências e altos níveis de criminalidade.

Com repercussões negativas na saúde e qualidade de vida, além do custo financeiro em manter um sistema prisional caro e ineficaz, em termos políticos, significa que investir em recursos para as unidades prisionais não traz retorno em votos.

Em contrapartida, o método apaqueano tenta aproximar ao máximo do que a legislação determina, com humanização da pena e valorização da pessoa humana faz com que o presidiário reconheça que pode voltar a sociedade e se tornar digno. O que se pretende com a efetivação das garantidas legais na execução da pena é a instrumentalizar a função ressocializadora da pena privativa de liberdade, no intuito de reintegrar o recluso ao meio social.

Referências

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum**. Sequencia. São Paulo. 1995.

ASSIS, R. F. **A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro**. DireitoNet, 2014. Disponível em: < <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3481/A-realidade-atual-do-sistema-penitenciario-brasileiro>>. Acesso em: 29 de maio de 2016.

BRASIL. **Lei de Execução Penal (1984)**. Lei de Execução Penal : Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984 : institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 2008. 121p. ISBN 978-85-736-5498-8

DAMAS, B. F. **Assistência condições de saúde nas prisões de Santa Catarina**. Brasil 2012. **A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro**. Santa Catarina, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 6-22, 2012.

MINAS GERAIS. **Tribunal de Justiça. A execução penal à luz do método APAC / Organização da Desembargadora Jane Ribeiro Silva**. - Belo Horizonte. 2011.

SÁ, A. DE. G. **A importância do método de associação e proteção aos condenados (APAC) para o sistema prisional brasileiro**. Revista Direito & Dialogicidade, Ano III, v.III, dez. 2012.

SILVA, R. A. R., et al. **Visita técnica à associação de proteção e assistência ao condenado do município de Pirapora – MG: um relato de experiência.** Revista Kuruatuba, v. 2, 2016.

SOUZA, F.. **Como funcionam as prisões: Perfil do preso brasileiro.** 2008. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro. 2008.

EXECUÇÃO CIVIL: O princípio da atipicidade das medidas executivas no Código de Processo Civil de 2015

Marcos Paulo Oliveira de Jesus (Orientador) Docente FAVAG. E-mail: marcospaulooliv@yahoo.com.br

Jéssica Conceição Lourenço Discente FAVAG. E-mail: lourencojessicacl@gmail.com

Introdução

O processo é uma relação jurídica dinâmica que trata de interesses em conflito. Desta forma, pode-se afirmar que o processo é uma “ferramenta imprescindível para dar legitimidade e legalidade à revelação da norma concreta, enfim, para permitir e justificar a atuação do Poder Judiciário”. (ABELHA, 2015, p.43).

Para atingir a tutela jurídica satisfatória, deve-se aplicar as técnicas apropriadas para tal finalidade. Assim, em um processo de conhecimento há duas possibilidades de desfecho: o direito posto em juízo será considerado procedente ou improcedente. O módulo processual de execução, objeto deste trabalho, tem um desfecho único, qual seja, a satisfação do direito do exequente revelado em um título executivo, seja ele judicial ou extrajudicial (ABELHA, 2015, p.36).

O principal obstáculo do módulo processual de execução ocorre quando há uma crise de cooperação, ou seja, o inadimplemento. Em consequência lógica resulta a morosidade processual, muitas vezes caracterizada por artifícios protelatórios utilizados pela parte executada. Para Abelha (2015, p.44), a maior dificuldade reside no fato de que “a mera revelação da norma jurídica concreta não é bastante para pôr fim ao conflito de interesses”. O autor acrescenta ainda que raramente os devedores cumprem voluntariamente a sentença condenatória a que lhe é imposta (ABELHA, 2015, p.44). Diante disto, é necessário que o judiciário utilize de meios executivos adequados para cada caso concreto a fim de garantir maior efetividade aos seus julgados.

Afirma Gilmar Mendes (2016) que “a previsão de mecanismos que confirmam maior exequibilidade às decisões judiciais afigura-se vital para a garantia da segurança e da estabilidade do controle de constitucionalidade”. Quando as medidas executivas tipificadas em lei não são suficientes para satisfação do exequente, surgem as medidas atípicas quando a lei dispuser a possibilidade de uma atuação discricionária do magistrado, como o disposto no art. 139, IV do Código de Processo Civil de 2015. Essa participação ativa do juiz demonstra a preocupação do Estado Social de prestar a efetiva tutela jurisdicional prevista na Constituição Federal de 1988, e, em consequência conferir maior credibilidade à jurisdição.

Então, o princípio da atipicidade das medidas executivas pode revelar-se como avanço legislativo do Código de Processo Civil de 2015, aperfeiçoando a técnica executiva, através da atuação cooperativa das partes e dos operadores do direito envolvidos, o que consequentemente reduziria a morosidade processual.

Diante do exposto, os objetivos deste projeto é estudar as vias processuais executivas com ênfase no princípio da atipicidade das medidas executivas, por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo com coleta de dados e pesquisa de opinião.

Do exposto, justifica-se o presente trabalho na importância de buscar métodos de resolução de conflitos na seara processual, a fim de efetivar o direito constitucional de acesso à justiça.

Trata-se de um tema atual, tendo em vista a alteração do Código Processual Civil brasileiro. Possui também relevância social por demonstrar sua importância na busca por

efetividade da justiça brasileira, com reflexos no Direito, na Economia e no desenvolvimento social do país.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza básica, com abordagem quali-quantitativa e de método dedutivo através dos procedimentos de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, revistas jurídicas, jurisprudências, pesquisas estatísticas oficiais e quaisquer outros materiais que tenham relevância para o tema.

Resultados e Discussão

Uma das dificuldades do processo de execução e/ou do cumprimento de sentença é o adimplemento voluntário por parte do devedor. O autor Araken de Assis (2016, p.75) alude que

O prestígio da autoridade judiciária, a palavra do juiz, às vezes persuade o vencido a cumprir espontaneamente o comando judicial. Se tal não ocorre, convém admitir de forma lhana que "a autoridade jurisdicional, em si mesma considerada, fracassou", reclamando o emprego dos meios executórios.

Diante da inércia da parte executada de cumprir sua obrigação reconhecida em juízo, resta ao juiz empregar-lhe as medidas executivas correspondentes ao caso concreto. Tais medidas executórias podem ser diretas ou indiretas. As indiretas são conhecidas como meios de coerção e são utilizadas como "instrumentos intimidativos" para que o próprio executado seja compelido a satisfazer a obrigação. Cite-se como exemplo de coerção as astreintes. Em contrapartida, as medidas executórias diretas são chamadas de sub-rogatórias e é onde o Estado substitui o devedor, sem a sua anuência e até contra a sua vontade, e cumpre a obrigação constante no título perante o credor, como ocorre na expropriação, desapossamento e transformação (THEODORO Jr., 2016, p.321).

Ressalte-se que as obrigações devem recair sobre o patrimônio do devedor, vedada a prisão civil por dívida, sendo exceção a prisão por falta de pagamento de pensão alimentícia, conforme o art. 528, § 3º, do CPC (BRASIL, 2015).

Ocorre que o executado pode utilizar de artifícios que dificultam o andamento do processo de execução, como a fraude à execução, por exemplo. Essas atitudes são consideradas atos atentatórios à dignidade justiça e estão sujeitos a multa revertida em proveito do exequente, além de outras sanções pertinentes, de acordo com o artigo 774 do CPC (BRASIL, 2015).

Além de ser considerado ato atentatório à dignidade da justiça, as ações que têm por objeto uma prestação pecuniária podem perpassar por todas as medidas executórias cabíveis sem obter êxito. É o caso de uma ordem judicial proferida em São Paulo em que uma juíza determinou a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação do executado, além da restrição em passaporte e cancelamento de cartões de crédito. A juíza fundamentou que o executado não solve a dívida que deu origem ao processo que está em curso desde 2009, e que, de forma contraditória, mantém viagens e cartões de crédito. Com vistas à efetividade da execução, a magistrada optou por tais medidas de natureza coercitiva, baseando-se no art. 139, IV, do CPC de 2015 (BRASIL, 2016).

O referido artigo utilizado pela magistrada diz que

Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: [...] IV - determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária; (BRASIL, 2015)

No caso em tela, a juíza utilizou de meios executórios atípicos e instalou a polêmica que pôs em dúvida se o art. 139, IV seria compatível com os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. Os autores divergem sobre o assunto. Streck e Nunes (2016) questionam se o art. 139 seria uma carta branca para o arbítrio. Abelha (2015, p.99) afirma que o referido princípio dá maiores poderes e, conseqüentemente, maiores responsabilidades. Por fim, Marinoni, Arenhart e Mitidiero (2016b, p.273), entendem que houve “evidente excesso nas expressões empregadas”, mas que “não compromete a intenção do preceito, que é dotar o magistrado de amplo espectro de instrumentos para o cumprimento das ordens judiciais”.

Até o momento da presente pesquisa, outras decisões judiciais enfrentaram o artigo em discussão impondo restrições à parte executada, tais como restrições ao CPF do devedor, suspensão do direito de dirigir, apreensão de passaporte, cancelamento de cartões de crédito e vedação de obtenção de novos empréstimos se não vinculados ao pagamento do débito exequendo, dentre outras. Há intensa discussão sobre o referido dispositivo, sendo a matéria dividida entre defensores pela aplicação de tais medidas e daqueles que acreditam que contraria princípios fundamentais.

Demonstra assim, que ainda tem muito a se discutir no âmbito acadêmico, bem como na doutrina e jurisprudência.

Considerações Finais

Ressalte-se que a pesquisa ainda está em andamento e até o presente ponto verifica-se que os problemas da morosidade processual e as dificuldades encontradas para efetividade da tutela jurisdicional na execução civil podem encontrar progresso durante a vigência do novo Código de Processo Civil, a depender da interpretação obtida das cláusulas abertas contidas no Codex. A atipicidade dos meios executivos pode retirar certos empecilhos inerentes ao processo de execução ou ao cumprimento de sentença, pois contará com a atividade e criatividade dos operadores do Direito, pautados em limites principiológicos e constitucionais. Por isso, apesar de a mudança legislativa ser um grande avanço, a efetividade da tutela jurisdicional necessita também de uma mudança cultural por parte dos operadores do direito.

Referências

- ABELHA, Marcelo. **Manual de execução civil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- ASSIS, Araken de. **Processo Civil brasileiro: manual de execução**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. Decisão Interlocutória nº 0121753-76.2009.8.26.0011/01. Exequente: Urbanizadora Continental S/A Comércio Empreend Partic. Executado: Nice Wind Confecções Ltda. e outro. Relator: Juíza Andrea Ferraz Musa.

Pinheiros, SP, 25 de agosto de 2016. **Diário Oficial São Paulo** . São Paulo, SP. Disponível em:

<<http://s.conjur.com.br/dl/cpc-artigo-139-juiz-poder-determinar.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de**

Processo Civil Comentado. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MENDES, Gilmar. Execução e efetividade das sentenças: perspectivas a partir da experiência alemã. **Conjur** , 1º out. 2016. Disponível em:

<<http://www.conjur.com.br/2016-out-01/observatorio-constitucional-execucao-efetividade-sentenca>

s-experiencia-alema>. Acesso em: 01 mar. 2017.

STRECK, Lênio Luiz; NUNES, Dierle. Como interpretar o artigo 139, IV, do CPC? Carta branca

para o arbítrio? **Conjur** , 25 ago. 2016. Disponível em:

<<http://www.conjur.com.br/2016-ago-25/senso-incomum-interpretar-art-139-iv-cpc-carta-branca-ar>

bitrio>. Acesso em: 01 mar. 2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil** . 47. ed. Rio de Janeiro:

Forense, 2016. 3 v.

A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À ALIENAÇÃO PARENTAL

Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa (Orientadora) Docente FAVAG. E-mail: anapaulagetulio@hotmail.com

Ana Paula Sousa Moreira Discente FAVAG. E-mail: paulamoreiramtaio@yahoo.com.br

Catieli Oliveira de Jesus Marques Discente FAVAG. E-mail: katiely.oliveira@hotmail.com

Ian Denis Oliveira Pires Discente FAVAG. E-mail: iandenisop@hotmail.com

Jéssica Conceição Lourenço Discente FAVAG. E-mail: lourencojessicacl@gmail.com

Introdução

Considerando que o homem é um ser social e que para o seu desenvolvimento é necessário viver em sociedade, não é algo fora do comum quando duas pessoas, que antes viviam em vínculo matrimonial ou em sociedade conjugal, decidam não mais compartilhar daquele sentimento. A partir do divórcio ou da separação, há uma grande alteração da organização familiar e o seu funcionamento, causando nos filhos desestruturação emocional e que ainda pode ser agravado quando os pais, por extrema imaturidade, colocam e impõem para com os filhos os seus sentimentos de raiva e o desejo de vingança contra o ex-cônjuge (MADALENO; MADALENO, 2015, p. 38-39).

A primeira definição da Síndrome da Alienação Parental, abreviada como SAP, foi proposta por Richard Gardner, professor de psiquiatria clínica no Departamento de Psiquiatria Infantil da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América, em 1985 (MADALENO; MADALENO, 2015, p.41).

A partir da definição e do estudo do professor Richard Gardner, foi descoberto que a síndrome geralmente é iniciada com as disputas judiciais pela guarda do filho, onde os pais com medo de perder o convívio com o filho e ainda por ter mágoas com o outro genitor, tentarão utilizar seu filho como instrumento para direcionar toda sua raiva ao outro genitor.

O artigo 2º da Lei nº 12.318/2010 (Lei da Alienação Parental), nos informa que:

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este (BRASIL, 2010).

A Alienação Parental se dá com as interferências do pai ou da mãe que desejam afastar injustamente os filhos do outro genitor, com o objetivo de abalar a relação entre eles. O genitor que possui a guarda do menor passará a realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor e dificultar o contato do menor com o genitor, além de outras condutas enumeradas na Lei nº 12.318/2010, nos incisos do seu artigo 2º.

Não se pode confundir a alienação com a síndrome, pois, enquanto na síndrome a criança terá condutas de recusas ao contato de um dos genitores, a alienação parental será no caso de um processo de um genitor para afastar o outro genitor da vida do filho. O genitor alienado se tornará alguém estranho na vida da criança. Sem tratamento apropriado, poderão surgir sequelas capazes de perdurar para o resto da vida, acarretando em um comportamento abusivo para a criança.

Para Madaleno e Madaleno (2015, p.51), a síndrome da alienação parental deve ser vista como uma moléstia. Em muitos casos, o alienador não tem ciência do mal causado ao filho e até mesmo pode ocorrer que o alienador possui algum transtorno que acaba sendo revelado apenas após o divórcio ou a dissolução de união estável.

Portanto, faz-se necessário que a busca da mediação como forma de solucionar o conflito existente entre os genitores que não mais acordam sobre a forma de criação dos filhos e até mesmo resolver as mágoas existentes entre os mesmos, justificando este estudo na importância e relevância do cuidado da saúde psicológica dos filhos e a manutenção de uma boa convivência entre os pais.

Dessa forma, os objetivos deste trabalho é estudar a alienação parental e verificar a aplicabilidade da mediação como instrumento para combatê-la.

Metodologia

Trata-se de pesquisa descritiva, com abordagem dedutiva e quanti-qualitativa, de natureza aplicada realizada através de procedimento bibliográfico e documental consistente em livros, artigos científicos, jurisprudências, revistas jurídicas e demais materiais relevantes para pesquisas do tema.

Resultados e Discussão

A mediação é uma “atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia” (BRASIL, 2015). A importância da mediação é revelada pela recém-editada lei nº 13.140 de 2015, que dispõe sobre a mediação judicial e extrajudicial.

Percebe-se também que há grande influência no Código de Processo Civil de 2015 para que haja o estímulo por parte dos operadores do direito para aplicação de métodos de solução consensual, como a mediação, objeto deste trabalho, e a conciliação. Segundo Chaves (2016, p.95), diferencia-se da conciliação pelo fato de que nesta o conciliador tem a faculdade de apresentar propostas de resolução, enquanto na mediação o terceiro auxilia as partes a encontrarem a solução.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais possui Centros Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) espalhados pelas comarcas mineiras e apresentaram os seguintes resultados nos últimos meses nas causas que envolvem Direito de Família:

Observa-se a partir dos dados constantes nos gráficos que há um número significativo de acordos nas causas familiares que são submetidos à mediação. Constata-se, ainda, que a mediação pré-processual possui índices mais altos de acordos. Uma hipótese para tal fato é que, provavelmente, as pessoas envolvidas ainda não se desgastaram em um processo judicial e estão mais aptas para realizarem um acordo. Desta forma, esta técnica tem sido estimulada porque apresenta bons resultados, pois, além de restabelecer o vínculo entre as partes, também diminui o número de processos, desafogando, assim, a máquina judiciária.

Ressalte-se que, em casos de alienação parental, a mediação é eficaz em estágios iniciais, sendo que os casos mais graves podem necessitar de intervenção multidisciplinar (psicólogos e assistentes sociais) e até do Ministério Público (MADALENO; MADALENO, 2015, p. 121). A mediação também se mostra eficiente para aplicar a guarda compartilhada, o que também tende a prevenir os casos de alienação parental.

Considerações Finais

Do exposto, conclui-se que a alienação parental é uma forma de maltrato e abuso e na qual se deve ter atenção, principalmente os operadores do direito. É muito importante que seja descoberta logo a alienação, pois o quanto antes ocorrer, mais cedo a intervenção psicológica e jurídica ocorrerá e menores serão os problemas.

Esta compreensão se faz imprescindível para que a mediação, por exemplo, seja usada como um modo de prevenção e/ou solução da alienação parental, pois tem-se verificado que a mediação tem surtido um efeito notável em diminuir os conflitos familiares, tanto em uma fase pré-processual quanto na judicial, ressalvados os casos mais graves que necessitam da interferência de uma equipe multidisciplinar e do Ministério Público, por versar sobre interesse de menores.

As formas de resolução consensual de conflitos são importantes na área familiar, haja vista a grande carga de sentimentos que envolvem uma separação ou divórcio. Na mediação os genitores sentirão que existe uma criança e que ela não merece sofrer mais do que os próprios pais. Os filhos precisam ser protegidos e colocados a salvo de toda as formas de violência, quer seja física, quer seja moral.

Portanto, o âmbito familiar é uma área delicada que necessita de profissionais bem preparados para juntos alcançarem a solução. A mediação possui resposta satisfatória para ambas as partes, afastando o sentimento de adversariedade. Além disso, preserva a saúde psicológica dos envolvidos e restabelece o vínculo afetivo com observância do princípio do melhor interesse da criança.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. **Lei de Alienação Parental**. Brasília, 26 ago.

2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm>.

Acesso em: 26 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. **Lei de Mediação**. Brasília, 26 jun. 2015.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm>.

Acesso em: 26 maio 2017.

CHAVES, Paulo Henrique da Silveira. Aspectos da mediação no Código de Processo Civil e atualidades da lei n. 13.140/2015. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, Pouso Alegre, v. 32, n. 2, p.93-117, jul./dez. 2016. Semestral.

MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da Alienação Parental: a**

importância de sua detecção com seus aspectos legais e processuais. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense,

ENFERMAGEM

INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO EM GESTANTES

Anne Karoene Silva Faria (orientadora) Docente FAVAG email: (annekaroene@gmail.com)

Tamara Pereira da Silva Discente FAVAG email: (thamarasillva134@gmail.com)

Geane E. Santo de Souza Discente FAVAG email: (geanesantos131@hotmail.com)

Neurislaine Maria Souza Discente FAVAG email (neurislaine@outlook.com)

Bruna Leticia Santos Cruz Discente FAVAG email: (brunazure29@gmail.com)

Gustavo Henrique Pinheiro Discente FAVAG email: (gustavopinheiro2013@gmail.com)

Introdução

A Infecção do Trato Urinário (ITU) é a segunda infecção mais comumente encontrada na população, ocorre desde o recém-nascido ao idoso e ambos os sexos. No entanto, o sexo mais fragilizado para a ocorrência de infecção urinária é o feminino. Segundo estudo realizado por Roriz- Filho *et al.*, (2010), cerca de 30% das mulheres proporcionam ITU assintomática ao longo da vida. A contaminação da infecção se dá por via ascendente, aliado a esse fator a amplitude anatômica da uretra feminina e a sua proximidade entre a vagina e o ânus característica da genitália feminina.

Em mulheres não grávidas as infecções urinárias não geram consequências potencialmente danosas. No entanto, estas constituem uma complicação consideravelmente grave durante a gravidez, estando associadas a taxas morbimortalidade materna e perinatal significativas. Assim sendo, o diagnóstico e o tratamento precoce dessa patologia na grávida são imprescindíveis, podendo prevenir complicações (FIGUEIREDO *et al.*, 2012).

Dessa forma, nota-se que a ITU é uma patologia que merece atenção, pois, apesar de ser facilmente evitada, pode, por outro lado, trazer danos consideráveis. Partindo desse princípio o presente trabalho tem por objetivo descrever a epidemiologia, fisiopatologia e complicações relacionadas infecção durante o período gestacional, viabilizando maneiras de prevenção.

Metodologia

Este é um estudo realizado através de revisão de literatura, no qual se obteve embasamento teórico em artigos científicos utilizando-se as bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Google acadêmico. Os critérios de inclusão foram artigos originais com menos de 10 anos de publicação. Foram selecionados estudos que continham a temática proposta no trabalho e atendiam aos critérios de inclusão, deste modo, foram utilizados artigos publicados entre os anos 2007 a 2012.

Resultados e discussão

Conforme o Ministério da Saúde (2010) a ITU é o problema urinário mais comum durante a gestação e ocorre em 17 a 20%. De acordo com Jacocuinas e Picoli (2007) em pesquisa feita com 100 amostras, 16 apresentaram-se positivas mediante realização de urocultura, representando 16% dos casos. Em contra posição a esses dados, a pesquisa realizada por Pagnonceli, Abegg e Colacite (2010) com 34 gestantes, 19 delas apresentaram-se com infecção urinária positiva mediante realização de urocultura, representando 56% das pesquisadas, demonstrando um percentual relativamente maior que os descritos na literatura.

Para Duarte (2008), o agente etiológico que habitualmente que pode causar ITU na gestante, a *Escherichia coli* é o patógeno mais comum, responsável por aproximadamente 80% dos casos. Este também é o parecer de Jacocuinias e Picoli (2007), em que em seu estudo verificou que entre as bactérias isoladas nas culturas positivas de urina, a predominância foi de *Escherichia coli*, correspondendo a 76% do total de microrganismos identificados.

Durante a gestação as mulheres estão mais propensas a infecção urinária, devido a alterações anatômicas e fisiológicas. Com base em Beers (2008) “durante a gestação, é comum o aparecimento de ITU, causada pela diminuição no peristaltismo e dilatação da uretra por ação hormonal, e também a pressão que o útero faz sobre os ureteres”.

Calegari (2012) diz que, as mudanças anatômicas e fisiológicas impostas ao trato urinário pela gravidez predispõem mulheres a infecções urinárias, podendo uma bacteriúria assintomática para uma infecção relativamente grave. Dentre as possíveis mudanças ocorridas na gestação, as principais são: a estase urinária e o refluxo vésico-ureterais mediados por fatores hormonais e mecânicos próprios da gestação aumento na taxa de e a compressão ureteral devido ao crescimento uterino.

Para Rodrigues (2007) durante a gestação as mulheres ficam com a imunidade mais baixa, ficando vulneráveis a qualquer microrganismo, desse modo, as toxinas liberadas pelas bactérias em uma ITU podem causar contrações do útero, levando ao trabalho de parto prematuro, abortamentos, hipertensão arterial, morte do bebê e até mesmo da mãe quando a infecção se torna severa e generalizada. Outras complicações têm sido associadas à infecção urinária, incluindo hipertensão/pré-eclâmpsia, anemia, corioamnionite e endometrite (DUARTE, 2008).

Em pesquisa realizada por Mata *et al.*, 2014 com relação ao desenvolvimento de complicações pela gestante, o estudo revelou que a maioria (57,5%) desenvolveu trabalho de parto prematuro, sendo este monitorado para que não evoluísse para o parto prematuro, seguida da pielonefrite (13,75%) a 2ª complicação mais encontrada. Em estudo realizado por Barros (2013) compartilha dessas informações, ressaltando que a pielonefrite pode evoluir para o choque séptico, além de episódios que possam elevar o risco de desenvolvimento de cicatrizes renais, as quais estão associadas à incidência significativamente maior de pré-eclâmpsia em mulheres com bacteriúria.

Uma maneira de prevenção e tratamento para os casos de ITU durante a gestação é o pré-natal. Este é definido como um conjunto de ações que busca melhorar os índices de mortalidade e morbidade da gestante e do feto, proporcionando qualidade de vida e saúde no período de gestação e fornecendo boas condições para os períodos seguintes do ciclo gravídico puerperal- parto e puerpério (BERBEL, *et al.*, 2011). Em conformidade com Figueiró-Filho *et al.*, (2009) para impedir os casos graves de ITU recomenda-se, pela rotina de pré-natal, o rastreamento da bacteriúria assintomática e o seu tratamento durante a gestação. Para isso, sugere a realização de pelo menos dois exames de urina durante o pré-natal.

Considerações finais

Nota-se que a ITU representa uma importante fonte de complicações maternas e perinatais. As mulheres grávidas estão mais susceptíveis às infecções urinárias, devido à alterações anatômicas e fisiológicas que ocorrem durante este período, sendo a *Escherichia coli* a bactéria causadora mais comum. Por ser de grande incidência de infecção urinária e por poder se apresentar de forma assintomática vale a pena enfatizar a importância da realização correta do pré-natal e exames laboratoriais, a fim de diagnosticar precocemente e diminuir as complicações e riscos provenientes da infecção urinária para a gestante e o bebê.

Referências

- Barros SRAF. **Infecção urinária na gestação e sua correlação com a dor lombar versus intervenções de enfermagem.** Rev Dor. 2013; 14(2): 88- 93.
- BEERS, H. Mark *et al.* **Manual Merck.** 18º ed. Roca, 2008.3110.
- BERBEL, L, A, S; GURAL, N, R, G; SCHIRR, F , Orientações de enfermagem durante o pré natal para a prevenção da infecção do trato urinário. **Revista Eletrônica da Faculdade Evangélica do Paraná**, v.1, n.1, p.13-22, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Gestação de alto risco: manual técnico / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.** – 5. ed. – Brasília : **Editora do Ministério da Saúde**, 2010. 302 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- CALEGARI, S, S; KONOPKA, K,C; BALESTRIN, B; HOFFMAM, S, M, SOUZA, F, S, RESENER, E, V. Resultados de dois esquemas de tratamento da pielonefrite durante a gravidez e correlação com o desfecho da gestação, Hospital Universitário de Santa maria-HUSM, **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.** vol.34 no. 2012
- FIGUEIREDO, A; GOMES; G; CAMPOS A; Infecções urinárias e gravidez– Diagnóstico, terapêutica e prevenção. **Acta Obstet. Ginecol.** 6 (3) : 124-133
- JACOCIUNAS, L. V.; PICOLI, S. U. Avaliação de infecção urinária em gestantes no primeiro trimestre de gravidez. **Rev Bras Anal Clin**, v. 39, n. 1, p. 55-57, 2007.
- MATA, K, S; SANTOS A,A,P,S; SILVA, J,M,O; HOLANDA, J, B, L; SILVA, F, C, L. Complicações causadas pela infecção do trato urinário na gestação. **REVISTA ESPAÇO PARA A SAÚDE** v. 15 n. 4 p. 57-63 2014.
- PAGNONCELI, J; ABEGG, M. A.; COLACITE, J. **Avaliação de infecção urinária em gestantes do município de Marechal Cândido Rondon** – PR. Arq. Ciênc. Saúde Unipar, Umuarama, v. 14, n. 3, p. 211-216, 2010.
- RODRIGUES, B. **Cuidados especiais. Infecções urinárias na gravidez.** 2007.
- RORIZ-FILHO, J.S. et al. **Infecção do trato urinário.** Revista da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, v. 43, n. 2, p. 118-25, 2010. Disponível em: <http://revista.fmrp.usp.br/2010/vol43n2/Simp3_Infec%E7%E3o%20do%20trato%20urin%E1rio.pdf>. Acesso em: 03. Mai. 2017..

LEISHMANIOSE VISCERAL: incidência de casos notificados em alguns municípios brasileiros de Minas Gerais

Anne Karoene Silva Faria (Orientador) Docente FAVAG. e-mail: annekaroe@gmail.com

Anna Carolyn Cardoso Discente FAVAG e-mail: annaccardoso@gmail.com

Maria Luiza Campos Oliveira Discente FAVAG e-mail: 1411luiza@gmail.com

Regina Rodrigues Fagundes Discente FAVAG e-mail: reginarodriguesfagundes@gmail.com

Introdução

A leishmaniose visceral (LV) é, primariamente, uma zoonose caracterizada como doença de caráter eminentemente rural. Recentemente, vem se expandindo para áreas urbanas de médio e grande portes, tornando-se um crescente problema de saúde pública no país e em outras áreas do continente americano, sendo uma endemia em franca expansão geográfica. É uma doença crônica, sistêmica, que se não tratada, pode evoluir para óbito em mais de 90% dos casos. (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2015).

No Brasil, o agente etiológico é o protozoário *Leishmania (Leishmania) infantum chagasi* e o vetor, flebotomíneos do gênero *Lutzomyia*, sendo o cão considerado a principal fonte de infecção no meio urbano (WERNECK, 2010).

É uma doença sistêmica, caracterizada por febre de longa duração, perda de peso, astenia, adinamia e anemia, dentre outras manifestações. Quando não tratada, pode evoluir para óbito em mais de 90% dos casos (BRASIL, 2010).

Freitas e colaboradores em 2016 já relatavam os municípios mineiros de Belo Horizonte, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Janaúba, Santa Luzia e Paracatu com 56% das notificações do estado.

Diante desse cenário, o objetivo do presente estudo foi analisar o número de casos de Leishmaniose Visceral notificados em alguns municípios de Minas Gerais e compreender os aspectos epidemiológicos da LV, no qual os dados são indicativos para auxiliar os sistemas de saúde e os profissionais da área no controle da doença.

Metodologia

Os cenários de estudo foram de alguns municípios pertencentes ao Estado de Minas Gerais, cidades essas próximas de Janaúba, que foram escolhidas, para fazer um comparativo em relação ao número de casos notificados em cada município, onde analisou-se os dados referentes às seguintes cidades: Diamantina, Espinosa, Francisco Sá, Grão Mogol, Jaíba, Janaúba, Mato Verde, Monte Azul, Montes Claros, Porteirinha e Verdelândia.

Tratou-se de um estudo descritivo, quantitativo e retrospectivo que utilizou como fonte de informação os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINANNET). Foram analisadas informações de dados secundários, sobre os casos de leishmaniose visceral humana, ocorridos em alguns dos municípios mineiros, com informações relativas ao período compreendido entre os anos de 2012 a 2015.

Realizou-se uma análise comparativa dos dados apresentados no SINANNET, a partir dos dados obtidos em porcentagem, por meio do programa Excel® versão 2013 com o objetivo de identificar locais com maior e/ou menor incidência a fim de pontuar ações executadas na região.

Por se tratar de um banco de domínio público, de acordo com a Resolução nº510/16, do Conselho Nacional de Saúde não foi necessário submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Ademais, realizou-se um levantamento bibliográfico com base em artigos de revistas científicas e artigos extraídos via internet buscada nos bancos de dados da Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Google acadêmico.

Resultados e Discussão

Mediante ao estudo foram notificados 276 casos de Leishmaniose Visceral na região Mineira em alguns municípios, conforme discriminado na Tabela 1.

Verifica-se um aumento crescente no quantitativo de casos notificados nos anos analisados, o qual resultou no acréscimo de aproximadamente 100% de 2012 a 2015.

Em se tratando da análise por municípios, Montes Claros apresentou maior incidência, valendo ressaltar que entre 2014 e 2015 houve um aumento de 100% no número de casos (Tabela 1).

De acordo com Prado (2007), o município de Montes Claros é um dos municípios brasileiros onde a LV é considerada endêmica na área urbana. O que pode ser justificado pelo fato de apresentar um ambiente urbano com clima e topografia, favoráveis para a proliferação do vetor.

Em Janaúba, do ano de 2012 para 2015 houve um acréscimo de aproximadamente 130% (Tabela 1). A LV representa atualmente uma das sete endemias consideradas prioritárias no mundo e tem se tornado um importante problema de saúde pública, estando amplamente distribuída nos quatro continentes (MICHALSKY *et al*, 2011)

Tabela 1. Número de casos de Leishmaniose Visceral notificados nos anos 2014 e 2015 nos municípios brasileiros de Minas Gerais.

Município	2012	2013	2014	2015
Montes Claros	41	48	37	75
Janaúba	7	5	9	18
Porteirinha	0	1	4	5
Diamantina	2	0	5	5
Espinosa	0	0	2	0
Jaíba	3	1	1	2
Francisco Sá	0	0	1	0
Grão Mogol	0	1	1	0
Espinosa	0	0	1	0
Verdelândia	0	0	1	0
Total	53	56	62	105

Nas demais cidades analisadas, o número casos notificados foi significativamente inferior. Entretanto, vale ser ressaltado que as cidades supracitadas com maior número de casos são, também, as cidades com maior número de habitantes (Tabela 1). Dessa forma, é possível inferir que este seja um fator meritório para o número de casos elevado.

Contudo, diante dos problemas decorrentes da LV e do acréscimo de aproximadamente 60% no número de casos em 2015, deve-se intensificar os métodos de controle. A principal profilaxia é interromper o ciclo de vida do vetor e, para evitar os riscos de transmissão, devem-se adotar medidas de proteção individual como: uso de mosquiteiro com malha fina, telagem de portas e janelas, uso de repelentes, não se expor nos horários de atividade do vetor (crepúsculo e noite) em ambientes onde este habitualmente pode ser encontrado (BRASIL, 2006).

Segundo Brasil (2006) medidas simples como limpeza urbana, eliminação dos resíduos sólidos orgânicos e destino adequado dos mesmos, eliminação de fonte de umidade, não permanência de animais domésticos dentro de casa, entre outras, certamente contribuirão para evitar ou reduzir a proliferação do vetor.

Considerações Finais

Os resultados obtidos diante das análises sugerem que a LV está distribuída na região Serra Geral. Assim, faz-se necessário que medidas de controle apropriadas possam ser efetivadas pelos órgãos competentes nas cidades que apresentaram maior prevalência, Janaúba e Montes Claros.

Vale ressaltar que os casos de LV foram maiores no ano de 2015. Mediante a esses dados é fundamental capacitar continuamente os profissionais de saúde para orientar a comunidade sobre a importância da preservação do meio-ambiente, as formas de evitar a proliferação do vetor e potencializar os mecanismos de divulgação da profilaxia para a população. Dessa forma, pode ser possível diminuir a transmissão da LV nestas regiões.

Diante disso, vale ressaltar que todo caso suspeito deve ser submetido à investigação clínica, epidemiológica e aos métodos auxiliares de diagnóstico. Caso seja confirmado, inicia-se o tratamento segundo procedimentos terapêuticos padronizados e acompanha-se o paciente mensalmente (para avaliação da cura clínica), já os casos graves de leishmaniose visceral os pacientes são internados e tratados em hospitais de referência e os leves ou intermediários devem ser assistidos em nível ambulatorial nas unidades de saúde com os profissionais capacitados.

Referências

BRASIL - **Portal da Saúde** – Ministério da Saúde. 2016.

Disponível em: < www.saude.gov.br >. Acessado em: 10 de outubro de 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde-Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. - **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses**. Brasília / DF – 2006.

COURTENAY, O. *et al.* Infectiousness in a cohort of Brazilian dogs: Why culling fails to control visceral leishmaniasis in areas of high transmission. **J. Infect. Dis.**, 2002, 186, 314-1320.

FREITAS, J.S. *et al.* Levantamento dos casos de Leishmaniose registrados no município de Jussara, Paraná, Brasil. **Arq. Cienc. Saúde Unipar**, 2006, 10, 1, 23-27.

Secretaria Municipal de Saúde de Janaúba-Mg. Edição/Maio- Volume 02-2015.

PRADO PF, Rocha MF, Sousa JF, Caldeira DI, Paz GF, Dias ES. Epidemiological aspects of human and canine visceral leishmaniasis in Montes Claros, State of Minas Gerais, Brazil, between 2007 and 2009. **Rev Soc Bras Med Trop**. 2011, 44, 5, 561-6.

WERNECK GL. Expansão geográfica da leishmaniose visceral no Brasil. **Cad. Saúde Pública**. 2010; 26, 4, 644-5.

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DA ÁGUA DE RIOS

Anne Karoene Silva Faria Docente- FAVAG. (Orientador) e-mail: annekaroene@gmail.com
Carla Jordana Nogueira Nunes Discente – FAVAG.- e-mail : cjordananunes@bol.com.br
Carlos Alberto Gonçalves de Almeida Discente – FAVAG. -e- mail: ca288049@gmail.com
Dimalton Fábio Borges Discente –FAVAG.- e- mail: dimaltonfabio@yahoo.com.br
Valquíria Fernanda R. De Oliveira Discente – FAVAG-. e- mail: vfernanda93@hotmail.com
Warlen Oliveira Ferreira Discente – FAVAG.- e- mail compras@superjan.com.br

Introdução

A água potável precisa atender a critérios de qualidade, de modo a não causar prejuízos à saúde de seus consumidores, devendo possuir um determinado padrão de potabilidade, com limites de tolerância das substâncias presentes na água como meio de garantir as características de qualidade da mesma (OLIVEIRA, 2012).

Além disso, não deve conter microrganismos patogênicos e deve estar livre de bactérias indicadoras de contaminação fecal. Os indicadores de contaminação fecal, tradicionalmente aceitos, pertencem a um grupo de bactérias denominadas coliformes. O principal representante desse grupo de bactérias chama-se *Escherichia coli* (IGAM, 2008).

Segundo as normas da Resolução CONAMA nº 357 (2005), as águas doces, salobras e salinas do território nacional são classificadas, segundo a qualidade requerida para os seus usos preponderantes em treze classes de qualidade. Ainda, segundo esta mesma resolução, as águas doces são classificadas em quatro classes distintas, dentre elas: classe especial: águas destinadas ao abastecimento; para consumo humano, com desinfecção; à preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas; à preservação dos ambientes aquáticos em unidades de conservação de proteção integral.

Os coliformes termotolerantes são subgrupo das bactérias do grupo coliforme. As bactérias do grupo coliforme são um dos principais indicadores de contaminações fecais, originadas do trato intestinal humano e de outros animais. Essas bactérias reproduzem-se ativamente a 44,5°C e são capazes de fermentar o açúcar. A determinação da concentração dos coliformes assume importância como parâmetro indicativo da possibilidade de existência de microrganismos patogênicos, responsáveis pela transmissão de doenças de veiculação hídrica, tais como febre tifóide, febre paratífóide, disenteria bacilar e cólera, como é o caso das bactérias heterotróficas e *Escherichia coli* (IGAM, 2008).

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar o aspecto microbiológico da água de diferentes os rios, avaliando os possíveis riscos para todos que desfrutam direta ou indiretamente de atividades ligadas aos rios.

Metodologia

Este é um estudo descritivo de revisão de literatura, no qual realizou-se um levantamento bibliográfico com base em artigos de revistas científicas utilizando-se as bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Google acadêmico. O levantamento foi realizado com os seguintes descritores: água do rio, coliformes. Foram definidos como critérios de inclusão: artigos de revisão, editoriais, artigos originais e artigos experimentais, realizados e publicados em periódicos realizados com a data de 10 anos de publicação.

Resultados e Discussão

As principais fontes de poluição das águas são os dejetos líquidos e sólidos, provenientes de aglomerações humanas e regiões industrializadas. Os esgotos domésticos são geralmente constituídos de uma mistura de substâncias orgânicas e de alguns nutrientes, como detergentes e sabões. Nos esgotos de indústria alimentícia apresentam mistura heterogênea, geralmente com elevado teor de substâncias orgânicas (TORRES *et al.*, 2009)

Lima e Freitas (2007) verificaram a qualidade das águas de poços e nascentes no perímetro urbano do município de Uberaba, consumidas por uma parcela da população, e constataram que 40% dos poços e 75% das minas apresentam águas impróprias para consumo humano, estando em desacordo com os padrões legais vigentes e exigidos pela Portaria nº 518, de 25 de março de 2004, do Ministério da Saúde.

De acordo com Silva e Ueno (2008), os valores de coliformes termotolerantes evidenciam uma alta contaminação de origem fecal, devido à ocupação urbana, além da presença de animais. Essas ocupações urbanas instalam-se sem qualquer planejamento ou preocupação com as condições higiênico-sanitárias do local, podendo provocar doenças na população que se utiliza dessas áreas, comprometendo assim, a utilização do rio como um possível manancial de água potável.

O Projeto Jaíba passa por um processo de contaminação de seus canais devido à ação antropogênica de caráter desordenado com evidência de contaminação por esgoto doméstico e efluentes de instalações zootécnicas, o que poderá levar a restrições de seu uso para consumo humano e para irrigação (MARTINS, SOARES E VIEIRA, 2012).

Para Mendonça (2015), o panorama é desfavorável na utilização do potencial hídrico do córrego Entre Rios, em Pirapora, devido aos altos índices de concentração de substâncias patogênicas. É de suma importância o monitoramento dos parâmetros físico-químicos, mas principalmente dos parâmetros biológicos do córrego, pois este é empregado na agricultura, na dessedentação de animais, recreação de contato primário e deságua no rio São Francisco, cujo potencial hídrico é utilizado principalmente para o abastecimento humano, irrigação, pesca e lazer.

O tratamento estatístico dos dados de monitoramento da qualidade da água na região do Alto Curso do Rio das Velhas mostra que os principais parâmetros presentes que caracterizam impacto causado pelo lançamento de esgoto sanitário, como nitrogênio amoniacal, nitratos, nitritos, fósforo, estreptococos, coliformes fecais. O principal impacto causado no Alto Curso do Rio das Velhas é atribuído à falta de saneamento básico (NONATO *et.al*, 2007).

As bacias dos rios Doce e Paranaíba, na região do vale do rio Doce e Triângulo Mineiro, respectivamente apresentaram piora no conjunto dos indicadores avaliados. Foram classificadas como Muito Ruim ou Ruim e, em sua maioria, os corpos hídricos atravessam áreas urbanas densamente povoadas, como regiões metropolitanas e cidades mais urbanizadas. Os elevados percentuais de violação dos parâmetros relacionados à contaminação fecal colocam em destaque a degradação da qualidade da água pelos lançamentos de esgotos domésticos in natura nos corpos de água. (IGAM 2013).

Considerações finais

Tendo em vista o apresentado, percebe-se que a poluição dos rios é um problema de toda sociedade. E se esta sociedade pretende possuir água potável que possa ser consumida no

futuro, deve acima de tudo rever suas atividades, sejam elas domésticas, comerciais ou industriais, pois todas possuem implicações que acabam diretamente ou indiretamente degradando os mananciais hídricos disponíveis. É necessário que haja um controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, por parte dos órgãos responsáveis. Portanto, a única maneira de resolver o problema da poluição é o desenvolvimento de políticas e programas de conscientização, tanto do poder público como da iniciativa privada, que esclareça que a água é um recurso renovável, porém finito e cada vez mais escasso.

Referência

- CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente. (Ed.). 2005. **Resolução CONAMA nº 357 de 17 de Março de 2005**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente.
- INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM. **Monitoramento da qualidade das Águas Superficiais** em 2012. Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Belo Horizonte: IGAM, 2013.
- LIMA, G. M.; FREITAS, M. P. **Avaliação qualitativa da potabilidade das águas de consumo humano dos poços outorgados e nascentes no perímetro urbano da cidade de Uberaba MG**. [Monografia]. Uberaba, MG: Faculdades Integradas de Uberaba; 2007.
- MARTINS, T.M.; Duarte, F.V.; Vieira, E.O. **Avaliação da Qualidade da Água de Canais do Distrito de Irrigação do Jaíba, Norte de Minas Gerais- 52º CBQ Química Ambiental**; 2012.
- MENDONÇA, N. S. **Água e Saúde: uma análise do córrego entre rios em Pirapora-MG** Rev. Brasileira de Geografia Médica e da Saúde-; 2015.
- NONATO, E. A.; VIOLA, Z. G. G.; ALMEIDA, K. C. B.; SCHOR, H. H.R. **Tratamento estatístico dos parâmetros da qualidade das águas da bacia do alto curso do rio das velhas-Química Nova**, 2007.
- OLIVIERA L. N. **Estudo da variabilidade sazonal da qualidade de água do rio Poti em Teresina e suas implicações na população local**. Master of Science. Universidade Federal do Piauí, Teresina 2012.
- SILVA, A. B. A.; UENO, M. **Qualidade sanitária das águas do rio Una, São Paulo, Brasil, no período das chuvas**. Revista Biociências, Taubaté, 2008.
- TORRES, J.L.R; FABIAN, A.J.; SILVA, A.L.; PESSOA, E.J.; SILVA, E.C. **Morfometria e qualidade da água da microbacia do ribeirão da Vida em Uberaba-MG**. Global Science and Technology. , 2009.

DESCARTE INCORRETO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: contaminação Ambiental

Anne Karoene Silva Faria (Orientadora) Docente Favag. E-mail: annekaroene@gmail.com;

Gabrielly Gomes da Silva Discente Favag. E-mail: gabiigomeesdasilva@hotmail.com;

Fatieli Rodrigues Ramos Discente Favag. E-mail: fathyramos631@gmail.com;

Vanessa Teixeira da Silva Discente Favag. E-mail: va.nes.sa90@hotmail.com.

Introdução

De acordo com Teixeira (1996), a abundância de resíduos lesivos provocados pelo homem torna os ecossistemas naturais incapazes de se purificar na velocidade necessária para evitar os impactos ambientais. Qualquer substância estranha que for acrescentada ao solo, pode provocar a sua poluição e, indiretamente ou diretamente, a do ar ou da água. Existem resíduos que não são absorvidos pelo solo, o que aumenta ainda mais a necessidade de conscientização, principalmente nos processos de criação e consumo. No meio dos vários tipos de resíduos gerados pelo homem, estão os do serviço de saúde, os quais ocupam uma posição de extrema importância, devido à capacidade que possuem de contaminar o solo e infectar a saúde humana.

Segundo Ramos et al. (2011), os resíduos de serviços da saúde (RSS) compõem parte importante do total dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) não pela quantidade gerada, mas pelo potencial risco que afeta à saúde ambiental e coletiva.

É sabido que os resíduos do serviço de saúde incluem em sua esfera microbiológicos patogênicos, material radioativo e químicos perigosos. Dessa forma, a disposição dessas substâncias em contato com o solo impossibilita a reutilização dele para outros fins, como a plantação, além da contaminação do ar e de lençóis freáticos.

Quando se fala em descarte incorreto de resíduos sólidos, faz-se necessário um breve conceito sobre o que seriam esses resíduos. Estes são conceituados pela ABNT (2004) da seguinte forma:

resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções, técnica e economicamente, inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.
(ABNT, 2004).

Diante disso, a pesquisa teve por objeto os impactos causados e as sanções cabíveis. O trabalho de pesquisa objetivou analisar o descarte incorreto de resíduos sólidos e a contaminação ambiental que este ocasiona, levando-se em consideração a área da saúde, uma vez que pesquisas realizadas na região mostram que muitas clínicas infringem à lei 12.305/10, que dispõe sobre a POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Metodologia

A pesquisa realizada é de caráter quantitativo decorrida do procedimento observacional. Foi realizada pelos alunos do terceiro período do curso de Enfermagem da

FAVAG, turno noturno. Os alunos, mediante pesquisa bibliográfica fizeram um levantamento de dados sobre os impactos causados ao meio ambiente pelo descarte incorreto de resíduos sólidos, tendo como enfoque a área da saúde.

Resultados e Discussão

Mediante a realização do trabalho foi observado que em uma denúncia realizada por moradores do bairro Santo Antônio, José Ambrósio Prates, um radialista da região, no ano de 2016 flagrou lixo hospitalar sendo descartado irregularmente. No vídeo, feito por ele, foi possível ver seringas e embalagens de medicamentos, além de outros materiais. Havia também, papéis que faziam referência ao centro oftalmológico de Janaúba. Segundo a reportagem, o diretor da clínica quando procurado, afirmou que os papéis que apareceram nas imagens foram associados indevidamente com os demais materiais, pois não pertenciam a clínica. (PRATES, 2016)

Não obstante, em um estudo realizado pelo Hospital Albert Einstein, o grande perigo ambiental a partir dos resíduos hospitalares é representado pela presença dos agentes biológicos como sangue e secreções e excreções humanas. Além dos materiais perfurocortantes. Pois entrando em contato com o solo ou a água, podem causar sérias contaminações e danos à vegetação. Bem como, se entrarem em contato com rios, lagos ou lençóis freáticos, porque assim a contaminação se espalharia com grande facilidade, afetando qualquer ser vivo que entrar em contato com essa água.

A ANVISA dispõe sobre regras nacionais para tratamento do lixo hospitalar. Elas incluem em seu rol clínicas, necrotérios, hospitais, consultórios, laboratórios, dentre outros. Objetiva-se com isso, evitar danos ao meio ambiente e prevenir acidentes que atinjam quem trabalha diretamente nos processos de coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação desses resíduos. A Lei 12.305/10 também dispõe sobre regras para descarte de resíduos, na qual as empresas e instituições públicas ou privadas que o realizarem de forma incorreta, terão o dever de indenizar/ressarcir os danos causados podendo sofrer sanções penais e administrativas. (ANVISA, 2003)

Sendo assim, nota-se a importância de um descarte correto para os resíduos sólidos, principalmente aqueles decorrentes dos serviços de saúde.

Conclusões

Diante do exposto, pode-se constatar que no Brasil, a legislação avança para proteger a natureza e a saúde pública. Apesar disso, notou-se ao longo do desenvolvimento da pesquisa que a ocorrência de abusos e infrações ainda se faz presente, necessitando de maior conscientização da sociedade. Não obstante, foi elencados os danos que podem causar o descarte incorreto de resíduos sólidos pelo serviço de saúde, necessitando que os órgãos competentes fiscalizem e impeçam qualquer ato que possa causar danos ao meio ambiente ou a saúde pública. Portanto, esse projeto constitui-se como o primeiro passo para mudar o cenário atual, pois através dele será possível mobilizar a sociedade e os órgãos competentes para adotar medidas protetivas.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10.004: Resíduos Sólidos: conceito*. Rio de Janeiro, 2004.

- ABRANTES, Roosevelt Ferreira. **Resíduos hospitalares**. Disponível em: <
<http://pt.slideshare.net/rusgat/residuos-hospitalares-16295019>>. Acesso em: 20/05/2017.
- ANVISA – **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Panorama atual do RSU / RSS. Apresentação PowerPoint. 2003. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br>. Acesso em 20/05/2017.
- BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de Agosto 2010
- GONÇALVES, Sérgio Antônio. **A política nacional de resíduos sólidos: alguns apontamentos sobre a lei n. 12305/2010**. In: Resíduos sólidos urbanos e seus impactos sócio/ organizadoras. Maria Cecília Loschiavo dos Santos, Sylmara Lopes Francelino Gonçalves- Dias. São Paulo: IEE-USP, 2012.
- LEMOS Patrícia Faga. **Resíduos Sólidos e Responsabilidade Civil Pós Consumo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.
- MOTA, Eduardo Luiz Andrade; SILVA, Aída Cristina do Nascimento; CARVALHO, José Jorge Souza. **Regulamentação do tratamento de resíduos infectantes em serviços de saúde: uma revisão da literatura**. Revista Brasileira de Ciências Ambientais – Número 22 – dezembro de 2011.
- PRATES, Jose Ambrósio. **Entrevista flagrante de lixo hospitalar sendo descartado irregularmente**. Janaúba. 2016.
- RAMOS, Y. S. et al. **Vulnerabilidade no manejo dos resíduos de serviço de saúde de João Pessoa** (PB, Brasil). Ciências & Saúde Coletiva, 2011.
- TEIXEIRA, P. Biossegurança: uma questão multidisciplinar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- TONANI, Paula. **Responsabilidade decorrente da poluição por resíduos sólidos**. Rio de Janeiro, Forense, 2011.

LIMPEZA, DESINFECÇÃO E TROCA DE SOLUÇÕES DAS ALMOTOLIAS.

Kennedy Anderson Souza Santos (Discente) FAVAG e-mail: kennerander@gmail.com.

Liliane Martins de Souza (Discente) FAVAG e-mail: martinsliliane98@yahoo.com.br.

Aline Ferreira Cruz (Discente) FAVAG e-mail: alinecruz@hotmail.com.

Leonardo Fernandes Ribeiro (Enfermeiro) FAVAG e-mail: leोजनाuba@yahoo.com.br.

Anne Karoene Silva Faria (Orientadora) Docente FAVAG e-mail: annekaroene@gmail.com.

Introdução

As almotolias são frascos de material plástico para armazenamento e acondicionamento de soluções anti-sépticas. As almotolias são distribuídas por diversos setores hospitalares e de unidades básicas de saúde. Dentre as substâncias armazenadas nas almotolias destaca-se a clorexidina, álcool a 70%, dergemante, tópico, soro fisiológico a 9% (ANVISA, 2010).

Se contaminadas, podem ser fonte de infecção relacionada à assistência de saúde, por isso faz-se necessário estabelecer uma padronização pelo Ministério da Saúde (MS), para seu uso. Diversos estudos demonstram que o ideal seria que as almotolias fossem de uso descartável e individual e que não tivesse tempo de uso superior a 07 dias (ROZAURO, 2011).

Estudos comprovam que os tipos de dispensadores e a frequência de recolhimento e troca do produto das almotolias, podem influenciar diretamente na qualidade e integridade do produto. Anti-sépticos que são reutilizáveis sem trocas diárias ou semanais do produto, apresentam potencial de contaminação comparado com os de trocas semanais (SERUFO, 2009).

Com este trabalho objetivou-se orientar e capacitar os profissionais responsáveis pela reposição e manutenção de soluções em almotolias de forma que possa sempre manter um conteúdo correto em almotolia correta, totalmente identificada e datada, mantendo a validade da solução em dia. Assim evitando riscos de infecções ou administração de solução vencida ou trocada por semelhança dos recipientes.

Metodologia

Realizou-se Unidade Básica de Saúde Herlindo Silveira no distrito de QUEM-QUEM Janaúba MG no dia 16/06/2016 no turno matutino uma intervenção que propôs capacitar os profissionais sobre a importância das trocas continua de substâncias nas almotolias. Demonstrar aos mesmos a importância de deixar apenas uma almotolia para cada setor onde possa ser utilizada, evitando que as mesmas circulem de setor causando transmissão de infecções por onde circula. De tal forma proporcionando menos desperdício e mais utilidade e fixação em cada local. Alguns profissionais foram selecionados para participar da intervenção e contou principalmente com a presença dos técnicos de enfermagem.

Resultados e discussão

Através desta intervenção realizada na Unidade Básica de Saúde com os técnicos e demais funcionários da equipe X, foi possível melhorar a qualidade de saúde nas realizações de procedimentos diários, trazendo segurança aos pacientes e uma qualidade no procedimento a ser realizado, podendo se utilizar bons materiais de qualidade a fins de proporcionar uma melhor atenção a saúde do paciente e diminuir os riscos de infecção e erros em trocas de substâncias presentes em cada almotolia.

Antes da realização do projeto as almotolias aprestavam-se com identificações incorretas, a limpeza, desinfecção e as trocas de soluções eram somente realizadas quando a soluções chegavam ao final, os recipientes não eram tampados e sem vedação o que resultava em um armazenamento inadequado das soluções ocasionando a perda da conservação e na estabilidade das composições dos produtos, eram expostos a agentes físicos (temperaturas elevadas), exposição à luz solar, a desorganização nas distribuições de setores sendo utilizado um recipiente na sala de triagem, na sala de vacina, na sala de curativo e demais ao mesmo tempo.

Os anti-sépticos devem ser protegidos de a luz solar direta ou de altas temperaturas, o que leva a necessidade do uso de embalagens individuais para uso em menor tempo possível. Quando contaminados são fontes para presença de microrganismos causadores de infecção, fato que remete a importância do estabelecimento de rotinas relacionadas a aquisição, estocagem, manipulação e distribuição interna desses produtos dentro do serviço de saúde (SILVA, 2010).

ANTES DE O PROJETO SER IMPLANTADO



DEPOIS DO PROJETO IMPLANTADO



Através deste projeto, repassaram-se orientação ao profissional responsável pela limpeza, desinfecção e troca das soluções contidas nas almotolias além de demais funcionários da unidade de saúde o processo de limpeza das almotolias usando água, detergente, para secagem o uso de pano seco. Em seguida o uso de hipoclorito a 1% na desinfecção, para imergir as almotolias. Também foi possível identificar cada almotolia, com seguintes itens:

- Data da troca das soluções
- Datas de validade
- Distribuições de recipientes em todos os setores
- Distribuições em ambientes secos, protegidos de altas temperaturas e luz solar.
- Assinatura do responsável pela troca.

O período de acompanhamento de contaminação de anti-sépticos por sete dias reproduz o tempo máximo que o anti-séptico permanece armazenado na mesma almotolia na prática assistencial. As almotolias devem ser movimentadas diariamente três vezes ao dia para que a solução anti-séptica entrasse em contato com superfícies acima do nível de solução (PADOVANI, 2008).

Também foi possível ter uma melhor organização nos acessos às almotolias buscando sempre agilidade e qualidade no atendimento, além de proporcionar menos gastos e custos com utilização irracional dos materiais e os desperdícios. Mantendo Unidade de Saúde, com produtos totalmente identificáveis possibilitando de forma prática seu uso e evitando erros que podem ser acometidos durante o decorrer do trabalho.

Com esses meios e propostas tornou-se uma equipe capacitada a ter menor erros por trocas de soluções em procedimentos, segurança no uso das soluções, cuidados quanto ao prazo de validade das soluções, distribuições dos recipientes em cada setor adequado. Podendo assim possibilitar uma maior segurança para os profissionais e principalmente aos pacientes, em todos os setores da Unidade Básica de Saúde.



Foram disponibilizadas para a Unidade de Saúde:

- Um protocolo, o que permite um passo- a – passo no manuseio adequado das almotolias.
- Caderno de relatório de Almotolias: Onde são registradas as datas de esvaziamento, data de validade, soluções usadas, número de almotolias processadas, setores de distribuições, assinatura do profissional responsável e carimbo.
- Tampas para vedação dos recipientes contidos com soluções e da fita adesiva na qual é necessária para fazer a identificação.

Portanto a higienização das mãos dos profissionais de saúde e de suma importância para a redução dos riscos de contaminação. A limpeza e a desinfecção de superfícies são fundamentais para a prevenção e redução das infecções relacionadas à assistência à saúde (ANVISA, 2010).

Considerações finais

O projeto foi de grande relevância, pois foi transmitida orientações e informações a cerca da importância da troca das almotolias, troca periódica das tampas e principalmente a identificação de cada almotolia e o seu devido uso para cada setor da unidade desde a sala do enfermeiro, a triagem, sala de curativo e sala de sutura. Assim verifica-se que com estas mudanças padroniza-se uma menor taxa de infecções e contaminações.

Referências

- ANVISA, **Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies**. 1ª Ed. Brasília, 2010.
- ROZAURO, M.A.S; SOUZA, S. Avaliação microbiológica de clorexidina alcoólica 5% em almotolias reprocessadas no centro cirúrgico. **Revista Científica do Unisalesiano** – Lins – SP, ano 2, n.4, jul/dez de 2011.
- SERUFO, J.C. **Avaliação da dinâmica de contaminação extrínseca de sabonetes líquidos e antissépticos no processo de uso em hospitais brasileiros da rede sentinela**. Belo Horizonte: Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), 2009.
- SILVA, A.A.T; MAZZO, A; PEREIRA, B.J.C; GIRÃO, F.B; FUMINCELLI, L; MENDES, I.A.C. **O uso das soluções antissépticas na prática clínica da enfermagem**. Rev enferm UERJ [Internet]. 2010 July-Sept [2011 Sept 10];18(3):473-7.
- PADOVANI, C.M. Avaliação microbiológica das diferentes formulações anti-sépticas polivilipirrolidona-iodo e clorexidina-ápos contaminação intencional das almotolias. **Universidade de São Paulo escola de enfermagem**, São Paulo, 2008.

LIMPEZA DA UBS: uma questão de biossegurança

Juliana Najara Alcântara Ferraz Docente FAVAG e-mail: juliananajara@bol.com.br

Maria Luiza Campos de Oliveira Discente FAVAG e-mail: 1411luiza@gmail.com

Regina Rodrigues Fagundes Discente FAVAG e-mail: reginarodriguesfagundes@gmail.com

Vaneci Azevedo Faria Discente FAVAG e-mail: vanecifaria@yahoo.com.br

Maria Sueli Alves Neves Discente FAVAG e-mail: suellyneves@hotmail.co.uk

Introdução

A limpeza e a desinfecção de todos os âmbitos da UBS (unidade básica de saúde) são elementos que convergem à sensação de bem-estar, segurança, conforto dos pacientes, profissionais e familiares, para o controle das infecções relacionadas à assistência a saúde, por garantir um ambiente com superfícies limpas, com redução do número de microrganismos, adequando assim o ambiente à realização das atividades desenvolvidas nesses serviços.

Segundo Rutala (2015), as superfícies limpas e desinfetadas conseguem reduzir em cerca de 99% o número de microrganismos, enquanto as superfícies que foram apenas limpas os reduzem em 80%. Sendo assim, falhas nos processos de limpeza e desinfecção de superfícies podem ter como consequência a disseminação e transferência de microrganismos nos ambientes dos serviços de saúde, colocando em risco a segurança dos pacientes e dos profissionais que atuam nesses serviços. (ANVISA, 2012).

As infecções são um problema de extrema complexidade vivenciada pelos profissionais que trabalham nos Centros de Saúde, nas Policlínicas de especialidade médicas e nas Unidades de Pronto Atendimento, além de terem o profundo conhecimento desse problema, devem ser treinados e atualizados com o intuito de manter um ambiente limpo e seguro mantendo a proteção dos seus colaboradores e usuários. (Cartilha - Segurança do Paciente em Serviços de Saúde, 2015).

A biossegurança constitui uma área de conhecimento relativamente nova, regulada em vários países por um conjunto de leis, procedimentos ou diretrizes específicas, que afirmam que o manejo e avaliação de riscos são fundamentais para a definição de critérios e ações que visam a minimizar os riscos que comprometem a saúde dos profissionais de saúde. (RODRIGUES, 2008).

Destina-se conhecer e controlar os riscos que o trabalho pode oferecer ao ambiente e a saúde do profissional, afim de que se possa educar e informar acerca das atribuições da equipe de limpeza e sua importância neste trabalho.

Metodologia

O cenário de estudo foi a unidade de saúde Zacarias Farias Viera, onde as entrevistas foram realizadas às auxiliares de serviços gerais, com o intuito de identificar o conhecimento teórico e prático. Trata-se de um estudo quali-quantitativo onde se utiliza como instrumento a aplicação do questionário. Foi realizado o levantamento bibliográfico em artigos científicos, revistas, utilizando-se para isso os recursos existentes na biblioteca da FAVAG, seja nos livros de seu acervo ou através de acessos disponibilizados em bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico. Um estudo de campo fez-se necessário para observar o tema proposto e aplicar o questionário para realizar a coleta de dados, as tabulações de dados foram realizadas no Microsoft Office Excel. Com o objetivo de aprofundar e ampliar os conhecimentos sobre a temática, limpeza e desinfecção uma questão de biossegurança.

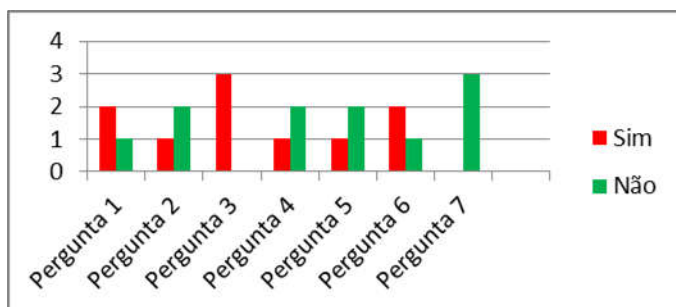
Resultado e discussão

A limpeza e desinfecção na unidade de saúde devem ser priorizadas, pois é considerada uma questão de biossegurança, a qual proporciona um ambiente limpo, minimizando os microrganismos para que se tenha o controle das infecções relacionadas à assistência a saúde.

A biossegurança compreende um conjunto de ações destinadas a prevenir, controlar, mitigar ou eliminar riscos inerentes às atividades que possam interferir ou comprometer a qualidade de vida, a saúde humana e o meio ambiente, caracteriza-se como estratégica e essencial para a pesquisa e o desenvolvimento sustentável sendo de fundamental importância para avaliar e prevenir os possíveis efeitos adversos de novas tecnologias à saúde, (BRASIL, 2010).

Com base nestes conceitos foi desenvolvida uma capacitação, propondo como ápice a importância da limpeza e desinfecção da unidade de saúde, quanto ao uso de EPI's correlacionado como uma questão de biossegurança. Acredita-se que profissionais capacitados desenvolverão seu trabalho com melhor qualidade, obtendo uma visão ampla de se proteger contra os aspectos físicos, químicos e biológicos, aumentando sua segurança nos ambientes de trabalho, tornando os profissionais aptos a desenvolver atitudes para implementação da redução dos riscos biológicos na unidade de saúde.

No gráfico 1 refere-se ao questionário formulado, composto por sete perguntas as quais foram direcionadas as três auxiliares de serviços gerais as seguintes perguntas.: Você sabe o que é EPI? 2 responderam quem sim e 1 não sabia. Sobre o grau de conhecimento de como se deve realizar a limpeza na UBS, 1 respondeu que sim e as outras 2 não. Em relação as desinfecção de superfícies, 1 conhece e as outras 2 desconhece. Foi perguntado sobre o uso adequado de produtos para realização da limpeza, 1 tinha conhecimento e 2 não. Sobre a técnica correta de higienizar um ambiente como a recepção e a sala de curativo 1 respondeu que sim e 2 não. Quando perguntado se sabiam quantas vezes a UBS deve ser limpa no dia 2 respondeu que sim e 1 disseram que não sabia. Ao perguntar se elas utilizam os mesmos materiais como balde e panos de chão para fazer a limpeza da UBS as 3 entrevistadas não sabiam.



Conclusão

Mediante a realização deste relatório inferiu-se que a limpeza e a desinfecção, e os elementos de biossegurança minimizam os riscos de infecções tanto para os profissionais quanto para os clientes, garantindo assim a proteção de todos. Faz-se necessária a conscientização dos profissionais auxiliares de serviços gerais para utilização de medidas básicas de biossegurança para que sejam aplicadas na prática cotidiana da Unidade de Saúde Zacarias Farias Vieira.

Em relação à análise do processo de limpeza e desinfecção da Unidade de Saúde a proposta de intervenção foi bem aceita, foi notável a carência de conhecimento teórico e prático, sendo

assim, foi desenvolvida uma capacitação direcionada as auxiliares de limpeza para o aperfeiçoamento da prática. O treinamento contribui no sentido de ressaltar a relevância das capacitações para os trabalhadores na área da saúde, ampliando os conhecimentos e favorecendo a proteção. É importante destacar que o profissional enfermeiro contribui na prevenção de infecções na unidade básica, assim prestando uma assistência de qualidade nos serviços oferecidos na unidade.

Referências

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária- **Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies**/Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Anvisa, 2012.

BRASIL. **Biossegurança em saúde: prioridades e estratégias de ação**. MINISTÉRIO DA SAÚDE ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Brasília – DF, 2010

BRASIL. Ministério da Saúde - MS. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada RDC Nº 15, de 15 de março de 2012. **Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências**. Brasília; mar. 2012.

CARTILHA – **Segurança do Paciente em Serviços de Saúde – Limpeza e Desinfecção de Superfícies**, 5 de maio de 2015. disponível em <<http://www.gruposentax.com.br/cartilhas/cartilha-seguranca-paciente-em-servicos-de-saude-limpeza-e-desinfeccao-de-supericicies/>>

Ministério da Saúde (Br). **Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Biossegurança**. Rev Saude Publica. 2005; 39: 989-91.

GREZZI, G. **Limpeza e Desinfecção na Avicultura**. Disponível em <http://www.engormix.com/limpeza_e_desinfeccao_na_p_artigos_100_AVG.htm>.

HINRICHSEN, Sylvia. **Biossegurança e Controle de Infecções**, 2º edição atualizada e ampliada, pag. 2, 2013.

MONTENEGRO et al. **Resistência do operário ao uso do equipamento de proteção individual**. Disponível em: <http://inf.ucs.br/banman/Arquivos/mono3.0132.pdf> acesso em 05/10/2016

OLIVEIRA Adriana et al. **Infecções hospitalares: epidemiologia, prevenção e controle**, editora Guanabara koogan S.a, pag. 471, 492 e 494, 2005.

RODRIGUES, S. S.; FARTES, V. L. B. **Biossegurança e competência profissional: um novo desafio para a educação no setor saúde**. *Caderno CRH*, Salvador, n. 34, p. 125-140, 2008.

RUTALA **Manual de Higienização** 2015 8. RUTALA, W.A.; WERBER, D. J. The benefits of surface disinfection. *American Journal of Infection Control*, v.32, p.226-231.

SANTOS Junior BJ, VILELLA TAS, HINRICHSEN SL. **Câmara PF Investigação de acidentes biológicos entre profissionais da equipe multidisciplinar de um hospital**. Rev enferm UERJ. 2011; 19:583-6.

IMPLICAÇÕES DA INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO NA PREMATURIDADE E ABORTO

Anne Karoene Silva Faria (Orientadora) Docente FAVAG. e-mail: annekaroene@gmail.com

Maria Luiza Campos Oliveira Discente FAVAG e-mail: 1411luiza@gmail.com

Anna Carolynny Cardoso Discente FAVAG e-mail: annacardoso@gmail.com

Regina Rodrigues Fagundes Discente FAVAG e-mail: reginarodriguesfagundes@gmail.com

Maria Sueli Aparecida Neves Discente FAVAG e-mail: suellyneves@hotmail.co.uk

Vaneci Azevedo Faria Discente FAVAG e-mail: vanecifaria@yahoo.com.br

Introdução

Infecção do Trato Urinário (ITU) caracteriza-se pela invasão e multiplicação de micro-organismos nos rins e nas vias urinárias. Na maioria das vezes, é resultado da colonização da urina por bactérias fecais, que cresceram em meio anaeróbio, sendo a *E. coli* patógeno mais comumente envolvido nessas infecções. Agravidez é fator que predispõe ao aparecimento dessa patologia, podendo causar sérias complicações ao futuro concepto, assim como à própria gestante (FILHO *et al*, 2009).

“Em 2008, ZIEGEL e CRANLEY demonstraram em um estudo, que de 3 a 7% das gestantes apresentavam bactéria na urina, na maioria sem sintomas. Se não receberem tratamento, quase a metade pode levar a pielonefrite aguda, pela estase urinária e refluxo vesico-ureteral”. Vale destacar que a maioria dos casos de ITU vai estar relacionada a Bacteriúria Assintomática (BA) que consiste na presença de bactérias na urina de pacientes sem sintomas urinários, já a ITU sintomática vai ser aquela que apresenta sintomas urgência miccional, dor ao urinar, frequência miccional, febre, presença de pus na urina, alterações no aspecto e na coloração da urina.

As infecções de urina devem ser tratadas com administração de antibióticos. É importante lembrar que para a escolha do antibiótico, deve-se levar em conta além da sensibilidade das bactérias mais prevalentes, outros fatores como a facilidade de obtenção pela paciente, a sua tolerabilidade, a comodidade de sua posologia, custo e toxicidade, além do risco à saúde do bebê e o da gestante. (FILHO *et.al* , 2009).

Segundo Filho (2009) “para investigação da ITU, o método mais importante para diagnóstico na gravidez é a cultura de urina quantitativa, que avaliada amostra de urina colhida assepticamente de jato médio o agente etiológico causador da infecção e possibilita a conduta terapêutica”.

De acordo com SCHENKEL *et. al*, (2014) “quanto mais cedo for diagnosticada e tratada a doença, maiores serão as chances de diminuir as complicações maternas e fetais”. Pois o diagnóstico precoce influencia no tratamento da doença, uma vez que a identificação tardia pode acometer todo o trato urinário.

Assim o objetivo da presente revisão de literatura é identificar variáveis de riscos de infecção urinária na gestação que podem ocasionar uma gravidez de risco, fatores que predispõem a prematuridade de nascidos vivos ou situação de ameaça para o crescimento e desenvolvimento do feto ou da gestante, com fundamento de enriquecer a prevenção e ampliar o conhecimento em relação aos fatores de riscos associados.

Metodologia

Este é um estudo descritivo com revisão de literatura, no qual realizou-se um levantamento bibliográfico com base em artigos de revistas científicas e artigos extraídos via internet buscado nos bancos de dados da Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Google

acadêmico. Os critérios de inclusão foram artigos publicados em menos de 10 anos, em português, disponíveis na íntegra. Foram selecionados os trabalhos que continham a temática proposta, atendiam aos critérios de inclusão e desta forma, publicados entre os anos 2007 a 2014.

Resultados e discussão

De acordo com Beers (2008) “durante a gestação, é comum o aparecimento de ITU, causada pela diminuição no peristaltismo e dilatação da uretra por ação hormonal, e também a pressão que o útero faz sobre os ureteres”. A gravidez deixa às mulheres mais suscetíveis as infecções do trato urinário, com a diminuição do fluxo da urina para a bexiga, as bactérias têm mais tempo de se proliferarem antes de serem eliminadas do corpo.

“No Brasil e no mundo, 150 milhões de ITU acometem os indivíduos a cada ano, desses, muitos apresentam infecções recorrentes, o que aumenta esse número de casos” (NORRBY, 2009). Sabe-se que entre as mulheres o pico de ocorrências das infecções urinária é relevante, pois a mulher esta mais propensa a essa doença devido a sua anatomia, onde a uretra é mais curta com maior proximidade do ânus ao vestíbulo vaginal e uretra.

Dados de um estudo divulgado pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) em 2007 revelam que a ITU é a segunda causa de mortalidade prematura de fetos com até três meses, atrás apenas de alterações cromossômicas geradas por espermatozoides ou óvulos defeituosos (FEBRASGO, 2007).

Além da incidência aumentada de infecções sintomáticas entre grávidas, o arsenal terapêutico antimicrobiano e as possibilidades profiláticas são restritas, considerando-se a toxicidade de alguns fármacos para o produto conceptual (embrião/feto e placenta) (BAUMGARTEN *et al*, 2011).

A gravidez é a situação que predispõe ao aparecimento de ITU, devido às mudanças fisiológicas (mecânicas e hormonais) que ocorrem nesse período da vida da mulher. Desse modo, pode causar sérias complicações como o trabalho de parto pré-termo, recém-nascidos de baixo peso, rotura prematura de membranas, restrição de crescimento intraútero, paralisia cerebral, entre outras (FILHO *et al*, 2009).

Afirma Baumgarten *et al* (2011) que “desta forma, o diagnóstico precoce, seguido de terapêutica adequada e imediata, torna-se imprescindível durante a assistência pré-natal, evitando o comprometimento do prognóstico materno e gestacional”.

A ocorrência de ITU e a deficiência do prognóstico gestacional estão relacionadas aos problemas e complicações no trabalho de parto e parto pré-termo, ruptura prematura das membranas amnióticas, restrição de crescimento intra-uterino, recém-nascido de baixo peso e óbito perinatal. Estas complicações decorrentes da infecção urinária causam também na gestante hipertensão e a pré-eclampsia, anemia, corio-amnionite, endometrite e septicemias (JURACI *et al*, 2009).

Considerações Finais

Entende-se que a infecção do trato urinário é a causa de importantes complicações no ciclo gravídico-puerperal. Muitas das complicações podem ser evitadas com acompanhamento pré-natal realizado corretamente. A ITU em gestantes é comum pelas alterações anatômicas, hormonais e mudança do pH, pois facilita a multiplicação de microrganismos no sistema urinário, por isso faz-se necessário o acompanhamento obstétrico e o controle através de exames regularmente.

É relevante destacar que a sensibilidade aos antibióticos e o perfil dos patógenos também

merecem atenção, já que podem ser diferentes de acordo com o local atingido e novas bactérias podem surgir com resistência aos medicamentos. Reconhecendo os fatores que levam a ocorrência de ITUs, é possível contribuir para reduzir, evitar, prevenir e promover a qualidade dessa gestação ou desse período gestacional, evitando assim prematuridade e aborto espontâneo. Diante disso, é importante ressaltar a higienização pessoal corretamente e o não reter a urina por longos períodos, já que durante o período de gestação os órgãos ficam comprimidos e ocorre a diminuição da bexiga para comportar o bebê, que pode levar ao acúmulo da urina, ocasionando a presença de bactérias favorecendo assim o aparecimento do problema que é a infecção urinária.

Referências

- BAUMGARTENA, M. C. S.; silva, v.g. s.; mastalir, f. p.; klausb.; azevedo; p. A. **Infecção urinária na gestação: uma revisão da literatura.** Art. Revisão. Programa de pós-graduação em ciências da saúde da universidade federal de ciências da saúde de porto alegre, rs, brasil. 10 de novembro de 2011.
- BEERS, h. Mark *et al.* **Manual merck.** 18º ed. São paulo: roca, 3110 páginas. 2008.
- FILHO, e. A. F.; bispo, a. M. B.; vasconcelos, m. Miranda; maia, m.z.; celestino, f.g. **infecção do trato urinário na gravidez: aspectos atuais.** Rev. Femina. Vol 37, nº 3. Março 2009.
- FEBRASGO - manual de perinatologia. São paulo: federação brasileira das associações de ginecologia e obstetrícia, 2007.118 p.
- juraci, a.; cesar *et al.*- **Prevalência e fatores associados à percepção de ocorrência De corrimento vaginal patológico entre gestantes.** Cad.saúde pública,rio de janeiro, 25 (12):2705-2714 dez ,2009.
- norrby, s. r. **Abordagem dos pacientes com infecções do trato urinário.** In:goldman l.; ausiello d. Ed. Cecil medicina. 23º.vol. 2. Rio de janeiro. 2009.
- SCHENKEL, d. F. et. al. **Prevalência de uropatógenos e sensibilidade antimicrobiana em uroculturas de gestantes do sul do brasil.** Hospitalfêmina – porto alegre. 2014.
- ZIEGEL, E. E; CRANLEY, M. S. **Enfermagem obstétrica.** Rio de janeiro: guanabara koogan. Parte dois: gestação - capítulo 8. 8ª ed. 2008.
- SOARES, M. E. M; GIUGLIANI, E. R. J; BRAUN, M. L; SALGADO, A. C. N; OLIVEIRA, A. P; AGUIAR, P. R. **Uso de chupeta e sua relação com o desmame precoce em população de crianças nascidas em Hospital Amigo da Criança.** **Jornal de Pediatria** - Vol. 79, N°4, 2003
- TOMASI, E.; VICTORA, C. G.; POST, P. R.; OLINTO, M. T. A. **Padrões determinantes do uso de chupeta em crianças.** **J Ped.** v.70, n.3, p.167-173, 1994a.
- TOSATO, J.P; BIASOTTO-GONZALEZ ,D.A; GONZALEZ, T. O. **Presença de desconforto na articulação temporomandibular relacionada ao uso da chupeta.** **Rev. Bras ORL.** 2005; 71(3): 365-8.
- VINAY, S.; NAVEEN, N.; NAGANANDINI,N. **Feeding and oral hygiene habits of children attending daycare centres in Bangalore and their caretakers oral health knowledge, attitude and practices.** **Indian J Dent Res** v.22, n.4, p.561-566, 2011.

OS BENEFÍCIOS DO ALEITAMENTO MATERNO PARA O BEBÊ E A MÃE A PARTIR DAS PRIMEIRAS HORAS DE VIDA - UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ariane Heloisa Freire de Menezes (Orientador) Docente FAVAG. E-mail: arianeheloisa@yahoo.com.br

Juliane Gois Vasconcelos Discente FAVAG. E-mail: julianegois1984@hotmail.com

Introdução

Todo processo de transformação vivido atualmente pela sociedade está diretamente ligado ao dinamismo da globalização, no qual favorece a busca diária por soluções e respostas para a vida do ser humano. Neste sentido, quanto mais à humanidade caminha rumo a novas descobertas, a mentalidade e a maneira de vida no âmbito social, cultural e pessoal muda-se completamente. O aleitamento materno é uma prática natural que fornece os nutrientes necessários para o recém-nascido e protege de várias doenças, sendo de grande importância para o crescimento e desenvolvimento do recém-nascido, devendo ser exclusivo até o 6º mês de vida. Entende-se que o aleitamento materno constitui como o melhor e mais adequado alimento para o bebê a partir da sua primeira hora de vida, devido aos seus nutrientes composto de vitaminas que auxiliam no desenvolvimento, imunidades, nutrição e no imunológico. Os Estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) apontam que a prática do aleitamento materno contribui, anualmente, para a prevenção de mais de seis milhões de mortes de crianças com menos de 1 ano de idade e que cerca de dois milhões de mortes também poderiam ser evitadas, se a prática do Aleitamento Materno Exclusivo (AME) até 6 meses fosse praticada. Os benefícios são de suma importância, principalmente para prematuros, levando a maiores índices de inteligência e de acuidade visual; melhora do sistema de defesa, devido à grande quantidade de imunoglobulinas; promove maior imunidade contra infecções, flatulência, diarreia ou constipação. Pretende com este estudo uma abordagem de caráter bibliográfico, considerando sua relevância em um projeto de pesquisa, pois o mesmo é o primeiro passo para se realizar uma investigação acerca do tema proposto. Diante disso nos propomos a questionar: A sociedade atual tem consciência da importância e dos benefícios do aleitamento materno para o bebê e para a mãe a partir das primeiras horas de vida? Este estudo baseia-se na necessidade de se analisar a relevância da amamentação e seus benefícios para o bebê e a mãe, através de uma revisão bibliográfica e uma breve discussão a respeito do assunto para compreender seus efeitos e suas características.

Metodologia

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, de caráter descritivo, exploratório e quantitativo das referências publicadas em livros disponível no acervo da biblioteca Professora Luizita Aparecida da Faculdade Vale do Gorutuba - FAVAG, acervo pessoal, artigos da base de dados *online* da Biblioteca Virtual de Saúde e artigos publicados em revista do Google Acadêmico. O delineamento do estudo será do ano de 1980 a 2015. A coleta de dados será executada no período de Março de 2017 a Junho de 2017. Os critérios de inclusão

para revisão de literatura serão os livros e artigos em português, que abordão a temática proposta e dentro do período estabelecido. Já os critérios de exclusão de revisão de literatura serão os livros e artigos com publicações inferiores a 1980, e que não respondem ao objetivo proposto. Neste sentido, a presente pesquisa se apresenta quanto aos fins, visto que ela realiza um estudo descritivo de caráter exploratório, diante de uma análise detalhada de literaturas afins com o propósito de compreender como o aleitamento a partir das primeiras horas de vida pode influenciar na qualidade de vida do bebê e da mãe, sendo caracterizado por Sâmara & Barros, 1999, “de informal, flexível e criativo”.

Resultados Esperados

Diniz; Vinagre (2001) descreve que desde os primórdios da humanidade a prática do aleitamento vem sendo observada e destacada, visto sua importância diante dos fatos destaca-se os as evidências encontradas pelos arqueólogos em escavações entre os séculos V e VIII. Contudo, foi observado que com o passar dos anos este assunto foi se sobressaindo e o aleitamento tornou-se parte do comportamento social, mutável as épocas e costumes. Desta forma, Donzelot, 1986, destaca que as análises existentes sobre o aleitamento residem no estudo de cada sociedade e seus hábitos diante de cada cultura, levando a informações e saberes diante do assunto proposto. Observando que, ao longo da evolução da humanidade passamos encontrar momentos em que a amamentação torna-se um destaque na compreensão da necessidade do bebê. Todavia, observa-se na avaliação de Silva; Guedes (2013) os grandes benefícios do aleitamento para a vida do bebê, das quais se apresenta maiores níveis de inteligência, sistema de defesa, imunidades contra infecções entre outros, ou seja, o aleitamento favorece o desenvolvimento cognitivo e funcional da criança. Segundo os estudos de Rea (2004) os benefícios da amamentação para a mulher se relaciona a amenorreia pós-parto e ao maior espaçamento intergestacional, além do menor sangramento uterino, conseqüentemente menor anemia. Por fim, estabelece um resultado que é pertinente e plausível, o aleitamento materno é relevante para o bebê e para a mãe.

Considerações finais

Em virtude da construção do presente projeto, das análises colhidas e das informações que estão sendo estudadas, espera-se com este projeto obter esclarecimentos enquanto profissional de enfermagem e poder contribuir para a informação da relevância do aleitamento materno para o bebê e para a mãe. Contudo, pretende-se obter e responder as demais dúvidas existentes relacionadas ao assunto.

Referências

- DINIZ, EMA; VINAGRE, RD. **O Leite Humano na importância da nutrição do recém-nascido prematuro**. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2001.
- DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. 2a. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1986. 209p.
- REA, Marina Ferreira. **Os benefícios da amamentação para a saúde da mulher**. J Pediatría. Rio de Janeiro, v.80, n.5, 2004.

SAMARA, Beatriz Santos e BARROS, José Carlos. **Conceitos e Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Makron Books, 1997.

SILVA, Waléria Ferreira da; GUEDES, Zelita Caldeira Ferreira. **Tempo de aleitamento materno exclusivo em recém-nascidos prematuros e a termo**. Rev. CEFAC. v.15, n.1, 2013.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A FALTA DE CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO REFERENTE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JANAÚBA/MG

Kariny Alves Barboza- Enfermeira- Especialista em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde e Docente no curso de Enfermagem da FAVAG. e-mail: karinyalves23@yahoo.com.br

Geane E. Santos Souza- Discente Curso de Enfermagem da FAVAG geanesantos131@hotmail.com

Gleice Fernandes da Cruz- Discente Curso de Enfermagem da FAVAG gleice7000@gmail.com

Karla Taísa Pereira Colares - Biomédica- Especialista em Microbiologia Aplicada e Docente no curso de Enfermagem da FAVAG. e-mail: kaka.colares@yahoo.com.br

Introdução

O sistema de triagem Manchester (STM) é uma classificação de risco baseada nos sintomas apresentados pelo paciente, no qual uma das cores (vermelha, laranja, amarelo, verde e azul) é atribuída de acordo com a gravidade do estado do paciente. Essa classificação é associada ao potencial risco de vida e conseqüentemente ao tempo de espera. Em 2011, Minas Gerais foi pioneira na implantação do sistema de triagem Manchester nas Unidades Básicas de Saúde. Essa ferramenta implantada pretende assegurar atenção a saúde para padronizar os critérios de avaliação e proporcionar o atendimento da demanda espontânea em menor tempo. Segundo estudo realizado por Mackway- Jones (2010), a triagem ou classificação de risco é uma ferramenta de manejo clínico de risco, empregada nos serviços de urgência por todo mundo, para efetuar a construção dos fluxos de pacientes quando a necessidade clínica excede a oferta. O sistema Manchester de classificação de risco contribui para que a população que necessita do sistema de saúde siga um padrão voltado assistência, de forma clara e objetiva, visando o cuidado prestado ao paciente. Portanto a análise feita sobre a classificação de risco Manchester, tema deste estudo, observadas pelos os princípios de políticas de humanização, tem como o intuito de organizar o fluxo na demanda e a questão do tempo de espera no atendimento aos pacientes que procura o setor primário. O objetivo deste trabalho é apresentar relato de experiência vivenciado pelos graduandos do Curso de Enfermagem- FAVAG no estágio do TIFAC no período no primeiro semestre de 2016, relacionado à falta de conhecimento da população sobre a classificação de risco na Unidade Básica de Saúde no município de Janaúba/MG.

O objetivo deste trabalho foi relatar a experiência dos acadêmicos do curso de enfermagem durante o estágio curricular na Unidade Básica de Saúde Zacarias Farias, no município de Janaúba/MG.

Metodologia

Na realização do estágio curricular, no primeiro período de 2016, os acadêmicos observaram que a população da Unidade Básica de Saúde Zacarias Farias no município de Janaúba/MG, não possuía conhecimento sobre o Sistema de Triagem Manchester utilizada na classificação dos pacientes nas consultas de demanda espontânea o que constitui, muitas vezes, motivo de conflitos no atendimento.

Mediante o exposto os acadêmicos realizaram pesquisas em base de dados Scielo e Google acadêmico sobre o tema, obtiveram embasamento teórico em artigos científicos e livro relacionado ao tema e montaram um projeto de intervenção para apresentação do seminário na disciplina do TIFAC.

Os acadêmicos realizaram uma capacitação sobre o funcionamento da classificação risco para os usuários presentes no dia 22 de junho de 2016. Foram confeccionados 01 banner e 02 adesivos de esclarecimento e anexado, estrategicamente, em locais de grande circulação e visualização pelos os usuários. A relevância das cores (vermelha, laranja, amarelo, verde e azul) foram adaptadas com de acordo com o sistema na Unidade Básica de Saúde. Realizou-se também uma capacitação com o enfermeiro e demais funcionários da Unidade Básica de Saúde, sendo feito uma análise de como é trabalhado o protocolo de Manchester com a população e reforçando a importância do esclarecimento desses critérios para a população.

Resultados e discussão

Foi possível compreender que a população desconhece funcionamento do atendimento e faltam informações sobre a Classificação de Risco por parte da equipe de saúde. A capacitação promovida junto a esta comunidade fez com que ela se sentisse valorizada e contribuiu para um atendimento mais ágil e eficaz, reduzindo o fluxo de pacientes que questionavam a demora no atendimento. Em relação aos funcionários da Unidade, a capacitação propiciou uma melhor compreensão do fluxograma de atendimento e um melhor diálogo entre enfermeiro e agentes comunitários de saúde.

Considerações Finais:

Conclui-se que o acolhimento e a prestação de informações para a comunidade sobre a classificação de risco valorizam o paciente e minimiza os possíveis conflitos gerados no tempo de espera do atendimento. Já equipe de saúde se faz necessário capacitá-los sempre para dispor de informações aos usuários e promover um serviço de qualidade. O trabalho proporcionou aos graduando a possibilidade integrar a teoria com a prática envolvendo ações de promoção com um contato precoce com a comunidade.

Referencias:

- ALBINO, R.; GROSSEMAN, S.; RIGGENBACH, V. **Classificação de risco: uma necessidade inadiável em um serviço de urgência de qualidade**. Arquivos Catarinenses de Medicina. Florianópolis, v.36, n.4, p. 70-75, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Textos básicos de saúde: acolhimento com avaliação e classificação de risco**. Brasília: editor Ministério da Saúde, 2004. 20 p. e 2006.
- GATTI, Maria Fernanda Zorzi. **Triagem de Enfermagem em Serviço de Emergência**. 2008. Disponível em <http://portal.samaritano.com.br/pt/interna.asp?page=1&idpagina=3>
Acesso em: 27 de mai. 2017
- MACKAWAY-JONES, K.; MARSDEN, J.; WINDLE, J. **Emergency Triage: Manchester Triage Group**. 2. Ed. [S.I.]: Paperback, 2007.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. **SES promover reunião para discutir Protocolo de Manchester**. 2012. Disponível em:
<<http://www.saude.mg.gov.br/component/gmg/story/3548-ses-promove-reuniao-para-discutir-protocolo-de-manchester-sesmg>>. Acesso em 20 de maio de 2017
- MOREIRA, C.T. P; **Avaliação de uma Implantação do Sistema de Triagem de Manchester: Que realidade?** Tese de Mestrado de Informática Médica- Faculdade de Medicina. Universidade de Porto, Portugal. 2010,78p.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO TIFAC PELOS ACADÊMICOS DO CURSO DE ENFERMAGEM NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2016.

Kariny Alves Barboza- Enfermeira- Especialista em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde e Docente no curso de Enfermagem da FAVAG. e-mail: karinyalves23@yahoo.com.br

Kelly Cristiane de Carvalho Aragão Sousa - Enfermeira- Mestre em Ciências da Educação e Docente no Curso de Enfermagem da FAVAG e-mail: kellycrispq@hotmail.com

Karla Taísa Pereira Colares - Biomédica- Especialista em Microbiologia Aplicada e Docente no curso de Enfermagem da FAVAG. e-mail: kaka.colares@yahoo.com.br

Anne Karoene Silva Faria Bióloga- Mestre em Ciências Agrárias e Docente no Curso de Enfermagem da FAVAG. annekaroenc@gmail.com.

Roberto Allan Ribeiro Silva - Discente Curso de Enfermagem da FAVAG. e-mail: roberto.allan@ufvjm.edu.br

Introdução

A Faculdade Vale do Gorutuba - FAVAG é um estabelecimento de ensino superior e está situada em Nova Porteirinha (separada da cidade de Janaúba/MG apenas pelo Rio Gorutuba), no norte de Minas Gerais, na microrregião da Serra Geral. Tem como Missão “Formar o cidadão e profissional com capacidade para atuar em uma sociedade em constante mudança”.

O Curso de Enfermagem da FAVAG teve início no ano de 2010. No decorrer do curso algumas alterações foram realizadas. As disciplinas foram dispostas em Núcleos Temáticos e foi inserido, dentro dos Núcleos, o Trabalho de Integração FAVAG Comunidade - TIFAC levando em consideração a necessidade de integrar o acadêmico na comunidade desde o início do curso, colocando-o em contato com a realidade e sua problemática. Dessa forma, as questões tratadas pelo TIFAC trazem em si o frescor da realidade, percebida em determinado momento histórico, como desafiadora, problemática ou em sua potência de oportunidade, o que faz desse componente curricular uma via de comunicação com a comunidade no que ela tem de atual e sempre renovado. Isso implica numa sistemática de escolha das situações-problemas que envolve alguns critérios:

1. A situação deve ser percebida como um problema não apenas na perspectiva acadêmica, mas principalmente, sob o ponto de vista dos usuários, beneficiários, clientes ou pessoas diretamente afetadas ou implicadas nela;
2. Não existe artificialismos na formulação e colocação do problema; as questões trabalhadas no TIFAC são, de fato, situações percebidas como problemáticas pelo público em geral, nisso residindo sua capacidade de mobilização e seu potencial como elemento de produção de sentido;
3. Detectada a situação-problema pela força com que afeta as pessoas, a comunidade acadêmica passa a esquadriñar a situação, retirando dela os elementos que serão tratados pela racionalidade científica até que se chegue a uma hipótese de solução escolhida em função de demonstrar ser metodologicamente aplicável à realidade.

O TIFAC concretiza, dessa forma, a necessária integração do ensino, da pesquisa e da extensão, melhorando, significativamente, a percepção que a comunidade acadêmica tem de sua realidade contexto, aperfeiçoando mecanismos, estratégias e instrumentos de levantamento e tratamento de dados, executando procedimentos de pesquisa científica

adequados à compreensão de realidades dinâmicas e, principalmente, transformando a comunidade acadêmica em ponto de referência como agência produtora de conhecimento aplicado e seus integrantes em atores reflexivos, empenhados na reinvenção de si mesmos a partir do engajamento e transformação de sua realidade.

A Estratégia do Programa Saúde da Família é o cenário que propõe uma nova dinâmica para a estruturação dos serviços de saúde, bem como para a sua relação com a comunidade e entre os diversos níveis e complexidade assistencial. Assume o compromisso de prestar assistência universal, integral, equânime, contínua e, acima de tudo, resolutiva à população, na unidade de saúde e no domicílio, sempre de acordo com suas reais necessidades sendo assim imprescindível para a realização das atividades do TIFAC.

Para que essa nova prática se concretize, faz-se necessário um processo permanente de capacitação e formação de recursos humanos, para que se tenham profissionais com visão sistêmica e integral do indivíduo, família e comunidade; profissionais estes, capazes de atuar com criatividade e senso crítico, mediante uma prática humanizada, competente e resolutiva, que envolve ações de promoção, proteção específica, assistencial e de reabilitação.

O objetivo deste trabalho foi relatar a experiência dos acadêmicos do curso de enfermagem durante o desenvolvimento do Projeto de Integração FAVAG Comunidade no segundo semestre de 2016.

Metodologia

O TIFAC responde pelo contato direto dos acadêmicos com a realidade que ora se apresenta, atuando sobre ele de forma problematizadora, integrando a teoria, a prática, a extensão e a pesquisa, em busca da produção do conhecimento e seu aprimoramento, com intuito de integrar a teoria e a prática na comunidade através de ações de enfermagem. No segundo semestre de 2016 as turmas foram divididas e distribuídas nas Unidades básicas de saúde das cidades de Janaúba, Porteirinha, Jaíba e Verdelândia para realização das práticas do TIFAC. Cada grupo foi supervisionado por um preceptor (enfermeiro). Após a divisão, os grupos ficaram da seguinte maneira: 07 grupos no 2º período, 09 grupos no 4º período, 05 grupos no 6º período A, 06 grupos no 6º período B e 04 grupos no 8º período totalizando 31 grupos de acadêmicos com média de 07 alunos.

Em todos os períodos as atividades realizadas no TIFAC foram programadas de acordo com as disciplinas teóricas de cada período conforme a grade curricular.

Resultados e discussão

Os acadêmicos do 2º período confeccionaram e apresentaram o mapeamento da área adscrita da Unidade de Saúde que estavam atuando (croquis/mapa inteligente) e realizaram a oficina “Feira de Sensações” nas escolas municipais e estaduais da cidade de Janaúba. Os acadêmicos do 4º período desenvolveram e apresentaram atividades lúdicas (teatro, brincadeiras, fantoches) com orientações de prevenções e cuidados sobre as parasitoses. Os acadêmicos dos 6º período A e B demonstraram suas habilidades na divulgação do projeto “CATA VENTO” e nas apresentações sobre a importância da reciclagem do lixo em nossa cidade apontando a importância da responsabilidade social para cada um que estava presente. Os acadêmicos do 8º período “abraçaram o Outubro Rosa” com a divulgação e conscientização nos comércios de Janaúba e fizeram várias capacitações para a comunidade nas UBS de Janaúba e cidades vizinhas (Jaíba, Porteirinha e Verdelândia). No asilo além da aprendizagem, levaram carinho e atenção aos idosos. Em todos os períodos as atividades do TIFAC previstas foram concluídas com resultados satisfatórios demonstrados através do

expressivo número de participantes e também pelos convites de outros setores solicitando aos alunos estas informações.

Ocorreram divulgações e execuções dos projetos de extensão dentro das atividades do TIFAC como a semana do Aleitamento Materno, Feira de Sensações, Parasitoses e Cata Vento possibilitando aos acadêmicos a participação, transformação e interação com a comunidade.

Os temas/problemas apresentados nos seminários foram de alta relevância para a aprendizagem e contribuíram na formação acadêmica. As intervenções realizadas mediante a identificação do problema, demonstraram que as competências e habilidades estabelecidas para as práticas do TIFAC estão sendo cumpridas contribuindo assim para melhoria dos serviços das unidade de saúde da Família dos municípios conveniados com a instituição.

Considerações Finais

Conclui-se que as práticas do TIFAC no Curso de Enfermagem da FAVAG proporcionam o aprimoramento das habilidades e competências dos acadêmicos por meio da atuação supervisionada em situações de cuidado à saúde pelas quais terá de assumir inteira responsabilidade na formação profissional, possibilitando-os uma visão crítica e reflexiva, participativa e transformadora através da problematização com intuito de integrar a teoria e a prática com intervenções que possam modificar o cenário da saúde da comunidade através de ações de enfermagem.

O sucesso dos trabalhos realizados no TIFAC significa o comprometimento da equipe composta por várias peças essenciais (Instituição, coordenação, professores, preceptores) responsável pelo contato direto dos acadêmicos com a realidade nas Unidades Básica de Saúde.

Referencias

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em enfermagem.**

Brasília, 2001. Disponível em: . <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Enf.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Atenção Primária e Promoção da Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde.** – Brasília : CONASS, 2007

Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colecao_progestores_livro8.pdf.

Acesso em: 23 mai. 2017

SANTOS. E.F et al. **Legislação em enfermagem:** atos normativos do exercício e do ensino de enfermagem. São Paulo: ATHENEU, 2011.

PREVALÊNCIA DE AUTOMEDICAÇÃO NOS ACADÊMICOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE VALE DO GORUTUBA

Karla Taísa Pereira Colares (Orientadora) Docente FAVAG. e-mail: kaka.colares@yahoo.com.br
Fernanda Caroline Ramos Barbosa Discente FAVAG. e-mail: fernandacaroline222@outlook.com.br
Dielly Sinara de Jesus Dias Discente FAVAG. e-mail: dielly.dd@gmail.com
Mariana Brito Amarante Discente FAVAG. e-mail: marianabrito1995@hotmail.com

Introdução

A automedicação é a prática de utilizar medicamentos, sem prescrição de um profissional devidamente habilitado, com o objetivo de tratar ou aliviar sintomas percebidos pelo usuário (TELLES FILHO e JUNIOR, 2013). Embora esta prática, às vezes, traga o efeito esperado, ela poderá, em algumas situações, trazer prejuízos à saúde do indivíduo (GALATO, MADALENA E PEREIRA, 2012).

De acordo com Gomes (2016), a maior preocupação em relação à automedicação reside no fato de que grande parte da população não a utiliza de maneira adequada, gerando inúmeros casos de intoxicação por medicamentos, levando assim, a problemas na saúde e consequentemente, grandes gastos aos cofres públicos.

Diversas situações estão associadas à automedicação dentre elas, destaca-se a indicação por pessoas leigas (amigos, parentes, vizinhos e balconistas de farmácia) e o uso de prescrições antigas (DAMASCENO *et. al*, 2007).

Lopes *et. al* (2014) enfatizam a necessidade de mais estudos sobre automedicação, especialmente, entre estudantes universitários, investigando inclusive se a experiência profissional ou técnica interferem no processo de automedicação.

Neste contexto, o presente estudo objetiva identificar a prevalência de automedicação e conhecer os fatores associados a essa prática nos acadêmicos do curso de Administração da Faculdade Vale do Gorutuba.

Metodologia

Este estudo trata-se do resultado parcial de uma Pesquisa de Iniciação Científica da Faculdade Vale do Gorutuba, sob o edital de 2016. A pesquisa tem caráter transversal e quantitativo e teve como universo amostral, nesta etapa, os acadêmicos do curso de Administração, do período noturno. Foi utilizado como critério de exclusão o estudante com idade inferior a 18 anos.

Os dados foram coletados através de um questionário estruturado em duas etapas. A primeira com questões sobre o perfil do acadêmico tais como: sexo, idade, curso, período, se possui plano de saúde privado; e a segunda, com questões relacionadas à automedicação (sobre esta prática em algum momento da vida, nos últimos 30 dias, queixas, tipo de medicamento utilizado e fatores que influenciaram). A coleta de dados ocorreu no primeiro semestre letivo de 2017.

Antes de se aplicar os questionários, os pesquisadores informaram aos estudantes os objetivos e procedimentos da pesquisa e responderam, prontamente, aos questionamentos. Os acadêmicos que aceitaram participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) conforme prevê os aspectos éticos e legais definidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa- CEP. Este Projeto foi cadastrado na Plataforma Brasil para encaminhamento e apreciação do CEP, sendo aprovado sob o parecer de Nº 1.960.295.

Resultados e discussão

O questionário foi respondido por acadêmicos do 1º, 3º, 5º e 7º períodos do curso de Administração noturno, totalizando 102 questionários, no entanto, 13 destes, foram excluídos por apresentarem preenchimento incompleto. Foram considerados então, 89 questionários válidos dentre os quais 62 (69,7%) eram mulheres e 27 (30,3%) homens. A predominância de do sexo feminino na amostra também foi encontrada por Aquino, Barros e Silva (2010) 61,4% ao pesquisarem a automedicação em estudantes da área da saúde.

Em relação à idade a maioria dos acadêmicos 67 (75,3%) apresentou idade entre 18 e 23 anos; 12 (13,5%) entre 24 e 30 anos; 8 (9%) entre 31 e 36 anos; 01 (1,1%) entre 37 e 42 e 01 estudante (1,1%) possui idade acima de 42 anos. Montanari *et. al* (2014), no estudo da automedicação em acadêmicos de uma universidade pública do Sul de Minas Gerais verificaram que, 63% dos acadêmicos apresentavam idade abaixo de 23 anos, ocorrendo o predomínio de uma faixa etária mais jovem.

Quando interrogados sobre possuir plano de saúde privado 69 (77,5%) responderam não e apenas 20 (22,5%) estudantes afirmaram tê-lo. No trabalho de Souza, Hoeller e Goetz (2015) em estudo comparativo da automedicação praticada por estudantes dos cursos das áreas de Ciências da Saúde, Humanas, Exatas e Sociais da Universidade do Planalto Catarinense, 55,4% dos estudantes responderam dispor de plano de saúde privado e 44,6% não possuem. Tal diferença em relação a este estudo pode ser atribuída às disparidades econômicas e sociais entre os dois universos de pesquisa.

Ao investigarmos a prevalência de automedicação, 87 universitários (97,8%) responderam já ter se automedicado alguma vez e apenas 02 (2,2%) relataram nunca a terem feito. Os medicamentos utilizados, mais comumente, foram os analgésicos e antitérmicos 34 (38,2%) e os anti-inflamatórios 29 (32,6%). Silva e Rodrigues (2014) encontraram resultados semelhantes ao investigar a automedicação em estudantes de cursos da área de saúde, no qual identificaram que os grupos terapêuticos mais utilizados foram analgésicos e antitérmicos (19,4%) e os anti-inflamatórios (17,8%). Sobre as queixas para as quais os estudantes fizeram uso da automedicação destacaram-se as dores de cabeça 40 (44,9%), as infecções de garganta 18 (20,2%); as alergias 14 (15,7%) e os resfriados ou gripes 10 (11,2%). Lopes *et. al* (2014), em estudo com estudantes de uma instituição de ensino superior de Teresina identificou como principais queixas dor de cabeça (89,29%), resfriados (77,86%), febre (75,71%) e infecções de garganta (74,29%).

Considerações Finais

A automedicação tem sido considerada um importante problema de Saúde Pública no Brasil e no mundo. Esta prática pode ser considerada um risco à saúde uma vez que, pode causar diversas complicações tais como: reações adversas, alergias, mascaramento de doenças e intoxicações, que podem inclusive ser fatais.

Diante da análise dos dados obtidos, foi possível perceber uma alta prevalência da automedicação entre os acadêmicos de Administração da FAVAG. As classes terapêuticas de medicamentos mais utilizadas foram os analgésicos e antitérmicos bem como, os anti-inflamatórios. No que concerne aos motivos para o uso de medicamento sem prescrição destacaram-se as dores de cabeça, infecções de garganta e alergias.

Tendo em vista os riscos advindos da automedicação e a sua alta prevalência encontrada neste estudo, ressalta-se a necessidade de futuras pesquisas que investiguem melhor esta prática assim como, a realização e adequação de estratégias educativas e de promoção da saúde com enfoque no uso racional de medicamentos.

Referências

- AQUINO, D. S.; BARROS, J. A. C. e SILVA, M. D. P. A automedicação e os acadêmicos da área de saúde. **Ciências & Saúde Coletiva**, Recife-PE, v. 15, n. 5, p. 2533-2538, Aug. 2010.
- DAMASCENO, D. E. *et al.* Automedicação entre graduandos de enfermagem, farmácia e odontologia da Universidade Federal de Alfenas. **REME – Revista Mineira de Enfermagem**, vol. 11, n. 1, p. 48-52, jan/mar, 2007.
- GALATO, D.; MADALENA, J.; PEREIRA, G. B. Automedicação em estudantes universitários: a influência da área de formação. **Ciência & Saúde Coletiva**. Vol. 17, n. 12, p. 3323-3330, 2012
- GOMES, G. F. **Automedicação: uma revisão de literatura sobre o uso indiscriminado de medicamentos**. Vitória da Conquista, Bahia, 2016, p. 23. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Independente do Nordeste para obtenção de título de Bacharel em Farmácia.
- LOPES, W. F. L. *et al.* A prática da automedicação entre estudantes de uma instituição de ensino superior de Teresina-PI. **Revista Interdisciplinar**, Teresina, Piauí, v. 7, n. 1, p.17-24, 2014.
- MONTANARI, C. M. *et al.* Automedicação em acadêmicos de uma universidade pública do sul de minas gerais. **Revista Tempus - Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 8, n. 4, p.257-268, 2014.
- SILVA, L. A. F. & RODRIGUES, A. M. S. Automedicação entre estudantes de cursos da área de saúde. **Revista Brasileira de Farmácia**. vol. 95, n. 3, p. 961 – 975, 2014.
- SOUZA, M. A.; HOELLER, B.; GOETZ, E. R. Estudo comparativo da automedicação praticada por estudantes dos cursos das áreas de Ciências da Saúde, Humanas, Exatas e Sociais da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. **Infarma**, Santa Catarina, v. 27, n. 2, p.142-148, 2015.
- TELLES FILHO, P. C. P.; JUNIOR, A. C. P. Automedicação em crianças de zero a cinco anos: fármacos administrados, conhecimentos, motivos e justificativas. **Esc Anna Nery (impr.)**, vol. 17, n. 2, p. 291-297, 2013.
- WANDERLEY, V.E.; MAIA, J.A.; VILELA, R.Q.B. A prescrição medicamentosa ambulatorial no internato: formação e prática. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v.34, n. 2, p. 216-226, 2010.

FALHAS NA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS E DESINFECÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NA UBS DR. OSCAR MAURÍCIO PORTO

Kelly Menezes (Orientador) Docente FAVAG. e-mail: kelly.menezes1@yahoo.com.br

Anna Carolyn Cardoso Discente FAVAG. e-mail: annaccardos@gmail.com

Dalmícia de Souza Santos Discente FAVAG. e-mail: dalmiciassantos2015@gmail.com

Marta Silva Lourenço Discente FAVAG. e-mail: martinhasilva97@hotmail.com

Introdução

Com o crescimento de novas formas e tipos de microorganismos, a preocupação com as infecções em locais de assistência à saúde se tornou um dos mais importantes problemas de saúde (WHO, 2005). Segundo o Ministério da Saúde (2007) “As mãos dos profissionais da área da saúde servem como principal veículo de infecções cruzadas em locais de assistência à saúde”. Tem sido demonstrado que a higienização das mãos é a principal medida de inibição da disseminação de infecções em ambientes de assistência à saúde (PALOS *et al.* 2009).

As infecções relacionadas à assistência constituem um problema de saúde pública mundial, gerando aumento na morbidade, na mortalidade e nos custos assistenciais (CFDC, 2008). A adoção de medidas básicas de prevenção pode reduzir a incidência e a gravidade destas infecções. Ações simples, como a higienização das mãos e o controle de fontes ambientais, apresentam baixo custo e grande sucesso na prevenção da transmissão de infecções e na interrupção de surtos em estabelecimentos de saúde (SANTOS 2006).

A higienização das mãos (HM) é reconhecida como a prática mais efetiva para reduzir as infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS), pois impede a transmissão cruzada de micro-organismos (BRASIL, 2013). O cuidado em saúde deve ser conduzido com consciência, responsabilidade profissional e compromisso assumido para com o outro, no zelo de sua saúde e segurança, livre de danos evitáveis, como determinam os códigos de ética das profissões da área da saúde (SENNA; MELO 2012).

Segundo o Brasil (2007) “as mãos dos profissionais da área da saúde servem como principal veículo de infecções cruzadas em locais de assistência à saúde”. Diante disso, é relevante realizar pesquisas a fim de conhecer a realidade no que se refere a prática da higienização das mãos e equipamentos. O objeto de estudo do presente trabalho foram os profissionais que trabalham na UBS - Unidade Básica de Saúde Dr. Oscar Maurício Porto.

Assim o objetivo do presente estudo foi verificar as falhas no controle de infecção, constatando-se durante os procedimentos realizados na UBS, os profissionais realizam a prática de higienização das mãos e desinfecção dos equipamentos utilizados antes e após o contato com o paciente.

Metodologia

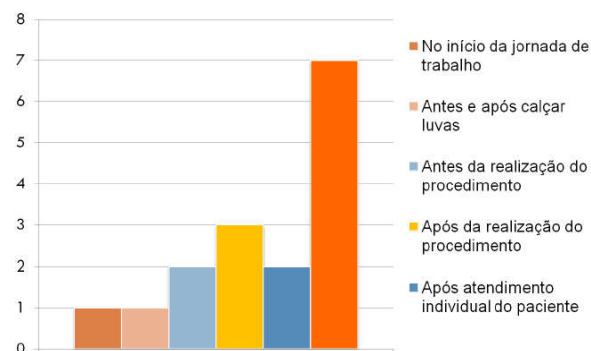
O presente estudo tratou-se de uma a pesquisa quantitativa, onde a coleta de dados foi realizada na Unidade Básica de Saúde Dr. Oscar Maurício Porto, localizado na Avenida Manoel Athaide, Nº 2035, Bairro Santa Cruz, os sujeitos deste estudo foram os profissionais de saúde que lidam diretamente com pacientes na Unidade Básica de Saúde Dr. Oscar Maurício Porto. Foi utilizado um questionário, aplicado para um grupo de 10 profissionais, os questionários foram aplicados durante o mês de Outubro do ano de 2016. O horário e o tempo de duração das entrevistas foram trabalhados de acordo com a disponibilidade dos informantes. Foram seguidas as diretrizes e normas que reconhecem que podem ser feitas

experiências com os seres humanos desde que estes assinem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual os todos participantes assinaram, a análise dos dados coletados através do questionário ocorreu pela organização desses em gráficos, por meio dos programas Microsoft Excel for Windows, e com base na literatura pertinente ao tema.

Resultados e Discussão

Nos gráficos a seguir é possível verificar as respostas de cada profissional, referente à prática de higienização das mãos e desinfecção dos equipamentos antes e após cada procedimento. Durante a rotina dos serviços de saúde a higienização das mãos deve ser realizada corretamente independente da técnica ou procedimento que o profissional executará a seguir. (BRASIL, 2007). Neste estudo foi observado que a maioria dos profissionais, durante os procedimentos, descreve que realiza a prática de higienização e desinfecção dos equipamentos, o que contradiz a realidade no dia a dia.

Gráfico 1 - Realização da higienização das mãos/fricção alcoólica pelos profissionais

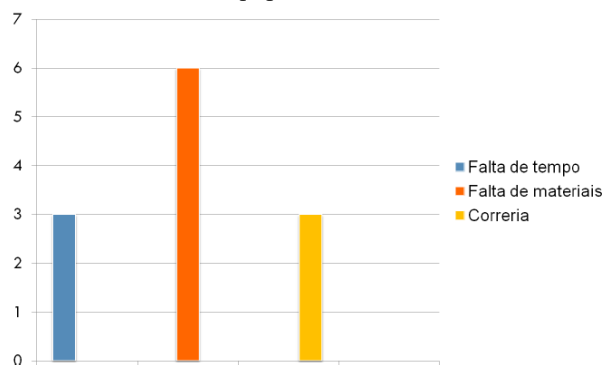


Segundo WHO (2005) este fato pode ter ocorrido, dentre outros fatores, pela pressa que os profissionais têm ao fazê-la entre os atendimentos, pela falta de profissionais para atender uma alta demanda de pacientes, pelo alto número de oportunidades que exigem a higienização das mãos durante a rotina destes profissionais. Entre os 10 entrevistados todos colocaram que acha importante a prática de higienização.

Os profissionais que trabalham na UBS descreveram que já deixaram de realizar a prática de higienização das mãos e desinfecção dos equipamentos, devido à falta de tempo, sobrecarga no dia a dia. Mas o Ministério da Saúde (2007) afirma que a técnica exige minúcias que são frequentemente deixadas de lado quando o procedimento é feito rapidamente. No caso particular das Unidades Básicas de Saúde a quantidade de pacientes que devem ser atendidos é grande e exige que os profissionais executem suas tarefas agilmente.

São vários os fatores que interferem na adesão da prática como é colocado pelos profissionais no gráfico a seguir, o principal deles é a falta de equipamentos no ambiente de trabalho, como pias e os materiais necessários para o desenvolvimento da higienização e desinfecção. Segundo WHO (2005) “Para que a higienização das mãos seja realizada na forma correta, a existência de um lavatório ou uma pia destinada somente a higienização das mãos é um objeto essencial”.

Gráfico 3- Fatores que interferem na realização da prática de higienização das mãos e a desinfecção dos equipamentos



Embora seja um ato simples e ensinado desde a infância como uma ação, principalmente de auto-cuidado, em serviços de saúde, essa prática agrega produtos e técnicas que visam ampliar sua eficácia (WATANABE, 2011). O procedimento da técnica de higienização das mãos é, na maioria das vezes, inadequado pelo esquecimento de algumas etapas desse procedimento, pela sobrecarga de serviço, havendo preocupação com a quantidade e não com a qualidade (KRETZER, LARSON, 2009).

Considerações Finais

A partir da observação participativa pode se inferir que a equipe de enfermagem não tem boa adesão, mas reconhecem que a prática da higienização e desinfecção é importante, porém existem fatores que os impedem de realizarem todos os dias, mas eles têm consciência da importância e dos benefícios que são gerados diante da realização. Apesar disso é preciso uma educação continuada com os profissionais que ali trabalham, reforçando todos os dias a importância dessas práticas dentro da Unidade. Enfatizando que práticas simples realizadas no dia a dia garantem uma prestação de serviço de qualidade e com segurança para o paciente e para o profissional, o que resultará em um melhor controle de infecção. Espera-se, que este estudo ofereça subsídios para outros, podendo desvelar caminhos que repercutam na mudança de comportamento do profissional em prol da adesão à higienização das mãos, visto que essa, conforme aqui já dito, é uma das práticas mais simples e eficientes no controle das infecções.

Referências

- BRASIL- MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR), Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do paciente: **higienização das mãos**. Brasília (DF); 2007.
- BRASIL-MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). **Portaria n. 529, de 1º de abril de 2013**. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) [Internet]. Brasília (DF); 2013 [citado 2016 nov. 1]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html
- CENTERS FOR DISEASE CONTROL. **National Nosocomial Infection Study Report**, Atlanta: Center for Disease Control, November, 2008 :2-14.
- CHAKRABARTI, A. et al. Outbreak of *Pichia anomala* infection in the pediatric service of a tertiary-care center in Northern India. *J Clin Microbiol.*, v.39, n.5, p. 1702-6, 2001.

KRETZER EK, LARSON EL. **Higienização de mãos : 20 anos de divergências entre a prática e o idealizado.** In: Almeida ED. Et al. Behavioral Interventions to improve infection control practices. 1998. *Ciência Y Enfermería XV*, 2009; 33-38.

PALOS MAP, Silva DVB, Gir E, Canini SRMS, Anders PS, Leão LSNO, et al. Microbiota das mãos de mães e de profissionais de saúde de uma maternidade de Goiânia. **Rev Eletrônica Enferm** [Internet]. 2009. [citado 2016 nov 11];11(3):573-8. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n3/v11n3a14.htm>>.

SANTOS, AAM. Higienização das mãos no controle das infecções em serviços de saúde, **Revista de administração em saúde**, Redprint editora, vol 4, abr-jun 2006; 15:10-14.

SENNÁ KMS, MELO ECP. **Infecção hospitalar e os cuidados devidos.** In: Figueiredo NMA, Machado WCA. **Tratado de cuidados de enfermagem médico cirúrgica.** Rio de Janeiro: Roca; 2012. p. 1168-74.

WATANABE T. Discrepancy between self- reported and observed hand hygiene behavior in nurses and physicians. *BMC Proceedings*. 2011; 5(6): 120. Disponível em: <http://www.biomedcentral.com/content/pdf/1753-6561-5-56-P120.pdf>

WHO - World Health Organization. **World Alliance for Patient Safety: forward programme** 2005. Geneva: WHO; 2005[cited 2016 nov 16]. Available from: http://www.who.int/patientsafety/en/brochure_final.pdf.

SALA DE REUNIÕES: sua importância enquanto estratégia diferencial na gestão coletiva na unidade básica de saúde Milton Borem

Marília Pereira Borges de Mendonça (Orientador) Docente FAVAG. e-mail: lila-mendonca@hotmail.com

Regina Rodrigues Fagundes Discente FAVAG. e-mail: reginarodriguesfagundes@gmail.com

Anna Caroliny dos Santos Discente FAVAG. e-mail: annaccardoso@gmail.com

Maria Luiza Campos de Oliveira Discente FAVAG. E-mail: 1411luiza@gmail.com

Introdução

O Programa de Saúde da Família é uma estratégia de ação coletiva, onde as diversas atividades são desenvolvidas pelas equipes de saúde. Dentro da Unidade Básica de Saúde se faz necessário ter um espaço físico específico para que se aconteça reuniões de equipes essas reuniões são consideradas de grande importância, uma vez que se discute coletivamente a problemática do trabalho e se definem as ações e intervenções a serem realizadas no território/comunidade/equipe promovendo a gestão coletiva na construção das estratégias de saúde a serem implantadas em cada comunidade.

Segundo Nakane (2000), “reunião se caracteriza pelo encontro entre duas ou mais pessoas com a finalidade de apresentar, debater e discutir tópicos relativos ao tema central escolhido”.

A sala de reuniões é um espaço destinado a atividades educativas em grupo, presumi-se que se tenha acesso de forma que os usuários não necessitem transitar nas demais dependências da unidade de saúde e é nesse espaço que se pensa coletivamente, e se tem possibilidade de convivência com as diferenças, propiciando que as relações interpessoais da equipe sejam lapidadas com ênfase no desenvolvimento do trabalho. Então surge a necessidade de realizar reuniões operativas, ou seja, que ofereçam resultados concretos.

A reunião deve ocorrer em um local apropriado, amplo, ventilado, bem iluminado e dispor de recursos adequados à atividade, evitando uma área muito ocupada em que as pessoas circulem com frequência, telefones tocam ou ocorram outras interrupções que possam atrapalhar a atenção dos assuntos em pauta, SILVEIRA NETO 1994.

O objetivo geral visa ampliar os diferentes olhares sobre os espaços dentro da UBS, visando modificar um ambiente físico inutilizado em proveito de utilizá-lo para sala de reuniões, a fim de proporcionar às equipes um espaço adequado para desenvolver um melhor trabalho coletivo.

Metodologia

Para a construção deste trabalho realizou-se um levantamento bibliográfico, referente ao tema da pesquisa, utilizando para isso os recursos existentes na biblioteca da FAVAG, seja nos livros de seu acervo ou através de acessos a fontes disponibilizadas na internet, a coleta de dados realizou-se através de dados impressos em artigos e endereço eletrônico da Scielo com o objetivo de aprofundar e ampliar os conhecimentos sobre a temática sala de reuniões.

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa com o intuito de observar e modificar o espaço já existente, porém inutilizado, na UBS Milton Borém onde foi realizou-se a observação no local através da pesquisa exploratória com o objetivo de levantar hipóteses, com base na pesquisa, observando as possíveis variáveis do tema proposto.

A observação foi o instrumento básico para o levantamento do problema que levou ao tema proposto pela equipe.

No segundo momento, foi apresentada a nova sala de reuniões para os profissionais que trabalham na Unidade Básica de Saúde, com o objetivo de orientar, conscientizar sobre a existência e a importância daquele espaço, a fim de proporcionar um ambiente mais agradável e reservado para discutirem opiniões e solucionarem os problemas que surgirá no decorrer das atividades diárias realizadas na UBS.

Resultado e discussão

Os momentos de reuniões de equipes devem ser priorizados para estudo e reflexão da prática, incluindo-se aí oportunidades de planejamento coletivo, em que todos possam trocar experiências e ideias para desenvolverem as melhores estratégias visando o alcance dos objetivos propostos para cada situação encontrada, levando em consideração que, para se tiver melhor resultado das propostas citadas acima, é necessário buscar um espaço físico adequado, espaço considerado para estudo, reflexão e prática.

Com base nestes conceitos promoveu-se o desenvolvimento do trabalho de se criar uma sala de reuniões na Unidade de Saúde Milton Borém, visando como primeiro passo proporcionar às equipes e a população atendida naquela unidade um espaço propício e agradável para desenvolver diversas atividades. Na sala de reuniões poderão acontecer treinamentos para as equipes, fechamento mensal do e-Sus, reuniões periódicas, reuniões de grupos como diabéticos, hipertensos, gestantes entre outros; desenvolvimento de trabalhos coletivos os quais deixam de ser desenvolvidos por falta de espaço.

Este espaço dará as equipes a comodidade e o conforto que eles necessitam para melhor desenvolver um trabalho em conjunto, onde ali poderão se expressar expor suas dificuldades e buscar uma solução juntamente com sua equipe reunida.

Considerações finais

Mediante a realização deste trabalho pode-se inferir que uma sala de reuniões é um ambiente fundamental para o planejamento coletivo, já que ela é utilizada para grupos operativos, desenvolver ações e outras finalidades que proporcionem reflexão para analisar e resolver problemas.

Conclui-se que o trabalho alcançará seus objetivos. Será gratificante a satisfação dos profissionais da UBS ao receberem o novo espaço. A sensação de não se ter um lugar destinado a suas atividades e o sentimento de não ter a comodidade e o conforto que eles necessitam para melhor desenvolver um trabalho conjunto, onde poderão se expressar expor suas dificuldades e buscar uma solução juntamente com sua equipe reunida. Com a intervenção proposta, as equipes passaram a ter um ambiente direcionado para reuniões, pois, com a criação da sala de reuniões, evitará os tumultos que ocorriam com frequência, propiciando um ambiente confortável e dinâmico, gerando um impacto na unidade, porque o espaço irá oferecer maior motivação para o trabalho em equipe. Assim, o resultado será satisfatório, pois atenderá as necessidades dos profissionais e usuários da unidade, fornecendo um ambiente tranquilo e acolhedor.

Referências bibliográficas

- FILHO; Hucitec Capistrano. **O programa de Saúde da Família**. São Paulo. In: Estudos Avançados 13 (35) Jan./Apr., 1999.
- FERNÁNDEZ, A. M. FONTES; Martins. **O campo grupal – notas para uma genealogia**. São Paulo. 2006. Dossiê Saúde Pública.
- MOURA, A. H. **A psicoterapia institucional e o clube dos saberes**. São Paulo: Hucitec Pichón-Riviére, 2003.

PINHEIRO, R.; MATTOS R.A. **O acolhimento num serviço de saúde entendido como uma rede de conversações.** Construção da Integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde. Rio de Janeiro, 2015.

PORTAL EDUCAÇÃO, **A Importância De Uma Reunião 2015**

<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/recursos-humanos/a-importancia-de-uma-reuniao/60932#ixzz47WfaBGUb>>

TEIXEIRA; Martins Fontes, R.R. **O processo grupal.** São Paulo, 2003.

EQUIDADE NA SAÚDE BÁSICA: condições de trabalho e qualidade do atendimento dos usuários da UBS CLAYR ALVES DE ALMEIDA

Poliane O. R. Sakon (orientadora) Docente FAVAG. E-mail:

polisakon2017@gmail.com

Isabela Monção Araújo Discente FAVAG. E-mail:

isabelaimaaraujo@gmail.com

Jheovannia Brenda Aguiar Vieira Discente FAVAG. E-mail:

jhevieira10@gmail.com

Joseph Bryan Aguiar Vieira Discente FAVAG. E-mail:

Josephaguiar1996@gmail.com

Rodrigo Nascimento Silva Discente FAVAG. E-mail:

Rodrignonascimento216@gmail.com

Wanderson Ruas Ribeiro Discente FAVAG. E-mail: Wandersonruas96@gmail.com

Introdução

O sistema único de saúde (SUS) que garante atendimento gratuito de saúde à população brasileira tem o princípio de equidade, entretanto, percebe-se uma defasagem nesse princípio, pois nas delimitações do SUS se estabelece um limite de 4000 pessoas por equipe multiprofissional, independente se a população é rica ou pobre. A unidade básica de saúde Clayr Alves de Almeida atende uma população carente, que comparado a outras UBS percebe-se que a necessidade de atendimento gratuito é maior (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015; BRASIL, 1990).

Como na UBS faltam funcionários para o grande número de pacientes, isso prejudica a população, desencadeando ainda a sobrecarga de funções para alguns funcionários, pois quando há grande demanda de procedimentos na UBS, por vezes profissionais realizam funções para as quais não são qualificados.

A razão desse problema é a discrepância entre o baixo número de funcionários da UBS comparado à grande demanda de busca por atendimento da população.

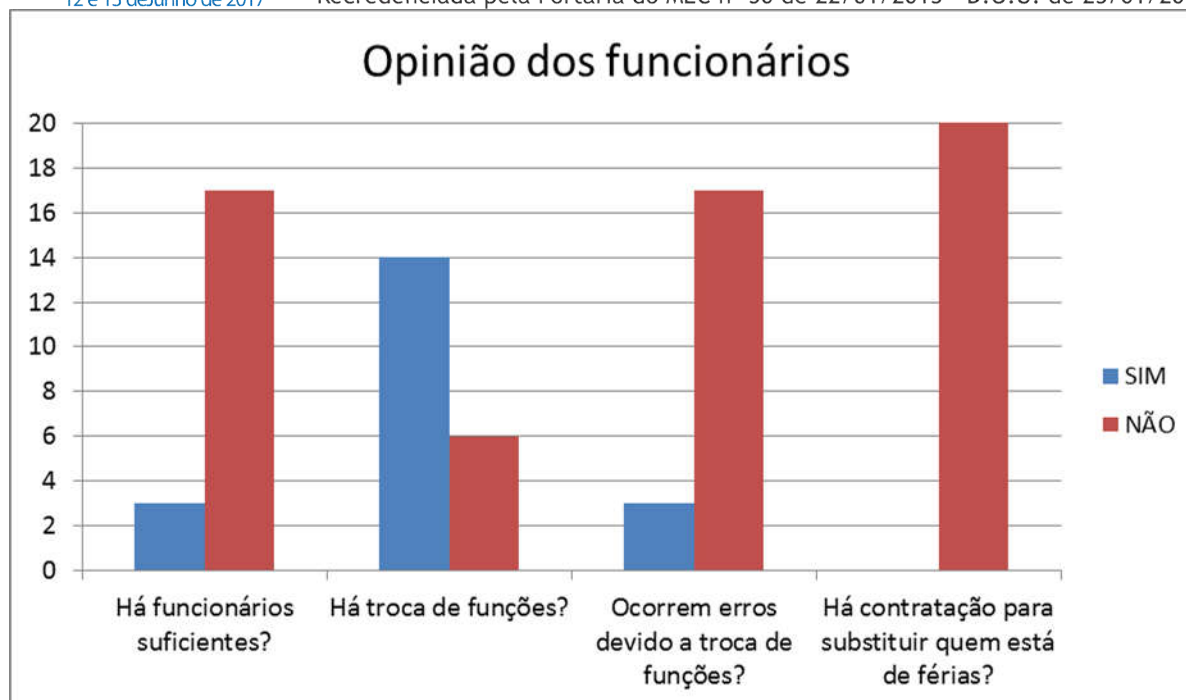
O objetivo dessa pesquisa foi investigar a UBS Clayr Alves de Almeida, avaliar as condições de trabalho dos funcionários e se o número de funcionários é suficiente para atender a população.

Metodologia

Trata-se de um estudo de campo, descritivo e de abordagem quantitativa. Tem como campo de estudo a unidade básica de saúde Clayr Alves de Almeida, localizado no município de Janaúba, e que atende o bairro São Lucas, Clarita e ainda zona rural.

A UBS conta com 20 funcionários, onde apenas uma equipe multiprofissional é responsável por atender 3.980 pessoas carentes, onde a maioria não tem condição de pagar por atendimentos particulares, e que dependem do atendimento público de saúde. Foi aplicado um questionário aos 20 funcionários da UBS, e os resultados foram analisados através um gráfico produzido no programa Word.

Resultados e discussão



O gráfico mostra que a UBS Clayr Alves de Almeida cometeu erro de administração ao não contratar funcionários para a substituição em casos de férias, uma vez que todos os funcionários reclamam da falta de substitutos. E ainda na opinião destes, a UBS necessita de mais profissionais, pois o número de funcionários já contratados não é suficiente para atender toda a população como apontado por 17 dos 20 profissionais, desencadeando ainda a acumulação e troca de funções que foram denunciadas por 14 dos funcionários da UBS. Esse problema também é apontado por Vicente (2008) que diz que a falta de funcionários nas UBS traz conseqüências graves, como a troca de tarefas onde os funcionários executam funções as quais não são aptos; e também por Connil (2002) que diz que a ABS é marcada por diversas disfunções, como estruturas físicas degradadas, insuficiência de profissionais, atendimento desumanizado, falta de medicamentos entre outros.

Conclusão

Este estudo mostrou que o principal problema da UBS Clayr Alves de Almeida é a falta de profissional suficiente para atender adequadamente a população, o que gera a troca de funções provocando perigo aos pacientes. E que é necessário redistribuir e contratar novos profissionais da saúde de acordo com a necessidade de cada UBS seguindo o principio de equidade do SUS, e assim atender corretamente as necessidades de cada população.

Referências

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990: **dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional: 1990.

CONNIL, Eleonor Minho. Políticas de atenção primária e reformas sanitárias: discutindo a avaliação a partir da análise do Programa Saúde da Família em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 1994-2000. *Cad saúde pública*, p. 191-202, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Publicado em 2015. [acesso em 27 de abril 2017] disponível em:
<http://www.blog.saude.gov.br/entenda-o-sus/50111-voce-sabe-o-que-e-equidade.html>
VICENTE, Fernanda Regina et al. Organização e atendimento de uma unidade básica de
saúde: significados para usuários/familiares e funcionários. **Cogitare enferm**, v. 13, n. 3, p.
361-6, 2008.

SAÚDE NA PRAÇA: hipertensão arterial sistêmica na população de Janaúba-MG

Kennedy Anderson Souza Santos (Discente) FAVAG

Anelita Mendes de Oliveira (Discente) FAVAG

Maria de Fátima (Discente) FAVAG **Lidiane Gomes Rocha**¹ (Discente) FAVAG

Thallyson Henrique Ferreira Aguiar (Discente) FAVAG E-mail: thallysonplay20@outlook.com

Poliane Osmira Rodrigues Sakon Nutricionista (Docente) FAVAG E-mail: polisakon2017@gmail.com

Introdução

A hipertensão arterial sistêmica é uma doença crônica que abrange cerca de 30% da população adulta e é membro do grupo de doenças cardiovasculares como um dos mais importantes fatores de risco, sendo caracterizada como um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares (SILVA, DELGADO, 2011).

Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivos identificar a prevalência da hipertensão arterial e sua associação com fatores de risco cardiovasculares nas pessoas que são hipertensas e as que não são no dia da ação de saúde realizada por acadêmicos de enfermagem da Faculdade Vale Do Gorutuba (FAVAG).

Materiais e métodos

Tratou-se de uma educação em saúde na praça realizado no dia 08/04/2017, por acadêmicos de enfermagem do 7º período da Faculdade Vale Do Gorutuba (FAVAG), onde foi realizada a aferição de pressão arterial das pessoas que no local da ação transitava-se. Foi aplicado um questionário semi-estruturado para cada indivíduo contendo questões a cerca da hipertensão arterial, escolaridade, tabagismo, álcoolismo, atividade física para levantamento de dados sobre o quantitativo de hipertensos e hábitos de vida aos quais aderem.

Resultados e discussão

Através dos resultados obtidos com a entrevista e os questionários, foram elaboradas tabelas que abordam separadamente cada um dos aspectos avaliados no questionário a cerca da hipertensão arterial sistêmica e hábitos de vida. Foram entrevistadas 97 pessoas, onde 57 (58,76%) eram do sexo masculino e 40 (41,24%) do sexo feminino.

Quanto à faixa etária do público entrevistado verificou-se que os mesmos estavam na faixa etária acima de 40 anos de idade como mostra a tabela abaixo (Tabela 1) abaixo.

Tabela 1 Faixa etária dos entrevistados.

Faixa etária	Nº	%
De 10 a 20 anos	07	7,21
Entre 20 a 40 anos	14	14,28
De 40 a 60 anos	40	41,28
Acima de 60 anos	36	37,24
Total	97	100

Em relação à escolaridade dos resultados obtidos nas entrevistas, verificou-se que a maioria dos entrevistados tinha em sua maioria 35,08% ensino fundamental incompleto (Tabela 2) abaixo.

Tabela 2 Nível de estudo dos entrevistados.

Escolaridade	Nº	%
Ensino fundamental incompleto	35	35,08
Ensino fundamental completo	02	2,06
Ensino médio incompleto	07	7,01
Ensino médio completo	25	25,74
Ensino superior incompleto	09	9,27
Ensino superior completo	06	6,18
Analfabetos	13	13,40
Total	97	100

No que se refere aos portadores de hipertensão arterial sistêmica observou-se que 35 (36,08%) eram hipertensos e 62 (63,92%) não eram hipertensos no total de 97 (100%) pessoas entrevistadas.

Dentre as diversas doenças crônicas, a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) constitui importante fator de risco para complicações cardíacas e cerebrovasculares, sendo considerado um problema de saúde pública em âmbito mundial. Em 2000, a prevalência da HAS na população mundial era de 25% e a estimativa para o ano de 2025 é de 29%. (RADOVANOVIC *et al.*, 2014).

Quanto ao uso de medicamentos observou-se que 33 (94,28%) usam os medicamentos e 02 (5,72%) não faz uso de medicamentos anti-hipertensivos.

Quanto ao tipo de medicamento anti-hipertensivo observou-se que os hipertensos fazem uso de medicamentos dos mais variáveis. 01(02%) faz uso de medicamento caseiro, 03(06%) não lembram, 01(02%) parou de tomar, 17(34%) faz uso de losartana, 02(04%) anlodipno, 02(04%) hidroclotiazida, 03(06%) atenolol, 02(04%) nifedipino, 01(02%) monocordil, 01(02%) novano, 01(02%) captropil, 02(04%) propanolol, 01(02%) Espirolanactona, 04(08%) Enalapril, 01(02%) difren, 01(02%) clortalidona, 01(02%) AAS, 02(04%) caverdilatol, 01(02%) Furosemida, 02(04%) Metildopa.

A falta de adesão ao tratamento anti-hipertensivo, sedentarismo, alimentação inadequada, assim como o diagnóstico tardio e o curso prolongado e assintomático da doença, é descrita como um dos principais desencadeadores dos agravos da HAS. Estimativas indicam que o grau de não adesão mundial aos tratamentos de Doenças Crônicas (DC) varia de 25 a 50%. (BARRETO, MARCON, REINERS, 2014).

Em questão do tabagismo e sua frequência verificou-se durante a entrevista que 12 (12,38%) eram tabagistas e 85 (87,62%) não eram tabagista (Tabela 3) abaixo.

Tabela 3 Uso e frequência de tabagismo dos entrevistados.

Tabagismo	Nº	%
Fumante	12	12,37
Não fumante	85	87,63
Total	97	100
Frequência de tabagismo	Nº	%

Às vezes	03	25
Todos os dias	06	50
Até 01 maço	03	25
Total	12	100

Na relação do uso e frequência de bebida alcoólica observou-se que a maioria não usa 67,01% e 32,99% são usuários de bebidas alcoólicas (Tabela 4) abaixo.

Tabela 4 Uso e frequência de consumo de álcool dos entrevistados.

Bebida Alcoólica	Nº	%
Usuário	32	32,99
Não usuário	65	67,01
Total	97	100
Frequência do uso de álcool	Nº	%
Todos os dias	06	19,35
Socialmente	08	25,81
Às vezes	13	41,93
Fim de semana	04	12,91
Total	31	100

O consumo de álcool, idade avançada e o tabagismo contribuem para o desenvolvimento da hipertensão arterial ao estimular o sistema simpático, ocasionando estresse oxidativo e efeito vasoconstritor associado ao aumento de inflamações ligadas a hipertensão. (WENZEL, SOUZA, SOUZA, 2009).

Quanto à prática e frequência da atividade física observou-se que a maioria não fazia, onde 46,40 % praticavam e 53,60% não praticavam (Tabela 5) abaixo.

Tabela 5 Prática e frequência de atividade física dos entrevistados.

Atividade Física	Nº	%
Prática atividade	45	46,40
Não Prática atividade	52	53,60
Total	97	100
Frequência da atividade física	Nº	%
Caminhada	27	60
Atividade na Praça	07	15,56
Ginástica	03	6,67
Outros	08	17,77
Total	45	100

Segundo Nascente e colaboradores (2010) estudos epidemiológicos tem identificado a associação positiva da hipertensão arterial às características sociodemográficas, ao consumo de álcool, à ingestão de sódio, ao estresse, ao diabetes, à obesidade e ao sedentarismo.

Ao uso e sal e gordura na alimentação observou-se que a maioria afirmou que influência na pressão arterial, onde de 97 pessoas 67,02% disse que aumenta a pressão após consumir, 30,94% disseram que não altera e 2,04% não respondeu. Em relação à participação nos grupos de hiperdia realizados nas unidades de saúde observou-se que 66,66% participam do programa e 33,33% não faz parte e 6,06% não conhece.

Assim, uma das principais funções do enfermeiro ao assistir o paciente com HAS e sua família na atenção básica é buscar precaver os agravos e promover a saúde. Durante as consultas de enfermagem e os grupos de Hipertensão, o profissional deve realizar ações de educação para a saúde, incentivando o autocuidado e a adesão ao tratamento medicamentoso. (BARRETO, MARCON, REINERS, 2014).

Considerações finais

Portando a ação de saúde realizada pelos acadêmicos foi de extrema importância para a avaliação sobre os estilos de vida das pessoas, prevalência de doenças crônicas como a hipertensão arterial e a adesão ao tratamento e mudanças nos estilos de vida. Atentando-se aos profissionais de saúde a importância do cuidado e das orientações quanto as melhores formas de vida a ser aderida pela população como prática de atividade física, alimentação saudável, sem uso de tabagismo e bebida alcoólica para redução de índices de doenças cardíacas.

Referências bibliográficas

- BARRETO, M.S; REINERS, A.A.O; MARCON,S.S. **Conhecimento sobre hipertensão arterial e fatores associados à não adesão à farmacoterapia.** Rev. Latino-Am. Enfermagem maio-jun. 2014; 22(3): 484-90.
- DELGADO, C.M.S; SILVA, L.M.F. Hipertensão arterial e fatores de risco associados: uma revisão de literatura. Revista Conceito A | Revista dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Recife, 2011.
- RADOVANOVIC, C.A.T; SANTOS, L.A; CARVALHO, M.D.B; MARCON, S.S. **Hipertensão arterial e outros fatores de risco associados às doenças cardiovasculares em adultos.** Rev. Latino-Am. Enfermagem jul.-ago. 2014; 22(4): 547-53.
- WENZEL, D; SOUZA, J.M.P; SOUZA, S.B. Prevalência de hipertensão arterial em militares jovens e fatores associados. **Revista de Saúde Pública**, v.43, n.5, p. 789-95, 2009.
- NASCENTE, F.M.N., *et al.* Hipertensão Arterial e sua Correlação com Alguns Fatores de Risco em Cidade Brasileira de Pequeno Porte. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, v.95, n.4, p. 502-9, 2010.

DESCRIÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E DE MATERIAIS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE VILA SERRANÓPOLIS/ SÃO JOAQUIM

Poliane O.R. Sakon. (Orientadora) Docente FAVAG. Email: polisakon2017@gmail.com

Kesia Thaise da Silva. Discente FAVAG. Email: kesiathaise@ymail.com

Ana Patrícia Antunes Ribeiro. Discente FAVAG. Email: ana.paty.bonnie@hotmail.com

Géssica Mayara dos Santos. Discente FAVAG. Email: mayara23gessica@gmail.com

Ana Carla Dias Teixeira. Discente FAVAG. Email: karladias360@gmail.com

Atanielly Franceline de Oliveira. Discente FAVAG. Email: ataniellyfranceline32@gmail.com

Lucibete Cristiane dos Santos. Discente FAVAG. Email: lucibetecristiane@hotmail.com

Marcos Costa de Oliveira. Discente FAVAG. Email: Marcoscosta319@gmail.com

Naiara Mendes do Carmo. Discente FAVAG. Email: natycarmoporty@hotmail.com

Introdução

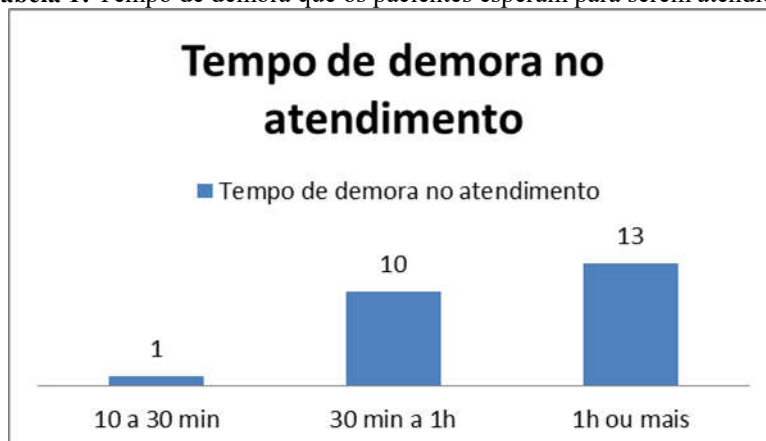
A saúde é crucial para um bom desenvolvimento físico, intelectual e emocional de um indivíduo. É ela a responsável por proporcionar ao paciente bem estar, prazer e melhorias no estado clínico de um indivíduo. E o Sistema único de Saúde é um importante influenciador neste estado clínico então esta pesquisa teve o propósito de observar e analisar o atendimento na Unidade básica de Saúde (UBS) São Joaquim e Vila Serranópolis. Com a ida ao médico e a convivência com pessoas que necessitam de tratamento especial, observou-se um mau atendimento para com a comunidade segundo Paulo e Cleide (2000, p. 31) humanizar é assistir a pessoa na sua identidade, em suas dificuldades específicas aumentando as possibilidades para que as pessoas possam exercer sua autonomia. Os estudantes de enfermagem procuraram então a causa para os vários problemas: falta de remédio, equipamento e materiais, poucos profissionais, infraestrutura precária, profissionais desqualificados que identificou-se na UBS São Joaquim e Vila Serranópolis que incluiu estresse na espera e exigência dos pacientes, problemas de casa levados para a UBS, a frustração por falta de remédios, etc. Sendo assim a razão de se preocupar com o atendimento e a falta de infraestrutura é a de poder proporcionar ao paciente um tratamento diferenciado com qualidade. O objetivo foi avaliar as condições físicas e materiais da UBS São Joaquim e Vila Serranópolis.

Metodologia

Tratou-se de um estudo de campo descritivo de natureza quantitativa e qualitativa que consistiu em um questionário com perguntas abertas e fechadas de avaliação dos profissionais que lá trabalham e o atendimento e horas de espera. Para a pesquisa foram selecionados aleatoriamente 24 pacientes, 16 do sexo feminino e 8 do sexo masculino, entre 15 e 73 anos para responder ao questionário. Para pesquisa foi observado a Unidade Básica de Saúde Vila Serranópolis, localizado na Avenida José Silveira Lopes, 429, Bairro Vila Serranópolis da zona urbana do município de Porteirinha, localizado ao Norte de Minas Gerais. Os dados foram analisados através de tabelas e gráficos feitos pelo Microsoft Word e Excel.

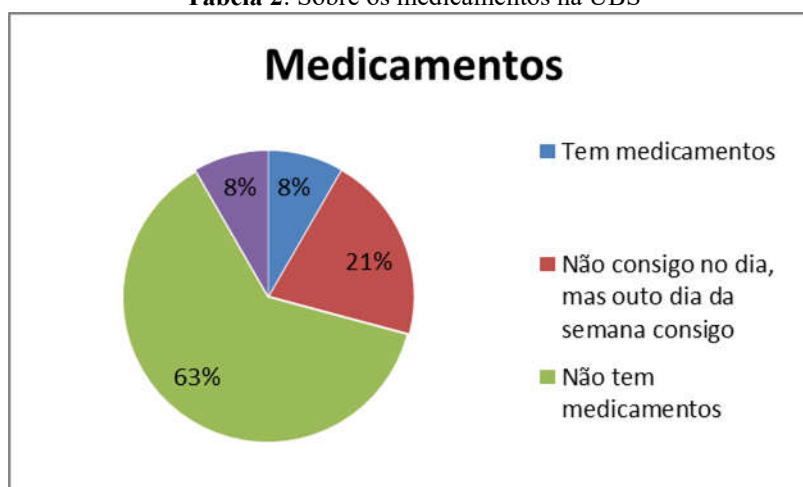
Resultados e discussão

Tabela 1: Tempo de demora que os pacientes esperam para serem atendidas.



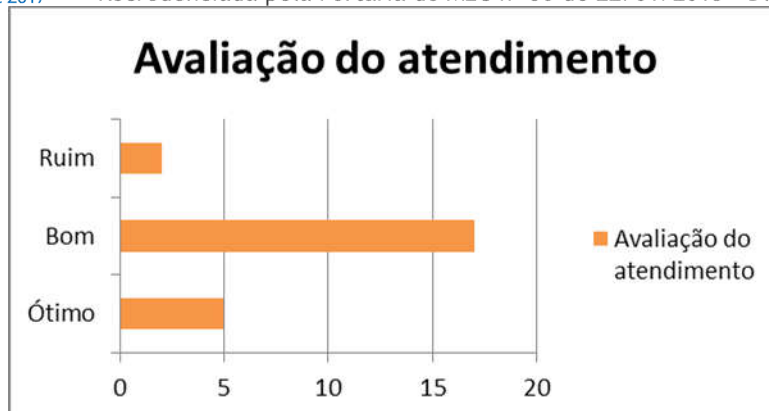
Este gráfico mostra o tempo que pacientes que frequentam a UBS esperam para serem atendidos. Mesmo com hora marcada a maioria desses pacientes ficam em filas esperando o médico atendê-los em um lugar quente sem ventilação. De acordo com Sandra Maria (2004, p. 510) há uma ruptura entre o profissional e os pacientes que acaba pondo em dúvida a qualidade do atendimento havendo uma insatisfação no serviço para os clientes, funcionários e a sociedade.

Tabela 2: Sobre os medicamentos na UBS



A falta de medicamentos é um empecilho constante que causa raiva, frustração e descontentamento, pois os pacientes têm que buscar em outro lugar ou ficar sem, o que não deveria acontecer. Essa falta de medicamentos é preocupante, pois a maioria da população precisa das UBS para disponibilização de remédios, o que muitas vezes não ocorre. O medicamento é essencial à saúde e é uma ferramenta importante nos tratamentos sendo causador de uma parte enorme na melhora de qualidade de vida da população (ARRAIS et al. 2005, p. 1737).

Tabela 3: Avaliação para o atendimento de acordo com a humanização dos profissionais.



Quando foram distribuídos os questionários viu-se um medo nos pacientes para respondê-lo, medo de expô-los ou até de tirar algum cargo de algum profissional resultando assim na maioria assinalando no questionário “bom” sendo o contrário quando diziam “ *Eu vou marcar bom, mas é ruim*”. A falta de empenho, respeito e concentração por falta dos profissionais resultam em insatisfação nos pacientes e por isso a humanização no atendimento é uma enorme necessidade nos serviços de saúde (MOIMAZ et al. 2010, p. 1431). E essa humanização e responsabilidade são necessárias no fornecimento à assistência, pois assim a equipe consegue responder a demanda dos pacientes melhorando assim o trabalho de todos (FAQUINELLO; CARREIRA; MARCON, 2010, p. 741).

Conclusão

Conclui-se através desta pesquisa que o maior empecilho para o desenvolvimento e qualidade dos serviços da UBS Vila Serranópolis/ São Joaquim é a falta de humanização dos funcionários perante os usuários do serviço de saúde e a falta de medicamentos necessária para atender a população.

Referências

- ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado et al. Prevalência e fatores determinantes do consumo de medicamentos no Município de Fortaleza, Ceará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, nov-dez, 2005, p. 1737-1746.
- FAQUINELLO, Paula; CARREIRA, Ligia; MARCON, Sonia Silva. A Unidade Básica de Saúde e sua função na rede de apoiosocial ao hipertenso. **Texto e Contexto Enfermagem**. Florianópolis, out-dez, 2010, p. 736-44.
- FORTES, Paulo Antônio de carvalho; MARTINS, Cleide de Lavieri. A ética, a humanização e a saúde da família. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, dez. 2000, p. 31-33.
- LIMA, Sandra Maria Maciel. Acolhimento solidário ou atropelamento? A qualidade na relação profissional de saúde e paciente face à tecnologia informacional. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, mar-abr, 2004, p. 502-511.
- MOIMAZ, Suzely Adas Saliba et al. Satisfação e percepção do usuário do SUS:sobre o serviço publico de saúde. **PhysisRevista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 2010, p. 1419-1440.

IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS, RECLAMAÇÕES DA UNIDADE DE SAÚDE MAURÍCIO MARTINS DA SILVA- JANAUBA-MG.

Poliane O.R. Sakon. (Orientadora) Docente FAVAG. Email: Polisakon2017@gmail.com

Maria Alice De Oliveira Discente da FAVAG. Email: marialicedeoliveira@gmail.com

Dhiene Carolaine Discente da FAVAG. Email: Carolsoareseni@hotmail.com

Jeilton Silvera Discente da FAVAG. Email: Jeiltosilveira100@gmail.com

Maria Fernanda Dos Santos Araújo Discente da FAVAG. Email: Mariafernanda2015@yahoo.com

Mônica Silveira. Discente da FAVAG. Email: Monicasilveira2015@yahoo.com.br

Silvia Maria Vasconcelos. Discente da FAVAG. Email: silviavasconcelos222@yahoo.com.br

Introdução

O Brasil possui um dos maiores sistemas públicos de saúde no mundo o Sistema Único de Saúde (SUS). Ela abrange desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos (BRASIL, 2017).

Mesmo diante do SUS, enfrentamos diversas dificuldades para o bom funcionamento nos locais que envolvem saúde pública. Os problemas começam na maioria das vezes, dentro das unidades de saúde, que é onde se inicia o processo para controle e prevenção de doenças.

Uma das causas desse problema, é a gestão de saúde pública no Brasil, que sabemos que é muito deficiente, principalmente em áreas rurais e pequenos municípios. O programa Saúde da Família (PSF) tem ajudado na organização da gestão de saúde pública melhorando na prevenção de doenças e ajudando nos cuidados de saúde básica, intervindo na evolução de doenças e priorizando o tratamento primário de algum quadro clínico.

O PSF é, antes de tudo, uma estratégia cujo principal objetivo é reorientar as práticas de atenção à saúde através da mudança do foco de atuação – do indivíduo para a família e para o ambiente onde ela vive. A implantação desta estratégia já conseguiu, em muitos municípios, reduzir os índices de mortalidade infantil e diminuir o número de mortes por doenças de cura simples e conhecidas, além de reduzir as filas nos hospitais da rede pública e conveniada com o SUS (ROCHA, CARVALHO, CRUZ, 2012).

Esta pesquisa justifica-se pelo crescimento que se tem notado em relação ao descaso que o país se encontra em relação à saúde pública, dentro das unidades de saúde, e diversas reclamações feitas pelos pacientes.

O objetivo do projeto foi avaliar se o número de médicos, a quantidade de medicamentos disponíveis e a infra-estrutura da unidade de saúde estão suprindo a necessidade da população.

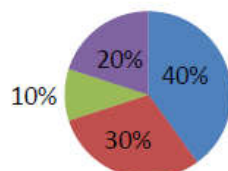
Metodologia

Trata-se de um estudo de campo descritivo, de natureza Quantitativa. Foi realizado na Unidade de Saúde Mauricio Martins, localizada na Rua João Martins, Bairro Vila Nova dos Poções, na cidade de Janaúba. Os sujeitos utilizados foram todos os funcionários (médicos, gerentes, agentes de saúde, recepcionistas), e todos os clientes encontrados na UBS. O instrumento de estudo utilizado para o diagnóstico foi a aplicação de 2 questionários, um de 6 perguntas aos clientes, e outro de 3 perguntas para os funcionários.

Resultados e discussão

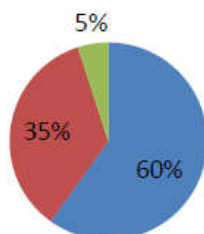
Principais Reclamações dos clientes

■ Falta de Medicação ■ Mal Atendimento
■ Infra-estrutura ■ Falta de Medicos no periodo da tarde



Principais reclamação dos Fucionarios

■ Falta de Medicação ■ Falta de Médicos ■ Infra-estrutura



A falta de medicamentos foi o maior problema apontado tanto pelos funcionários como pelos clientes e se apresenta como um problema que acaba acarretando maiores conseqüências. Um estudo feito no Rio de Janeiro, afirmou que o acesso insuficiente dos medicamentos esta diretamente associada com piora do estado de saúde, maior uso de terapias adicionais, aumentando no numero de retornos aos serviços de saúde e gasto adicionais nos tratamentos (BOING, et al.,2013)

Conclusão

A identificação dos problemas feita pelos acadêmicos das unidades tem grande relevância, pois pode trazer intervenções simples, mas que trazem grandes melhorias para um bom funcionamento das unidades de Saúde.

Referência bibliográfica

BRASIL, Entenda o SUS. Disponível em: <

<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/entenda-o-sus>>. Acesso em 25 maio. 2017.

ROCHA, D. M.; CARVALHO, E. L. L.; CRUZ, A. P. **Benefícios do programa de saúde da família-PSF para a melhoria na qualidade de vida dos moradores do bairro São Pedro, em Teresina.** Disponível em: < file:///C:/Users/DIEGO/Downloads/476-1217-2-PB.pdf >. Acesso em 25 maio.2017.

G1, **Pacientes dizem que faltam remédios básicos nos postos de saúde de SP.** Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/pacientes-nao-encontram-medicacao-basica-nas-ubs-de-sp.ghtml> >. Acesso em 25 maio.2017.

FALTA DE INVESTIMENTO NA ESTRUTURA FÍSICA DA UBS PARTEIRA MARIA NEVES

Poliane O. R. Sakon(Orientadora) Docente FAVAG.E-mail:polisakon2017@gmail.com

Paulo Vitor Costa Gualberto Docente FAVAG, e-mail:paulovitorcosta1012@gmail.com

Wesley Pereira da Silva Docente FAVAG, e-mail:wesleypereira10@gmail.com

Jefferson Antunes Marques de Moraes Docente FAVAG, e-mail:jeffersontecnicodeenfermagem@gmail.com

Adelmir Brito lima Junior Docente FAVAG, e-mail:juniopppppbrito@gmail.com

Eric Mateus Pereira Soares Docente FAVAG, e-mail:ericmateus1@hotmail.com

João Paulo da Silva Docente FAVAG, e-mail:jpds4532@gmail.com

Introdução

A Unidade Básica de Saúde (UBS) é o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde, a UBS está localizada perto das casas, escolas aonde a comunidade convivi (BRASIL,2015).

Na Unidade básica de saúde a escassez de materiais e de medicamentos são as principais queixas da comunidade, o descumprimento da jornada de trabalho por parte dos funcionários (BRASIL,2015).

Através de uma pesquisa feita na UBS (Unidade básica de saúde) Parteira Maria Neves, foram detectados problemas muito relevantes que atrapalham o bom funcionamento do trabalho do profissional e o bom e prestativo atendimento ao paciente.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de campo, quantitativa e qualitativa cujos passos foram a observação da estrutura física da unidade Básica de saúde Parteira Maria Neves localizada no bairro Veredas na cidade de Janaúba-MG (JUNIOR,2016).

Foi usado um questionário como instrumento de pesquisa para identificar os problemas da UBS.

Foram selecionadas 11 pacientes adultos de ambos os sexos, que frequentam semanalmente a unidade básica de saúde, pois os adultos compõem o maior número na UBS e tem maior facilidade de se expressar e de identificar os problemas.

Com mesmo intuito foi aplicado o mesmo questionário aos profissionais que atuam dentro da UBS, eles frequentam a unidade mais vezes.

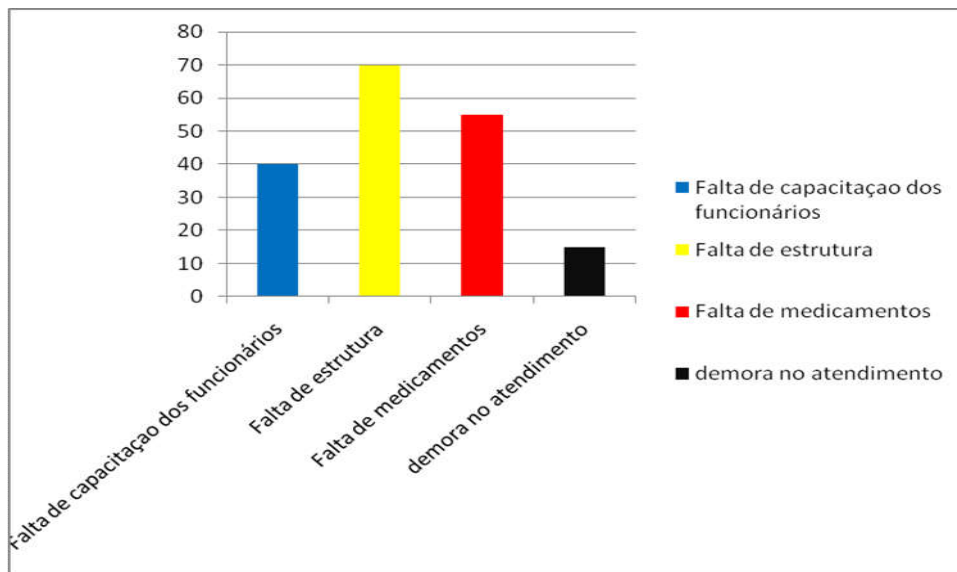
Resultado e discussão

O principal problema identificado na unidade foi a falta de estrutura física isto é a falta de muros que deveriam está cercando a UBS.

A falta de estrutura não fica somente fora mas também está dentro, na UBS tem uma sala de atendimento odontológico para os pacientes, mas sofre com a incompetência de algum engenheiro ou pedreiro que na construção cometeu um erro.

A população que utiliza a UBS Parteira Maria Neves não se sente segura por conta da falta de muros que tiram totalmente a privacidade dos paciente e funcionários, aonde está localizada a Unidade básica de saúde vem tendo um grande aumento da criminalidade o que deixa os funcionários com um certo medo e com isso eles não conseguem exercer suas profissões da melhor maneira, prejudicando diretamente a população (MELO,2017).

Gráfico dos problemas identificados na UBS Parteira Maria Neves.



Considerações finais

Depois de realizado o trabalho ,foi identificado pela comunidade a falta de estrutura como principal problema existente na unidade básica de saúde Parteira Maria Neves o que resulta em um certo medo dos profissionais e pacientes que frequentam a unidade básica.

Referencias

- JUNIOR, Oliveira. **Inauguração da unidade básica de saúde Parteira Maria Neves.** Janaúba MG.<<http://oliveirajunior.com.br/2016/10/>>
- BRASIL, Ministério da saúde. **UBS e seus problemas.** Janaúba-MG 2015<http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_como_funciona.php
http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/manual_estrutura_ubs
- MELO, Pablo. **Violência no norte de Minas Gerais na cidade de Janaúba** <<http://pablodemelo.blogspot.com.br/2015/02/violencia-fora-de-controle-em-janauba.html>>

A INFLUÊNCIA DE VARIÁVEIS SOCIOECONOMICAS E DE RISCO NA AUTOPERCEÇÃO DO ESTADO DE SAÚDE

Roberto Allan Ribeiro Silva. Discente da FAVAG. roberto.allan@ufvjm.edu.br

Poliane Osmira Rodrigues Sakon (Orientadora) Docente da FAVAG. polisakon@yahoo.com

Introdução

Autoavaliação de saúde é uma medida comum em estudos populacionais, perguntas simples como "Como você descreveria o seu estado de saúde atual?" Com respostas pré - codificadas provaram ser forte preditora de futuros problemas de saúde e mortalidade (GUIMARÃES, *et al.*, 2012).

A autoavaliação de saúde apresenta uma fácil operacionalização e ainda assim contempla uma série de aspectos subjetivos, que podem ser observados em parâmetros objetivos como estilo de vida e características sociais (HÖFELMANN, 2006). Por conta disso, é um indicador amplamente utilizado e recomendada pela Organização Mundial de Saúde para monitoramento do estado de saúde em levantamentos populacionais (PAGOTTO, BACHION e SILVEIRA, 2013).

Os fatores levados em consideração pelo indivíduo ao classificar o próprio estado de saúde ainda não são totalmente compreendidos, mas parecem refletir uma percepção abrangente de saúde que inclui aspectos biológicos, psicológicos e sociais, assim como fatores demográficos, culturais e ainda aqueles relacionados ao ambiente de vida e de trabalho (GUIMARÃES, *et al.*, 2012).

Tendo em vista a importância da autoavaliação de saúde como indicador de mortalidade e impacto da morbidade, tem-se com este estudo o objetivo de analisar a relação entre a autoavaliação do estado de saúde e medidas de saúde física e variáveis socioeconômicas.

Metodologia

Trata-se de um estudo de caráter analítico e abordagem quantitativa que é continuação de uma pesquisa realizada entre os anos de 2014 e 2015 que após analisar os prontuários dos 322 hipertensos cadastrados em uma unidade básica de saúde estratificou 50 deles conforme o risco cardiovascular e variáveis socioeconômicas e demográficas e é recorte de um trabalho de conclusão de curso.

Os critérios de inclusão foram os hipertensos com mais de 40 anos com prontuário devidamente preenchido, contendo colesterol total, colesterol HDL, triglicérides, glicemia de jejum, dosados em período inferior a 12 meses, e que concordaram em participar do estudo. Foram excluídos aqueles com história pregressa de evento cardiovascular (infarto agudo do miocárdico, angina, acidente vascular encefálico, doença arterial periférica ou insuficiência cardíaca).

Os dados foram coletados por meio de consulta aos prontuários, avaliação antropométrica e questionários com questões sobre o perfil socioeconômico e fatores de risco, além da pergunta: Como o (a) Sr. (a) descreve o seu estado de saúde atualmente? Para a análise dos dados utilizou-se o Software Excel® 2013. Na caracterização da amostra foram estudadas as frequências absolutas e relativa e as variáveis quantitativas foram estudados também os limites máximos e mínimos, média, desvio-padrão e proporções.

Foram observados os critérios éticos seguindo todas as recomendações da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde sendo aprovado no comitê de ética sob número de parecer 1.897.679.

Resultados e Discussão

Foram avaliados 35 indivíduos, 11 (31,4%) do sexo masculino e 24 (68,6%) do sexo feminino, a faixa etária esteve entre 45 e 85 anos de idade, com média de idade de $64 \pm 10,0$ (homens) e $65 \pm 10,8$ (mulheres). A maioria dos entrevistados se autodeclarou “não branco” 22 (63%) em contraposição aos “brancos” 13 (37%). No que se refere à situação socioeconômica, 97% da amostra tinha uma renda mensal entre R\$ 622,00 a 1.866,00 reais (1-3 salários-mínimos), 43% não tinham escolaridade e 46% tinham até o ensino fundamental completo. Quanto ao estado civil, 26 (76%) eram casados.

No que tange a autopercepção do estado de saúde, 19 (54%) dos participantes avaliaram sua saúde como ruim, sendo que 13 (54%) das mulheres e 6 (55%) dos homens não estão satisfeitas com o seu estado de saúde.

A piora da autoavaliação de saúde com o avançar da idade é consistentemente observada (GUIMARÃES, *et al.*, itálico 2012) sendo interpretada como fruto do aumento das comorbidades e das incapacidades funcionais, todavia, não foi encontrado neste estudo associação entre a autoavaliação negativa da saúde e o aumento da idade, mas o contrário, na faixa etária mais avançada (75 anos ou mais), houve uma prevalência maior de autoavaliação de saúde positiva.

Os homens e as mulheres avaliaram sua saúde de forma proporcionalmente semelhante como no presente trabalho, que não houve nenhuma variação significativa do sexo na autoavaliação do estado de saúde assim como no estudo de Onadja *et al.* (2013).

O presente estudo possui uma população majoritariamente formada por indivíduos com baixa escolaridade, talvez por isso não foi possível observar adequadamente a relação entre a autoavaliação com alto grau de instrução, os resultados corroboram parcialmente com a ideia de Delpierre, Kelly-Irving e Lang (2011), no extrato mais baixo de instrução a autopercepção negativa prevaleceu, mas naqueles com apenas o ensino fundamental completo a autopercepção positiva foi soberana.

Conforme Schnittker (2005), a autoavaliação de saúde parte da comparação do seu estado de saúde é possível justificar a expressiva superioridade de percepção negativa (77%) dos indivíduos com história familiar de doença arterial coronariana.

Paskulin e Vianna (2007) afirmam que a percepção de ser doente está mais relacionada às incapacidades do que a ser portador de doenças crônicas, de modo que a saúde não é influenciada apenas pela presença da doença, suas causas e consequências mas envolve questões mais complexas como bem-estar, capacidade funcional e qualidade de vida.

A variável de maior influência foi a presença de diabetes, quase 90% dos indivíduos com o diagnóstico de diabetes classificaram seu estado de saúde negativamente. No estudo de Barros, *et al.* (2009), a presença de doenças crônicas também permaneceu como a variável de maior impacto sobre o autoavaliação da saúde, aumentando em quase 12 vezes a chance de os indivíduos masculinos avaliarem negativamente sua saúde e em sete vezes nas mulheres.

Considerações Finais

Dada a subjetividade da autoavaliação do estado de saúde, não é possível analisar a relação deste indicador com outras variáveis através de uma postura corretivo procurando

determinar a congruência da avaliação de um indivíduo de saúde com uma classificação objetiva de saúde com base em diagnósticos médicos ou comportamentos de saúde.

A ausência de influência de uma variável indica que o indivíduo não levou este aspecto em consideração para formar juízo sobre o seu estado de saúde, isso revela o impacto que tal variável exerce no cotidiano de cada pessoa. Sendo assim, analisar a autopercepção de maneira puramente quantitativa é pouco conclusivo, pois, os aspectos exercem uma influência diferente para cada um, de acordo com seus valores, expectativas e vivências. Sendo assim, sugere-se que um trabalho de abordagem qualitativa seja realizado para desvendar o que está por trás da autopercepção destes indivíduos.

Referências

BARROS, M. B. A.; *et al.* **Auto-avaliação da saúde e fatores associados, Brasil, 2006.** Rev. Saúde Pública. v. 43, s. 2, p.27-37, 2009.

GUIMARÃES, J. M. *et al.* **Association between self-rated health and mortality: 10 years follow-up to the Pró-Saúde cohort study.** BCM Public. Health. v.12, n. 676, p. 1-10, 2012.

HÖFELMANN, D. A. **Auto-avaliação de saúde entre trabalhadores de uma indústria de Joinville, Santa Catarina.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, UFSC, Florianópolis, 2006.

ONADJA, Y., *et al.* **The components of self-rated health among adults in Ouagadougou, Burkina Faso.** Population Health Metrics. [p. 11:15, 2013]. Disponível em:

<<http://www.pophealthmetrics.com/content/11/1/15>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

PAGOTTO, V.; BACHION, M. M.; SILVEIRA, E. A. **Autoavaliação da saúde por idosos brasileiros: revisão sistemática da literatura.** Rev Panam Salud Publica. v. 33, n. 4, p. 302-310, 2013.

PASKULIN, L. M. G.; VIANNA, L. A. C. **Perfil sociodemográfico e condições de saúde auto-referidas de idosos de Porto Alegre.** Rev. Saúde Pública. v.41, n.5, p.757-768, 2007.

SCHNITTKER, J. **When Mental Health Becomes Health: Age and the Shifting Meaning of Self-Evaluations of General Health.** *The Milbank Quarterly.* v. 83, n. 3, p. 397-423, 2005.

PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE UMA ASSOCIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JANAÚBA-MG

Poliane Osmira Rodrigues Sakon Nutricionista (Docente) FAVAG E-mail: polisakon2017@gmail.com

Thallyson Henrique Ferreira Aguiar(Discente) FAVAG E-mail: thallysonplay20@outlook.com

Introdução

De acordo com Pochmann (2007), passamos por um tempo de grande crise no campo do emprego, graças a importantes mudanças ocorridas nos últimos anos no setor da economia mundial. Para esse autor, estamos no tempo da mundialização das economias, que é definido pela expansão de divisas das instituições que monopolizam o mercado mundial.

Para Nunes (2009), as condições sociais e econômicas abrangem um impacto essencial sobre a saúde e adoecimento, sendo que as atitudes a serem tomadas para proteção da saúde são tanto sociais quanto médicas.

Os catadores são trabalhadores com ampla valia civil e ambiental em nossa agremiação, realizando trabalho que deveria ser realizado pelo município, o objetivo desse estudo é identificar o perfil sócio econômico dos catadores de resíduos sólidos.

Materiais e métodos

Este estudo foi realizado em uma associação com o codinome ASCAJ, catadores de resíduos sólidos do município de Janaúba-MG, essa associação está localizada na rua: Augusto de Lima nº Galpão 12 do bairro Dente Grande. É composta por 8 catadores, que apenas 7 responderam as questões, nesta associação é realizado um trabalho de seleção de materiais recicláveis. Para coleta de dados foi aplicado um questionário semiestruturado, contendo 13 questões sobre o perfil sócio econômico aplicado de maneira individual. Seguindo os preceitos ético elaborado um termo de consentimento livre e esclarecido ao anonimato, em relação à pesquisa e seus objetivos comunicado os participantes do estudo, antes da assinatura do termo de consentimento.

Resultados e discussão

A partir dos resultados obtidos nas entrevistas, foi abordado separadamente cada um dos aspectos socioeconômicos do questionário. Para a caracterização socioeconômica, os primeiros pontos detectados foram: que a maioria dos entrevistados 57,15% (4) era do sexo masculino e 42,85% (3) feminino, em relação à faixa etária estavam entre 19 a 49 anos de idade.

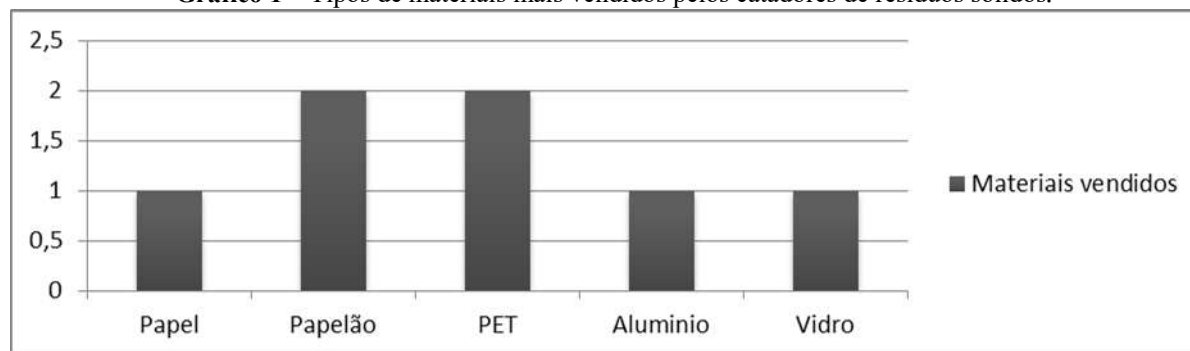
Quanto à escolaridade dos catadores de resíduos sólidos, verificou-se que 57,14% (4) estudou o ensino fundamental incompleto e nem um dos entrevistados concluiu o ensino fundamental completo, 14,29% (1) estudou o ensino médio incompleto, nem um dos entrevistados teve conclusão do ensino médio completo e 28,57% (2) não foi alfabetizados.

Assim, a baixa escolaridade observada nos catadores contribui para esse processamento, fazendo com que esses cidadãos não consigam se acrescentar no mercado de trabalho formal. Os catadores frequentemente são desempregados, sem estrutura profissional e sem opção de emprego melhor (CONCEIÇÃO, 2005).

Em relação ao tempo que os catadores exercem a atividade de coleta é variado, com 14,28% (1) na atividade a menos de um ano, sendo que a maioria declarou trabalhar com a coleta de dois a três anos 85,72% (6), não houve entrevistados que trabalhasse entre três e seis anos e nenhum dos entrevistados trabalha com a coleta há mais de seis anos.

No que diz respeito aos materiais recolhidos, todos relataram recolher todo tipo de material reciclável em foque no papelão e nas garrafas PET por serem os materiais mais abundantes (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Tipos de materiais mais vendidos pelos catadores de resíduos sólidos.



Quando perguntados qual a frequência com que vendiam o material, 100% dos entrevistados relataram ser mensalmente a venda dos materiais. De acordo com os dados obtidos pode ser observada uma grande variedade no peso dos materiais recolhidos mensalmente pelos catadores: 57,14% (4) recolhe de 200 kg a 300 kg, 42,86% (3) dos entrevistados relataram recolher mais de 300 kg por mês.

Conforme as informações obtidas pode ser observado variações de valores recebidos pelos catadores, em que nenhum dos catadores entrevistados recebem menos de R\$ 300/mês, 85,72% (6) disseram receber pelo material vendido de R\$300 a R\$800 reais, 14,28% (1) dos catadores entrevistados ganham mais de R\$ 800/mês. Foi possível observar que 100% dos catadores entrevistados, mais de seis pessoas vivem da renda obtida pelos trabalhadores, recebendo como complemento auxílios do governo, como a Bolsa Família 85,72% (6) e um integrante não recebe auxílio do governo 14,28% (1).

O trabalhador de modo algum sofreu com tanta incerteza, como indicam os dados mediante a situação mundial. Estima-se que 3 bilhões de indivíduos vivam com sua personalidade de trabalho subutilizada, isto é, um a cada três trabalhadores encontra-se na condição de desemprego ou exercendo atividades de sustento, em associação, em circunstância disfarçada de desemprego (POCHMANN, 2007).

Os catadores relataram na (tabela 1) que na maioria dos casos 57,14% (4) valor obtido pela venda dos materiais é insuficiente para o sustento de suas famílias, 42,86% (3) acreditam que ganham o suficiente.

Tabela 1 – Suficiência da remuneração adquirida com a venda dos materiais.

Suficiência	n.	%
É mais que o necessário	-	-
É o suficiente	3	42,86
É pouco	4	57,14
Total	7	100

Os catadores 14,28% (1) disseram encontrar facilmente pontos de vendas, já a grande maioria deles 85,72% (6) disseram não ser fácil, pois aqui na cidade não acha muitos compradores para os materiais coletados e assim eles se deslocam para a cidade de Montes Claros para ser vendido o material (Tabela 2), em relação ao preço pago pelos compradores 28,57% (2) acha que o valor pago pelos materiais coletados é justo, porém a maioria 71,43% (5) não crê que o preço pago seja justo (Tabela 3).

Tabela 2 – É fácil encontrar pontos de venda?

Pontos de venda	n.	%
Sim	1	14,28
Não	6	85,72
Total	7	100

Tabela 3 – Opinião dos catadores ao preço pago pelos materiais.

Preço justo	n.	%
Sim	2	28,57
Não	5	71,43
Total	7	100

Considerações finais

A caracterização socioeconômica dos catadores mostra que a maioria é do sexo masculino, possuem uma faixa etária de 19 a 49 anos, baixa escolaridade e em geral exerce a atividade de coleta de lixo há dois ou três anos. Coletam em média de 200 a 300 kg/catador/mês, obtendo cerca de R\$ 300 á R\$ 800, e em grande parte dos casos essa é a principal renda utilizada para sustentar as famílias (que possuem em média sete pessoas), contando apenas com o auxílio de benefícios sociais do governo. Das dificuldades encontradas pelos catadores, destacam-se a insuficiência da remuneração para o sustento da família; assim, conclui-se que os catadores de resíduos sólidos de Janaúba-MG enfrentam inúmeros problemas sociais. Este estudo teve como finalidade também em mostrar para a sociedade a importância do trabalho dos catadores, os benefícios que refleti para a cidade em modo geral.

Referências

- CONCEIÇÃO MM. **Os empresários do lixo: um paradoxo da realidade**. 2ª Edição. Campinas: Átomo; 2005.
- NUNES ED. **Saúde coletiva: uma história recente de um passado remoto**. In: Campos GWS, Minayo MCS, Akerman M, Drumond Junior M, Carvalho, YM (orgs). Tratado de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Hucitec, Fiocruz, 2009. p. 295- 315.
- POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2007.

AUTO PERCEPÇÃO DO ESTADO DA SAÚDE DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE UMA ASSOCIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JANAÚBA-MG

Poliane Osmira Rodrigues Sakon (Orientadora) FAVAG E-mail: polisakon2017@gmail.com

Thallyson Henrique Ferreira Aguiar (Discente) FAVAG E-mail: thallysonplay20@outlook.com

Introdução

Em relação ao trabalho dos catadores, a coleta de resíduos sólidos expõe os mesmos há alguns perigos à saúde. Para Ferreira e Anjos (2001) os catadores ao remexerem em resíduos vazados em busca de materiais recicláveis, estão expostos à contaminação existentes nos resíduos, além dos perigos à integridade física pelo manejo.

Estudo executado em 2013 relata algumas patologias ligadas ao trabalho de catação como: verminoses, contaminação intestinal (diarréia), influenza, leptospirose, dengue, meningite, dor de cabeça, dor de dente, febre, alergia e enjôo, sendo que a capacidade de cura ágil determina o destaque da enfermidade para os catadores (JUNIOR, 2013).

Devido ao grau de periculosidade do trabalho é de suma importância que eles tenham orientações e capacitações sobre o cuidado com a saúde, a importância de saber os riscos que eles correm ao remexerem em resíduos. O objetivo desse estudo é identificar a percepção dos catadores de resíduos sólidos sobre a sua saúde e os cuidados com o seu corpo.

Materiais e métodos

De acordo com (GATTI, 2004) Há questões de estudo que demandam uma abordagem qualitativa e outras, uma abordagem quantitativa; mesmo que seja um estudo acadêmico, ainda que seja pautada na construção de dados quantitativos, constantemente seja constituída, até mesmo, da avaliação dos dados em um viés qualitativo. Por essa razão, vários cientistas denominam suas pesquisas como mista ou quali-quantitativa. Neste estudo foi aplicado um questionário contendo 19 perguntas fechadas e 3 abertas com intuito de obter informações sobre a percepção do estado de saúde de cada um dos participantes. Seguindo os preceitos éticos foi elaborado um termo de consentimento livre e esclarecido ao anonimato, em relação à pesquisa e seus objetivos assim comunicado os participantes do estudo, antes da assinatura do termo de consentimento.

Resultados e discussão

Dentro de todas as problemáticas relacionadas a percepção do estado da saúde e cuidados com o corpo dos catadores, os pontos mais citados foram: Dores de cabeça, não dormir bem, tem habitualmente dores nas juntas, tem dores na coluna vertebral e dores nos ombros, braços e mãos, como pode ser visto na Tabela 1.

Tabela – 1. Representando o estado de saúde dos catadores de resíduos sólidos de Janaúba-MG 2017.

	Sim	%	Não	%
Dificuldade para enxergar?	1	14,28	6	85,72
Dores de cabeça?	4	57,14	3	42,86
Dorme bem?	1	14,28	6	85,72
Tem algum tipo de alergia?	2	28,57	5	71,43
Sente falta de ar?	1	14,28	6	85,72
Tem pressão alta?	2	28,57	5	71,43
Tem ou teve inchaço nas pernas?	3	42,86	4	57,14
Tem ou teve dores ou outros problemas				

na sua coluna vertebral?	5	71,43	2	28,57
Já fez algum procedimento cirúrgico?	1	14,28	6	85,72
Tem ou teve alguma ferida grave?	2	28,57	5	71,43
Fuma?	3	42,86	4	57,14
Faz uso de bebidas alcoólicas?	3	42,86	4	57,14
Tem faltado ao trabalho anterior por motivos de doença?	3	42,86	4	57,14
Você é hipertenso?	2	28,57	5	71,43
Doença do aparelho gastrointestinal?	1	14,28	6	85,72
Doença nos rins?	2	28,57	5	71,43
Dores nas costas?	6	85,72	1	14,28
Dores nos ombros, braços ou mãos?	6	85,72	1	14,28
Dores nas pernas ou nos pés?	4	57,14	3	42,86
Total	7		100	

Estresse, dores no corpo e articulações, cansaço, tosse, falta de ar, ausência de sono, abrasamento nos olhos, coceira, aborrecimento, emagrecimento, dores abdominais e manchas na pele foram alguns dos sinais e sintomas identificados nas pesquisas sobre as condições de saúde dos catadores (PORTO *et al.*, 2004; DALL'AGNOL e FERNANDES, 2007).

De acordo com os resultados obtidos na pergunta o que é ter saúde para você? Pode ser observado que 14,28% (1) dos participantes disseram que para ter saúde a pessoa deve ter disponibilidade de cuidados e medicamentos, exemplificada na fala de cat.1:

“Ter uma saúde boa a gente tomar os remédios em dias ter um enfermeiro para acompanhar a gente no serviço”.

Já 71,44% (5) afirmam que é ter boa alimentação e estilo de vida dormir bem, mediante a fala de cat.2:

“Ter saúde é não comer coisas que fazem mal não beber não perder sono”.

E 14,28% (1) relata que praticar exercícios e vida social é primordial para uma qualidade de vida, exemplificada na fala de cat.7:

“É um bom estar, poder fazer exercícios físicos alimentar bem, divertir com as pessoas”.

Segundo (BVS, 2010) uma alimentação saudável deve ser baseada em atividades alimentares que assumam a significação social e cultural dos alimentos como objetivo básico conceitual. Neste sentido é fundamental resgatar estas atividades bem como estimular a produção e o consumo de alimentos saudáveis (como legumes, verduras e frutas), sempre levando em consideração os aspectos comportamentais e afetivos relacionados às atividades alimentares.

Ao questioná-los com a pergunta você se considera uma pessoa saudável? Diante a coleta 28,57% (2) dos participantes disseram sim, pois cuidam da alimentação segundo a fala de cat.1:

“Sim, porque eu mim cuido, não como nada muito salgado, nada que agrava a saúde”.

Já 28,57% (2) disseram sim, apesar do estresse do trabalho exemplificado na fala de cat.3:

“Sim, mas o serviço abala muito a gente, porem a gente não pode se abalar né”.

14,28% (1) dos questionados disse que sim, pois praticava exercícios físicos, exemplificada na fala de cat.7:

Diante as respostas anteriores 14,28% (1) disse não, pois faz uso de tabaco e bebidas alcoólicas, mediante a fala de cat.6:

“Eu não acho não porque fumo cigarro e bebo bebidas”.

E 14,28% (1) disse sim, porem preferiu não justificar.

Estudo realizado em um dos maiores aterros sanitários do Brasil identificou que 42,3% dos 218 trabalhadores entrevistados relataram ingerir alimentos achados no lixo, oriundos de grandes mercados e com datas de utilidade ultrapassadas, ou seja, vencidas (PORTO *et al.*, 2004).

Referente a pergunta; o que você acha que precisa para melhorar a sua saúde? Sobre as respostas 85,71% (5) dizem que seria a facilidade a consultas e profissionais a disposição, exemplificado na fala de cat.1:

“Fazer consultas, para cuidar da saúde, ter um profissional para estar acompanhando a gente”.

Já 14,28% (1) relata que para se ter uma saúde melhor seria uma renda melhor, diante a fala de cat.5:

“Era ter um plano de saúde, fornecer um remédio, ter mais dinheiro para comprar medicamentos”.

E 14,28% (1) diz que para melhorar a saúde é ter uma higiene melhor em casa em modo geral, exemplificado na fala de cat.6:

“É largar esses vícios, ter um ambiente limpo, na casa da gente e evitar o máximo de sujeira”.

Considerações finais

Este estudo expôs a idéia de que o ser humano possui uma necessidade de ter uma qualidade de vida adequada. O tema propôs uma abordagem a essa temática relacionada qualidade de vida dos catadores de resíduos sólidos com o lixo e os efeitos provocados à sua saúde. Através desse estudo podemos conhecer a realidade da qualidade de vida dos catadores, sua importância para a sociedade os desafios que a classe trabalhadora enfrenta em seu cotidiano e os problemas de saúde associados ao ambiente de trabalho.

Referências

- BVS. **Ministério da saúde**. 2010 Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/211_alimentação_saudavel.html. Acesso em: 28/05/2017.
- DALL’AGNOL CM, Fernandes FS. **Saúde e autocuidado entre catadores de lixo: vivências no trabalho em uma cooperativa de lixo reciclável**. Rev Latino-am Enfermagem, n15, set-out, 2007.
- FERREIRA, J. A.; ANJOS, L. A. **Aspectos de saúde coletiva 9. e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais**. *Cad. Saúde Pública*, v. 17, n. 3, p. 689-696, 2001.
- GATTI, B. A. **Estudos quantitativos em educação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.
- JUNIOR ABC, Ramos NF, Alves CM, Forcellini FA, Graciolli OD. **Catadores de materiais recicláveis: análise das condições de trabalho e infraestrutura operacional no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(11):3115-3124, 2013.
- PORTO, M. F. S., JUNCÁ, D. C. M., GONÇALVES, R. S., FILHOTE M. I. F. (2004). **Lixo, trabalho e saúde: Um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil**. *Cadernos de Saúde Pública*, 20 (6), 1503-1514.

ANÁLISE DA QUALIDADE DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E A PREVENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOENÇAS QUE A UNIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA ZACARIAS FARIAS VIEIRA OFERECE AOS SEUS USUÁRIOS

Poliane O. R. Sakon (orientadora). Docente FAVAG. E-mail: polisakon2017@gmail.com

Ayslla M. Barbosa. Discente FAVAG. E-mail: aysllabarbosa@hotmail.com

Jaqueline B. dos Santos. Discente FAVAG. E-mail: Jaqueline.barbosadossantos@yahoo.com.br

Ana Clara de J. Santos. Discente FAVAG. E-mail: anaclarajesus418@gmail.com

Isabelle C. Alves. Discente FAVAG. E-mail: isabellecrisostomo02@gmail.com

Introdução

“O Ministério da Saúde assume, desde a Constituição de 1988, o compromisso de reestruturar o modelo de atenção no Brasil partindo de um referencial de saúde como direito de cidadania, pressupondo a organização de serviços cada vez mais resolutivos, integrais e humanizados” (SOUZA; CARVALHO, 2003).

Partindo da interpretação dos direitos de saúde da população brasileira, uma equipe de acadêmicas do primeiro período do curso de Enfermagem da Faculdade Vale do Gorutuba realizaram visitas a uma das unidades de atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS), a Zacarias Farias Vieira, a fim de observarem e encontrarem os problemas que tornavam a unidade incoerente às unidades propostas nos Projetos do Ministério da Saúde.

A realização dessa pesquisa foi de suma relevância para que as pesquisadoras conhecessem a realidade das unidades básicas de saúde do SUS através de estudos, e mais precisamente, conhecessem a realidade da Zacarias Farias Vieira, que por meio dela possibilitou as investigantes conhecer como é a atuação das unidades da região onde vivem.

O intuito desse diagnóstico foi investigar a qualidade da promoção da saúde e a prevenção e restauração de doenças que a unidade referida proporciona aos seus usuários.

Metodologia

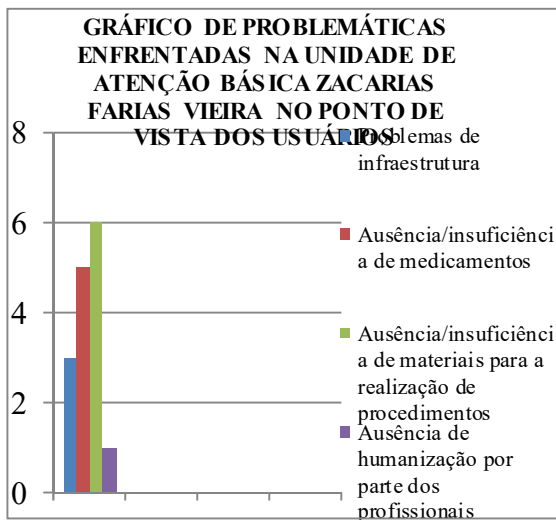
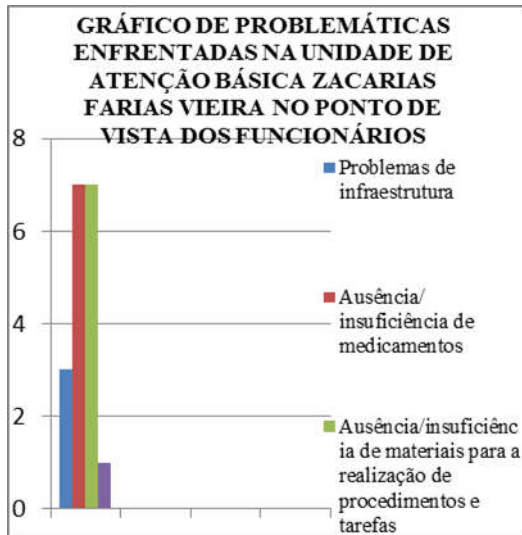
Esse trabalho tratou-se de uma pesquisa de campo de natureza qualitativa exploratória, que ocorreu na unidade básica de saúde Zacarias Farias Vieira de número duzentos e oitenta e dois, localizada no bairro Saudade na cidade de Janaúba-MG, que atende aproximadamente 14 mil pessoas e possui 64 funcionários.

No momento da busca por dados as acadêmicas viram a necessidade de fazer uma pesquisa mais efetiva para encontrarem a problemática que até então não poderia ser identificada somente por meio de observações, portanto convidaram os funcionários e os usuários a responder às perguntas propostas em um questionário e que também dialogassem com elas sobre a situação que a unidade se encontrava e principalmente acerca principais problemas que eram enfrentados.

Após obterem as respostas necessárias através do questionário e das conversações com os funcionários e clientes da unidade, foi feito através de gráficos no programa de formatação Word 2010 e Excel uma análise dos dados coletados.

Resultados e discussão

De acordo as respostas obtidas nos diálogos e no questionário, a fim de descobrir os mais agravantes e pertinentes problemas enfrentados nesta unidade, foi feito um gráfico representando as adversidades citadas.



Após análises, constataram que a problemática dessa unidade era, acima de tudo, a exiguidade de medicamentos e materiais, e de acordo Guerra; Acúrcio; Gomes; Miralles; Girardi; Werneck; *et al* (2004, p. 171/172) a baixa acessibilidade de medicamentos e a falta objetos fundamentais nas unidades públicas de saúde é preocupante.

Esse dado indica que na maioria, se não todas, as unidades básicas de saúde do SUS existentes no Brasil operam seus serviços de forma deficiente por não conter as necessárias equipagens e drogas pressupostas como essenciais para uma atuação integral e benevolente que alcança a todos, e “Apesar de terem sido encontrados medicamentos essenciais nas unidades do SUS pesquisadas, o acesso a esses recursos terapêuticos foi prejudicado pela baixa disponibilidade e descontinuidade da oferta destes produtos.” (GUERRA; ACÚRCIO; GOMES; MIRALLES; GIRARDI; WERNECK; *et al.* 2004 p. 173). “Existem unidades que se aproximam ou se distanciam do perfil desejado...” (CASTANHEIRA; DALBEN; ALMEIDA; PUTTINI; PATRÍCIO; MACHADO; JÚNIOR; NEMES. 2009 p. 87) e a Zacarias Farias Vieira é uma das que se distanciam, pois apesar dos bons profissionais que ali atuam, a unidade passa por dificuldades e se encontra em situações contraditórias aos modelos que propõem o SUS e o Ministério da Saúde.

Conclusões

Conclui-se que a maior agravante vivenciada naquela unidade é insuficiência, ou até mesmo a total ausência, de certos medicamentos e materiais para a realização de procedimentos e tarefas, afetando nos processos de promoção, prevenção e restauração tornando-o insatisfatório.

Referências bibliográficas

- CASTANHEIRA, E. R. L.; DALBEN, I.; ALMEIDA, M. A. S.; PUTTINI, R. F.; PATRÍCIO, K. P.; MACHADO, D. F.; JÚNIOR, A. L. C.; NEMES, M. I. B. Avaliação da Qualidade da Atenção Básica em 37 Municípios do Centro-Oeste Paulista: características da organização da assistência. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, 2009, 18(2) p. 84-88. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18s2/14.pdf> Acesso em 23 de maio de 2017.
- GUERRA, JR. A. A.; ACÚRCIO, F. A.; GOMES, C. A. P.; MIRALLES, M.; GIRARDI, S. N.; WERNECK, G. A. F.; *et al.* Disponibilidade de medicamentos essenciais em duas regiões de Minas Gerais, Brasil. **Rev Panam Salud Publica**. 2004, 15(3) p. 168–75. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v15n3/a05v15n3> Acesso em 19 de maio de 2017.
- SOUZA, R. A.; CARVALHO, A. M. Programa de Saúde da Família e qualidade de vida: um olhar da Psicologia. **Estudos de Psicologia**. 2003, 8(3) p. 515-523. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n3/19974> Acesso em 27 de maio de 2017.

QUALIDADE NO ATENDIMENTO E INFRAESTRUTURA DA UBS WALDIR SILVEIRA NO BAIRRO DENTE GRANDE NA CIDADE DE JANAUBA

Poliane Osmira Rodrigues Sakon. (Orientadora) Docente da FAVAG polisakon2017@gmail.com

Allan Klevyson Discente FAVAG allanklevyson@hotmail.com

Fabricio Coelho discente FAVAG fcs.coelho10@gmail.com

Dayane Geila Discente FAVAG dayane.geial@hotmail.com

Giovana Madalena Discente madalénagiovana2015@gmail.com

Maicon Antonio Discente FAVAG maiconasilva05@gmail.com

Vilany Gonçalves Discente FAVAG vilanygomes@hotmail.com

Introdução

A Política Nacional de Humanização (PNH) da Atenção e Gestão no Sistema Único de Saúde, chamada Humaniza SUS, foi desenvolvida de modo a qualificar o SUS e estabelecer, na prática, suas diretrizes. Essa política foi uma resposta às evidências do despreparo dos profissionais da saúde para lidar com a dimensão subjetiva do cuidado, juntamente com a persistência de modelos de gestão centralizados e verticais, que desapropriam o trabalhador de seu processo de trabalho.

Nas UBS, os usuários do SUS podem realizar consultas médicas, curativos, tratamento odontológico, tomar vacinas e coletar exames laboratoriais. Além disso, há fornecimento de medicação básica e também encaminhamentos para especialidades dependendo do que o paciente apresentar.

De acordo com PEREIRA (2008).

No contexto da saúde, para o repasse de recursos, existem diversas modalidades as quais se moldam de acordo com fatores existentes nos municípios, como população, estrutura, recursos humanos e outros itens. Também as esferas governamentais - Federal ou Estadual – são responsáveis pelos repasses destes recursos. No âmbito Federal, através do Termo de Limite Financeiro Global, são apresentadas as divisões dos repasses dentro de cinco blocos: Atenção Básica; Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; Assistência Farmacêutica; Vigilância em Saúde e Gestão do SUS.

Metodologia

Um estudo elaborado por acadêmicos de enfermagem na UBS Waldir Silveira da cidade de Janaúba/MG, utilizando pesquisa de campo, observando normas e rotinas afim de apontar os anseios dos profissionais e principalmente da população e pesquisa descritiva descrevendo e tabulando os dados encontrados a respeito, e a pesquisa quantitativa e qualitativa para tal, foi aplicado dois questionário, (um aos profissionais da saúde, e outro aos usuários da UBS Waldir Silveira) foram entrevistados 20 clientes da UBS, a pesquisa quantitativa tem como objetivo identificar o número de profissionais que trabalham na UBS. A pesquisa qualitativa tem o objetivo de avaliar as condições de atendimento, classificados em: Péssimo, Regular, Bom, Ótimo. Seu cenário de estudo foi realizado na Unidade Básica de Saúde Waldir Silveira na cidade de Janaúba-Mg, O levantamento feito pelos acadêmicos de enfermagem identificou que a UBS encontra diversos problemas como a falta de medicação, falta de cadeira de rodas para portadores de necessidades especiais, a péssima qualidade da infraestrutura. Os dados foram analisados através de tabelas e gráficos produzidos no programa Word, Excel.

Resultado

O levantamento feito pelos acadêmicos de enfermagem identificou que a UBS encontram diversos problemas como a falta de medicação, falta de cadeira de rodas para portadores de necessidades especiais, a péssima qualidade da infraestrutura.. A seguir veremos todo esse desenvolvimento e em estudo direcionado podemos ver o anseio da população usuária da UBS Waldir Silveira por uma infraestrutura melhor.

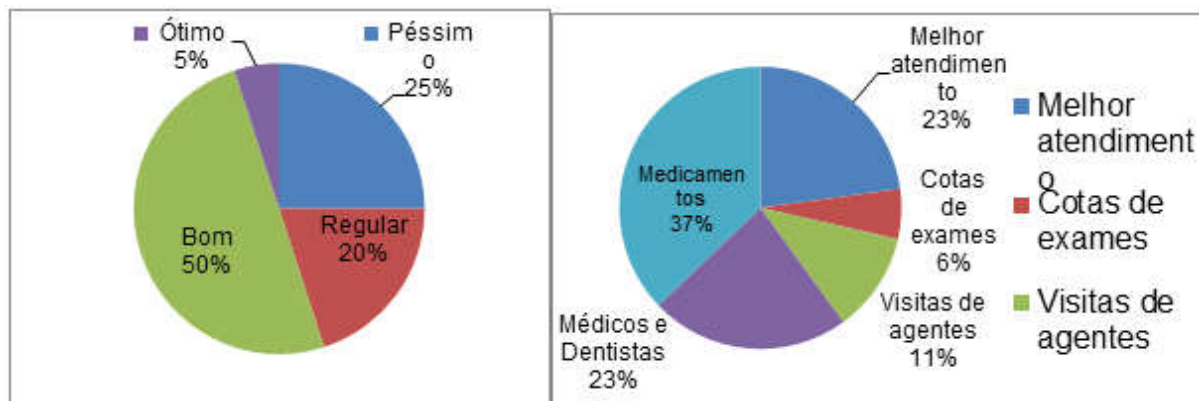
Profissionais em seu trabalho na saúde, mas depende de uma organização multidisciplinar no serviço de saúde que exige pessoal disposto para ir além da reflexão e problematização dos processos de trabalho, com garantia de tempo disponível e boa remuneração, além de uma infraestrutura que permita a eficácia do atendimento clínico. Tais condições são possíveis em uma cultura institucional aberta e flexível, na qual o poder seja intensamente delegado a gestores e a equipes técnicas qualificadas (Serrano, Benito, Giordani-Serrano, 2007).

Qual a importância de uma boa estrutura UBS para a população?

“É sempre bom ter uma boa estrutura para sermos bem atendidos quando for preciso, médicos especializados, remédios à disposição, nem todo mundo tem dinheiro para pagar consulta particular um bom médico e um ótimo atendimento é essência.” D.O.A

“Na melhoria do atendimento uma limpeza melhor precisaria de mais organização no corredor que dar acesso a sala de vacina”.F.M.S

GRAFICO QUE MEDE A QUALIDADE NO ATENDIMENTO E DESCREVE PRINCIPAIS ANSEIOS DOS USUARIOS DO POSTO WALDIR SILVEIRA BAIRRO DENTE GRANDE JANAÚBA MG EM 15/05/2017.



NO Brasil a falta de investimento, destacando uma ou mais das seguintes condições a que as equipes estão submetidas: composição insuficiente das equipes; perfil inadequado de profissionais; diferentes modalidades de contrato de trabalho; estrutura física inadequada e em situação precária; sobrecarga de atendimento, dificultando a execução do planejamento e discussão da dinâmica do trabalho; comprometimento do fluxo e contra fluxo dos usuários e das informações entre os diferentes níveis do sistema; falta de medicamentos; problemas de fidedignidade na alimentação dos dados do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB); além das expectativas contraditórias e conflitos das equipes com os poderes locais e a população, quando as equipes não conseguem atender à demanda; entre outros. 2004; VANDERLEI, 2005; FACCHINI, et al., 2006; DOWBOR, 2008; OLIVEIRA; CARVALHO; SILVA, 2008; OLIVEIRA, 2010),

Considerações finais

No âmbito desse estudo conseguimos informações suficientes que comprovam a ineficácia da planta física do posto de saúde Waldir Silveira, depois de realizado o trabalho o

principal problema identificado foi a falta de medicamentos, sua infraestrutura e a demora nos atendimentos, sendo esses problemas apontados como crônicos.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Acolhimento nas práticas de produção de saúde. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006b. Disponível em: . Acesso em: 19 maio 2008.

Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília, 2006.

Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Legislação estruturante do SUS**. Brasília: CONASS, 2007.

PEREIRA, Bruno de Oliveira. **Elaboração de Projeto para Construção de Imóvel para Implantação de UBS (Unidade Básica de Saúde)**. 2008. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso – UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso. Fleury MTL, Oliveira Junior MM, organizadores. **Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências**. São Paulo: Atlas; 2001.

Simões AR. **Gestão Estratégica nas Organizações Públicas de Saúde: Um estudo de caso da consolidação do SUS Municipal [dissertação]**. São Paulo: Centro Universitário Álvares Penteado, UNIFECAP; 2003.

Minayo MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; 1996.

Thiollent M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 3ª ed. São Paulo: Autores Associados; 1968.

PORTARIA nº 2.488, de 21 de outubro de 2011: Ministério da Saúde - Secretaria de Atenção à Saúde: **Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde da família**;

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS INTERCORRÊNCIAS DURANTE A TERAPIA HEMODIALÍTICA EM PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA

Zilton Santos Neto (Orientador) - Docente FAVAG. e-mail: ziltaosantos@hotmail.com

Raquel Fernandes Silva - Discente FAVAG. e-mail: quelferns@gmail.com

Miriã Foster Oliveira - Discente FAVAG. e-mail: mii-oliveira27@hotmail.com

Introdução

Os rins são órgãos fundamentais para a manutenção do meio interno, ou seja, a homeostasia, e quando a insuficiência renal crônica (IRC) atinge o indivíduo, ocorre à incapacidade dos néfrons e se torna impossível a manutenção do equilíbrio hídrico, eletrolítico e ácido-básico, pois os rins não conseguem mais excretar produtos finais do metabolismo e nem realizar funções sistêmicas (BELTRAME *et al.*, 2011).

A doença renal crônica é uma lesão do rim com perda progressiva e irreversível de suas funções. Essa doença tornou-se um dos problemas de saúde pública por suas crescentes taxas de prevalência, admite-se que, para cada paciente em terapia hemodialítica ou terapia renal substitutiva, existam de vinte a trinta outros com IRC em seus diferentes estágios (SANCHO; TAVARES; LAGO, 2013).

Segundo Sesso *et al.*, (2016) através dos dados do censo da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN), o número total estimado de pacientes em Terapia Renal Substitutiva em 1 de julho de 2014 foi de 112.004. Houve um aumento de 20 mil pacientes nos últimos 4 anos (92.091 em 2010). Metade desses pacientes encontrava-se na região Sudeste. A cada ano, aproximadamente 21 mil brasileiros necessitam iniciar tratamento hemodialítico ou diálise peritoneal, e que no ano de 2012 apenas 5.402 brasileiros foram submetidos a um transplante renal.

O tratamento para a IRC em estágio final é paliativo, pois o tratamento hemodialítico não é curativo, ele apenas substitui a função metabólica dos rins quando esses órgãos não conseguem mais exercer sua função. Entretanto, quando o diagnóstico da lesão renal é realizado precocemente possibilita ao indivíduo preservação da função renal, evitando que a doença avance para o estágio irreversível (CASSINI *et al.*, 2010).

O tratamento hemodialítico gera complicações potenciais, e por isso requer cuidados intensivos, diante disso os profissionais de enfermagem devem estar aptos a intervir em tais complicações, entre elas: hipotensão, hipertensão, câimbras musculares, náuseas e vômitos, cefaleia, dor torácica e lombar, prurido, febre e calafrios (SANCHO; TAVARES; LAGO, 2013).

Atualmente existem muitos pacientes em tratamento renal substitutivo e, portanto, sujeitos a todas as suas possíveis complicações. Isto posto, a realização desse estudo justifica-se pelo fato da Insuficiência Renal Crônica ser uma doença de caráter irreversível e necessitar de tratamento dialítico por tempo indeterminado onde o paciente está sujeito a uma série de complicações, tornando necessário que os profissionais de enfermagem estejam sempre atualizados para reconhecer e intervir nessas complicações e assim promover um tratamento com segurança e qualidade ao paciente renal crônico que já vive um cotidiano intensamente alterado, podendo assim traçar o perfil dos seus pacientes através das complicações apresentadas.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as principais intercorrências apresentadas pelos pacientes renais crônicos durante as sessões de hemodiálise.

Material e método

Para obtenção dos dados deste trabalho foi utilizada uma estratégia de investigação em revisões bibliográficas e pesquisa eletrônica, em artigos científicos. A pesquisa foi realizada em artigos publicados entre 2010 e 2016 e disponibilizados em base de dados eletrônicos do campo da saúde: SCIELO e BVS.

Para a busca de artigos utilizou-se o descritor de assunto com as seguintes palavras: hemodiálise, insuficiência renal crônica, intercorrências nefrológicas e intercorrências interdialíticas.

Foi realizado no total a análise de 14 artigos científicos, sendo os critérios de exclusão utilizados para esta análise a falta de proximidade com a temática. Ao final a revisão de literatura se compôs do total de 10 referências

Resultados e discussão

De acordo com Terra *et al.*, (2010) a qualidade de vida dos pacientes submetidos a tratamento de hemodiálise é afetada pelo surgimento de sinais e sintomas que por várias vezes agravam, e provocam instabilidade hemodinâmica como o quadro de dor, dispneia intensa. Sendo tratado com a administração de medicamentos que reduzem e aliviam os sintomas. Poucos tratamentos são livres de efeitos colaterais, e os sintomas que esses efeitos induzem podem aumentar ou reduzir o potencial dos benefícios do tratamento.

Coitinho *et al.*, (2015), relata que em 30% das sessões de hemodiálise podem acontecer complicações, dentre as quais são infecção em cateter duplo lúmen, hipotensão arterial ou hipertensão arterial, hipotermia, câimbras musculares, cefaléia, prurido, reações alérgicas, dor torácica e lombar, náuseas e vômitos, febre e calafrios. Estas complicações são decorrentes do processo de circulação extracorpórea e da retirada de grande volume de líquidos, em pouco tempo.

A Hipotensão Arterial é a complicação mais frequente e comum durante o processo de hemodiálise, acontecendo em até 30% das sessões, sendo o primeiro reflexo da grande quantidade de líquidos que é removida do volume plasmático durante uma sessão rotineira de diálise, os sinais e sintomas mais comuns são tonturas e sensação de desfalecimento, dor precordial, sudorese, confusão mental e taquicardia (ARAÚJO; SANTO, 2012).

Segundo Silva *et al.*, (2013), a crise hipertensiva é pouco frequente durante a diálise e sua causa ainda não é totalmente esclarecida. A hipertensão durante a diálise na maioria das vezes é ocasionada pelo excesso de sódio e água. Isso pode ser confirmado através da comparação entre o peso atual do paciente com o seu peso seco ou ideal.

Santana, Fontenelle e Magalhães (2013), acreditam que as câimbras são uma complicação comum da hemodiálise, predominam nos membros inferiores e ocorrem, geralmente, na segunda metade da hemodiálise. Corroborando com Falcão (2010) que afirma que a remoção em excesso de líquidos por ultrafiltração em curto espaço de tempo provoca alterações na perfusão tissular causando câimbras, e que câimbras graves e prolongadas durante a última parte da diálise e persistente por horas após a sessão, ocorrem possivelmente quando o paciente está desidratado, abaixo de seu peso seco.

A cefaléia é outra intercorrência comum durante a diálise, sua etiologia é em grande parte ainda não é conhecida. Este sintoma pode ser uma manifestação precoce e sutil da

síndrome do desequilíbrio ou pode estar relacionada com a abstinência da cafeína, em pacientes que ingerem café com frequência, uma vez que a concentração sérica dessa substância é agudamente reduzida durante a sessão de diálise (FALCÃO, 2010).

De acordo com o trabalho realizado por Araújo e Santo (2012) o paciente renal crônico torna-se um imunodeprimido, ou seja, tem uma sensibilidade para adquirir infecção aumentada. Na maioria das vezes, as infecções bacterianas nos pacientes portadores de doenças renais parecem evoluir de maneira muito mais rápida e a cura de maneira bastante lenta.

O local de acesso fonte de 50% a 80% das bacteremias (principalmente pacientes com cateteres). As bacteremias podem ocasionar endocardite, meningite e osteomielite. Vale ainda destacar que febre e calafrios durante a diálise podem estar relacionados à pirogenia ou infecção por equipamento contaminado (SANTANA, FONTENELLE, MAGALHÃES, 2013).

Conclusão

O paciente hemodialítico está sujeito a uma série de complicações durante a terapia renal, mesmo com os avanços tecnológicos na área de hemodiálise, com o uso de uma técnica correta e toda segurança possível no tratamento, isso mostra que não existem métodos de diálise livre de complicações devido ao estado do paciente ser hemodinamicamente instável.

A equipe de enfermagem deve estar sempre atenta a essas complicações, de forma a contribuir com uma intervenção eficaz durante o tratamento, bem como em uma assistência de enfermagem de qualidade ao paciente nefropata.

Desse modo, diante as complicações discutidas nesta pesquisa é essencial para o sucesso do tratamento hemodialítico, profissionais capacitados dispostos a trabalhar em conjunto com a equipe multiprofissional, com os pacientes e seus familiares, com o objetivo de diminuir o número de complicações e assim aumentar a qualidade de vida dos pacientes que necessitam desse tipo de terapia.

Pôde-se concluir que o conhecimento e a avaliação constante dessas complicações são de grande importância, podendo contribuir com a intervenção eficaz da equipe de enfermagem e médica e promovendo uma assistência de qualidade ao paciente, melhorando o seu prognóstico.

Referências

ARAÚJO, A. C. S; SANTO, E. E. A importância das intervenções do enfermeiro nas intercorrências durante a sessão de hemodiálise. **Caderno Saúde e Desenvolvimento**. v.1, n.1, p.20-30, 2012.

BELTRAME, V *et al.* Intervenções de enfermagem nas intercorrências do tratamento hemodialítico. **Ágora: R. Divulg. Cient.** v. 18, n. 1, Mafra, 2011.

COITINHO, D. *et al.* Intcorrências em hemodiálise e avaliação da saúde de pacientes renais crônicos. **Av Enferm.** v.33, n.3, p.362-371, Bogotá, 2015.

CASSINI, A.V *et al.* Avaliação dos principais fatores etiológicos em indivíduos portadores de insuficiência renal crônica em hemodiálise. **ConScientiae Saúde**, v.9, n.3, p.462-468, São Paulo, 2010.

FALCÃO, R.A. **Atribuições da enfermagem nas principais intercorrências durante a sessão de hemodiálise**. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

SANCHO, P.O.S; TAVARES, B.R; LAGO, C.C.L. Assistência de enfermagem frente às principais complicações do tratamento hemodialítico em pacientes renais crônicos. **Revista Enfermagem Contemporânea**. v.2, n.1, p.169-183, Salvador, 2013.

SANTANA, S.S; FONTENELLE, T; MAGALHÃES, L.M. Assistência de enfermagem prestada aos pacientes em tratamento hemodialítico nas unidades de nefrologia. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.6, n.3, Pub.5, 2013.

SILVA, G.L *et al.* **Assistência de enfermagem nas complicações em hemodiálise**. Faculdade Guanambi, 2013. Disponível em <<http://faculdadeguanambi.edu.br>> acessado em 01/06/2016

SESSO, R.C *et al.* Inquérito Brasileiro de Diálise Crônica 2014. **J Bras Nefrol**, v.38, n.1, p.54-61, São Paulo, 2016.

TERRA, F.B *et al.* As principais complicações apresentadas pelos pacientes renais crônicos durante as sessões de hemodiálise. **Rev Bras Clin Med**, v.8, n.3, p.187-92, São Paulo, 2010.

ANÁLISE DA MORTALIDADE DOS PACIENTES SUBMETIDOS AO TRATAMENTO HEMODIALÍTICA

Zilton Santos Neto (Orientador) - Docente FAVAG. e-mail: ziltaosantos@hotmail.com

Miriã Foster Oliveira - Discente FAVAG. e-mail: mii-oliveira27@hotmail.com

Raquel Fernandes Silva - Discente FAVAG. e-mail: quelferns@gmail.com

Introdução

Os rins são órgãos que desempenham funções vitais, como a filtração do sangue e o equilíbrio hidroeletrólítico, o controle da pressão arterial sistêmica e a sinterização de hormônios importantes. São órgãos que tem a função de eliminar substancias toxicas do organismo por meio da urina, e participam também da excreção de água e de sais minerais e do controle do pH do sangue (RUDNICKI, 2014).

A insuficiência renal é definida quando os rins não são capazes de removerem totalmente ou parcialmente os produtos de degradação metabólica do corpo ou de realizar as funções reguladoras. Devido ao comprometimento da excreção renal, as substâncias normalmente eliminadas na urina acumulam-se nos líquidos corporais e levam a uma ruptura nas funções endócrinas e metabólicas, e ocasionando também a distúrbios hidroeletrólíticos e ácido-básico (RIBEIRO et al., 2008).

Segundo Pivatto e Abreu (2010), para o tratamento da Insuficiência Renal (IR), dentre os métodos utilizados está à Hemodiálise (HD), método este mais habitualmente empregado para tratar os pacientes agudamente doentes e que precisam de dialise em curto prazo, bem como para pacientes com Insuficiência Renal que permanecem por longo tempo em tratamento.

“[...] A hemodiálise tem como objetivo remover líquidos, produtos residuais urêmicos, diminuir a instabilidade hemodinâmica, promover equilíbrio ácido-base e eletrolítico” (FALCÃO, 2010).

A Doença Renal Crônica (DRC) apresenta elevada morbidade e mortalidade. O numero de pacientes com insuficiência renal crônica terminal (IRCT) tratados com terapias renais substitutivas (TRS) aumenta no mundo todo a uma taxa de aproximadamente, 7% ao ano. Esta taxa excede à taxa de crescimento da população (TEIXEIRA et al., 2015).

A presente pesquisa justifica-se, devido o número reduzido de estudos relacionados à temática, sendo que está evidente o aumento da taxa de mortalidade em pacientes submetidos ao tratamento dialítico, decorrente a diversos fatores inerentes da própria doença e de outras patologias de base, tais como Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes, quadros de Anemia grave, Doenças Ósseas, dentre outras.

Frente ao exposto, o estudo tem como objetivo identificar a taxa de mortalidade em pacientes com Insuficiência Renal Crônica submetidos ao tratamento de hemodiálise.

Material e método

Para obtenção dos dados deste trabalho foi utilizada uma estratégia de investigação em revisões bibliográficas e pesquisa eletrônica, em artigos científicos. A pesquisa foi realizada por meio de publicações relacionadas ao assunto disponíveis em periódicos da área da enfermagem com livre acesso nos bancos de dados online do SCIELO (Scientific Electronic Library Online) e BVS (Biblioteca Virtual de Saúde), sendo o seu delineamento entre 2008 á 2015.

Para a busca de artigos utilizou-se o descritor de assunto com as seguintes palavras: insuficiência renal crônica, taxa de mortalidade, hemodiálise.

Foi realizado no total a análise de 14 artigos científicos, sendo os critérios de exclusão utilizados para esta análise a falta de proximidade com a temática. Ao final a revisão de literatura se compôs do total de 11 referências.

Resultados e discussão

Segundo Siviero *et al.* (2014), a doença renal é um problema que vem atingindo um número cada vez maior de indivíduos, em parte pelo processo de envelhecimento da população e devido ao aumento de portadores de diabetes mellitus e hipertensão arterial, principais morbidades associadas ao desenvolvimento da disfunção dos rins.

Segundo a Sociedade Brasileira de Nefrologia (2010) a taxa de mortalidade anual de pacientes submetidos a tratamento de hemodiálise no país foi de 17,1% em 2009 e de 17,9% em 2010. Apesar dos grandes avanços tecnológicos nos últimos anos no tratamento de doenças renais crônicas, existem diversas causas que potencializam a doença e que podem ser letais, principalmente as doenças cardiovasculares, como a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS). A letalidade cardiovascular de pacientes portadores de Insuficiência Renal é elevada (40% a 50% da população de renais crônicos), sendo superior à da população geral.

Conforme o Censo de 2012 da Sociedade Brasileira de Nefrologia mostra uma população de quase 100.000 pacientes submetidos a tratamento dialítico, 90% em hemodiálise. A incidência da doença renal aumenta por ampliação da expectativa de vida e por crescimento no número de indivíduos com hipertensão arterial e diabetes mellitus – condições associadas a mais de 60% dos casos de doença renal crônica terminal em terapia de substituição da função renal (SESSO *et al.*, 2014).

Pacientes com DRC em estágio avançado em programa dialítico apresentam elevado risco cardiovascular, dentre outras causas como a sepse, as neoplasias e a desnutrição, além daquelas sem causa definida, ditas indeterminadas. Entre os pacientes que são submetidos à terapia renal substitutiva, a causa cardiovascular é responsável por quase 40% do total de óbitos, sendo o infarto agudo do miocárdio (IAM) responsável por aproximadamente 20% dos óbitos de causa cardiovascular (PERES *et al.*, 2010).

Segundo a Sociedade Brasileira de Nefrologia (2016), a taxa anual de mortalidade foi de 18,2% dos pacientes em diálise. Em comparação aos dados obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a taxa bruta de mortalidade por mil habitantes no Brasil foi de 6,08 % no ano de 2015.

Conclusão

O alto índice de pacientes portadores de Doença Renal, seja aguda ou crônica, vem aumentando no decorrer dos anos, com isso, a maioria dos pacientes acabam necessitando do tratamento hemodialítico.

As doenças de base que mais acometem os pacientes com Doença Renal Crônica (DRC) são a Hipertensão e a Diabetes, essas doenças podem ocasionar tanto lesão do tecido renal quanto do sistema cardiovascular. E dentre as causas mais comuns de mortalidade desses pacientes, pode-se destacar as complicações cardiovasculares, já que a hipertensão e a diabetes aceleram o processo de aterosclerose.

A DRC tem elevado índice de mortalidade em relação à população geral, apesar dos grandes avanços tecnológicos, a população apresenta dificuldades no tratamento ou até

mesmo no diagnóstico, e além do mais a DRC é uma doença silenciosa e muitas vezes quando o indivíduo procura assistência na saúde encontra-se nos estágios avançados da doença.

Portanto podemos observar uma elevada taxa de mortalidade nos pacientes em diálise que se apresentou quase três vezes maiores nos pacientes em diálise em relação taxa bruta de mortalidade no Brasil.

Referências

- FALCÃO, R.A. **Atribuições da enfermagem nas principais intercorrências durante a sessão de hemodiálise**. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (RS), 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Taxa Bruta de Mortalidade por mil habitantes-Brasil-2000 a 2015**. Disponível em: <<http://brasilensintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-brutas-de-mortalidade.html>>. Acesso em: 04 Maio 2017.
- PERES, L.A.B.; et al. Causas de óbitos em pacientes renais crônicos em programa dialítico. **Revista Brasileira de Clínica Médica**. São Paulo (SP); v.8, n.6, p.495-9, 2010.
- PIVATTO, D.R.; ABREU, I.S. Principais causas de hospitalização de pacientes em hemodiálise no município de Guarapuava, Paraná, Brasil. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre (RS), v.31, n.3, p.515-520, 2010.
- RIBEIRO, R.C.H.M.; OLIVEIRA, G.A.S.A.; RIBEIRO, D.F.; BERTOLIN, D.C.; CESARINO, C.B.; LIMA, L.C.E.Q.; OLIVEIRA, S.M. Caracterização e etiologia da insuficiência renal crônica em unidade de nefrologia do interior do Estado de São Paulo. **Acta Paulista de Enfermagem**, São José do Rio Preto (SP), v.21, n.1, p.207-211, 2008.
- RUDNICKI, T. Doença renal crônica: vivência do paciente em tratamento de hemodiálise. **Contextos Clínicos**, Porto Alegre (RS), v. 7, n. 1, p.105-116, 2014.
- SESSO, R.C.; LOPES, A.A.; THOMÉ, F.S.; LUGON, J.R.; WATANABE, Y; DOS SANTOS, D.R. Relatório do Censo Brasileiro de Diálise Crônica 2012. **Jornal Brasileiro Nefrologia**, São Paulo (SP); v.36, n.1, p.48-53, 2014.

FATORES RELACIONADOS A NÃO ADESÃO A PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DURVAL JOSÉ DE OLIVEIRA

Deise Caroline Antunes Silva. Discente do 7º período do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Vale do Gorutuba/ MG. e-mail: deise.carol@hotmail.com

Bianca Maria Silva Soares Barbosa. Discente do 7º período do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Vale do Gorutuba/ MG. e-mail: biamariass@hotmail.com

Roberto Allan Ribeiro Silva. Discente do 7º período do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Vale do Gorutuba/MG. e-mail: roberto.allan@ufvjm.edu.br

Talita Antunes Guimarães. Docente FAVAG. Orientadora. Mestre em Ciências Farmacêuticas - UNIFAL. Doutoranda em Ciências da Saúde – UNIMONTES. e-mail: taantunes@gmail.com.br

Introdução

A educação voltada à saúde é uma prática transformadora, sendo considerada um ótimo meio para conduzir a todos a realizarem mudanças de hábitos, aceitando novos valores, e fazendo compreender a importância de prevenção de fatores que podem agravar sua saúde. Deve também ser desenvolvida uma atenção maior a saúde do homem sendo voltada não somente para o seu bem estar físico, mas também para o mental. Todos tem o direito de uma assistência voltada a saúde e ao conhecimento sobre as patologias que afetam especificadamente os pacientes do sexo masculino, que possuem uma alta taxa de morbimortalidade, verificando-se a ausência dos homens na procura de prevenções de diversos tipos de doenças comparados com pacientes do sexo feminino (VIEIRA, 2013).

Com o passar dos anos, os programas de assistência à saúde tem privilegiado os idosos, crianças, adolescentes e mulheres, negligenciando, dessa forma, as questões relacionadas à saúde do homem. Por valores culturais, os homens demonstram resistência para participar de ações voltadas para o cuidado de sua saúde, como se não houvesse necessidade de utilizar os serviços da saúde voltados para os homens (VIEIRA, 2013).

Dentre as doenças que acometem os homens o câncer de próstata se destaca, segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA) no mundo ele é o sexto tipo de câncer mais comum, e no Brasil é o segundo. É considerado um câncer da terceira idade pelo fato de 75% dos casos ocorrerem em homens com idade a partir de 65 anos, pois esta doença é rara antes dos 50 anos e sua incidência vai aumentando de acordo com a idade. A estimativa para novos casos em 2016 é de 61.200 (INCA, 2016).

O câncer de próstata (CP) é um tumor maligno que se desenvolve quando suas células se dividem e multiplicam desordenadamente, mas de uma forma lenta, não chegando a apresentar sintomas, e leva aproximadamente 15 anos para que o tumor atinja 1 cm³ (VIEIRA, ARAÚJO, VARGAS, 2012). A próstata é uma glândula localizada entre a bexiga e o reto, que faz parte do sistema reprodutor masculino, responsável pela participação da produção de parte do sêmen (BACELAR JÚNIOR, et al, 2015).

Dentre os métodos para sua prevenção existem os exames de dosagem do antígeno prostático específico (PSA) e o toque retal, onde podem ser identificadas possíveis alterações na próstata. Após esses exames se o diagnóstico for positivo deve-se fazer biópsia e o estudo histopatológico (BACELAR JÚNIOR, et al, 2015).

Destaca-se a importância de estudos que abordem a prevenção do CA de próstata, pois visam informar os homens acerca dos perigos que existem por não fazerem a devida prevenção do câncer de próstata, revelando os possíveis riscos que eles enfrentam com o

agravamento da doença e quando a mesma não é tratada no início. É de extrema importância que todos os profissionais de saúde orientem todos os indivíduos com idade mínima para realizarem a devida prevenção, evitando assim um possível agravamento da doença.

O objetivo deste trabalho será verificar os fatores relacionados a não adesão dos pacientes a realização do exame de prevenção de câncer de próstata.

Metodologia

Este resumo é referente a um projeto de monografia a ser desenvolvido na Unidade Básica de Saúde Durval José De Oliveira, no município de Porteirinha/MG. Trata-se de um estudo de caráter exploratório, descritivo e quantitativo.

Pretende-se incluir neste estudo pacientes masculinos com idade igual ou superior a 50 anos, por ser a idade mínima obrigatória para a realização do exame de prevenção de câncer de próstata preconizada pelo Ministério da Saúde.

Como instrumento de coleta de dados será utilizado um questionário, contendo 10 questões objetivas com questões que possibilitem revelar os motivos relacionados a não realização do exame de prevenção de câncer de próstata e o perfil socioeconômico de uma amostra, a ser definida, que seja representativa do universo da pesquisa.

A abordagem dos indivíduos será feita através de busca ativa nos domicílios. Serão respeitados todos os princípios éticos da resolução número 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados esperados

O Brasil foi o primeiro país da América Latina e o segundo do continente americano a implementar uma política nacional de atenção integral à saúde do Homem, o primeiro foi o Canadá, essa política, lançada em 2007, contem em seu bojo a intenção de orientar as ações e serviços de saúde para a população masculina, com integralidade e equidade, primando pela humanização da atenção, uma vez que apresenta como princípios a humanização e a qualidade, visando a promoção, reconhecimento e respeito à ética e aos direitos do homem, obedecendo às suas peculiaridades socioculturais (MEDEIROS, MENEZES e NAPOLIÃO, 2010).

Embora se tenha a implantação de uma boa política de assistência à saúde do homem, encontram-se diversas dificuldades para a sua prevenção, associadas a fatores como: falta de informação à população; crenças sobre o câncer e seu prognóstico; preconceito contra o exame preventivo e a carência de rotinas nos serviços para a prevenção do câncer de próstata, dentre outros (SOUZA, SILVA e PINHEIRO, 2011).

Acredita-se que a população deste estudo adotaram uma postura de resistência em relação ao exame, por falta de conhecimento dos homens em relação ao exame de prevenção de câncer de próstata inibe e relutância à realização do exame devido ao constrangimento, pois “viola” a sua masculinidade.

Os resultados Belinelo e seus colaboradores (2014) apontam, através de depoimentos de 21 homens de São Paulo, revelaram que há um enorme constrangimento da parte dos mesmos por sentirem sua masculinidade ameaçada pelo fato do toque retal interferir em sua concepção de masculino, deixando-o em uma posição constrangedora, sentindo sua privacidade invadida, causando vergonha e sentimento de impotência. O fato do exame exigir contato com o anus, os pacientes se sentem invadido por considerarem esta parte proibida em seu corpo por estar vinculado à penetração sexual. Silva *et al*, (2013) confirmam esses

achados ao afirmar que o preconceito também interfere nessa não adesão, pois é um bloqueio para não realização do exame preventivo.

Belinelo *et al.*, (2014) constataram que o medo dos pacientes de um possível diagnóstico positivo e o medo da dor através do exame, devido a estes problemas, há relutância por parte dos homens em procurar uma unidade básica de saúde, sendo estes uns dos principais fatores da não adesão a prevenção do câncer de próstata. Já para Vieira, Araújo, Vargas, (2012), está também relacionado com o medo da morte, e de uma possível ereção podendo ser comparada a uma excitação que pode ser um indicador de prazer.

O que se espera encontrar na população deste estudo, baseado nos achados dos autores citados, é um discurso repleto de valores culturais que exaltam a masculinidade, mas que, no entanto, carregam consigo o estigma da falta de informação, alimentado por piadas vinculadas frequentemente na mídia.

Considerações Finais

A coleta de dados ainda será realizada, assim que aprovado pelo comitê de ética em pesquisa e dimensionado a amostra que represente o universo da pesquisa.

Espera-se que as informações que serão obtidas, poderão contribuir para o conhecimento das especificidades locais e para a compreensão das iniquidades existentes, no que se refere ao acesso e realização regular do exame de prevenção do câncer de próstata e direcionar as estratégias para a inclusão dessas mulheres.

Este trabalho também pretende ir de encontro com a desinformação e preconceito, que se mostra como a principal barreira para a adesão dos homens, a partir de atividades de educação e promoção da saúde uma vez que estes podem proporcionar uma maior adesão aos programas de prevenção do câncer pelos indivíduos.

Referências

BACELAR-JÚNIOR, A. J.; *et al.* Câncer de próstata: métodos de diagnóstico, prevenção e tratamento. **Braz. J. Surg. Clin. Res.** v.10,n.3, p.40-46, 2015.

BELINELO, R. G. S. *et al.* Exames de rastreamento para o câncer de próstata: vivência de homens. **Esc. Anna Nery** vol.18 no.4 Rio de Janeiro. 2014.

INCA – Instituto Nacional de Câncer. Próstata. Disponível em:
<<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/prostata/definicao>>.
Acessado em: 22 de abril de 2016.

MEDEIROS, A. P.; MENEZES, M. F. B.; NAPOLEÃO, A. A. Fatores de risco e medidas de prevenção do câncer de próstata: atores de risco e medidas de prevenção do câncer de próstata: atores de risco e medidas de prevenção do câncer de próstata: subsídios para a enfermagem. **Rev Bras Enferm**, Brasília, 64(2): 385-8, 2011.

SILVA, A. B.M. *et al.* Conhecimento e práticas sobre prevenção do câncer de próstata. **Rev. enferm.** UERJ, Rio de Janeiro, 2013 dez; 21(esp.2):785-91.

SOUZA, L. M.; SILVA, M. P.; PINHEIRO, I. S. Um toque na masculinidade: a prevenção do câncer de próstata em gaúchos tradicionalistas. **Rev Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre (RS) 2011 mar;32(1):151-8.

VIEIRA, C.G.; ARAÚJO, W. S.; VARGAS, D. R. M. O homem e o câncer de próstata: prováveis reações diante de um possível diagnóstico. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.5, n.1, Pub.3, Janeiro 2012.

VIEIRA, E. A. Prevenção do câncer de próstata. [**monografia**]. Faculdade Católica Salesiana Do Espírito Santo. Vitória – ES / 2013.

ALEITAMENTO MATERNO: Fatores que influenciam o desmame precoce

Zilton Santos Neto (Orientador) -Docente FAVAG. E-mail:ziltosantos.enf@hrjanauba.com.br

Naiara Gomes Santos-Discente FAVAG. E- mail: naiaragomes02@gmail.com

Introdução

O aleitamento materno é uma importante ferramenta de promoção e prevenção de complicações na saúde da criança durante os primeiros anos de vida. O aleitamento materno exclusivo é quando a criança é alimentada somente com leite materno, sem a introdução de outros alimentos (VIANA, 2008).

Segundo a Organização Mundial de saúde (OMS) preconiza-se aleitamento materno exclusivo até o 6º mês de vida, após podendo introduzir outros tipos de alimentos e continuar com a amamentação até completarem 2 anos de idade. O leite materno possui uma serie de componentes como lipídios, proteínas diversas, cálcio, fósforo, açúcar, lactose, vitaminas, minerais, anticorpos, água, dentre outros. Que auxiliam o desenvolvimento físico e mental da criança, tornando este um momento de amor e carinho entre mãe e filho (SILVA *et al*, 2015).

O Aleitamento Materno apresenta diversos benefícios à saúde materna, como fenômenos regressivos do pós-parto (diminuição do sangramento e involução uterina) aumentando a ação da ocitocina que, quando age sobre a parede uterina, previne a ocorrência de atonia uterina nas primeiras horas pós - parto, além diminuir as chances de uma nova gravidez, diminuição na probabilidade de incidência de câncer de mama ou de útero (SANTOS, 2005).

O desmame precoce é a interrupção constante do aleitamento materno antes do 6º mês de vida, sendo um problema comum de diversos países (SILVEIRA, 2006). O desmame precoce esta associada à morbimortalidade infantil, sendo muito importante a promoção do aleitamento materno exclusivo, pois ele pode contribuir para a prevenção de seis milhões de mortes de crianças menores de doze meses a cada ano no mundo (CRUZ, 2009).

É grande o número de crianças no Brasil que iniciam o aleitamento materno nas primeiras horas pós parto, sendo cerca de 97%. Porém, o desmame precoce ocorre durante as semanas ou meses iniciais de vida do Recém Nascido. O número de crianças amamentadas exclusivamente nos primeiros 6 meses de vida, é pouco e as desmamadas é grande, distante do esperado. Os motivos da não adesão a amamentação estão relacionados a diversos fatores, podendo destacar a idade da mãe, nível de escolaridade, falta do companheiro, a não aceitação da gestação, numero de filhos, problemas nas mamas, introdução de mamadeira e chupeta nos meses iniciais de vida, facilidade para compra de outros tipos de leite (SILVA *et al*, 2015).

Este trabalho se justifica, pois através dos fatores relacionados acima ocorre uma necessidade na realização de aconselhamento, com as mães e familiares, colocando em pauta as vantagens e a importância do aleitamento materno de forma a tocá-las em seus sentimentos, e mostrando a elas as desvantagens do desmame precoce. Portanto esta pesquisa tem como objetivo identificar os fatores que influenciam a realização do desmame precoce nas puérperas atendidas no Hospital e Maternidade Sagrado Coração de Jesus em Janaúba, Minas Gerais.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, o instrumento da pesquisa é um questionário contendo questões sobre aleitamento materno e desmame precoce, que serão aplicados em puérperas no Hospital e Maternidade Sagrado Coração de Jesus - Fundação de Assistência Social de Janaúba FUNDAJAN, Janaúba- MG. Após assinado termo de consentimento. O delineamento do estudo foi do ano de 2015 a 2016. A coleta de dados será executada no período de julho a agosto de 2016 após aprovação do comitê de ética.

Resultados esperados

“[...] O desmame precoce é a cessação do aleitamento materno exclusivo ao seio, antes da criança completar os seis meses de vida, mesmo sendo uma opção materna, ou dos fatores que a levaram a interrupção” (MOTA, 2015).

O desmame precoce está relacionado a uma série de fatores como insegurança materna em colocar o Recém Nascido para mamar ao seio, aumento da responsabilidade frente aos cuidados com o Recém Nascido, a influência de familiares com mitos e crenças sobre amamentação, influencia dos ensinamentos adquiridos de mãe para filha, isto é, no meio sociocultural onde a mãe foi criada tornando esse meio superior aos determinantes biológicos. A rede social, familiares e profissionais de saúde a qual esta inserida essa nutriz possui um papel fundamental no processo de continuação ou descontinuação da amamentação (COTTA *et al*; 2010).

Para Primo, Bom e Silva (2008), é imprescindível a presença de profissionais capacitados para realização de planejamento, organização, desenvolvimento e avaliação de ações que atendam às reais necessidades das mulheres/mães, envolvendo diversas políticas de promoção de saúde, para mudança o cenário atual.

Espera-se que o estudo tenha aplicabilidade na prática profissional da enfermagem por mostrar a possibilidade da realização de um cuidado voltado para as necessidades da cliente, vislumbrando a reflexão sobre o agir e cuidar na vida cotidiana da mãe. Além disto, podemos conhecer os índices de desmame precoce do município de Janaúba, identificar as causas do desmame precoce, as necessidades das mães e das famílias sobre os problemas da amamentação e incentivar o hábito da amamentação exclusiva até os seis meses de vida.

Considerações Finais

Diante do presente estudo, conclui-se que ha necessidade de incentivar ações voltadas para o incentivo ao aleitamento materno, buscando novas estratégias de promoção e aconselhamento para gestantes, puérperas e familiares. Pois apesar do crescimento de iniciativas voltadas para amamentação, é grande o número de crianças desmamadas precocemente. Os profissionais de saúde apresentam um papel fundamental neste processo, juntamente com os familiares das puérperas, pois são eles que iram orientar a mãe quanto aos cuidados com o seu filho. O aleitamento materno exclusivo é importante para o crescimento e desenvolvimento da criança, pois ele fornece todos os nutrientes necessários para a criança.

Referências

COTTA, R.M.M. et al. **A influência da rede social da nutriz no aleitamento materno: o papel estratégico dos familiares e dos profissionais de saúde.** Viçosa – MG, 2010.

- CRUZ, D.P et al. **Fatores que levam ao desmame precoce: Uma revisão da literatura.** Universidade Vale do Rio Doce. Curso de enfermagem. Governador Valadares 2009. Disponível:<http://srvwebbib.univale.br/pergamum/tcc/Fatoresquelevamaodesmameprecoceumarevisaodaliteratura.pdf>. Acesso em: 08 de março de 2016.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Recomendações sobre aleitamento materno.** Disponível em: <http://www.leitematerno.org/oms.htm>. Acesso em 23/09/2015.
- PRIMO, C. C; BOM, M; SILVA, P. C. **Atuação do Enfermeiro no Atendimento à Mulher no Programa Saúde da Família.** Revista de Enfermagem - UERJ, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.76-82, 2008.
- SANTOS, E. K. A. **A enfermagem em pediatria e puericultura.** São Paulo: Atheneu, 2005.
- SILVA, A.R. et al. **Aleitamento materno: fatores que influenciam o desmame precoce.** Revista Brasileira de Educação e Saúde (Pombal – PB, Brasil), v. 5, n. 3, p. 01-07, jul-set, 2015.
- SILVEIRA, Rodrigo Pinheiro. **Prevalência de desmame precoce em um distrito sanitário da Amazônia Ocidental.** Revista Brasileira Medicina Fam e Com. Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://www.rbmf.org.br/rbmfc/article/view/21/332>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- VIANA, R.M; CRUZ, R.M.B. **Atenção á saúde da criança. In: Aleitamento materno e a orientação alimentar.**3.ed, Belo Horizonte, MG, 2008.

FATORES QUE INFLUENCIAM NA ESCOLHA DO PARTO CESAREO NO HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS FUNDAJAN

Zilton Santos Neto (Orientador) - Docente FAVAG. E-mail: ziltonsantos.enf@hrjanauba.com.br

Erika Viviany S. Nascimento-Discente FAVAG. E- mail: erikaviviany@hotmail.com

Introdução

A cesárea é um procedimento cirúrgico originalmente desenvolvido para salvar a vida da mãe e/ou da criança, quando ocorrem complicações durante a gravidez ou o parto. É, portanto, um recurso utilizável quando surge algum tipo de risco para a mãe, o bebê ou ambos, durante a evolução da gravidez e/ou do parto. Como todo procedimento cirúrgico, a cesárea não é isenta de riscos, estando associada, no Brasil e em outros países, a maior morbimortalidade materna e infantil, quando comparada ao parto vaginal. A escolha de qualquer intervenção médica, em termos éticos, deve basear-se no balanço entre riscos e benefícios. No Brasil e em outros países, no entanto, a cesárea tem sido abusivamente utilizada, sem benefícios para as mulheres e recém natos (BARBOSA *et al.*, 2003).

O índice de parto cesáreo modifica significativamente por diversos fatores, associados ou não, com a gravidez de alto risco, fatores culturais e sociais de onde vivem, entre outros. A cesariana ocorre em maior quantidade nas populações de classe alta, com acesso particular a saúde, na zona urbana, com mais possibilidade de ter um atendimento médico em obstetrícia. Tal procedimento vem crescendo nos últimos anos, principalmente na Região Sul do Brasil, com taxas acima do indicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 15% dos partos efetuados. (BOSCO, 2014)

Para Amorim (2010), o súbito aumento de partos cesariano é assustador caracterizando um grande obstáculo na saúde pública. Os estudos apontam que os fatores que justificam a crescente frequência de partos cesáreos estão fatores sociais, culturais e solicitação materna e de seus familiares por este tipo de parto. Porém é evidente que deve ser dar prioridade à realização da cesariana, na ocasião em que for indicada, durante o trabalho de parto. Ainda segundo Sass e Mei (2009) diversos fatores contribuíram para este fato, tais como a evolução das técnicas cirúrgicas e anestésicas, a redução dos riscos de complicações pós-operatórias mediatas, a conduta obstétrica defensiva, as características de organização do sistema de saúde, e conseqüente remuneração, além da própria demanda por parte das mulheres.

Assim, a escolha para realização do parto cesáreo deve ser cautelosa e discutida entre paciente e o medico. Sendo necessário fornecer informações constituídas em evidências para as gestantes ao longo do período de pré-natal. Portanto, justifica-se a execução deste estudo a coleta de informações relacionadas ao parto cesáreo eletivo e conseqüentemente buscar intervenções referente ao problema, pois, as crenças, mitos e tabus informados por experiências e relatos da sociedade para a gestante representa forte influência sobre a escolha do tipo de parto.

Com base nessas considerações iniciais, o presente estudo tem como objetivo identificar os fatores que influenciam as gestantes na escolha do parto cesáreo no hospital e maternidade sagrado coração de Jesus (FUNDAJAN).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, o instrumento da pesquisa é um questionário contendo questões sobre os fatores que influenciam na escolha do parto cesáreo no hospital e maternidade sagrado coração de Jesus- FUNDAJAN. As entrevistas serão registradas na íntegra, com sigilo total de todas as entrevistas e assinatura da participante no termo de consentimento.

Resultados esperados

Estudos apontam que os benefícios atribuídos ao feto pelo parto cesáreo eletivo são poucos, sendo que há um aumento do risco de morbidade Peri natal, sobretudo de entrada na unidade de terapia intensiva neonatal e síndrome da angústia respiratória do recém-nascido. O procedimento ainda associa-se ao aumento das taxas de mortalidade materna, cerca de cinco vezes maiores que o parto vaginal, há aumento do risco de nova cesariana de urgência, de placenta prévia e placenta acreta em gestação seguinte e de histerectomia por cesarianas repetidas (SOUZA 2010).

De acordo com Patah (2011) os estudos mostram que os fatores que justificam o crescente fluxo de cesarianas estão questões sociais, demográficas, culturais, relacionados também por solicitações maternas para o tipo de parto eletivo. Reconhece-se que estes determinantes são bastante complexos, incluem ainda as condições financeiras. Porém sabe-se que as indicações de cesarianas, utilizam descritores específicos como distócia, desproporção céfalo pélvica, apresentação pélvica, apresentação fetal, sofrimento fetal, líquido amniótico aumentado ou diminuído, mecônio e alterações da frequência cardíaca fetal. (SOUZA, 2010)

Ainda dentre os determinantes socioculturais que motivam as mulheres na escolha da cesárea estão o medo da dor, realização da laqueadura tubária, a convicção de que no parto terá um atendimento diferenciado e pela facilidade em definir a data e a hora para a realização do parto, afim de não comprometer suas atividades diárias. (VIEIRA, 2012).

Considerações Finais

Os índices de parto cesáreo estão superiores as taxas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), perante a isso há uma necessidade de identificar os fatores que levam a escolha do parto cesáreo a fim de proporcionar uma assistência integral e educativa às gestantes realizando orientações mais específicas, inserindo a família nesse ciclo, transmitindo para a gestante conhecimento sobre as alterações fisiológicas e preparo para vivenciar a maternidade, pois, através da educação ocorre a escolha de via de parto que melhor trará benefícios para o feto quanto para a mãe e uma melhor recuperação pós parto.

Referências

WEIDLE,W; MEDEIROS, C; GRAVE,M; BOSCO,S. **Escolha da via de parto pela mulher: autonomia ou indução?**. Disponível em: . Acesso em: 19 de Dez. 2015.
VIEIRA,A; LIMA,R.**Crescente incidência de partos cesáreos no Brasil**. Disponível em: . Acesso em: 19 de Dez. 2015.

FATORES RELACIONADOS À GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Zilton Santos Neto (Orientador) - Docente FAVAG. E-mail: ziltonsantos.enf@hrjanauba.com.br
Dyane Damascena Dias. Discente FAVAG. e-mail: DyaneDamascena@hotmail.com.

Introdução

A adolescência é uma fase do desenvolvimento humano que tem sido muito estudada por vários autores, dada a sua complexidade e modificações espetaculares e dramáticas que se estendem a todo o corpo. É um tema que exerce grande fascínio sobre pessoas que investigam o comportamento humano. Pensa-se que este fascínio é justificado pela dinamicidade desse período do desenvolvimento humano e também, pelos reflexos que exerce sobre a vida adulta e da saúde mental do indivíduo (DUARTE, 2005).

Quando buscou conhecer o significado do termo adolescência, verificou que seu conceito e compreensão variam de acordo com o tempo e o autor. Procurou, no entanto, fugir dos significados que lhe são dados, como: “aborrecência”, rebeldia e atrevimento, e ao mesmo tempo superar a compreensão de adolescência pautada na ideia de que ser adolescente é viver um mundo de sonhos e fantasias (BOCK, 2001, p.16).

Partindo desses critérios, percebeu-se que a literatura existente possibilita entender que, até o século XIX, considerava-se que o indivíduo passava diretamente da infância para a idade adulta, sendo que havia apenas os termos “juventude” ou “puberdade”, que correspondiam às transformações físicas, não havendo referências às emocionais. O conceito de adolescência é, portanto, bastante recente, datando do período entre o final da Primeira Guerra Mundial e o início da Segunda, ou seja, entre 1918 e 1939 (COLLI, 2010, p.72).

Atualmente, essa fase da vida é considerada uma etapa em si mesma, possuindo, desta forma, uma série de características peculiares, podendo ser definida como uma época em que aspectos biopsicossociais são transformados, de maneira que o biológico, o psicológico, o social e o cultural são indissociáveis, sendo impossível analisar um independente do outro.

A pesquisa tem sua relevância social, na medida em que busca descrever medidas preventivas da gravidez na adolescência, levando em consideração o alto índice de adolescentes grávidas no Brasil, os riscos às mães e aos recém-nascidos, a mortalidade materna e a falta de conhecimentos sobre os métodos contraceptivos, pré-natal e Doenças Sexualmente Transmissíveis. Além da relevância social, o estudo será de grande importância para a comunidade acadêmico-científica, pois poderá servir como fonte de pesquisa para futuros trabalhos relacionada ao tema, e contribuir com sugestões de medidas educativas que auxiliem os profissionais de saúde na prevenção da gravidez na adolescência.

A justificativa deste trabalho está na necessidade de aprofundar conhecimentos sobre os fatores que contribuem para o aumento da gravidez na adolescência e, sobre o papel do enfermeiro na promoção de ações educativas e preventivas diante dos índices de gravidez na adolescência. Pois, a gravidez na adolescência, geralmente, traz consequências graves, uma vez que a adolescente interrompe seu desenvolvimento global, desorganiza totalmente sua vida, acarretando problemas psicossociais desastrosos, tornando de extrema necessidade a promoção de medidas preventivas por parte do profissional de saúde, para se evitar a gravidez prematura, o que torna relevante a realização desta pesquisa. Portanto, este trabalho tem como objetivo geral verificar os fatores que levam às ocorrências de gravidez entre adolescentes cadastradas na Estratégia Saúde da Família do bairro Barbosa no município de Janaúba/MG.

Metodologia

Em seguida será realizada uma pesquisa de campo, este tipo de pesquisa consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente. Ela se detém na observação do contexto social, no espaço geográfico em que é detectado um fato social um problema que a princípio passa a ser examinado no próprio local e posteriormente é encaminhado para estudos e explicações com emprego de métodos e técnicas científicas.

O presente estudo optará por realizar uma pesquisa quantitativa, com a aplicação de um questionário juntamente com todas as grávidas adolescentes atendidas pela Unidade Saúde da Família Maria Fernandes de Souza no município de Janaúba/MG.

Resultados Esperados

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) a adolescência é definida como um período biopsicossocial que compreende a segunda década da vida, ou seja, dos 10 aos 20 anos. Esse também é o critério adotado pelo Ministério da Saúde do Brasil (BRASIL, 2007a) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (BRASIL, 2007).

Já para o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, o período da adolescência vai dos 12 aos 18 anos (BRASIL, 2007a). A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) considera o termo adolescência como: Um processo primariamente biológico que transcende a área psicossocial e constitui um período durante o qual se aceleram o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrange o período de 10 a 19 anos e compreende a pré-adolescência propriamente dita (15 a 19) (CROMACK; CUPTI, 2009).

A gravidez na adolescência tem sido considerada por alguns autores como um dos maiores problemas da Saúde Pública, devido ao alto índice de gestações nesta faixa etária. Estatísticas mostram que a incidência de gravidez na adolescência aumentou progressivamente nos últimos anos. Os índices de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) apresentam o crescimento do número de internações para atendimento obstétrico nas faixas etárias de 10 a 14; 15 a 19; e 20 a 24 anos. As internações por gravidez, parto e puerpério correspondem a 37% do total de internações entre mulheres de 10 a 19 anos nos hospitais públicos ou conveniados pelo SUS (BRASIL, 2005).

Considerações Finais

A gravidez na adolescência é considerado como um dos grandes problemas na saúde pública, muitas vezes se torna um período de grandes transformações e impactos, levando a várias complicações na família, favorecendo a possibilidade do desarranjo familiar, impulsionando, assim, a família e a adolescente a refazerem seus projetos de vida, o que, geralmente, desencadeia em diversos fatores negativos, como a interrupção escolar e o abandono do trabalho pelo evento da gravidez.

Este estudo é de grande importância para a comunidade acadêmico-científica, pois poderá servir como fonte de pesquisa para futuros trabalhos relacionada ao tema, e contribuir com sugestões de medidas educativas que auxiliem os profissionais de saúde na prevenção da gravidez na adolescência.

Referencias

ALMEIDA, José M.R de. **Adolescência e maternidade**. Portugal: Fundação CaloustGulbenkian, 2013.

ALMEIDA, L.P.T; PIMENTA, M.R.V. **As dificuldades que permeiam o desenvolvimento biopsicossocial do adolescente usuário de internet: um estudo de suas redes de relações.** Monografia de graduação. Belém, 2002.

ANDALAFT NETO, J.; ANDALAFT, C.C.M. **Gravidez e adolescência.** Rio de Janeiro: REVINTER, 2009.

BARACHO, Elza. **Fisioterapia aplicada à obstetrícia, uroginecologia e aspectos de mastologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

BOCK, A.M.B. **Adolescência: uma concepção crítica ?** Rio de Janeiro: Cortez, 2010.

_____. **Revendo o conceito de adolescência.** Anais da XXXI reunião anual de psicologia. Rio de Janeiro, Sociedade brasileira de psicologia, V. 01, p. 82, 2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente ? ECA.** Brasília: Ministério da Justiça, 2000.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde integral dos adolescentes e jovens: orientações para a organização dos serviços de saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. **Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD) ? Bases programáticas.** Brasília: Ministério da Justiça, 2000.

BRASIL. Secretaria de Política de Saúde. **Área de saúde do adolescente e do jovem. Saúde e desenvolvimento da juventude brasileira: construindo uma agenda nacional.** Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

O PAPEL DA FAMÍLIA NO CUIDADO AO PACIENTE COM TRANSTORNO MENTAL PÓS REFORMA PSIQUIÁTRICA

Talita Antunes Guimarães. Docente da FAVAG. Email: taantunes@gmail.com

Ana Eloisa Ferreira Serafim. Discente da FAVAG. Email: anaeloisamelhor2014@gmail.com

Érica Lorrany Freita. Discente da FAVAG. Email: lorranyalmeida8@gmail.com

Gilsara Bianca Soares. Discente da FAVAG. Email: biancasarah@hotmail.com

Leide Daihane da Silva Discente da FAVAG. Email: leidedaihane@gmail.com

Introdução

O modelo de família atual sofreu diversas mudanças, apesar disso o seu papel de representação de afeto, valores e zelo continua sendo o mesmo, independente da sua estrutura social (SILVEIRA E SANTOS JUNIOR, 2011).

As necessidades e emoções de cada membro da instituição familiar se expressa através desta relação. Por isso, no momento que o familiar adoece mentalmente os demais fica exposta ao preconceito, a sobrecarga afetiva e financeira. Como uma forma de evitar os apontamentos, muitos optaram por retirar a pessoa com transtorno mental do convívio social levando a reclusão em asilo (SANTOS, 2009).

Este cenário passou por transformações após Reforma psiquiátrica, que trouxe consigo o processo de desinstitucionalização, onde o indivíduo foi devolvido ao seio familiar. A partir daí coube a família promover o resgate da autonomia, cidadania e liberdade, assegurando os direitos civis (MACIEL, 2014).

Considerando esta realidade, as transformações propostas pela Reforma Psiquiátrica estabelecem um conjunto de desafios para a família do paciente, principalmente para a aquela que não se encontra preparada para lidar com as particularidades da pessoa com transtorno mental. Na presente revisão da literatura objetiva-se compreender o papel da família no cuidado ao paciente com transtorno mental, pós reforma psiquiátrica.

Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada através de estudos presentes no Google Acadêmico e acervo da Biblioteca Luizita Aparecida, no período de 2007 a 2017. Para tanto, empregaram-se as seguintes palavras-chave: “Família”, “Reforma Psiquiátrica”, “Saúde Mental” e “Pessoa com Transtorno Mental” em cada uma das bases de dados citadas, com os seguintes critérios de inclusão: artigos de pesquisa, nacionais e internacionais na área de Enfermagem, publicados em língua portuguesa ou inglesa. Excluíram-se os artigos que não se referiam à presença da família no cuidado da pessoa com transtorno mental.

Resultados e Discussão

De acordo MACIEL (2008) no presente momento da assistência psiquiátrica, a família é um espaço privilegiado para a execução do cuidado, já que se tornou aliada na implantação do modelo psicossocial em ascensão, ela deve ser encarada como alvo de intervenção, porque é responsável por assistir o paciente em todas as suas necessidades, inclusive na execução

adequada do plano terapêutico proposto para o paciente, além de ocupar um papel fundamental na reinserção da pessoa com transtorno mental à sociedade.

Desta forma, a família é indispensável no auxílio ao tratamento, estando ciente de todos os procedimentos a serem realizados, assim acompanhando o desempenho e a melhora do mesmo. Para que haja um resultado satisfatório, a interação da família com o doente psiquiátrico é de extrema importância, pois o mesmo desenvolveria melhor suas capacidades com o convívio destes.

Considerações Finais

O sujeito com transtorno mental requer atenção integral da família, que deve compreendê-lo em suas dificuldades, o mesmo requer dos seus integrantes a capacidade de ser flexível diante das individualidades dos seus membros, porque apesar de habitarem no mesmo local, sempre haverá formas diversificadas de interpretar o mundo e a sociedade. Considerando esta realidade, as transformações propostas pela Reforma Psiquiátrica estabelecem um conjunto de desafios para a família do paciente, principalmente para a aquela que não se encontra preparada para lidar com as particularidades da pessoa com transtorno mental.

Referências

SANTOS, THAIS CARVALHO. **A importância da família na qualidade de vida das pessoas com doença mental. (Monografia).**31p. Presidente Prudente. Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo. 2009.

SILVEIRA, MFA; SANTOS JUNIOR, HPOS. orgs. **Residências terapêuticas: pesquisa e prática nos processos de desinstitucionalização** [online]. Campina Grande: EDUEPB, p. 320, 2,2011.

MACIEL, CARNEIRO.S. **Saúde mental e dependência química.** João Pessoa: editora da UFPB, 2014.

MACIEL, CARNEIRO. S; et al. **Exclusão social do doente mental: discursos e representações no contexto da reforma psiquiátrica.** PsicoUSF [online]. 2008, vol.13, n.1, pp. 115-124.

RELATO DE EXPERIÊNCIA PACIENTE ACAMADO COM DIAGNÓSTICO DE ÚLCERA POR PRESSÃO

Anelita Mendes de Oliveira Discente da FAVAG. E-mail: anelita@gmail.com

Kennedy Anderson Discente da FAVAG. E-mail: Kenenedy@gmail.com

Lidiane Gomes Rocha Discente da FAVAG. Email: Lidiane@gmail.com

Maria de Fátima. Discente da FAVAG. Email: maria@gmail.com

Thallyson Henrique Ferreira Aguiar Discente da FAVAG E-mail: thallysonplay20@outlook.com

Talita Antunes Guimarães (ORIENTADORA) Docente da FAVAG Email: taantunes@gmail.com

Introdução

As úlceras por pressão chamadas de feridas complexas podem ser definidas quanto uma lesão localizada, acometido na pele e/ou tecidos subjacentes, usualmente sobre uma proeminência óssea, resultante de compressão associada a cisalhamento e/ou fricção. (HEALTHCARE IMPROVEMENT, 2011).

A úlcera por pressão acontece ao à pressão intersticial extrapola a pressão intracapilar, causando uma ausência de perfusão capilar, o que interrompe a condução de nutrientes ao tecido. (WADA, NETO, FERREIRA, 2010).

Dentre os cuidados de enfermagem, consideram-se medidas preventivas para o desenvolvimento de UP, obten-se: a estabilização e o reposicionamento adequado do paciente; os cuidados com a pele por meio de uso de técnicas adequadas de higiene, utilização de creme hidratante; a recomendação e o monitoramento das condições nutricionais e ingestão hídrica. (ANSEMI, 2003 & FERNANDES, 2006).

O objetivo desse relato de experiência é apresentar os cuidados da enfermagem sobre um paciente portador de úlcera por pressão e se justificar devido à importância que os profissionais de enfermagem possuem neste tratamento, pois o diagnóstico de úlcera por pressão é um quadro bastante recorrente em pacientes acamados.

Materiais e métodos

Trata-se de um relato de experiência de um paciente portador de úlcera por pressão, acompanhado na unidade básica de saúde Herlinda Silveira Brito do município de Janaúba-MG. O paciente foi atendido por acadêmicos do quarto período de Enfermagem da Faculdade Vale do Gorutuba (FAVAG) durante o “Trabalho de Integração FAVAG Comunidade” entre os meses de Junho a Novembro/2015, todos os princípios éticos foram respeitados, um Termo de Consentimento livre e esclarecido foi passado ao anonimato.

Resultados

Paciente L.G jovem sexo masculino, 21 anos, casado reside na cidade de Janaúba-MG, aposentado, acamado, paraplégico, encontrava-se tranquilo, corado, hidratado, eupneico, normotérmico, vítima de perfuração por arma de fogo, atingindo varias regiões do corpo, com acentuação toracolombar o mesmo ficando internado na UTI do Hospital Regional do seu município por dois dias para cuidados intensivos. O paciente foi transferido à unidade de tratamentos específicos na cidade de Montes Claros, que durante a internação obteve-se uma infecção hospitalar, seguida de úlceras por pressão na região das nádegas membros inferiores. Paciente foi submetido a vários tratamentos. No dia 18/06/2015 às 15 horas, foi realizada visita domiciliar pelos acadêmicos de enfermagem juntamente com a preceptora, onde foi orientada a família e ao paciente sobre os dispositivos tais como: cadeira de banho e de roda.

Realizado curativo em membro inferior direito, com seguintes características: pequena, com tecido de granulação e pontos de fibrina na região do meio, sem exsudato, com aspecto cicatrização de acordo com a **Fig. 1**.



Utilizou-se soro fisiológico (SF) 0, 9% e gases, cobertura com a utilização de óleo dersani nas bordas e neomicina, ocluído com gases, atadura e esparadrapo. Paciente no momento sem queixas. No dia 02/09/2015 às 15 horas 20 minutos realizou-se a segunda visita domiciliar, paciente se encontrava tranquilo no leito, corado, hidratado, respirando ar ambiente, alimentava-se espontaneamente, em uso de sonda vesical de demora para mensuração de diurese, o mesmo apresentava úlcera por pressão em região do ísquio de grande profundidade e circunferência, com presença de tecido de necrose, de granulação, presença de exsudato e de odor fétido. Apresentava ainda lesão de pequena extensão em membro inferior direito, com presença de exsudato e sem odor, porém com tecido de granulação. Realizado curativo em região do ísquio, com SF 0, 9% mais gases, utilizou-se cobertura hidrogel com alginato no tecido de necrose, umidificado tecido de granulação e ocluído com compressa, gases e micropore. Na região MID feito limpeza com SF 0, 9%, hidratado peri-lesão com hidrogel com alginato (AGE) e ocluído com gases, ataduras e esparadrapo **Fig. 2**.



No dia 23/09/2015 às 16:00 horas realizado a terceira visita domiciliar, após alta hospitalar, devido sepse causada pelo uso da sonda vesical de demora por tempo prolongado. Paciente encontrava-se corado, hidratado, respirando ar em ambiente, alimentando-se espontaneamente, manteve sonda vesical de demora, em uso de antibioticoterapia (ciprofloxacino e clavulin). Realizado curativos pelos acadêmicos diante a supervisão da preceptora, com SF 0, 9% ferida em grande profundidade com tecido de granulação, encontrava-se limpa e seca, sem sinais flogístico, com ausência de exsudato e odor fétido, hidratado leito da ferida com AGE, ocluído com gases e esparadrapo **Fig. 3**.



No dia 14/10/2015 às 15h13min, na quarta visita, o paciente encontrava-se em repouso no leito, decúbito lateral, respirando ar ambiente, eupneico, corado, hidratado, alimentava-se parcialmente, mantendo uso de sonda vesical de demora, com diurese presente, segundo relato, a diurese apresentava cor e odor característico. Realizado curativo em úlcera, apresentando boa evolução, com diminuição da profundidade, ferida apresentava úmida e com presença de exsudato de cor esverdeado com odor, porém mantendo tecido de granulação em ambas a partes, lavado com SF 0, 9% e gases, cobertura com hidrogel e ocluído com gases e esparadrapo **Fig. 4**.



Na semana seguinte dia 21/10/2015 às 15h30min, na quinta visita, o paciente em repouso no leito, decúbito dorsal, respirando ar ambiente, encontrava-se corado, hidratado, eupneico, afebril, alimentava-se normalmente, mantendo o uso de sonda vesical de demora com diurese presente de cor clara e odor característico. Realizado curativo em úlcera região do ísquio, apresentando bom aspecto de evolução, com diminuição de profundidade e diâmetro, curativo lavado com SF 0, 9% e gases, hidratado o leito da ferida com ácidos graxos essenciais e ocluído com gases e esparadrapo **Fig. 5.**



No entanto, na sexta visita em 28/10/2015 às 16h15min Sinais vitais – temperatura axilar: 36,0° frequência cardíaca: 86 frequência respiratória: 18 pressão arterial: 100/60mmhg Saturação de O₂: 98% paciente em repouso no leito, decúbito dorsal, cabeceira elevada 15°, consciente, comunicativo, orientado em tempo e espaço, normocorado, hidratado, afebril, eupneico normotenso. Alimentava-se espontaneamente, mantendo o uso de Sonda vesical de demora com diurese presente de cor clara. Aferido sinais vitais citados acima. Mantendo úlcera no ísquio direito apresentando tecido de granulação, com circunferência 4 cm comprimento: 2,5 cm profundidade: 2cm, drenando exsudato esverdeado sem odor fétido, na nádega e apresentava largura de 3cm, comprimento de 4 cm e profundidade de 3 cm. Realizou-se curativos, usando SF0, 9% mais gases e material de curativo estéril, hidratando com ácidos graxos essenciais toda a ferida e ocluído com gases e esparadrapo. Ferida com bom aspecto de cicatrização, paciente sem queixas, a família é sistematicamente orientada e capacitada quanto às realizações de trocas de curativos para não ter o risco de uma recaída evolutiva da cicatrização da úlcera.

Considerações finais

Diante da experiência vivida não bastasse o primeiro contato para avaliar, orientar e tratar as necessidades do paciente, mas sim fazer um acompanhamento semanal, e com isso nos subsidiou quais condutas seriam tomadas diante da evolução do quadro, haja vista que todos os pacientes que possuem úlceras por pressão necessitam de cuidados específicos, e cautelosos mesmo porque dependendo do grau que se encontra a lesão sua progressão pode ser lenta. Acredita-se que a assistência ao paciente acamado deva ter manutenção da integridade da pele e favorecer a cicatrização da ulcera presente e que a assistência deva ter uma base teórica consistente com as evidências científicas ou alicerçada no consenso de especialistas. E o uso apropriado das intervenções selecionadas trará um menor custo emocional e financeiro para o paciente, para a família e para o Sistema de Saúde (NOGUEIRA, CALIR, SANTOS, 2002).

Referências

ANSEMI M.L, PEDUZZI M, FRANÇA J. I. Estudo da incidência de Úlcera de pressão segundo cuidado de enfermagem. *Formatação*. 2003; (7): 57-72.

FERNANDES L.M. EFEITOS DE INTERVENÇÕES educativas no conhecimento e práticas de profissionais de enfermagem e na incidência de Úlcera de pressão em centro de terapia intensiva [tese]. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; 2006.

INSTITUTE for Healthcare Improvement. *How-to-Guide: Prevent Pressure Ulcers*. Cambridge, MA: Institute for Healthcare Improvement; 2011. Disponível em <http://www.ihl.org>. Acessado 26 Março 2013.

NOGUEIRA, P. C; CALIRI, M. H. L.; SANTOS, C. B. Fatores de risco e medidas preventivas para úlcera de pressão no lesado medular. Experiência da equipe de enfermagem do HCFMRP-USP. *Medicina (Ribeirão Preto. Online)*, v. 35, n. 1, p. 14-23, 2002.

WADA, Alexandre; NETO, Nuberto Teixeira; FERREIRA, Marcus Castro. Úlceras por pressão. *Revista de Medicina*, v. 89, n. 3-4, p. 170-177, 2010.

A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM RELAÇÃO À CLASSIFICAÇÃO DE RISCO PELO PROTOCOLO DE MANCHESTER

Talita Antunes Guimarães(Orientador) Docente FAVAG. E-mail: taantunes@gmail.com

Camila Dheycimara Santos Discente FAVAG. E-mail: camiladheycimara@outlook.com

Juliana Rodrigues. Discente FAVAG. E-mail: jurorodrigues64@hotmail.com

Talita Gomes Teixeira. Discente FAVAG. E-mail: talitagomesteixeira@hotmail.com

Introdução

Conforme Bohn (2013, p11) “a triagem é um método utilizado para estabelecer a gravidade e o risco de dano, atribuir prioridades de atendimentos e redirecionar o usuário para o local adequado, após sua chegada ao serviço em um curto espaço de tempo”.

Por isso, o sistema de triagem serve como identificador sobre a situação de cada usuário. A demanda que chega ao estabelecimento é dividida em grupos, em que o paciente que se encontrar em uma situação mais grave seja atendido primeiro, e, o que não corre risco de vida possa esperar em segurança (ACOSTA, DURO, LIMA, 2012).

O enfermeiro pode realizar a classificação de risco após capacitação de acordo com protocolos administrativos, que existem dentro da unidade. Com este treinamento, a equipe se encontra apta a prestar um acolhimento de qualidade e eficiência (COSTA, 2012).

O protocolo de Manchester segue 52 fluxogramas, que em seu interior dispõem de notas explicativas sobre cada um. Neste protocolo a mensuração da dor sentida pelo usuário é levada em consideração, classifica-se em uma escala de 1 a 10. Já a priorização de risco é determinada a partir das lamentações do paciente, que levam aos fluxogramas acima citados. A partir deles, consegue estabelecer em qual das cinco categorias o paciente se encaixa. (BOHN, 2013)

A classificação de risco pelo protocolo de Manchester é realizada por meio de um formulário, preenchido por profissionais especializados. O atendimento tem a duração de 2 a 5 minutos e o paciente é avaliado de acordo com sua sintomatologia. No momento em que o usuário é triado, ele é classificado de acordo com cores, que estabelece o tempo de atendimento: “vermelho – atendimento imediato; laranja – atendimento em até 10 minutos; amarelo – atendimento em até 60 minutos; verde – no máximo 120 minutos; e azul – em até 240 minutos” (CAMPOS e SOUZA, 2014, p.22).

Através de observações na recepção do Hospital Regional de Janaúba- MG, notou-se que a população encontra-se desinformada sobre a finalidade da classificação de risco e os seus benefícios. Com isso o objetivo desse trabalho é identificar o papel do enfermeiro frente à classificação de risco pelo protocolo de Manchester no atendimento em unidade de urgência e emergência.

Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica cujos dados foram coletados através do levantamento das produções científicas sobre a percepção dos usuários do serviço de urgência e emergência em relação à classificação de risco pelo protocolo de Manchester, produzidas entre os anos 2011 e 2014. A base utilizada para a coleta de dados foi o google acadêmico e os descritores utilizados foram: acolhimento, classificação de risco, protocolo de Manchester.

Resultados e discussão

Devido à população, a demanda de usuários que procura o atendimento de urgência e emergência é muito grande, ocorrendo assim uma superlotação no atendimento, sendo assim o aumento desta ocorrem devido à incidência de crimes e violências, números elevados de acidentes, doenças cardiovasculares, dentre outras. Na maioria das vezes, os usuários procuram o atendimento para solucionar problemas simples sendo que o mesmo poderia ser resolvido na atenção primária (COSTA, 2012).

O profissional enfermeiro também sofre com a falta de diferenciação ao classificar o paciente de acordo com seus sinais e sintomas relatados, sendo classificado como urgência e emergência, gerando assim transtornos no processo de classificação das pessoas que precisam de atendimento. (CAMPOS e SOUZA, 2014)

O entendimento e conhecimento reduzido dos usuários acerca do processo de classificação de risco, na maioria das vezes causam desentendimentos interpessoais entre enfermeiro e usuário devido não terem conhecimento de como funciona o atendimento de classificação de risco feito pelo enfermeiro. Sabendo que é uma triagem no qual prioriza o atendimento de acordo com a queixa do paciente, sendo que alguns deles são classificados como “pouco urgente” ou não urgente”, levando assim o conflito, alegando que devem ser atendidos por ordem de chegada, por desconhecerem o processo ou mesmo por falta de solidariedade com os mais necessitados (CAMPOS e SOUZA, 2014).

Para ter um bom atendimento e uma boa classificação de risco, o enfermeiro visa um atendimento humanizado, prestando uma assistência e um acolhimento de qualidade, assim como preconiza a Política Nacional de Humanização (PNH), do Ministério da Saúde. Tornando assim os profissionais da saúde responsáveis pela procura de um sistema de atendimento ao usuário que busque sempre a humanização (NASCIMENTO et. al. 2011).

Considerações finais

O Acolhimento e Classificação de Risco é de suma importância para um atendimento organizado, rápido e de qualidade. Os profissionais que trabalham na triagem, devem ser treinado e capacitados para ouvir e entender as queixas dos pacientes para classifica-los de acordo com seus sinais e sintomas. Podendo assim informar a classificação correta do usuário e um tempo previsto para seu atendimento.

Devido a relevância do tema, o trabalho será desenvolvido no Hospital da cidade de Janaúba-MG.

Referências

- ACOSTA, Aline Marques; DURO, Carmen Lucia Mottin; LIMA, Maria Alice Dias da Silva. Atividades do enfermeiro nos sistemas de triagem/classificação de risco nos serviços de urgência: revisão integrativa. Rev Gaúcha Enferm. 2012;33(4):181-190.
- BOHN, Marcia Luciane da Silva. Classificação do Risco de Manchester: opinião dos enfermeiros do Serviço de Emergência do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.
- CAMPOS, Jefferson; SOUZA, Vaniusa Soares. A percepção dos usuários do serviço de urgência e emergência em relação à classificação de risco pelo protocolo de Manchester. Montes Claros, v. 16, n.1 - jan./jun. 2014.
- COSTA. Relato de experiência da classificação de risco em UBS- Centro de Saúde Marivanda Baleeiro. Belo Horizonte, 2012.

NASCIMENTO, Eliane Regina Pereira do; HILSENDEGER, Bárbara Rosso; NETH, Caroline; BELAVER, Guilherme Mortari; BERTONCELLO, Kátia Cilene Godinho.
Acolhimento com classificação de risco: avaliação dos profissionais de enfermagem de um serviço de emergência. Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2011 out/dez;13(4):597-603.

AUMENTO DE PARTOS CESÁREAS E OS FATORES QUE SÃO DETERMINANTES NA ESCOLHA DESSA VIA DE PARTO

Talita Antunes Guimarães (Orientadora) Docente FAVAG. e-mail: taantunes@gmail.com;

Carla Daniele P. Gonçalves Discente FAVAG. e-mail: carladaniele94@gmail.com

Elisvânia Costa Rocha Discente FAVAG. e-mail: elisrocha2008@hotmail.com

Selma Soares Rodrigues Discente FAVAG. e-mail: selmasoaresrodri@hotmail.com

Introdução

Anteriormente o trabalho de parto e o parto eram realizados nas próprias casas das parturientes, onde eram executados por parteiras e habitualmente acompanhados por familiares. Entretanto devido aos avanços tecnológicos ocorreu uma grande tendência de institucionalização desse procedimento, no qual a assistência intervencionista prestada omite todos os aspectos fisiológicos e culturais da mulher e da sua família (PINHEIRO; BITTAR, 2013).

Ocorreram grandes avanços científicos a partir da segunda metade do século XX, acontecendo importantes alterações no acompanhamento ao período gravídico-puerperal, o parto se torna em um acontecimento hospitalar e cirúrgico. O crescimento da medicalização do parto e do desenvolvimento do saber médico se consolidou através desses avanços (LEÃO *et al*, 2013).

Uma das histórias que dão origem palavra cesárea, é a Lei de César no século VIII a.c., a qual retrata que, se durante o trabalho de parto a mulher morresse o bebê teria que ser retirado através de um corte feito no abdome (SARAIVA, 2013).

A cesárea é definida como uma técnica cirúrgica na qual o obstetra realiza uma incisão na parede abdominal e na parede do útero para retirar o feto da cavidade uterina. O parto cesárea deve ser indicado em casos que o parto vaginal possa ocasionar riscos tanto para mãe como para o bebê (CARVALHO; SANTOS, 2015).

O número de partos cesáreos vem crescendo, e este fenômeno vem ocorrendo em todo o mundo. É comprovado que a intervenção cirúrgica é de grande relevância para evitar óbitos e prevenir complicações resultantes de partos distócicos.

Nesses casos esse procedimento é considerado uma tecnologia que salva vidas, entretanto a sua banalização deixa de ser um benefício, portanto deve-se analisar criteriosamente a contribuição do uso correto das tecnologias para o parto e nascimento, para que estas não se tornem um problema.

Tendo em vista o aumento considerável do número de cesarianas no Brasil, este trabalho tem como objetivo investigar os fatores que levam as gestantes a optar pelo parto cesárea.

Metodologia

O presente estudo foi realizado a partir de revisão de literatura sobre o tema Fatores associado ao aumento da incidência de cesarianas. A base utilizada para coleta de dados foram o google acadêmico e o site do Ministério da Saúde produzidas entre os anos de 2009 e 2017, e os descritores utilizados foram: Cesárea, estatística e dados numéricos.

Discussão

A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu em 1985 que qualquer região do mundo não teria justificativas para possuir taxas de parto cesárea superiores do que 10-15%, considerando a hipótese de que se essa taxa ultrapasse os 15%, os riscos para a saúde reprodutiva passariam a serem maiores que os benefícios (PATAH; MALIK, 2011).

Alguns fatores contribuíram para este fato como, a redução dos riscos de complicações pós-operatórias mediatas, o aprofundamento das técnicas cirúrgicas e anestésicas, a atuação obstétrica defensiva, as características da sistematização do sistema de saúde, e consequente remuneração, além da própria escolha por parte das mulheres (SASS; HWANGLL, 2009)

Diante desse contexto notam-se alguns dados preocupantes, 88% dos bebês que nascem nas instituições privadas são por via cirúrgica, e que a porcentagem de cesáreas planejadas e sem recomendação clínica é altíssimo, atinge de 20% a 25% dos partos cirúrgicos. Na rede pública, esses números são menores, corresponde a 40% dos partos, ainda assim é um índice muito alto (PIMENTEL; FILHO, 2016).

Dessa forma, entende-se que o método Cesário quando inevitável e com uma correta recomendação pode não só salvar vidas, como também evitar graves complicações neonatais. A pesar disso, nos dias de hoje esse procedimento está sendo indiscriminado, e isto fez gerar sérias discussões no meio social (BENUTE *et al.*, 2013).

Sendo assim, o uso exacerbado pode ocasionar riscos adicionais desnecessários tanto para a mãe como para bebê, a realização de partos cesárea em excesso está relacionada com maior necessidade de tratamento pós-natal com antibiótico terapia, transfusões de sangue, frequência e duração da amamentação reduzida, as mulheres precisam de maior tempo de permanência hospitalar após o parto (NASCIMENTO, 2014).

Considerações Finais

A elevação das taxas de cesárea é um fenômeno mundial e o Brasil vive um cenário epidêmico de cesarianas desnecessárias. Ao mesmo tempo, um número significativo de trabalhos científicos tem sido publicado, analisando a questão sob diferentes pontos de vista. Diante da relevância do tema viu-se a necessidade pesquisar a prevalência de cesárias e quais são os fatores que levam as mulheres a optarem por essa via de parto. A pesquisa será realizada na maternidade Sagrado Coração de Jesus (FUNDAJAN) na cidade de Janaúba.

Referências

- BENUTE, G. R. et al. **Preferência pela via de parto: uma comparação entre gestantes nulíparas e primíparas**. Rev. Bras. Ginecol. Obstet. São Paulo, vol. 35, n. 6, p. 281-85, 2013.
- CARVALHO, L. S; SANTOS, M.J.C. **O desejo da gestante x a indicação do obstetra na indicação de cesárea: um retrato do brasil**. Monografia. p.8-22. Aracaju. Universidade Tiradentes, 2015.
- LEÃO, M. R. C; Riesco, M. L. G; Schneck, C. A; Angelo, M. **Reflexões sobre o excesso de cesarianas no Brasil e a autonomia das mulheres**. Ciênc. Saúde Coletiva. 2013 Ago; 18(8):2395-400.
- NASCIMENTO, J. R. **Fatores associados ao aumento da incidência de cesarianas no Brasil**. Faculdade de Ciências e Educação-Sena Aires. Valparaíso de Goiás, 2014.
- PATAH, L. E. M; MALIK, A. M. **Modelos de assistência ao parto e taxa de cesárea em diferentes países**. Rev. Saúde Pública. Fev; 45(1):185-94. 2011.

PINHEIRO, B. C.; BITTAR, C. M. L. **Expectativas, percepções e experiências sobre o parto normal: relato de um grupo de mulheres.** Fractal, Rev. Psicol. São Paulo, vol. 25, n. 3, p. 585-602, Set/Dez. 2013.

SARAIVA, J. M. **Cesarianas de Hospital Universitário: Fatores associados.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

SASS, N; HWANGLL, S. M. **Dados epidemiológicos, evidências e reflexões sobre a indicação de cesariana no Brasil.** Diagn Tratamento. 2009 Set; 14(4):7-33.

CONHECIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM QUANTO AOS PROTOCOLOS DE RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR DE UM HOSPITAL PÚBLICO DO NORTE DE MINAS GERAIS

Cleiton Nunes Pereira Discente FAVAG. e-mail: Cleitonnunes360@gmail.com

Talita Antunes Guimarães (Orientador) Docente FAVAG. e-mail: taantunes@gmail.com

Introdução

A parada cardiorrespiratória (PCR) é um evento Clínico onde ocorre a cessação dos batimentos cardíacos, acompanhado da inatividade da respiração do indivíduo, que condiz com a apneia ou a respiração agônica (AEHLERTH,2007).

Ela ocorre quando o ritmo cardíaco apresenta-se de forma variada, como: fibrilação ventrículo (FV), contração na coordenada do miocárdio; taquicardia ventricular (TV), batimentos ectópicos ventriculares; atividade elétrica sem pulso (AESP) apresentada pela ausência de pulso, mas com atividade elétrica, exceto em FV e TV; assistolia (ASI) quando apresenta ausência total de atividade elétrica ou mecânica do ventrículo (JERONIMO; CHEREGATTI,2011).

Pondo em pauta que a equipe de enfermagem permanece em maior tempo na assistência ao paciente, o enfermeiro (a) deve estar atento quanto aos sinais alterados que apresenta no Monitor Cardíaco, a fim de identificar alguma alteração importante e em seguida apresentar esses dados alterados para o médico para que possa fazer as correções o quanto antes (ZANINE. 2006).

Deste modo, o estudo tem como objetivo avaliar o nível de conhecimento teórico e prático da equipe de enfermagem, Que atua na ala de emergência de um hospital público do norte de Minas Gerais, sobre o protocolo de ressuscitação cardiopulmonar, bem como, Identificar o papel do enfermeiro e do técnico de enfermagem diante a intervenção de uma PCR e a importância da equipe em saber reconhecer uma parada cardiorrespiratória.

Metodologia

Trata-se de um estudo de revisão de literatura científica, sobre o conhecimento da equipe de enfermagem quanto aos protocolos de ressuscitação cardiopulmonar a qual consultou-se periódicos nas principais bases eletrônicas SciELO, Medline e Lilacs. Os critérios de inclusão foram artigos publicados no idioma português e sendo um em língua estrangeira (Inglês) no período de 2006 a 2016, que após a identificação por meio de títulos e resumos, se enquadraram ao objetivo central da pesquisa, abordando a temática proposta. No total procedeu a análise de 15 artigos científicos, sendo os critérios de exclusão utilizados para esta análise a falta de proximidade com a temática. Ao final a revisão de literatura se compôs do total de 08 referências.

Resultados e discussão

Um diagnóstico preciso resultante da agilidade da equipe resultará em um atendimento de qualidade onde o paciente terá um prognóstico positivo e livre de sequelas decorrente a de alguma hipóxia. (SILVA,2006).

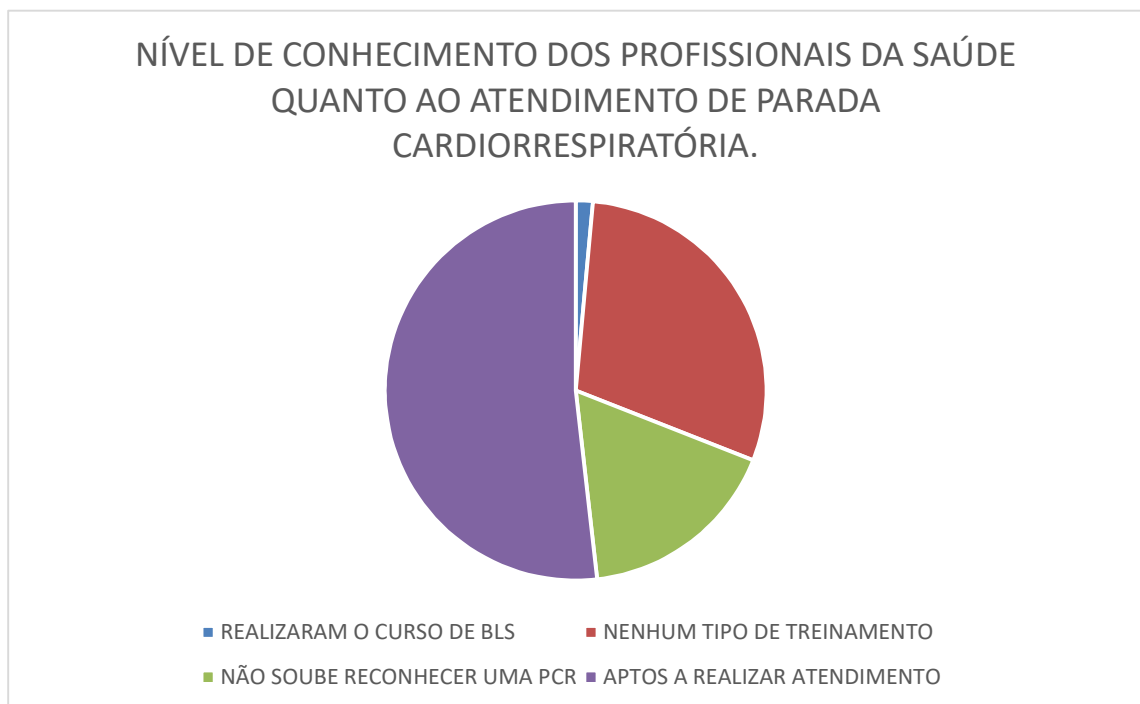
Em 1995 afirma Figueira filho, et al.(2006) mais de 300 mil pessoas nos estados unidos foram treinadas. Já no Brasil, desde 1997 apenas 3.900 médicos, enfermeiros e fisioterapeutas receberam treinamentos pelo comitê Nacional de Ressuscitação (CNR) do Fundo de Aperfeiçoamento e Pesquisa em Cardiologia (FunCor) da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC). Figueira Filho, et al. (2006) ainda afirma que os cursos de suporte básico de vida foram introduzidos no Brasil há mais de 14 anos e já é bastante disseminado pelo território brasileiro.

“As vítimas de PCR pode apresentar atividade semelhante a convulsão ou gasping, o que pode confundir os possíveis socorristas. Os atendentes devem ser treinados especificamente para identificar essa apresentação de PCR”. (AHA,2015, P.6)

De acordo com Sociedade Brasileira de Cardiologia, o índice de Óbitos causados por PCR chega a 200 mil mortes por ano no Brasil.

A falta de treinamento e a habilidade da equipe de enfermagem, contribui com falhas no decorrer da assistência a um atendimento de PCR, como o fornecimento insuficiente de matérias e equipamentos que serão indispensáveis no momento da ressuscitação, por isso, o conhecimento e a atualização das novas diretrizes de RCP devem ser seguidas para que diminua o índice de mortalidade relacionada a PCR. Silva et al (2010).

Foi realizado um estudo com 153 profissionais de enfermagem, no intuito de avaliar o nível de conhecimento e elucidar como se dava o treinamento sobre atendimento a parada cardiorrespiratória (PCR), e mostrou que 2,6% realizaram o curso Basic Life Support (BLS) e os outros 53,0% não havia feito o treinamento, sendo que 30,9% não souberam evidenciar os sinais de uma PCR e 93,0% achavam-se aptos a realizar esse tipo de atendimento. (AHA, 2010).



FONTE: American Heart Association (Aha),2010.

Alguns estudos apresentaram que o conhecimento dos enfermeiros quanto a PCR/RCP, mostrou certa decadência entre a prática e a teoria a qual fundamentava suas condutas. Na formação do profissional a dificuldade não resolvida repercute no momento da

assistência, pois só o embasamento teórico não é o suficiente para recompor a falha na formação (BOAVENTURA, 2010).

Considerações Finais

Esse trabalho possibilitou conhecer de forma mais ampla os pontos que precisa melhorar na assistência de um paciente em parada cardiorrespiratória além de mostrar um grande desafio para os líderes das equipes de enfermagem o quanto é importante que os profissionais da equipe estejam devidamente atualizados quanto os protocolos de ressuscitação cardiopulmonar, pois são apenas detalhes, mas que muda todo o desfecho do sucesso de um ressuscitação.

Referências.

AELERTH, B. ACLS: Emergências em Cardiologia um Guia para Estudo.3.Ed.. Rio de Janeiro:Elsevier, 2007.591 p.

AMERICAN HEART ASSOCIATION (AHA). Guidelines for Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care. International Consensus on Science. Circulation, p.6, 2015.

BOAVENTURA, A. P.; COUTINHO, R. M. C.Suporte básico de vida: conhecimento dos profissionais de ambulatórios de saúde ocupacional. In: Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, 10. Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, 6. 2006, São José dos Campos. Anais... São José dos Campos: Univap, 2006. p. 2748-2751.

FILGUEIRAS FILHO NM, BANDEIRA AC, DELMONDES T, OLIVEIRA A, LIMA AS JR, CRUZ V, ET AL. Assessment of the general knowledge of emergency physicians from the hospitals of the city on Salvador (Brazil) on the care of cardiac arrest patients. Arq Bras Cardiol. 2006;87(5):634-40.

JANINE, J.; NASCIMENTO, E R.P. DO BARRA, D.C.C.C. Parada e reanimação Cardiorrespiratória: conhecimento da equipe de enfermagem em uma unidade de terapia intensiva. Ver. Bras.ter.intensiva, São Paulo, v.18, n2, Jun. 2006.

JERONIMO,R; CHEREGATI, A.(orgs). Técnicas de unidades de terapia intensiva.2 Ed. São Paulo: Rideel 2011. Provedores da Saúde. Waverly Hispamica S.A, Ediciones Medicas em Espanhol yn Português, 2015 P. 6.

SILVA, A.R.DA. Parada cardiorrespiratória em unidade de internação: vivencias do enfermeiro,2006 dissertação(mestrado)- escola de enfermagem Ribeirão preto universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2006.192 F.

SILVA,S.C.;PADILHA,K.G. Parada cardiorrespiratória na unidade de terapia intensiva: Considerações teóricas sobre os fatores relacionados a ocorrências iatrogênicas. Rev. Esc. Enf. Usp. V.25, n.4, 360-5 p, 2010.

DIFICULDADES DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO CUIDADO AO PACIENTE COM TRANSTORNO PSIQUIÁTRICO

Talita Antunes Guimarães (Orientador) Docente FAVAG. e-mail: taantunes@gmail.com

Dan Kelvin Borges De Bem Discente FAVAG. e-mail: dankelvin02@hotmail.com

Geise Kelly Da Cruz Soares Discente FAVAG. e-mail: kellygeise636@gmail.com

Leticia Rahyanne Menezes Silva Discente FAVAG. e-mail: menezesleticia@gmail.com

Wanderson Alves da Silva Discente FAVAG. E-mail: wandersonpolo@hotmail.com

Introdução

A internação psiquiátrica continua um fator importante, em exclusivo para pacientes com transtornos mentais graves. Progressivamente, os hospitais gerais precisam aumentar o número de leitos de cuidados integral em saúde mental e associar com os demais serviços que integram a rede de atenção nesse campo. Os leitos psiquiátricos constituem-se em retaguarda para a assistência a pessoas em que o associado referente ao transtorno mental seja relevante (HILDELBRANDT, MARCOLAND, 2016).

Essas dificuldades se tornam mais perceptivas durante o cuidado à pessoa com transtorno mental. E se devem, em parte, a história da psiquiatria, dos métodos de tratamentos de formas manicomiais, dos preconceitos criados pela sociedade, motivos que ainda existem em nosso meio, inclusive no ponto de vista de alguns profissionais de saúde. Assim compreende que a preservação dos pareceres confusos sobre as pessoas com transtorno mental pode intervir dificultando o andamento do cuidado a elas (PONTES, LEITÃO, RAMOS, 2008).

O cuidado deve ser civilizado e sustentável em princípios de dignidade, respeito, centrado na comunicação com o outro, prevalecendo por liberação de infâmias, superstições e preconceitos, assim como os princípios, comportamentos e opiniões pessoais. Para isto a Enfermagem tem procurando se apreender novas formas de tecnologias que proporcionem o desenvolvimento e aplicabilidade de novos instrumentos para o cuidado, o que torna suas ações mais complexas (STEFANELLI, CARVALHO, 2005).

Essa pesquisa é de extrema importância para a comunidade acadêmica, e também para nossa sociedade, pelo fato de ser uma realidade que nos cerca e principalmente para os profissionais de saúde, que necessita cada dia mais aprimorar nossos conhecimentos para encarar esse desafio.

Dentre as práticas de enfermagem oferecidas ao pacientes com transtorno mental, a equipe de enfermagem deve ser capaz de acolher e oferecer uma assistência de qualidade de maneira integral e ainda assim atender as peculiaridades que envolvem as demandas da saúde mental.

Metodologia

Trata-se de uma revisão cujos dados foram coletados através do levantamento das produções científica sobre dificuldades da equipe de enfermagem no cuidado ao paciente com transtorno psiquiátrico, produzidos entre os anos 2005 a 2017. A base utilizada para a coleta de dados foi do Google acadêmico, e os descrito utilizados foram: saúde mental, assistência de enfermagem.

Resultado e discussão

Para Dutra et al. (2011) o sofrimento psíquico, é um conjunto que provoca mal-estar e dificuldades de conviver com a grupo contraditória de significados da vida mencionada às dificuldades de operar planos, definir o sentido da vida. Ou ainda, referida ao sentimento de impotência e de vazio.

O cuida é a principal fonte para transformar o modo de viver e reconhecer o sofrimento do portador de transtorno mental e sua família na sua rotina. No entanto, observa a família dentro da perspectiva de desinstitucionalização significa dar espaço para que ela expresse e trabalhe esses sentimentos e encontre caminhos para viver melhor (MAFTUM et al. 2010).

Em direção a sociedade, possa lidar com as formas diferentes de sofrimento psíquico, ou com sofrimentos de qualquer tipo, é necessário que o sistema de saúde o enxergue sem preconceitos, considerando simplesmente as condições como ser humano, abandonando a percepção de cura e adotando a concepção de cuidado, fundamentada na humanização e na subjetividade dos seres (Psí-quo) imersos no contexto social, como propunha a Reforma Psiquiátrica (DUTRA et al. 2011)

De acordo com Maftum et al. (2010) “deixando a , concepção de cura e adotando a fundação de cuidado, fundada na humanização de cura e adotando para o andamento do vínculo, e sem o seu uso não há interação terapêutica entre profissionais de enfermagem e paciente”.

Importante que o enfermeiro hoje é o agente terapêutico ser a base dessa terapia é o relacionamento com o paciente e a compreensão do seu comportamento. O objetivo da enfermagem psiquiátrica não é o diagnóstico clínico ou a intervenção medicamentosa, mas sim o compromisso com a qualidade de vida cotidiana do indivíduo em sofrimento psíquico (PEDRÃO, DUTRA, 2005).

O empenho da enfermagem não existe sem a interação sustentada pela comunicação entre o enfermeiro/equipe e Enfermagem/paciente. Neste sentido, a abordagem inicial da pessoa com transtorno mental deve ser desenvolvida e sustentada na comunicação terapêutica, visto que auxiliará na efetivação do vínculo, necessário para a continuidade da prática de cuidado (MAFTUM et al. 2010).

Considerações finais

O cuidado de enfermagem não existe sem a interação sustentada de uma equipe pela comunicação entre enfermeiro/paciente. Neste sentido, a abordagem inicial da pessoa com transtorno mental deve ser desenvolvida e sustentada na comunicação terapêutica. Sendo assim, será desenvolvido na cidade de Janaúba/MG, para verificação dos resultados encontrados na literatura, devido a importância do trabalho.

Referencias

ELSEN, I.; WAIDMAN, P. A. M. **O cuidado interdisciplinar à família do portador de transtorno mental no paradigma da desinstitucionalização.** Texto Contexto Enferm 2005 Jul-Set; 14(3):341-9

MAFTUM, A. M.; et al. **Cuidado ao portador de transtorno mental: percepção da equipe de enfermagem de um pronto atendimento.** CiencCuidSaude, Abr/Jun, 2010

PEDRÃO, J. L.; ANDRADE, P. L. R. **Algumas considerações sobre a utilização de modalidades terapêuticas não tradicionais pelo enfermeiro na assistência de enfermagem psiquiátrica.** Rev Latino-am Enfermagem, setembro-outubro, 2005.

DUTRA, D. F. V.; et al. **As estratégias dos enfermeiros para o cuidado em saúde mental no programa saúde da família.** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, Jan/Mar, 20011.

FATORES DE RISCO ASSOCIADOS À AUTOMEDICAÇÃO EM IDOSOS RESIDENTES NA CIDADE DE JAÍBA NORTE DE MINAS

Talita Antunes Guimarães (Orientador) Docente FAVAG. E-mail: taantunes@gmail.com;

Elias Ribeiro Ferreira da Silva Discente FAVAG. E-mail: elias-1000@hotmail.com

Introdução

O envelhecimento da população tem se dado de maneira acentuada nos países em desenvolvimento. Estima-se que o Brasil, em 2.025, seja a sexta maior população idosa do mundo atingindo trinta e dois milhões de pessoas com idade superior a sessenta anos. Diversos são as dificuldades encontradas por esta população e dentre elas está à automedicação (BRUM, TOCANTINS & SILVA, 2005).

A automedicação é a condição em que o paciente administra medicamentos não prescritos por profissionais habilitados e, portanto, sem indicação ou supervisão médica (REY, 2007). Este é um ato praticado, desde o início da história da humanidade, nas diversas fases da evolução histórica, todas as civilizações buscavam o alívio e até mesmo a cura das doenças, através da utilização de uma variedade de recursos terapêuticos (BARATA&BATISTA, 2010).

Grande parte da população idosa pratica a automedicação, ou seja, utiliza medicamento sem prescrição médica e este comportamento se deve a muitos aspectos e contextos socioeconômicos. Este ato tem muitas vezes a finalidade de aliviar as dores ou sintomas. Muitos idosos procuram a farmácia ou os próprios medicamentos que têm em casa, o que pode acarretar sérios danos à saúde (BORTOLON, *et al* 2007).

A utilização de um grande número de medicamentos, conhecido como polifarmácia pode contribuir para a prática de automedicação nos idosos (FLORES & MENGUE, 2005). Esta prática encontra-se em contínua expansão, sendo favorecida pela ampla variedade de produtos farmacêuticos que são lançados no mercado e pela publicidade que os cerca (NASCIMENTO, 2009).

Medicamentos são facilmente comercializados sem a apresentação de uma receita médica, pois a farmácia, apesar de ser um estabelecimento voltado para o bem-estar do consumidor, visa o lucro, assim aumentando ainda mais o consumo indevido de medicamentos (NASCIMENTO, 2009).

De 10 a 20% das internações hospitalares de idosos são decorrentes de reações adversas a medicamentos, os idosos são mais vulneráveis aos riscos, pois suas funções fisiológicas, muitas vezes já se encontram comprometidas, tais como, excreção renal, metabolismo hepático, o que contribui para aumentar a concentração plasmática dos medicamentos, podendo chegar a níveis tóxicos (BARATA & BATISTA, 2010).

O presente estudo teve por objetivo, identificar os principais fatores de risco associados à automedicação em idosos residentes na cidade de Jaíba Norte de Minas, bem como evidenciar as influencias e motivos que os levam a prática da automedicação.

Metodologia

Esta pesquisa consiste em um estudo do tipo quantitativo que, foi desenvolvido com os idosos residentes na cidade de Jaíba Norte de Minas. Na qual consultou-se periódicos nas principais bases eletrônicas: BVS(Biblioteca Virtual em Saúde), Medline, Lilacs e SciELO que, resultou como fundamentação teórica do tema.

Mediante aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa que na qual foi submetido e aprovado, a pesquisa ocorreu na cidade de Jaíba Norte de Minas, sendo os dados coletados no ato da compra dos medicamentos na Drogaria União do Norte de Minas, situa-se à Avenida Coronel Moacir José Silva 148, Centro Jaíba. Neste sentido, após a concessão pela (CEP) os dados foram coletados por meio de entrevistas aos clientes, sendo aplicado um questionário padronizado, visando à obtenção das informações demográficas e a identificação dos fatores de risco relacionados com a automedicação. Em seguida, os dados foram codificados e tabulados utilizando o programa Microsoft Office Excel® (2010) para o tratamento estatístico.

A elaboração, execução e conclusão deste trabalho, seguiram rigorosamente o trâmite de acordo com a resolução CNS 510-2016, conferindo eticidade na pesquisa do início ao fim, desta forma a mesma foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa Humana (CEP) e aprovado pelo parecer nº 1792199 em 26 de outubro de 2016. Portanto, a pesquisa apresentada, atende todos os preceitos vigentes na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 que, versam sobre o desenvolvimento e o engajamento ético em pesquisas científicas envolvendo seres humanos.

Resultados e discussões

Os resultados demonstraram que automedicação é um ato comum na população idosa de Jaíba Norte de Minas. Entretanto, condiciona desvantagens e sérios riscos à saúde, que devem ser considerados e, entre eles, destacam-se os gastos desnecessários, atraso no diagnóstico e na terapêutica adequada, visto que, proporciona potenciais riscos de interações com os medicamentos prescritos, resistência bacteriana, reações adversas e até mesmo intoxicação, sendo letal.

Fizeram parte da entrevista 22(55%) idosos do sexo masculino e 18 (45%) do sexo feminino, sendo que 25(62,5%) consideraram-se pardo e afirmaram a situação conjugal casado ou consensual 15(37,5%) conforme (**Tabela 01**).

Tabela 01: Distribuição dos participantes

Participantes	N	%
Homens	22	55
Mulheres	18	45
Total	40	100

Fonte: Autores

No entanto, o estudo evidenciou que 30(75%) dos idosos entrevistados realizam a automedicação por que acredita receber indicação confiável e julga-se favorável no tratamento dos sinais sintomas. Ao indagar os participantes sobre as principais classes de medicamentos que se automedicam, 24(60%) afirmaram que os principais medicamentos são analgésicos para dores em geral, em relação afreqüência 32(80%) deles disseram que sempre que tem dor de qualquer intensidade(**Tabela 03**).

Tabela 03: Classe de medicamento que mais ocorreu à automedicação.

Classe de Medicamentos	N	%
Analgésicos/Antitermicos	24	60
Antibióticos	9	22,5
antiinflamatório	6	15
Antialérgicos	1	2,5

Fonte: Autores

No que tange a automedicação, 23(57,5%) dos entrevistados apontaram que normalmente ao fim da prática, considera-se o tratamento como ineficiente, porém satisfatório. Neste sentido, observa-se que 32(80%) dos entrevistados recomendam medicamentos aos familiares e amigos. Sendo que, boa parte são portadores de doenças crônicas como diabetes e hipertensão 35(87,5%). Desta forma, os dados evidenciaram que os participantes conhecem os medicamentos que fazem uso 30(75%), porém não tem conhecimentos dos riscos associados à automedicação, todavia 38(95%) afirmaram existência de medicamentos em casa. No que se refere às reações alérgicas devido o uso de medicamentos, 10(25%) já sofreram reações alérgicas de alguma natureza.

Considerações finais

A automedicação é um ato potencialmente nocivo à saúde individual e coletiva, pois nenhum medicamento é inofensivo ao organismo. Entretanto, com o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa e sua anuência, foi possível explorar de forma significativa o cerne de questões que versam este tema, contudo, o uso indevido de substâncias consideradas banais pela população idosa residentes na cidade de Jaíba norte de Minas, pode gerar diversas consequências como, resistência bacteriana, reações de hipersensibilidade, dependência, ainda aumentar o risco para determinadas neoplasias. Muito embora a automedicação proporcione reações complexas à medida do uso de cada medicamento, a mesma só poderá se erradicada, ou no mínimo contê-la, quando houver um verdadeiro investimento de cunho governamental para fiscalização e acompanhamento a fundo de tudo que se diz respeito à dispensação de medicamentos, tão logo promova a conscientização e tome medidas adequadas para informar a população com palestras educacionais.

Referências

- ALMEIDA, Bruna de Souza *et al.* Análise do perfil de automedicação no bairro pilar, Duque de Caxias. **Escola de Farmácia – Saúde coletiva** EFA057-20 / 1, 2010).
- BARATA, D. M.; BATISTA J.L.S. Prática da automedicação em acadêmicos iniciantes e formandos do curso de Fisioterapia da UNAMA. **Universidade da Amazônia**, Belém-PA, 2010.
- BORTOLON, P. C., Karnikowski, M. G., & Assis, M. (2007). Automedicação versus indicação farmacêutica: o profissional de farmácia na atenção primária à saúde do idoso. **Rev APS**, 10(2), 200-9.
- BRUM, Ana Karine Ramos et al. The nurse as an action tool in care for the aged. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 13, n. 6, p. 1019-1026, 2005
- FLORES, Liziane Maahs; MENGUE, Sotero Serrate. Uso de medicamentos por idosos em região do sul do Brasil. **Rev Saúde Pública**, v. 39, n. 6, p. 924-9, 2005.
- GARRIDO R & MENEZES PR. O Brasil O Brasil O Brasil está envelhece envelhecendo: boas e más notícias por uma más notícias por uma perspectiva epidemiológica. **Rev Bras Psiquiatr** 2002;24(Supl I):3-6
- NASCIMENTO, A.C. Propaganda de medicamentos no Brasil. É possível regular? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, p. 869-877, Mai-Jun. 2009.

OLIVEIRA, Marcelo Antunes de et al. Automedicação em idosos residentes em Campinas, São Paulo, Brasil: prevalência e fatores associados. **Cad. saúde pública**, v. 28, n. 2, p. 335-345, 2012.

REY, L. Dicionário de termos técnicos de medicamentos de medicina e saúde. Rio de Janeiro: **Guanabara Koogan S.A**, 2007.

IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO ATÉ O SEXTO MÊS DE VIDA

Talita Antunes Guimarães (Orientadora) Docente FAVAG. e-mail: taantunes@gmail.com

Emanuelle Samara da Mata Discente FAVAG. e-mail: manusamara@outlook.com

Fernanda Botelho Teixeira Alves Discente FAVAG. e-mail: fernandabotelho_@hotmail.com

Introdução

Considera-se AME uma prática que consiste em alimentar o bebê apenas com leite do peito nos primeiros seis meses de vida, não alternando ou substituindo por nenhum outro alimento, como água, sucos ou chás, uma vez que o leite materno é altamente específico e atende a todas as necessidades nutricionais da criança, garantindo assim um ótimo padrão de crescimento e desenvolvimento dos fatores nutricionais e imunológicos, criando um vínculo afetivo e psicológico maior entre a mãe e o filho, o qual recebe não só alimento, mas amor, carinho e proteção (BRASIL, 2009).

O leite materno e o AME são de extrema importância para o desenvolvimento e crescimento do bebê nos seis primeiros meses de vida, ou seja, é essencial para a nutrição infantil (FROTA *et al.*, 2009).

O Ministério da Saúde (MS) recomenda que as crianças com até seis meses sejam alimentadas exclusivamente do leite materno. A introdução de alimentos complementares na dieta da criança só deve ocorrer após os seis meses de idade (BRASIL, 2012).

Devido aos determinantes culturais e socioeconômicos, o aleitamento materno exclusivo tem mudado ao longo dos anos, mesmo sabendo dos benefícios que o mesmo pode trazer para mãe-filho. Alguns motivos que pode levar a mãe a decidir desistir da amamentação são: estilo de vida, influência social e cultural. As mães precisam ser instruídas quanto as vantagens do AME, e também das desvantagens do desmame precoce (FROTA *et al.*, 2009).

É determinado como aleitamento materno exclusivo o período em que o bebê recebe somente o leite materno, direto ou indireto, e nenhum outro tipo de alimento sólido ou líquido (WARKENTIN *et al.*, 2013).

O aleitamento materno exclusivo (AME) é um assunto que deve ser exposto e explicado pelos profissionais de saúde mais frequentemente, pois além de ser mais econômico e prático, é livre de infecções, trazendo apenas benefícios. Às vezes por falta de informações, o mesmo deixa de ser praticado, acarretando assim, prejuízos tanto para o bebê quanto para a mãe. Para o bebê a introdução de alimentos complementares pode levar a obesidade, diarreias, infecção respiratória, desnutrição, desmame precoce, alergias, retardo do crescimento, etc. Para a mãe, a falta da amamentação aumenta o risco de câncer de mama, câncer de endométrio, um retardo a volta do peso pré-gestacional, maior fluxo de sangramento uterino pós-parto, uma maior chance de ter anemia, a sucção do bebê aumenta a liberação de ocitocina, provocando assim, uma involução uterina mais rápida.

O tema tem uma grande importância, pois será exposto para as mães como o AME trás apenas benefícios para mãe-filho. Contribuindo assim para uma infância saudável para o filho, e para um pós-parto tranquilo e livre de patologias para a mãe.

O presente estudo tem como objetivo avaliar a diferença do estado nutricional do bebê que se alimenta exclusivamente do leite materno até o sexto mês de vida, do bebê que introduz alimentos além do leite materno, utilizando como medida o Índice de massa corporal (IMC).

Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica, cujos dados foram coletados através do levantamento das produções científicas sobre comunicação em enfermagem, produzidas entre os anos de 2008 e 2017. A base utilizada para a coleta de dados foi o Google Acadêmico, e os descritores utilizados foram: A importância do Aleitamento Materno Exclusivo até o sexto mês de vida.

Resultados e discussão

Os fatores biológicos que influenciam o aleitamento materno estão presentes nos discursos dos profissionais de saúde, reafirmando, principalmente, os benéficos para a saúde do bebê, concentrando-se nos cuidados com a mama e muitas vezes afastando a mulher do protagonismo do evento (JUNGES *et al.*, 2010, p. 345).

O leite materno é capaz de satisfazer as necessidades nutricionais do bebê até o sexto mês de vida, ficando assim resistente a qualquer tipo de infecção, ajuda no estímulo da musculatura que envolve a fala, trás também uma tranquilidade para o recém-nascido. Além de estabelecer um vínculo afetivo entre mãe-filho (ARAÚJO *et al.*, 2008).

A recomendação do aleitamento materno exclusivo era de apenas até o quarto mês de vida, mas estudos mostraram que crianças amamentadas até o sexto mês não apresentavam déficits de crescimento e adoeciam menos de diarreia, independente nos países ricos ou pobres. (FUJIMORI; OHARA, 2009)

Segundo Santos (2012) o aleitamento materno trás consigo várias vantagens e benefícios para a mãe, como: redução de câncer de mama e de ovário; além de ser mais econômico, é mais fácil e prático de ser realizada; mantém o útero contraído diminuindo o sangramento; ajuda no processo pós-parto; entre outras.

O ato de amamentação propicia o contato físico entre mãe e bebê, estimulando pele e sentidos (ANTUNES, 2007).

O leite materno contém todos os nutrientes necessários em quantidades e qualidade adequadas para o desenvolvimento do bebê e estão em maior biodisponibilidade do que em outros alimentos que são introduzidos na alimentação da criança em tempos inadequados (OLIVEIRA; CASTRO; LESSA, 2008).

O AM é um alimento vivo, completo e natural, adequado para quase todos os recém-nascidos, salvo raras exceções. Suas vantagens são múltiplas e já bastante reconhecidas, quer a curto, quer a longo prazo, existindo um consenso mundial de que a sua prática exclusiva é a melhor maneira de alimentar as crianças até aos 6 meses de vida. O AM tem vantagens para a mãe e para o bebê. (LEVY; BÉRTOLO, 2008)

Considerações finais

Todos os autores, dos artigos e livros consultados, ressaltam a extrema importância da amamentação exclusiva até o sexto mês de vida para o recém-nascido e para a mãe.

Com o intuito de dar continuidade a esse trabalho, será realizado na cidade de JANAÚBA-MG, no Hospital Fundajan, após o consentimento das mães com o intuito de avaliar se as mães estão realizando o aleitamento materno exclusivo e se estas sabem da real importância do mesmo.

Referências

ARAÚJO, Olivia; et al. **Aleitamento materno: fatores que levam ao desmame precoce.** REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM REBEn, Brasília, v.61, n.4, p.489, jul./ago. 2008.

DIAS, E.; et al. **Prevalência do aleitamento materno exclusivo até o sexto mês no município de Mamonas-MG em 2013.** REVISTA CONTEXTO & SAÚDE, Ijuí, v.15, n.29, p.81-90, jul./dez. 2015.

FROTA, Mirna; et al. **Fatores que interferem no aleitamento materno.** REV. RENE., Fortaleza, v.10, n.3, p.61-67, jul/set. 2009.

FUJIMORI, OHARA. **Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica.** 1ª ed. São Paulo: Manole, 2009.

JUNGWES CF, Ressel LB, et al. **Percepções de puérperas quanto aos fatores que influenciam o aleitamento materno.** Rev Gaúcha Enferm., Porto Alegre (RS) 2010 jun;31(2):343-50.

LEVY, Leonor; BÉRTOLO, Helena. **Comitê Português UNICEF/Comissão Nacional Iniciativa Hospitais Amigos dos Bebês. Manual de aleitamento materno.** Edição Revista de 2008. Disponível em: <http://www.unicef.pt/docs/manual_aleitamento.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

OLIVEIRA, A.A.; CASTRO, S.V.; LESSA, N. M. V. **Aspectos do aleitamento materno.** Nutrir Gerais – REVISTA DIGITAL DE NUTRIÇÃO, Ipatinga. v. 2, n. 2, p.18, fev./jul. 2008.

http://www.unilestemg.br/nutrirgerais/downloads/artigos/aspectos_aleitamento_materno.pdf. Acesso em: 17 mar. 2017.

SANTOS, A.; et al. **Padrão de aleitamento e estado nutricional de crianças até os seis meses de idade.** HU RESVISTA, Juiz de Fora, v.42, n.2, p.119-124, jul./ago. 2016.

SANTOS, N; **Assistência de Enfermagem Materno-Infantil.** 3ª ed. São Paulo: latria, 2012.

WARKENTIN, Sarah; et al. **Duração e determinantes do aleitamento materno exclusivo entre crianças brasileiras menores de dois anos.** REVISTA DE NUTRIÇÃO, Campinas, v.26, n.3, p.259-269, maio./jun. 2013.

UMA VISÃO A RESPEITO DO FAMILIAR CUIDADOR DE PACIENTES TERMINAIS

Talita Antunes Guimarães (Orientadora) Docente FAVAG. e-mail: taantunes@gmail.com
Joice De Oliveira Brito Discente FAVAG. e-mail: joiceobrito@yahoo.com.br

Introdução

Quando um componente da família enferma manifesta uma incapacidade, o restante também adoce, os familiares fazem o possível para adaptar a situações como essas, mas em meio aos problemas podem ter dificuldades para lidar com acontecimentos novos. (ARAÚJO *et al*, 2010).

Para um momento assim o paciente requer uma maior atenção, necessitando de uma maior disposição e tempo de um acompanhante, que na maioria das vezes é um familiar, que além de acompanhar o paciente tem que controlar as suas emoções, não podendo demonstrar que sofre com a condição que se encontra o seu familiar. Sabendo também que as atitudes e reações do acompanhante trazem conseqüências nas respostas da paciente. (VALDUGA, HOCH, 2012).

Nossa própria saúde pode ser afetada, devido contrariarmos o nosso sentimento, se está à frente daquilo que detestamos nos traz se não infelicidade. A própria esperança pode levar à realização de diversas coisas nesse período. Rejeitar a esperança consiste à morte. Deixar de questionar a importância da família junto ao paciente, faz com este tenha um pouco mais de paz. No entanto para que a família possa desempenhar seu papel de dar suporte à situação vivenciada pelo cliente, ela também precisa de um suporte em suas necessidades físicas e emocionais. Informações fornecidas pelos familiares ajudam a entender seus gostos, manias e expressões. Especialmente à paciente com limitação à comunicação verbal. (CINTRA *et al*, 2011).

A doença duradoura de um familiar apresenta uma situação de crise proveniente de estresse, uma ameaça ao equilíbrio do normal funcionamento pessoal, familiar e social. Diante desses acontecimentos adversos e na ausência de mecanismos de resolução de problemas imediatos, o cuidador informal fica propício a uma condição de problemas que pode conduzir a um estado de desorganização psicossocial, freqüentemente acompanhado de medo, culpa e ansiedade. (PEREIRA *et al* 2013).

Este trabalho tem como objetivo, identificar se a necessidade de uma maior atenção ao familiar que acompanha um paciente em fase terminal, devido ter desgastes físicos e emocionais. A Família é a principal fonte de apoio do enfermo por isso deve ser preparada para lidar com determinada questão.

Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica, cujos dados foram coletados através de levantamento das produções científicas sobre comunicação em enfermagem, produzida entre 2009 a 2017. A base utilizada para a coleta de dados foi o Google acadêmico e os descritores utilizados foram: família, paciente, terminal.

Resultados e discussão

Segundo BACKER *et al* (2009) A vida se demonstra por meio da saúde e da doença, que são formas únicas, experimentações subjetivas, e que não contém manifestações totalmente através de palavras.

A Família em situação anormal de aflição, como no caso de um familiar enfermo, leva-os à confusão, afetando o seu emocional, sendo abalado intensamente.

Quando um componente da família enferma manifesta uma incapacidade, o restante também adocece, os familiares fazem o possível para adaptar a situações como essas, mas em meio aos problemas podem ter dificuldades para lidar com acontecimentos novos. (ARAÚJO *et al*, 2010).

Atualmente estudos em nosso meio mostraram que a indefinição decorrente do câncer do filho apresenta-se por meio de sentimentos e ações que são vivenciadas pela família nas ações que estabelece na circunstância da doença. (CUNHA, 2009).

A família, como parte integrante de nossa vida, não pode ser esquecida quando pensamos em atender um doente fora de possibilidade de cura. Com o passar do tempo, os familiares vêm seu ente querido piorar, apesar do tratamento que está sendo realizado, surge à angústia e muitas vezes a revolta.

Considerações finais

De acordo com as respostas apanhadas, os familiares acompanhantes que participam nos cuidados, devem ter um acompanhamento, devido desgastes físicos e emocionais. Citando também que são úteis para ajudar a equipe, pois conhecem o paciente, e auxiliam a sua observação continuamente. É preciso ressaltar, cada vez mais, a importância fundamental de a equipe ter uma ótica mais ampla, compreendendo a sua ação para além do cliente, abrangendo, também, o familiar, em seu planejamento e processo de cuidar, para que ele tenha participação mais efetiva nesse processo e que passe a ser um momento de interação pessoal entre equipe e familiares, possibilitando informações que orientem o estabelecimento de ações centradas no seu entendimento como sujeito do processo.

Referencias

- ARAÚJO Yara Balduino. **Doença crônica na infância: a rede e o apoio social na perspectiva da família.** João Pessoa, 2012. <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/5074>> Acesso em: 01 abr. 2017.
- BACKER MarliTerezinha Stein *et al.* **Conceitos de saúde e doença ao longo da história sob o olhar epidemiológico e antropológico.** Rio De Janeiro, 2009. <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=513371&indexSearch=ID>> Acesso em 05 abr. 2017.
- CINTRA Eliane Araujo, Vera MédiceNishide, Wilma Aparecida Nunes, 2º edição. **Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo.** Pág 08 e 09 (2011).
- CUNHA MLR. **Incerteza e sacrifício: o sofrimento da vida familiar invadida pelo câncer da criança.** São Paulo (SP): Escola de Enfermagem/ USP; 2009. <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7136/tde-14052009-114327/en.php>> Acesso em 02 abr. 2017
- PEREIRA Roberta Amorim, *et al.* **Sobrecarga dos cuidadores de idosos com acidente vascular cerebral,** 2013. <<http://www.scielo.br/pdf/receusp/v47n1/a23v47n1>> Acesso em 01 abr. 2017.
- VALDUGA Elza Queli, Verena Augustin Hoch. **Um olhar sobre os familiares cuidadores de pacientes terminais,** 2012. <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/view/1537>> Acesso em 05 abr. 2017.

IMPORTÂNCIA DA REALIZAÇÃO DO EXAME PREVENTIVO DO CÂNCER CÉRVICO-UTERINO (PCCU) E EXAME CLÍNICO DAS MAMAS (ECM) PARA A DETECÇÃO PRECOCE DO CÂNCER DE COLO UTERINO E MAMAS

Talita Antunes Guimarães (Orientadora) Docente FAVAG. e-mail: taantunes@gmail.com;

Joselane Ferreira da Silva Discente FAVAG. e-mail: josy.vg@hotmail.com

Introdução

O termo câncer é utilizado para representar um conjunto de mais de 100 doenças, incluindo tumores malignos de diferentes localizações. O câncer é uma importante causa de doença e morte no Brasil, desde 2003, as neoplasias malignas são responsáveis pela segunda causa de morte na população, representando quase 17% dos óbitos de causa conhecida, notificados em 2007 no Sistema de Informações sobre Mortalidade (BRASIL, 2010).

O câncer do colo do útero segundo Brasil (2013) é caracterizado pela replicação desordenada do epitélio de revestimento do órgão, comprometendo o tecido subjacente o estroma e podendo invadir estruturas e órgãos próximos ou a distância. Há duas principais categorias de carcinomas invasores do colo do útero, dependendo da origem do epitélio comprometido: o carcinoma epidermoide, tipo mais incidente e que acomete o epitélio escamoso, representa cerca de 80% dos casos, e o adenocarcinoma, tipo mais raro e que acomete o epitélio glandular.

O câncer de mama, assim como as demais neoplasias malignas, resulta de uma proliferação incontrolável de células anormais, que surgem em função de alterações genéticas, sejam elas hereditárias ou adquiridas por exposição a fatores ambientais ou fisiológicos. Tais alterações genéticas podem provocar mudanças no crescimento celular ou na morte celular programada, levando ao surgimento do tumor (BRASIL, 2013).

Tanto o câncer do colo uterino, quanto o câncer de mama, apresentam grandes chances de cura se detectados precocemente. Para detecção destes cânceres existem exames específicos, o exame preventivo do câncer cérvico-uterino, e o exame clínico das mamas. No entanto, muitas mulheres se privam de realiza-los. Este estudo tem por objetivo avaliar a importância da realização do exame preventivo do câncer cérvico-uterino (PCCU) e exame clínico das mamas (ECM).

Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica, cujos dados foram coletados através do levantamento das produções científicas sobre comunicação em enfermagem, produzidas entre 2010 e 2013. A base utilizada para a coleta de dados foi o Google acadêmico e os descritores utilizados foram: saúde da mulher, câncer de colo uterino e mama.

Resultados e discussão

Segundo Brasil (2013) os elevados índices de incidência e mortalidade por câncer do colo do útero e da mama no Brasil justificam a implantação de estratégias efetivas de controle dessas doenças que incluam ações de promoção à saúde, prevenção e detecção precoce, tratamento e de cuidados paliativos, quando esses se fizerem necessários. Portanto, é de fundamental importância a elaboração e a implementação de Políticas Públicas na Atenção Básica, enfatizando a atenção integral à saúde da mulher, que garantam ações relacionadas ao

controle dos cânceres do colo do útero e da mama como o acesso à rede de serviços quantitativa e qualitativamente, capazes de suprir essas necessidades em todas as regiões do País.

Dentre os métodos que podem ser utilizados na prevenção secundária ou na detecção precoce do câncer de colo do útero, Narchi *et al.* (2013) citam a colpocitologia (exame citopatológico ou Papanicolaou) método mais empregado que consiste na análise laboratorial de esfregaço que contenha células escamosas provenientes da ectocérvice, células colunares da endocérvice e células metaplásicas escamosas da zona de transformação, área que faz transição entre os dois epitélios do colo uterino, na qual se encontra a (JEC) junção escamo-colunar, local mais suscetível a fatores oncogênicos que podem transformar essas células em neoplasia.

O Exame Clínico das mamas de acordo com Gerk, Freitas e Nunes (2013), tem por objetivo a detecção precoce do câncer de mama. Para a detecção precoce do câncer, o Inca (Instituto Nacional do Câncer) recomenda a realização do ECM anualmente, para todas as mulheres a partir de 40 anos. Para realizar o exame o profissional da saúde deve obedecer às etapas que são: inspeção estática, inspeção dinâmica, palpação e expressão. Para uma boa avaliação todas as etapas deverão ser realizadas.

Bergamasco e Tsunehiro (2013) relatam que o desenvolvimento da atenção primária pelo profissional, realizada em Unidades Básicas de Saúde, deve compreender o Exame Clínico das Mamas, ou seja, deve se realizar o ECM. Durante a realização do procedimento a mulher deve ser estimulada e ensinada a realizar o Auto Exame das Mamas (AEM) e ser esclarecida da importância de adotar esse hábito do autocuidado.

Considerações Finais

De acordo com este estudo, o exame preventivo do câncer do colo uterino e o exame clínico das mamas, são imprescindíveis para detecção precoce do câncer de colo do útero e câncer de mama. No entanto, se faz necessário a realização dos mesmos, pois se não detectados precocemente estes cânceres são letais. Fazer busca ativa, capacitações, realizar os exames e instruir a realizar o auto-exame das mamas, são formas para combater essas doenças.

Referências

- BERGAMASCO, R. S.; TSUNECHIRO, M. A. **Enfermagem e Saúde da Mulher- Câncer de Mama e Autoexame.** 2ª Ed. Editora Manole, São Paulo, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Controle dos Cânceres do Colo do Útero e da Mama;** 2013. Disponível em:
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controle_canceres_colo_uterio_2013.pdf> Acesso em: 28 abr. 2017
- BRASIL. Ministério da Saúde. Estimativa 2010 – **Incidência De Câncer No Brasil.** Disponível em:
<file:///C:/Users/Geis/Downloads/estimativa_2010_incidencia_de_cancer_no_brasil.pdf> Acesso em 28 abr. 2017
- GERK, M.A. de S.; FREITAS, S. L. F de; NUNES, C.B. **Enfermagem e Saúde da Mulher- Consulta de enfermagem à mulher.** 2ª Ed. Editora Manole, São Paulo, 2013.
- NARCHI, N. Z. *et al.* **Enfermagem e Saúde da Mulher- Prevenção e Controle do Câncer de Colo do Útero.** 2ª Ed. Editora Manole, São Paulo, 2013.

PRINCIPAIS FATORES RELACIONADOS À GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Talita Antunes Guimarães (Orientador) Docente Favag. e-mail: taantunes@gmail.com

Wanderson Alves da Silva Discente Favag. e-mail: wandersonpolo@hotmail.com

Introdução

A gestação na adolescência é uma situação de risco psicossocial que pode ser identificada como um problema para os adolescentes que iniciam uma família não planejada. O problema afeta, principalmente, a juventude e sua possibilidade de elaborar um projeto de vida estável. É alarmante quando ocorre nas classes socioeconomicamente desfavoráveis. Os desafios são muitos e as mudanças próprias da adolescência, podendo os jovens envolver-se num comportamento de risco (GURGEL et al, 2008). A gestação nessa fase da vida oferece implicações desenvolvimentais tanto para a adolescente quanto para aqueles envolvidos nesse caso. (SANTOS et al, 2010).

Certamente inúmeras são as causas que podem estar envolvidas com a ocorrência da gestação na adolescência, em especial a não planejada ou a indesejada (SILVA et al, 2013).

A importância da pesquisa sobre o tema se torna relevante considerando o alto índice de gravidez na adolescência, ocorrendo principalmente entre jovens de classe social baixa, o que aumenta ainda mais os problemas sociais vivenciados por elas. Assim, pretende-se com o presente trabalho identificar os principais fatores de risco relacionado a gestação na adolescência.

Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica, cujos dados foram coletados através do levantamento das produções científicas sobre principais fatores relacionados à gravidez na adolescência produzida entre os anos de 2008 a 2017. A base utilizada para a coleta de dados foi o Google Acadêmico e os descritores utilizados foram: gravidez, adolescência, fator relacionado.

Resultado e discussão

Os principais fatores relacionados a gravidez na adolescência foram identificados por meio de artigos científicos na base de dados no Google acadêmico. Os principais achados em cada produção científica estão elencados na tabela 1.

Tabela 1 - Principais achados das evidências científicas no período de 2008 – 2017

Título	Autor/ano de publicação	Principais achados
---------------	--------------------------------	---------------------------

Fatores associados à recorrência da gravidez na adolescência em uma maternidade escola: estudo de caso	SILVA, A. A. A.; et al./2013	A recorrência de gravidez na adolescência associada a fatores reprodutivos e socioeconômicos, como: a ocorrência da primeira atividade sexual antes dos 15 anos, a adolescente não ser a responsável pelos cuidados do filho da primeira gestação, a primeira gravidez ter ocorrido antes dos 16 anos e ter renda familiar menor que um salário mínimo.
Gravides na adolescência: tendência na produção científica de enfermagem	GURGEL, I. G. M.; et al./2008	Demonstrando a relevância da temática da prevenção da gestação na adolescência, nos seguintes aspectos: responsabilização da mãe pela educação sexual dos filhos; ausência da figura masculina na discussão da temática; ausência do parceiro e abandono ao saber da gravidez; responsabilização da mulher pela concepção e anticoncepção.
Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção	SANTOS, C. E.; et al./2010	O estudo apontou que a gravidez precoce pode ser entendida como fator de risco ou proteção no jovem.
Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez	MOREIRA, M. M. T.; et al./2008	Os conflitos vivenciados pelos jovens foram: gestação como problema indesejado, medo de enfrentar a situação frente a família/companheiro, reações dos pais/responsáveis com a descoberta da gravidez, baixo nível socioeconômico familiar, determinando assim a não aceitação da gravidez.
Fatores de risco e implicações da gravidez na adolescência: uma busca nas evidências científicas	CORDEIRO, C. S. M. T.; BONFIM, S. A. 2011	Estudos mostram que os fatores de risco associados à gestação na adolescência são diversos, desde a convivência familiar, e pessoal até as condições dos serviços e oferta de saúde na área de abrangência da residência da juventude, fazendo parte de um problema de saúde pública. Os fatores de riscos apresentados nas evidências científicas são: baixo nível socioeconômico, baixa escolaridade, ausência de informações sobre sexualidade e métodos contraceptivos, falta de acesso aos serviços de saúde, conhecimento insatisfatório dos órgãos femininos, ausências de consultas ginecológicas, e uso de drogas ilícitas por familiares.

Considerações finais

São diversos os fatores relacionados à gravidez na adolescência, e por meio das evidências científicas identifica-se que os fatores são: baixo nível socioeconômico, baixa escolaridade, ausência de informações sobre sexualidade e métodos contraceptivos, iniciação sexual precoce, conhecimento insatisfatório de como se dá a gravidez e uso de drogas ilícitas por familiares. Devido à importância desse trabalho, será desenvolvido na cidade de Janaúba/MG, para verificação dos resultados encontrados na literatura.

Referências

- 1- GURGEL, I. G. M.; et al. **Gravidez na adolescência: tendência na produção científica de enfermagem**. Esc. Anna Nery Ver. Enferm. p.800, dez. 2008.
- 2-CORDEIRO, C. S. M. T.; BONFIM, S. A. **Fatores de risco e implicações da gravidez na adolescência: uma busca nas evidências científicas**. Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. Salvador-BA, 2011.
- 3- MOREIRA, M. M. T.; et al. **Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez**. Rev. Esc. Enferm. USP, São Paulo, p.313. 2008.
- 4- SANTOS, C. E.; et al. **Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 15, n. 1, p.74-76, jan./mar. 2010.
- 5- SILVA, A. A. A.; et AL. **Fatores associados à recorrência da gravidez na adolescência em uma maternidade escola: estudo caso-controle**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, p.497, mar. 2013.

ENGENHARIA CIVIL

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL(RCC)

Arley Figueiredo Portugal (Orientador) Docente FAVAG. e-mail: arleysolos@yahoo.com.br

Josias Vieira Braga Discente FAVAG. e-mail: bragajosias123@gmail.com

Igor da Silva Fernandes Discente FAVAG. e-mail: igor-fernandes98@hotmail.com

Introdução

O gerenciamento de resíduos sólidos na construção civil é fundamental para o manejo dos materiais em sua logística reversa, no caso de materiais que não tem como aplicar a reutilização e a reciclagem, o gerenciamento serve para dar um destino final ecologicamente correto. Tornando-se fundamental em qualquer ação numa obra, o ideal é que seja elaborado um projeto de gerenciamento antes mesmo que comece a construção ou demolição, para que não haja um descarte incorreto dos materiais e venha prejudicar o meio ambiente. Portanto o gerenciamento de resíduos sólidos na construção torna muito importante, pois “a construção civil e demolição em 2014 gerava cerca de 45 milhões de toneladas de resíduos sólidos” (ABRELPE, 2014 p.33)

Metodologia

O desenvolvimento do estudo foi obtido através de pesquisas bibliográficas, em livros e em dados oficiais do Ministério do Meio Ambiente e órgãos vinculados ao mesmo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, utilizando métodos de documentação indireta. Mediante o raciocínio indutivo a fim de abordar as discussões com enfoque no gerenciamento de resíduos sólidos culminados durante a construção civil, visando partir dos casos particulares a uma regra passível de aplicação a diversas obras. Esse trabalho visa mostrar a grande diferença do que é indicado a se fazer na teoria e no que está sendo realizado empiricamente.

Resultados e discussões

Os questionamentos frequentes na esfera da gestão pública ou para empresas que apresenta elevado índice de geração de resíduos, retomam a problemática sobre a utilização de resíduos sólidos para a construção civil. A interrogação que permeia o setor é o elevado índice de resíduos produzidos, “Em 2010 o Brasil produzia cerca de 31 milhões toneladas por ano” (ABRELPE, 2011 p.15). Por conseguinte torna-se um empecilho para os municípios, órgãos públicos e privados responsáveis pelos resíduos gerados. Na maioria das construções do Brasil não há projetos de gerenciamento dos resíduos que vão ser gerado no decorrer de uma obra. Então esses resíduos normalmente são dejetados em aterros, lixões ou até mesmo em lotes vagos. Em agosto de 2010 o governo federal instituiu a política nacional de resíduos sólidos, e altera a Lei nº 9605 de 12 de fevereiro de 1998. Ainda sim, ocorrem diversas resistências, como por exemplo, a aplicação de uma política rigorosa com punições para membros do setor público. A ausência do auxílio governamental em verbas e a falta de comprometimento por parte dos municípios em relação ao cumprimento da lei que visa regulamentar o descarte de resíduos sólidos, apesar destas contrariedades supracitadas, o avanço foi notável. Um quesito marcante que retirou a credibilidade da política do governo

federal foi o ato ilícito por parte do distrito federal que optou por não cumprir lei, tendo um lixão ativo, “sendo o maior da América latina com área aproximada a 170 campos de futebol e altura equivalente a 50 metros” (CANTO, 2014). Objetivando evitar transtornos para a gestão pública e multas a construtoras e os proprietários de empreendimentos na construção civil, deve se optar por um gerenciamento de resíduos sólidos antes mesmo do início da obra.

Para obter um bom gerenciamento dos resíduos sólidos deve se fazer um mapeamento da área à ser construída ou demolida, no caso da construção, criar baias para descartes dos materiais, separadas segundo a sua cor.

Códigos de cores para os Diferentes tipos de Resíduos Sólidos segundo a Resolução do Conama nº 275 (Conama, 2001a)

Azul	Papel/papelão
Vermelho	Plástico
Verde	Vidro
Amarelo	Metal
Preto	Madeira
Cinza	Resíduo geral na reciclável, misturado ou contaminado, não passível de separação.
Laranja	Resíduo perigoso
Branco	Resíduo ambulatorial e de saúde
Roxo	Resíduo radioativo
Marrom	Resíduo orgânico

Com uma pré-separação dos resíduos sólidos na obra, torna-se o processo mais fácil e eficaz minimizando transtornos na hora do descarte final. Mas para que seja feito um bom trabalho o empregado deve ser capacitado e devidamente treinado para o serviço, “O treinamento visa preparar o colaborador para essa execução, por meio de exercícios simulados (teóricos ou práticos), em que o mote é não mais apresentar ao trabalhador como e por que a tarefa deve ser executada daquela maneira, mas prepará-lo para a execução propriamente dita” (NAGALLI, 2014, p.45). Ao realizar essa pré-separação desses resíduos o mesmo deve ser recolhido separadamente por um órgão público ou privado, para ser destinado a um local onde seja capaz de ocorrer a triagem, porque numa obra não se consegue separar todos os materiais corretamente. O processo de demolição é semelhante ao de construção deve se fazer um mapeamento dos materiais que tem na construção, a ser demolida para que a demolição seja feita com cuidados para o menor índice possível de mistura dos materiais, logo após separar os resíduos sólidos na obra, o mesmo deve ser transportado a um posto de coleta e triagem de resíduos, em caso de obras pequenas o órgão público responsável por esse setor deve criar pontos nas cidades onde possa receber os resíduos, até que forme um volume considerável tornando-se viável o manejo até um posto de triagem. O processo de triagem separa todos os materiais, onde pode entrar associações de catadores para que haja a reciclagem dos materiais, depois desse processo haverá uma enorme quantidade de resíduos na maioria agregados primários e secundários. Os agregados primários são aqueles não sofreram nenhuma alteração como areia, por exemplo, já os secundários são materiais que sofreram alguma alteração, por exemplo, a argamassa. Os entulhos que são na sua maioria agregados (secundário e primário) pode ser triturado, gerando um novo agregado para reutilização, também se consegue aplicar em revitalizações de estradas rurais. Entretanto com a finalidade de ter êxito nesse processo, torna-se necessário um sistema de integração entre estados, município e sindicatos da construção civil, melhorando a comunicação e desempenho desse processo. Ainda assim tem

que se aplicar uma norma de fiscalização, para que não haja atos inadequados por alguma das partes envolvida no processo tornado assim um sistema ideal.

Considerações finais

De acordo o aumento da conscientização da sociedade, em relação à problemática que os resíduos da construção civil trazem para o meio ambiente e ao nosso bem estar. A quantidade exorbitante de resíduos sólidos que é gerada todos os dias no Brasil, e ainda saber que muito desses resíduos não tem uma destinação final correta, acarretará em vários debates até que realmente venha chegar a resultados melhores com ajuda da sociedade. Pois políticas e leis rígidas sem incentivo e conscientização, não terá os resultados esperados. Assim que nova medida que envolva a população e que seja bem orquestrada por algum órgão publica, que venha trabalhar em prol de uma sociedade mais ecologicamente correta, para garantir o futuro de novas gerações, ai sim mudará a forma de pensar e de agir de uma sociedade consumista.

Referências bibliográficas

BRASIL. Abrelpe. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2011**. Disponível em: <<http://a3p.jbrj.gov.br/pdf/ABRELPE%20Panorama%202001%20RSU-1.pdf>>.

BRASIL. Abrelpe. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2014**. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>>.

Brasil. Ministério do meio ambiente. **Plano nacional dos resíduos sólidos**. Disponível em: <<http://www.sinir.gov.br/web/guest/plano-nacional-de-residuos-solidos>>.

Brasil. Ministério do meio ambiente. **Resolução do conama nº 275, de 25 de abril de 2001** Publicada no DOU no 117-E, de 19 de junho de 2001, Seção 1, página 80.

CANTO, Reinaldo. **Lei dos resíduos sólidos não dói cumprida e agora**. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/lei-de-residuos-solidos-nao-foi-cumprida-e-agora-2697.html>>. (Acesso em: 24 maios 2017).

NAGALLI, André. **Gerenciamento de resíduos sólidos na construção civil**. 1. Ed. São Paulo: Oficina de texto,2014.

RESÍDUOS SÓLIDOS: a problemática dos lixões no Brasil

Josué Gonçalves Sobrinho Filho - Discente da FAVAG. Email: Josuegoncalves@yahoo.com.br

Arley Figueiredo Portugal (Orientador) - Docente da FAVAG E-mail: arleysolos@yahoo.com.br

Introdução

A destinação de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil é um tema que requer atenção, pois, atualmente esse tipo de resíduo não está sendo gerenciado de maneira eficiente em grande parte do país. Apesar da existência de legislação vigente prevendo a maneira adequada da destinação desses resíduos, a maioria dos municípios brasileiros ainda tem os lixões como o principal local de destinação desses resíduos.

Mas afinal, o que são os lixões?

[...] “assumem como “lixão” o local oficial, usado por organismo executivo (Estadual ou Municipal) como depósito público de lixo gerado pela população, sem condições adequadas de tratamento sanitário. Este conceito é bastante plausível, pois caracteriza aqueles locais para onde vão, sob responsabilidade do poder público, todos os resíduos coletados pelo serviço público de coleta de lixo[...]. DUEÑAS et. al. (2003) *apud* ARAÚJO, Saulo (2016).

Legalmente, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.307/2010), os lixões já deveriam ter sido extintos até agosto de 2014 e de fato, não é a realidade atual do país que ainda possui cerca de 3000 lixões ou aterros irregulares em funcionamento segundo a ABRELPE (Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública). Essa lei não é a primeira a considerar prejudicial o descarte de resíduos sólidos em local inadequado, a lei de crimes ambientais (Lei 9.605/1998) em seu artigo 54 já classificava o descarte em lixões como um crime ambiental e prevê penas para seus responsáveis, neste caso, os gestores municipais que segundo a legislação são os responsáveis pela destinação adequada desses resíduos. Ainda nesse contexto, de acordo com um levantamento realizado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2015, apenas 2215 municípios brasileiros (40%) possuem aterro sanitário enquanto 3346 municípios (60%), ainda continuam descartando seus resíduos sólidos em lixões.

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise da questão da problemática dos lixões no Brasil, buscando um análise bibliográfica para tal.

Desenvolvimento

A problemática ligada aos lixões afeta a sociedade de várias formas, pois os mesmos geram impactos ambientais, são nocivos a saúde pública, pois, permitem a proliferação de doenças e prejudicam a economia, gerando gastos com os problemas e impactos causados pelo mesmo.

[...] “Dentre os possíveis impactos gerados pelos lixões, pode-se destacar aqueles elencados por Batista et. al. (2010), que afetam as esferas ambiental, sanitária, econômica e social. Ambientalmente, os lixões produzem impactos como degradação da paisagem natural; contaminação das águas superficiais e subterrâneas; contaminação do solo; depreciação da qualidade do solo, por

Recredenciada pela Portaria do MEC nº 50 de 22/01/2013 - D.O.U. de 23/01/2013

meio de redução do processo de infiltração e danos à microbiota; pressão sobre micro habitats da fauna terrestre, por meio da atração de espécies exóticas; além de supressão da vegetação local. A questão sanitária refere-se a atração e proliferação de macro e micro vetores como ratos, baratas, mosquitos, bactérias e vírus, que são responsáveis pela transmissão de várias doenças como leptospirose, dengue, cólera, diarreia, febre tifoide, dentre outras. Os lixões também apresentam impactos econômicos para a sociedade, pois são descartados de maneira irregular materiais que poderiam ser reinseridos em diversas cadeias produtivas, reduzindo custos de produção e obtenção de matéria prima. Um dos maiores impactos, e que afeta toda uma estrutura funcional social, é o impacto causado na economia. De acordo com Mavropoulos & Newman (2015), em estudos realizados pela International Solid Waste Association – ISWA, o Brasil gasta cerca de R\$ 1,5bi por ano com problemas relacionados aos lixões. Este custo esta relacionado a programas de saúde para combater doenças causadas pelos lixões, além de custos com a perda de dias de trabalho causados por afastamentos médicos e custos psicossociais causados aos moradores das regiões afetadas. Estes mesmos autores realizam uma prospecção de que, caso não haja fechamento dos lixões como previsto em lei, num horizonte de cinco anos (2016-2021), e possível que o país gaste entre R\$ 13bi e R\$ 18,6bi em saúde.” BATISTA et. al. (2010) *aput* ARAÚJO, Saulo (2016).

Diversos materiais encontrados nos lixões descartados de maneira irregular poderiam ser reciclados, fato que não acontece, causando mais prejuízos de ordem econômica e ambiental, pois, com a reciclagem desses materiais e sua reinserção na cadeia produtiva, os custos de produção e a necessidade de obtenção de matéria prima seriam reduzidos.

Além disso, os lixões causam problemas de ordem social, pois, atraem catadores que por não possuírem outra fonte de renda, acabam encontrando nos lixões uma forma de conseguirem sobreviver.

O descumprimento da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos por 60% dos municípios brasileiros não é atribuído somente aos gestores municipais, mas também ao Governo Federal, pois, os municípios que apresentaram seu Plano de desativação dos lixões tiveram dificuldades na execução dos mesmos por falta de recursos financeiros para tal. Tendo em vista esse fato, percebemos que o gerenciamento ineficaz dos resíduos sólidos é uma questão preocupante, de ordem nacional, que deve ser mais enfocada pelos gestores do país, sejam eles municipais ou não.

Apesar de todos os dados negativos até aqui, alguns avanços aconteceram desde que a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos entrou em vigor. Segundo CANTO (2014), ainda que 40% do lixo no Brasil tenha destinação inadequada, há uma melhora significativa se compararmos com os 88% em 1989, além de um aumento dos investimentos do poder público às cooperativas de catadores que já superam 30 mil associados.

Além disso, apesar do atraso, foi dado o primeiro passo para o fechamento do lixão de Estrutural em Brasília-DF, o maior lixão ativo da América Latina; a inauguração do Aterro Sanitário de Samambaia que irá substituí-lo.

[...] “Um estudo da Abrelpe, uma associação de empresas de limpeza pública, e da Iswa, a associação internacional de resíduos urbanos, propõe uma nova estratégia: começar com os cinco lixões mais simbólicos do país, aprender com os desafios de fechá-los e depois expandir a experiência para os demais municípios. “Nós não vamos conseguir fechar todos de uma vez. Por isso, precisamos priorizar”, diz Carlos Silva Filho, presidente da Abrelpe. “Nós identificamos os mais simbólicos, que causam mais dano, para começar por eles.”

A Abrelpe sugere começar pelos seguintes lixões:

- 1 Estrutural (DF)
2. Carpina (PE)
3. Camacan (BA)
4. Divinópolis (MG)
5. Jaú (SP)

O Lixão da Estrutural, em Brasília, é o que está mais perto de ser fechado, já que o aterro sanitário que irá substituí-lo foi inaugurado. Ainda assim, Carlos estima que isso leve pelo menos mais um ano e meio. Os outros estão mais distantes. O roteiro sugerido pela Abrelpe diz que é possível fechá-los num prazo de três a cinco anos.”[...] CALIXTO, Bruno (2017).

Considerações finais

A problemática dos lixões afeta a sociedade como um todo, sempre trazendo prejuízos, sejam eles de ordem ambiental, sanitária, social ou econômica. Percebe-se também que apesar da responsabilidade do gerenciamento desses resíduos pelos gestores públicos ser prevista por Lei, prevendo punições ao seu não cumprimento; esse gerenciamento não está sendo feito de maneira adequada na maioria dos municípios brasileiros, e que diante da situação exposta e todos os seus fatores negativos é necessária uma mudança na realidade no país no tocante a essa questão.

Além disso, percebe-se também que apesar da situação dos resíduos sólidos estar longe de ser resolvida, alguns avanços em relação a essa questão já foram obtidos e mesmo que representem pouco diante da dimensão do problema, mostram que a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos já trouxe resultados positivos, mesmo com o seu descumprimento por grande parte dos gestores públicos do país.

Referências

- ARAÚJO, Saulo. **O Impacto Causado pelos Lixões à Céu Aberto**. Disponível em: http://www.portalresiduossolidos.com/o-impacto-dos-lixoes/#wpautbox_latest-post, acesso em 07 de junho de 2017.
- CALIXTO, Bruno. **Como Fechar os Maiores Lixões a Céu Aberto do Brasil**. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/01/como-fechar-os-5-maiores-lixoes-ceu-aberto-do-brasil.html>, acesso em 07 de junho de 2017.
- CANTO, Reinaldo. **Lei de resíduos sólidos não foi cumprida. E agora?**. Carta Capital, publicado em 18 de agosto de 2014.
- PORTUGAL, Arley Figueiredo; SOUZA, Jakson Fernandes de. Avaliação da disposição dos resíduos da construção civil (rcc) no município de Janaúba-MG. **Revista Kuruatuba**, p.140-160, 2015.

A IMPORTÂNCIA DA CURA ADEQUADA DO CONCRETO NO NORTE DE MINAS

Aline Andressa Rodrigues dos Santos Piske (Orientadora) – Docente FAVAG – E-mail: alinepiske@yahoo.com.br

Fernando Dantas Fagundes – Discente FAVAG – E-mail: mr4fernando@gmail.com

Diego Kauan Rocha Crepaldi – Discente FAVAG – Email: diego0crepaldi@gmail.com

Bruno Rodrigues Pereira – Discente FAVAG – Email: brunorodriguesp91@gmail.com

Giancarlo Valter de Araújo Soares – Discente FAVAG – E-mail: gvalter2014@hotmail.com

Introdução

O norte de Minas Gerais é considerado a região mais quente do estado com precipitação anual inferior a 1000 mm e por vezes menor que 750 mm, e segundo a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o clima semi-árido está presente em 88 municípios mineiros, todos no norte do estado, muitos dos quais estão em processo de desertificação. Sabendo disto, o processo de cura do concreto nas construções deve ser levado mais a sério pelo motivo do mesmo ficar exposto a altas temperaturas, provocando a evaporação (pela ação do sol) da água de amassamento.

Mehta e Monteiro (2008) afirmam que no concreto, a água tem um papel fundamental, porque é um ingrediente necessário para as reações da hidratação do cimento e é visto como agente facilitador da mistura dos componentes do concreto. Os autores ainda definem a cura do concreto como os procedimentos destinados a promover a hidratação do cimento, consistindo no controle do tempo, temperatura e condições de umidade logo após o lançamento do concreto. Se não forem tomados os devidos cuidados na hora e após aplicação, é inevitável o surgimento de problemas, mesmo que mínimos, na estrutura do concreto.

Este artigo tem como objetivo evidenciar a importância da cura adequada do concreto em regiões mais quentes, como é o caso do Norte de Minas, com o intuito de evitar patologia, alta permeabilidade, porosidade e ocorrência de fissurações, aumentando também a durabilidade e a resistência do concreto em mais de 30%. Baseando na afirmação de Mehta e Monteiro (2014), um sério problema surge quando os parâmetros utilizados pelos profissionais para realização e cura do concreto são feitos previamente com base nos resultados em laboratório, enquanto o histórico da cura na obra costuma ser diferente podendo causar variações do resultado previsto. Com isso, outro ponto da pesquisa trata de apresentar os resultados obtidos pela cura feita no canteiro de obras e confirmar se os sete dias convencionais ocasionarão no rendimento esperado.

Metodologia

O trabalho foi elaborado a partir de pesquisa em livros, revistas, e também pelas NBR 6118 (ABNT 2014), NBR 14931 (ABNT 2004) e NBR 5738 (ABNT 2015) referente à importância da cura e como deve ser feita de modo que o surgimento de problemas causados pela alta temperatura da região seja mínimo.

Foi feito acompanhamento da concretagem de duas lajes com concreto usinado da região do Norte de Minas, uma delas sendo em Janaúba/MG e a outra em Porteirinha/MG, com o objetivo de observar e relatar como é realizada a cura nestes locais. Também foi realizada a moldagem de um corpo de prova (CP) cilíndrico no mesmo dia para cada estrutura, seguindo as instruções das normas, de modo que as condições de cura dos corpos de

prova exemplificadas foram as mesmas condições em que as peças estruturais estavam submetidas, expostas às intempéries, e não imersos em câmara úmida.

Resultados e discussões

Antes de entender todo o processo de cura, é necessário saber um pouco sobre o concreto, o qual é um material resultante da aglomeração de agregados miúdos, graúdos e por uma pasta de cimento, eventualmente contendo aditivos (SOBRAL, 2000).

Em um sentido geral, a NBR 14931 (ABNT 2004) define a cura como uma série de procedimentos para controlar a hidratação do concreto, protegendo contra agentes prejudiciais e garantir a resistência esperada. O termo cura do concreto envolve uma combinação de condições que promovem a hidratação do cimento, como tempo, temperatura e umidade, consideradas imediatamente depois do lançamento de uma mistura de concreto na fôrma (MEHTA e MONTEIRO, 2008). A cura pode ser realizada de vários métodos, entre eles podemos citar a cura úmida e a cura química.

Tendo essas informações sobre o concreto e os processos de cura deste, começamos a dar enfoque no nosso real objetivo que é prever os efeitos climáticos áridos e semi - áridos sobre o concreto exposto, assim como a presença do vento que também pode influenciar no resultado de cura do mesmo.

Segundo a Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), se a temperatura do concreto chegar a atingir uma temperatura que se diferencie da temperatura ambiente em mais de 25°C, as chances de ocorrer fissuras são grandes, devido ao efeito térmico causado sob ele, isso porque, conforme o concreto começa a esfriar e endurecer, ele passa por um processo natural de retração. Com isso, criam-se condições para que surjam tensões de tração que, se forem superiores à resistência do material, poderão provocar fissuras. (SACHS, 2012).

Essas fissuras geradas por esse diferencial de temperatura do concreto em relação à temperatura ambiente são causadas na nossa região devido ao clima semi-árido e a atuação do vento, que são fatores que contribuem fortemente para uma variação no processo de cura. Segundo a NBR 14931 (ABNT 2004) quando a concretagem for efetuada em temperatura ambiente muito quente (maior que 35°C), a umidade relativa do ar for baixa (menor que 50%) e a velocidade do vento alta (maior que 30 m/s), deve ser adotada medidas necessárias a fim de evitar a perda de consistência e reduzir a temperatura da massa de concreto. Salvo disposições em contrário, estabelecidas no projeto ou definidas pelo responsável técnico pela obra, a concretagem deve ser suspensa se as condições ambientais forem adversas, com temperatura ambiente superior a 40°C ou vento acima de 60 m/s.

Segundo M.MOTTA (2016) existem medidas que podem ser adotadas para evitar que o processo de cura do concreto seja afetado pela variação da temperatura ambiente. Na composição do concreto ele recomenda o uso CP III e CP IV, esses que por sua vez tem maior adição de pozolona. E também diz que antes da concretagem é extremamente importante a escolha do horário desta, e o resfriamento prévio das armaduras é essencial para que gere o mínimo de calor possível no período de cura do concreto.

Decorridos vinte e um dias de concretagem das lajes, foi realizado o ensaio de resistência à compressão dos corpos de prova moldados, no laboratório da FAVAG. O resultado obtido da resistência do concreto da laje de Janaúba/MG foi de 15,22 MPa e em Porteirinha/MG de 13,67 MPa, enquanto a resistência à compressão de projeto é de 20 MPa e 18 MPa, respectivamente. De acordo a NBR 6118:2014, aos vinte e um dias, após o molde do corpo de prova, a resistência à compressão do concreto, feito com Cimento Portland CP II, deve alcançar 96,0% da resistência (fck) aos 28 dias, o que, nestes casos, não ocorreu, alcançando apenas 76,1% e 75,9% nas obras de Janaúba/MG e Porteirinha/MG.

Conclusão

Os resultados obtidos, pelos ensaios nos corpos de prova, foram próximos da resistência real da estrutura, pois os CPs fizeram alusão do que ocorre de fato nas construções civis, em que as peças de concreto não ficam em água saturada. O corpo de prova, bem como a laje, seguiram diretrizes da cura úmida que foi feita durante os sete dias na obra.

Dessa forma, concluiu-se que nestas obras houve a necessidade de serem realizadas medidas corretivas que manteriam por mais tempo a umidade do concreto como, por exemplo, o uso da areia, sacos vazios de cimento e lona por cima da peça estrutural, com uma lâmina de água.

Referências bibliográficas

MEHTA, P. K., MONTEIRO, P. J. M., **Concreto: Microestrutura, Propriedades e Materiais**. IBRACON 2008

MEHTA, P. K., MONTEIRO, P. J. M., **Concreto: Microestrutura, Propriedades e Materiais**. 2ª Edição. IBRACON 2014

MMOTA. **Influência da Temperatura no Tempo de Cura do Concreto**. 2016 Disponível em: <<http://www.mmotta.net.br/influencia-da-temperatura-no-tempo-de-cura-do-concreto>> Acesso em: 20 abril 2017

NBR 14931. Execução de estruturas de concreto — Procedimento. © ABNT 2004

NBR 5738. Procedimentos Para Moldagem e Cura de Corpos de Prova. © ABNT 2015

NBR 6118. Projeto de estruturas de concreto — Procedimento. © ABNT 2015

SACHS, A. **Revista Técnica: Calor sobre controle**. ed. 190, PINI, 2012. Disponível em: <http://techne.pini.com.br/engenharia-civil/190/artigo286974-1.aspx>. Acesso em: 20 abril 2017.

SOBRAL, HERNANI SÁVIO. **Propriedades do concreto endurecido**, 5º ed, São Paulo, Associação Brasileira de Cimento Portland, 2000

IMPACTO AMBIENTAL DO CONCRETO

Shantally Medeiros Viana Discente FAVAG. E-mail: shantally.seso@bol.com.br

Arley Figueiredo Portugal (Orientador) Docente FAVAG. E-mail: arleysolos@yahoo.com.br

Introdução

Nos últimos anos o setor da construção civil está diariamente sofrendo ação das intempéries, como chuva, sol, calor ou frio excessivo. Diante desta realidade observa-se a necessidade de preparar as obras, de acordo com as possíveis incidências climáticas da região.

O concreto possui como principal característica a alta resistência à compressão e baixa resistência à tração, que causa nos elementos estruturais surgimento de fissuras e rompimento frágil na zona tracionada, onde é pouco utilizada a resistência à compressão. Para tornar o uso do concreto viável em estruturas que apresentam tração, são introduzidas barras de aço em posições convenientes para resistir à tração aplicada no elemento, visto que o aço possui alta resistência a esse esforço (NEVILLE, 1997).

A minimização dos impactos ambientais tem mobilizado a sociedade, em escala planetária, na busca de conceitos sustentáveis. A sustentabilidade pode ser definida como sendo aquele desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. A indústria da construção civil e, em particular, indústria concreteira, parece encontrar-se ainda em um estágio incipiente de sustentabilidade.

O processo de produção de concreto é um dos maiores consumidores de matéria-prima virgem, como areia, pedra, cascalho moído e água fresca, gerando significativo impacto ambiental. Todavia, reside na produção do cimento Portland, ingrediente indispensável ao concreto, o maior impacto.

O concreto é um material composto, constituído por cimento, água, agregado miúdo (areia) e agregado graúdo (pedra ou brita). O concreto pode também conter adições e aditivos químicos, com a finalidade de melhorar ou modificar suas propriedades básicas.

O presente trabalho tem o objetivo de analisar o impacto ambiental do uso do concreto na engenharia civil. Na realização deste, usou-se de uma pesquisa bibliográfica, embasado na leitura de artigos, teses, boletins, monografias, sites e outros materiais cartográficos embasado na bibliografia de autores como Neville, Metha, Alves, Andriolo, Monteiro e outros.

Desenvolvimento

A construção civil é responsável por uma parte significativa dos impactos negativos causados ao ambiente. Segundo Mehta (2001), o cimento e o concreto que são uns dos materiais mais utilizados nas construções civis no Brasil (90%) e no mundo, superado apenas pela água. A produção destes são responsáveis pela emissão de aproximadamente um décimo dos gases, provocando o efeito estufa gerado em toda a indústria. Um dos cimentos mais produzidos e consumíveis na indústria é o Portland o principal aglomerante hidráulico utilizado nas misturas do concreto por ser o mais utilizado na construção civil, devido ao baixo custo da sua matéria prima, em especial o calcário (BOTELHO e MARCHETTI, 2015).

A problemática quanto ao uso do cimento em alta escala é atribuída a produção do mesmo, que não somente gera danos à saúde humana, como também grande impacto

ambiental a natureza, sendo não apenas um grande consumidor de energia elétrica, gerador de efluentes líquidos e gasosos e geração de resíduos sólidos, pela emissão de CO₂, tendo como os principais poluentes em estágio primário os materiais particulados, dióxido de carbono e óxidos causadores do Efeito Estufa, tornando-o vilão ambiental, no que implica na produção de aproximadamente 90% da indústria concreteira (BERTOLINI, 2010).

O cimento, cujo consumo aproxima-se a 2 bilhões de toneladas por ano, sozinho, gera grande volume de extrações de rochas e movimentação de terra. Além disso, sua produção corresponde a 7% da emissão de CO₂ na atmosfera, o que contribui diretamente para o aquecimento global e o efeito estufa conforme dados da (EPE, 2009).

Mesmo com o desenvolvimento e aprimoramento de novas tecnologias e o investimento em modernas produções, existem ainda registros de danos causados ao meio ambiente devido a produção do cimento. Ao relatar sobre os impactos socioambientais do concreto no meio ambiente devemos conectar esse alto consumo ao crescimento populacional e a urbanização do planeta. Com um aumento significativo de construções, edificações, pontes, viadutos, necessitando assim de uma demanda enorme por materiais de alto custo energético como o cimento e o aço (BERTOLINI, 2010).

O impacto ambiental do concreto inicia desde o procedimento de extração da matéria prima do cimento, a partir do procedimento de extração nas minerações das rochas calcárias ou argila (carbonato de cálcio, sílica, alumínio e minério de ferro. Para tal produção, o relevo terrestre sofre a partir das possíveis erosões, perda de patrimônio arqueológico e espeleológico, danos à flora, fauna e recursos hídricos, gasto de combustíveis fósseis, produção de resíduos, emissão de gases causadores do Efeito Estufa (FUSCO, 2013). Procedimento este que requer uso de explosivos para detonarem as minas e extraírem as matérias primas. Por vez, estas sofrem um vibração através das lavras mecanizadas, essencial para a retirar o ar aprisionado da massa, tornando-o mais homogêneo, facilitando a sua aplicabilidade quanto ao preenchimento das formas e envolvimento nas armaduras. Minimizar os impactos ambientais tem sido tem mobilizado a sociedade assunto de debates em vários eventos como conferências nacionais e internacionais, na perspectiva de buscar um conceito de sustentáveis (FUSCO, 2013).

De acordo com o Relatório de Brundtland, a sustentabilidade pode ser definida como sendo aquele desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. Muito se tem comentado sobre condições climáticas e aquecimento global e o crescimento exacerbado da produção de cimento o que deve-se pensar e que postura deve-se tomar a respeito desse assunto. Em 1983 a ONU criou a Comissão de Brundtland, que definiu o Desenvolvimento Sustentável como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (BERTOLINI, 2011).

Ainda pode-se citar como uma alternativa de minimizar os impactos a reciclagem, não somente dos resíduos mas, com o também dos sacos de papel tipo kraft que acondicionam o cimento, embalagens feitas de papel que são recicláveis e entulhos restantes de obras ou demolições também recicláveis. Vale sempre lembrar que esta resolve o problema da grande geração de resíduos, porém, seu processo também gera impactos ao meio ambiente, como, por exemplo, liberação de emissões atmosféricas (FUSCO, 2013).

Considerações Finais

Com o surpreendente rápido crescimento do desenvolvimento das construções civis no Brasil e no mundo, julga-se como principal componente para esse âmbito o concreto, pois a facilidade que este material proporciona para trabalhar é fundamental nas construções, tendo

uma fácil locomoção, podendo ser aplicado em diversas situações diretamente no local desejado, que se adéqua as necessidades exigidas.

Contudo, o concreto é um produto que ao longo do seu ciclo de produção está ligado a várias questões ambientais muito importantes na atualidade, sendo necessário buscar formas de tornar o uso desse importante insumo para a engenharia civil menos impactante e com maior sustentabilidade.

Referencias

BERTOLINI, Luca. **Materiais de construção, patologia, reabilitação e prevenção**- São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

BOTELHO, Manoel Henrique Campos e MARCHETTI, Osvaldo. **Concreto armado eu te amo**. 8ª ed. São Paulo: BLUCHER, 2015.

FUSCO, Péricles Brasiliense. **Técnicas de amar as estruturas de concreto**. 2ª edição-São Paulo: Pini, 2013.

MEHTA, P. K. e MONTEIRO, P.J.M. **Concreto: Estrutura, propriedades e materiais**. São Paulo. PINI, 1994.

NEVILLE, A.M. **Propriedades do concreto**. 2 ed. São Paulo. PINI, 1997.

PETRUCCI, E.G., **Concreto de Cimento Portland**: São Paulo: ABCP, 1981.

CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL: projetos residências sustentáveis

Arley Figueiredo Portugal (Orientador) Docente FAVAG. E-mail: arleysolos@yahoo.com.br

Alan José Marques Discente FAVAG. e-mail: grupoinformaticaso10@gmail.com

Cícero Eduardo F. Miranda. Discente FAVAG. e-mail: eduardo_miranda@hotmail.com

Hemerson Patrick. Discente FAVAG. e-mail: henersonjubas@gmail.com

Thiago Alexander Discente FAVAG. e-mail: grupoinformaticaso10@gmail.com

Introdução

Atualmente muito tem se falado em sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, isso está acarretando em uma nova visão de muitas organizações que passam a fazer da sustentabilidade uma nova forma de alavancar suas estratégias.

As grandes organizações têm percebido que o mercado está começando a descartar empresas que não tem implantado em sua cultura o desenvolvimento sustentável, e aquelas que passam a ter maior consciência ambiental estão colhendo melhores resultados além de torná-las melhor aos olhos de toda sociedade como organizações modelo para outras.

Apesar dos benefícios do desenvolvimento sustentável, já comprovados em pesquisas e estatísticas, a palavra mudança dentro de determinadas empresas causam desconforto, pois envolve toda cultura da empresa, e certamente uma revisão de processos e funções.

Para as empresas que almejam vantagens competitivas através da inovação e desenvolvimento de novos produtos, gerenciar os danos que serão causados ao meio ambiente durante o processo produtivo já no desenvolvimento dos novos produtos é algo de extrema importância. Colocar alinhadas as estratégias das necessidades da organização relacionadas à preservação do meio ambiente é uma meta que a maioria das companhias deve alcançar para permanecer num ambiente de mercado cada vez mais concorrido.

Este artigo busca refletir sobre os impactos positivos causados pelo gerenciamento de projetos de residências sustentáveis dentro de uma organização, aprimorando seus métodos e processos evitando o desperdício, além da busca pela melhoria da organização em si como da sociedade em que ela está envolvida. Para isso o trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica, embasado na leitura de livros, artigos, teses, boletins, sites e outros materiais cartográficos.

Desenvolvimento

O projeto de uma construção sustentável deve iniciar através de uma pesquisa para obter informações referentes ao entorno e à área na qual o empreendimento será implantado (CARDOSO, 2002).

Utilizar corretamente os condicionantes físicos, climáticos e legais; - Especificar materiais, de acordo com a região e com as normas técnicas, que sejam não agressores ao meio ambiente durante o transporte, descarga no canteiro, armazenagem e aplicação; utilizar mais os materiais naturais renováveis e os recicláveis, de preferência com selo de qualidade ambiental para, desta forma, economizar os não renováveis; Adotar técnicas construtivas que gerem consumo mínimo de energia e água e pouco resíduo; Detalhar bem os projetos para evitar desperdícios e, quando possível, cotar as áreas para uso de peças inteiras para evitar cortes; Coordenar a integração entre os projetos arquitetônico e complementares e destes projetos com a obra; Conservar ao máximo o perfil original do terreno; Considerar o entorno, para não descaracterizá-lo (KLEIN, 2002).

Deve-se evitar o rebaixamento do lençol freático, para que não possa interferir na drenagem urbana, utilizando uma taxa de ocupação máxima do terreno menor ou igual a 60%, para propiciar áreas permeáveis e verdes, preservar o máximo possível a vegetação nativa e, assim, o ambiente natural, promover a integração entre as áreas verdes e as áreas de lazer para os usuários.

Na escolha do projeto, devem-se observar alguns fatores, conforme relata Corrêa (2009): utilizar materiais porosos para a pavimentação externa aumentando a área permeável do terreno; prever adaptações tecnológicas de forma a permitir fácil manutenção e aumentar a vida útil da edificação; permitir flexibilização dos espaços para atender às necessidades dos futuros usuários e aumentar a vida útil da edificação, evitar edificações muito altas e recuos muito próximos dos terrenos vizinhos para não originar falta de insolação e ventilação natural, tanto para a edificação quanto para a vizinhança; evitar edificação com mais de dois apartamentos por andar, para propiciar condições mais favoráveis de insolação e/ou ventilação natural para todos os apartamentos; adotar sistemas eficientes de iluminação, ventilação e condicionamento de ar (aquecimento e refrigeração), diminuindo o consumo desnecessário de energia e água, através da consideração adequada da orientação solar, ventos dominantes e áreas de aberturas apropriadas, tratamentos adequados nas fachadas e utilizando esquadrias de correr possibilitando abertura total; destinar certa área da edificação ou do terreno para separação e/ou armazenagem do lixo doméstico reciclável; utilizar adequadamente tecnologias de energia natural, por exemplo, aquecimento solar (KLEIN, 2002, DEGANI e CARDOSO, 2002).

Segundo Cunha (2007) também deve-se utilizar corretamente materiais, componentes e equipamentos para economizar energia, tais como sensores de presença para iluminação artificial, fotocélulas, luminárias e lâmpadas de menor consumo; utilizar dispositivos para economizar água, tais como torneiras com controle automático, válvulas redutoras de pressão e caixas de descargas duplas.

Recomenda-se também utilizar tecnologias para reciclar águas servidas de pias, tanques e chuveiros, além das águas das chuvas, tornando-as adequadas para, por exemplo, lavar calçadas e regar plantas; determinar a utilização de medidor de gás e de água individuais que, além de provocar satisfação no usuário por não ter de pagar pelo desperdício dos outros, pode promover economia de gás, água e esgoto; determinar o tratamento adequado dos esgotos domésticos, considerando os condicionantes da região; utilizar tecnologias e materiais que permitam redução de consumos e resíduos e, preferencialmente de fácil manutenção e desmonte para a demolição (ARAUJO, 2009).

Segundo Klein (2002), para que a construção de edificações possa ser considerada ambientalmente mais correta ou possam contribuir para o desenvolvimento sustentável do país, as construtoras deveriam: planejar e executar a obra de acordo com os projetos arquitetônico e complementares e as suas especificações; promover a integração entre os projetistas e gerenciadores da obra; utilizar mão de obra especializada; cumprir a legislação ambiental, além das normas técnicas; adotar procedimentos ambientalmente mais corretos; separar resíduos para estimular a reciclagem.

Os princípios da sustentabilidade devem estar incorporados durante o momento de execução de cada área de um projeto. Questionamentos a respeito da função e do impacto do projeto e de seus produtos em relação ao sistema em que está inserida devem promover mudanças nas práticas existentes e desenvolver novas soluções no desenvolvimento de produtos e mercados (ETHOS, 2006).

Considerações Finais

Para a realização e implantação de um projeto da responsabilidade com sustentabilidade é necessário primeiramente que a organização conheça todos os aspectos nos quais deve ser direcionada a execução das tarefas focando as áreas de riscos e também aquelas em que a empresa necessite um cuidado maior, o que reduzirá o acontecimento de erros e imprevistos durante a execução do projeto.

Mostra ainda que o mercado está em constante mudança, necessitando das organizações uma maior flexibilidade e agilidade na criação e lançamento de novos produtos, o que torna o gerenciamento de projetos voltado para a sustentabilidade uma ferramenta poderosa e muito valiosa, além de projetar o que o cliente busca no mercado engloba toda questão do desenvolvimento sustentável.

Referencias

ARAÚJO, Viviane Miranda. **Práticas recomendadas para a gestão mais sustentável de canteiros de obras**. 2009.

CARDOSO, Francisco Ferreira. **Redução de impactos ambientais dos canteiros de obras: exigências das metodologias de avaliação da sustentabilidade de edifícios**. In: XI Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído: A Construção do Futuro (ENTAC 2006). Florianópolis, Acesso em: Maio de 2017.

CORRÊA, L. R. **Sustentabilidade na construção civil**. Dissertação pós-graduação em construção civil. UFMG, Belo Horizonte, MG, 2009.

CUNHA, Nelma Almeida. **Resíduos da construção civil – análise de usinas de reciclagem**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Acesso em: Março de 2017

KLEIN, Marian; BURKE, Bill. **Fundamentos de Projeto de Edificações Sustentáveis**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

ETHOS- Instituto de Empresas e Responsabilidade Social. **Gestão de Projetos para sustentabilidade**. Ethos, 2006.

COMPOSIÇÃO GRAVIMÉTRICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE JANAÚBA-MG

Arley Figueiredo Portugal (Orientador) Docente FAVAG. e-mail: arleysolos@yahoo.com.br;

Jakson Fernandes de Souza Discente FAVAG. e-mail: jfsengenharia@yahoo.com.br

Fredson Reis Silva Discente FAVAG. E-mail: fredsonreis@hotmail.com

Introdução

A destinação incorreta dos resíduos sólidos é um dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos dos municípios brasileiros, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada em agosto de 2010 (BRASIL, 2010), baseada no conceito de responsabilidade compartilhada, a sociedade como um todo - cidadãos, governos, setor privado e sociedade civil organizada – passou a ser responsável pela gestão ambientalmente correta dos resíduos sólidos.

Portanto este trabalho visa fazer a caracterização dos resíduos sólidos do município de Janaúba para uma melhor gestão da vida útil do aterro sanitário e conhecimento do potencial dos materiais recicláveis que serão destinados para associação de catadores, gerando assim renda e proporcionando uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores ali inserindo nesse posto de trabalho.

Metodologia

O trabalho foi desenvolvido no município de Janaúba, no ano de 2015/2016, por meio de pesquisa quali-quantitativa no bairro: São Gonçalo, com o objeto de estudar a composição gravimétrica dos resíduos sólidos do município de Janaúba-MG. Os dados aqui inseridos se deram por meios digitais, impressos e pesquisas realizadas em campo.

Após a coleta, os RSU foram levados a um local para triagem, sendo separado em duas classes: seco e molhado. A separação dos RSU foi realizada com base na classificação de resíduos sólidos em: plástico, papel/papelão, metal, vidro, eletroeletrônicos, orgânicos, madeira, tecido e outros. Também houve a preocupação em inserir os RSU em uma classificação secundária de cada resíduo seco com base no conhecimento de suas propriedades físico-químicas. Com isso, pode-se indicar possíveis processos de transformação de cada um destes resíduos para uso em programas de reciclagem. (PEREIRA NETO, 2007)

Resultados e discussão

È necessário se conhecer a gravimetria dos resíduos sólidos urbanos para tomar as decisões mais adequadas quanto ao gerenciamento desses resíduos. O gerenciamento dos resíduos sólidos num município abrange vários aspectos relacionados à sua origem, geração, armazenamento, coleta, tratamento e disposição final. A geração excessiva de resíduos e o seu mau gerenciamento ou descaso pode trazer diversos problemas a um município, tanto sanitários quanto sociais, ambientais e econômicos (ABRELPE, 2013).

TABELA 01 – Composição gravimétrica do bairro São Gonçalo.

COMPOSIÇÃO GRAVIMÉTRICA JANAÚBA (executado pelo autor)				
AMOSTRA:		02 - Bairro residencial com alto poder aquisitivo típico (São Gonçalo)		
DESTINAÇÃO/ DISPOSIÇÃO (potencial)	CATEGORIA	PESO (kg)	PESO TOTAL (kg)	PERCENTUAL (%)
Compostagem	Resto de comida	69,5	77 (61,80%)	55,78
	Poda	7,5		6,02
Reciclagem	Plástico	13	34,45 (27,64%)	10,43
	Papel e papelão	8,2		6,58
	Vidro	11,5		9,23
	Metal ferroso	0,75		0,60
	Metal não-ferroso	1		0,80
Co-processamento	Pedra, terra, louça e cerâmica		1,55 (1,25%)	0,00
	Madeira	0,2		0,16
	Couro e borracha	0,15		0,12
	Têxtil	1,2		0,96
Logística reversa/Aterro sanitário ou outra destinação/disposição	Contaminante biológico	11	11,6 (9,31%)	8,83
	Contaminante químico	0,1		0,08
	Equipamento eletroeletrônico	0		0,00
	Diversos	0,5		0,40
Total		124,6	124,6	100

Pode-se notar que a gravimetria dos resíduos sólidos urbanos no município de Janaúba-MG, mostra a maior participação de matéria orgânica vinda de restos de alimentos em sua maior parte, e também de material de poda, sendo a principal composição do lixo urbano produzido em Janaúba, perfazendo um total de 61,80 % do total de resíduos sólidos urbanos produzidos pelo bairro.

Na sequência aparecem plástico, papelão, vidro, metal ferroso e não ferroso presentes nesses resíduos, com 27,64% do total de resíduos do bairro. Também chama atenção a presença de contaminantes biológicos nos resíduos (8,83 %), alertando para o risco a saúde que esses resíduos expõem a população caso não ocorra o gerenciamento correto desses resíduos, que oferecem algum grau de periculosidade.

Com base na gravimetria realizada, pode-se observar que ações de gerenciamento dos resíduos sólidos de Janaúba necessitariam de pensar em práticas para aproveitamento dos resíduos orgânicos, tais como a instalação de uma usina de compostagem, bem como o fortalecimento de meios para reciclar os materiais plásticos, papelão e vidro, que poderiam ser pelo fortalecimento das associações de catadores e incentivos a essa prática. Essas ações reduziriam a pressão sobre o aterro sanitário e poderiam ser formas sustentáveis de gerenciar os resíduos sólidos urbanos no município.

A falta de segregação e disposição final dos resíduos é o principal problema enfrentado pelas cidades, estados e pelo Brasil. Por meio da identificação e caracterização dos resíduos sólidos de Janaúba pode-se determinar o percentual de cada tipo de resíduo gerado, e

a análise desses resíduos permite um gerenciamento mais efetivo afim de amenizar ou solucionar problemas causados pelos resíduos sólidos urbanos em Janaúba.

Com vistas a um gerenciamento adequado dos resíduos sólidos urbanos no município de Janaúba, Norte de Minas Gerais, foi sugerido uma destinação ou disposição final potencial para cada tipo de resíduo determinado. Percebe-se grande potencial para conversão do material orgânico em adubo por meio da compostagem, o que se justifica especialmente pela vocação agrícola do município, que poderia absorver todo esse material. Também há uma boa margem para incentivar os programas de coleta seletiva e reciclagem no município. Além de ser formas sustentáveis de gerenciamento dos resíduos, pois diminuiriam muito a vida útil do aterro sanitário, essas ações ainda contribuiriam com a empregabilidade de várias pessoas com baixa capacitação técnica, sendo também uma interessante ação do ponto de vista social.

Considerações Finais

A análise gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos do município de Janaúba, norte de Minas Gerais, mostram que tanto para o bairro residencial com condições sócio-econômica mais elevado, como para o bairro residencial com condições menos elevado, a maior fração de resíduos gerados é a matéria orgânica, especialmente de restos alimentares, seguidos pelos materiais recicláveis plástico, papel e papelão e vidro. Chama a atenção a presença de contaminantes biológicos nestes resíduos.

O conhecimento da composição gravimétrica pode orientar o melhor gerenciamento da problemática dos resíduos sólidos urbanos no município de Janaúba-MG.

Referencias

ABRELPE. **Resíduos sólidos**: manual de boas praticas no planejamento. São Paulo, 2013.
Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br>.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília. Congresso Nacional. 02 de agosto de 2010.

PEREIRA NETO, João Tinôco. **Gerenciamento do lixo urbano**: aspectos técnicos e operacionais. Viçosa – MG: Ed. UFV,2007

DEMOLIÇÃO DA OBRA DE FORMA SUSTENTAVEL

Arley Figueiredo Portugal (Orientador) Docente FAVAG. E-mail: arleysolos@yahoo.com.br

Vitor Aguiar silva Discente FAVAG. e-mail: vitoraguiar1@gmail.com

Vanderlei Campos Discente FAVAG. e-mail: vanderleicamposvieiral@gmail.com

Introdução

Nos últimos tempos, a preservação ambiental é uma preocupação mundial. Os recursos naturais já pareceram infinitos para a sociedade e a natureza era capaz de absorver quantidades ilimitadas de resíduos. Porém, começaram a surgir consequências das alterações do meio ambiente sobre o homem, mostrando a importância da regulamentação ambiental, visando o desenvolvimento sustentável. Grande parte dos resíduos sólidos gerados no mundo é constituída por resíduos da construção civil (RCC).

O setor da construção civil é reconhecido como um dos mais importantes para o desenvolvimento econômico e social. Mas, por outro lado, é responsável por gerar grandes impactos ambientais. Esses impactos são resultados, em sua maioria, do consumo de recursos naturais e da geração de resíduos, mas também podem surgir a partir da alteração da paisagem.

A racionalização é uma ferramenta que minimiza os desperdícios e a geração de resíduos, através do cumprimento de procedimentos e métodos que otimizam a gestão de recursos materiais e humanos. É na concepção das ideias de um empreendimento que devemos dar início a racionalização, pois é nesta etapa que são desenvolvidos os projetos e definidas especificações, sistemas construtivos e tecnologias utilizadas. Uma vez definidas estas variáveis, a racionalização deve continuar durante a construção, manutenção e uso do empreendimento para um bom resultado.

Diante do exposto, o presente trabalho apresenta como objetivo principal descrever sobre a realização de uma demolição de forma sustentável na construção civil, sendo realizado através de uma pesquisa bibliográfica, embasado na leitura de livros, artigos, teses, boletins, sites e outros materiais cartográficos.

Desenvolvimento

Em tempos de cada vez mais atenção com o meio ambiente, preocupação com meios de produção sustentáveis que retirem o mínimo possível da natureza e, quando o fazem, que seja com o menor impacto, e com o mercado da construção civil em alta atividade, surgem sempre propostas inovadoras de reaproveitamento de recursos e de emprego de materiais de baixo impacto ambiental que preservem seu desempenho e funcionalidade quando utilizados (ALLEN, 2013). Um bom exemplo destas propostas é a utilização, cada vez em maior escala e com mais eficiência, dos resíduos de demolição como madeiras, revestimentos, restos de concreto, cimento e cerâmica, como tijolos e telhas.

Durante a execução de uma obra, os resíduos ou entulhos são geralmente o fruto da falta de controle do processo construtivo. Uma grande parte da geração desses resíduos, comumente denominados de o Relatório de Controle Ambiental, RCA, poderia ser evitada durante a concepção e a execução do projeto. No entanto, é importante lembrar que a etapa de demolição faz parte do processo construtivo, gerando os chamados resíduos de construção e demolição (RCD).

A prática da chamada desconstrução poderia minimizar a geração de resíduos de

demolição, mas não pode eliminá-los. Além do desperdício de materiais, a geração de entulho também gera gastos com relação a sua deposição em aterros. Adotadas as técnicas para redução do volume de resíduos produzidos, uma segunda ação seria no sentido de reuso ou reciclagem de resíduos (CUNHA, 2007).

Ainda segundo Cunha (2007), existem alguns passos que devem ser observados para a realização de uma demolição planejada:

- Geração de poeira: uso de aspersores de água para conter a poeira gerada pela atividade de demolição e circulação de máquinas e veículos no local.
- Geração de ruído: Atender à legislação municipal aplicável em relação à geração de ruído, identificando os limites de produção de ruídos impostos pela legislação e outros impostos pelas condições locais, monitorando-os constantemente ao longo da execução de todo o trabalho.
- Danos às árvores e vegetação existente no terreno e passeios: deverá primeiramente proteger e isolar toda vegetação e área de preservação permanente existente no terreno, empregando a melhor técnica possível para delimitar as árvores, não contaminar o solo e as áreas verdes. Quando aplicável, a empresa efetuará o corte e poda de árvores e/ou remoção da vegetação local, sendo necessária a autorização prévia do órgão ambiental.
- Contaminação do solo: Evitar qualquer tipo de contaminação do solo com um rígido controle sobre a circulação de máquinas e veículos em relação à vazamentos de óleos e combustível no interior do canteiro de obras e em seu entorno.
- Congestionamento e tráfego intenso na região: As atividades de demolição e as retiradas de material serão realizadas em horários compatíveis com o bem-estar da vizinhança e com as disposições da legislação municipal, respeitando sempre a lei do silêncio. Sempre que necessário, as autoridades locais serão previamente comunicadas, inclusive a de engenharia de tráfego.
- Sujeira na via pública, ruas e calçadas: Implantação de um sistema lava rodas para lavagem dos pneus dos caminhões e veículos que transitarem no terreno durante a atividade de demolição, com a finalidade de conter os sedimentos acumulados nas rodas dos veículos, máquinas e carrocerias.
- escoamento de sedimentos e resíduos de entulho classe A para galeria pluvial: Estudar o Laudo Técnico de interferências subterrâneas visando adotar medidas preventivas contra danos às redes e/ou sistemas. Todas as bocas de lobo existentes no terreno durante a atividade de demolição, são protegidas com biorretentores de sedimentos, manta geotêxtil ou produto similar, para evitar o escoamento de sedimentos e sujeira para a galeria pluvial.
- Plano de gerenciamento de resíduos: é um elemento essencial no cumprimento da responsabilidade pelo manejo e destinação compromissada dos resíduos da construção civil por parte dos geradores. De acordo com a Resolução CONAMA 307/2002, deverão estar caracterizados os resíduos, estabelecendo-se as condições de triagem, acondicionamento, transporte e, finalmente, de destinação.

A atividade de demolição têm um impacto ambiental significativo, relacionados a diferentes aspectos ambientais, entre os quais pode-se mencionar o da geração de resíduos. A necessidade de exercício da responsabilidade no manejo e destinação dos resíduos provenientes da atividade de demolição no empreendimento é bastante relevante como instrumento para minimizar os impactos ambientais decorrentes da geração dos resíduos e também para atingir a meta de reciclar, reaproveitar e/ou destinar corretamente todos os resíduos da obra (CORREA, 2009).

Considerações Finais

Observa-se que a demolição de forma sustentável, é a principal vantagem da demolição controlada que, ao contrário de procedimentos habituais que utilizam explosivos e maquinários de terraplanagem, por exemplo, emprega recursos que eliminam abalos e vibrações.

As empresas que optam pela prática em suas obras geram menos poeira e ruído, além de uma quantidade bastante reduzida de resíduos, outro fator que confere sustentabilidade aos projetos. Com o controle da demolição, inclusive, o entulho pode ser separado e reaproveitado para outros fins.

Referencias

- ABNT – **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. NBR 12284/1991: Área de Vivência em Canteiro de Obras. Brasil, 1991.
- ALLEN, Edward; IANO, Joseph. **Fundamentos da engenharia de edificações**: materiais e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- ARAÚJO, Viviane Miranda. **Práticas recomendadas para a gestão mais sustentável de canteiros de obras**. 2009.
- CORRÊA, L. R. **Sustentabilidade na construção civil**. Dissertação pós-graduação em construção civil. UFMG, Belo Horizonte, MG, 2009.
- CUNHA, Nelma Almeida. **Resíduos da construção civil** – análise de usinas de reciclagem. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Acesso em: Maio de 2017.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Guia para elaboração dos planos de gestão de resíduos sólidos**. Brasília, 2011.

GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CONSTRUÇÃO

Arley Figueiredo Portugal (Orientador) Docente FAVAG. e-mail: professor@favag.br;

Matheus Cardoso Lima Discente FAVAG. e-mail: Oticasocorrodosoculos@gmail.com

Leandro Souza Brito Discente FAVAG. E-mail: estudante2@favag.br

Thiago Henrique Souza De Oliveira Discente FAVAG. E-mail: estudante3@favag.br

Fernando Soares Discente FAVAG. E-mail: estudante4@favag.br

Introdução

Nos últimos, a tendência global visa buscar ações que conservem o meio ambiente e a reutilização dos materiais é um meio que reduz a extração da matéria-prima diminuindo o custo da construção e minimiza os impactos ambientais. O Brasil é grande consumidor de recursos naturais, sendo que os resíduos sólidos da construção civil representam um grande produtor de entulho produzido nas cidades brasileiras.

A construção civil sempre existiu para atender as necessidades básicas e imediatas do homem sem preocupação com a técnica aprimorada em um primeiro momento. O homem pode ser qualificado diferencialmente dos demais seres vivos por inúmeras características, entre elas se inclui o dinamismo de produzir e transformar continuamente suas técnicas através de aperfeiçoamento e estudo contínuo dos resultados.

A constituição das cidades exigiu qualificação e técnicas mais apropriadas e vantajosas para se construir edifícios cada vez mais sustentáveis. Surgem as edificações concebidas com responsabilidade social.

É urgente a identificação das características técnicas que propiciem a execução de uma construção ecologicamente correta tais como: condicionamento de ar, posicionamento de fachada em relação ao nascente/poente do sol, destinação de resíduos sólidos, reuso de água dentre outros.

O objetivo deste trabalho é descrever sobre a Gestão Sustentável da Construção, visando relatar sobre a necessidade a sustentabilidade de uma construção, sendo realizado através de uma pesquisa bibliográfica, embasado na leitura de livros, artigos, teses, boletins, sites e outros materiais cartográficos.

Desenvolvimento

Sustentabilidade foi tema de debate iniciado na década de 80 com o Relatório de Brundtland (1987) e era, enquanto definição geral: suprir as necessidades da geração presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas. Daí, pesquisas e estudos em todo o mundo levariam a tópicos relevantes para que se tenha uma construção sustentável nos parâmetros vigentes quanto às questões ambientais (NAGALLI, 2014).

Segundo Tello e Ribeiro (2012) a Conferência de Estocolmo, realizada entre os dias 5 e 16 de junho de 1972 na Suécia, foi o primeiro encontro mundial em tentar organizar as relações de Homem e Meio Ambiente. Esta foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano da qual participaram 113 países e mais 400 instituições governamentais e não governamentais e tinha por objetivo conscientizar a sociedade a melhorar a relação com o meio ambiente e assim atender as necessidades da população presente sem comprometer as gerações futuras. Com a Conferência de Estocolmo, o pensamento da época que o desenvolvimento não poderia ser sacrificado por considerações

ambientais foi modificado e problemas como seca de rios e lagos, ilhas de calor e efeito de inversão térmica, causaram alerta mundial (TELLO e RIBEIRO, 2012).

A posição defendida pelos países subdesenvolvidos era de que todos tinham direito ao crescimento econômico, pelo fato de terem sua base econômica focada na industrialização, surgindo então, o “desenvolvimento a qualquer custo” defendido por essas nações. Na Conferência de Estocolmo, o Brasil liderou 77 países com acusações aos países industrializados e na defesa do crescimento com desenvolvimento.

Essa conferência foi de extrema importância, pois além de ser o primeiro encontro internacional, com representantes de diversas nações, também conscientizou a população quanto ao controle e o uso dos recursos naturais pelo homem, defendendo a possibilidade de articular crescimento econômico com preservação ambiental, mas deixava em segundo plano as questões relacionadas à equidade e à justiça social (PETKOW e ALMEIDA, 2005).

No caminho em busca da Sustentabilidade da Construção Civil, a mudança de paradigma nos países em desenvolvimento é fundamental, pois estes países respondem juntos por 23% do volume mundial de construções e esse número só tende a aumentar (ROVERS, 2003).

A Sustentabilidade de uma construção também está diretamente ligada à sua durabilidade e à sua capacidade de sobreviver adequadamente ao longo do tempo, referindo-se à maneira com que ela responde às condições de poluição do ar, do solo e da água e aos impactos no meio ambiente em geral (CORREA, 2009).

Na prática, construir de maneira sustentável significa reduzir o impacto negativo das obras (barulho, poeira e tarefas repetitivas); integrar fontes de energia renováveis ainda no estágio de desenvolvimento do projeto, usar materiais recicláveis na construção para preservar recursos naturais, melhorar a performance térmica dos edifícios para reduzir os custos com ar-condicionado e calefação e as emissões de CO₂, projetar o tempo de vida das estruturas, reciclar materiais e estruturas após a demolição, conceber projetos habitacionais de baixo custo para melhorar as condições de vida da população de baixa renda (TELLO e RIBEIRO, 2012).

Considerações Finais

Diante desse panorama, o setor da construção civil vem exigindo qualificações e técnicas mais aperfeiçoadas, eficientes e vantajosas para que a construção de um empreendimento cause o menor impacto ambiental possível. Pode-se mencionar o consumo racional de água e energia, a utilização de fontes renováveis de energia, a escolha de materiais com base no ciclo de vida, a racionalização do consumo dos recursos na etapa de construção, assim como a atenuação dos impactos dos canteiros de obras.

O gerenciamento dos resíduos oriundos desse setor objetiva garantir a correta gestão dos resíduos no decorrer das atividades recorrentes da execução das obras e dos serviços de engenharia. Esse processo se baseia especialmente nas estratégias de não geração, minimização, reutilização, reciclagem e descarte apropriado dos resíduos sólidos. À vista disso, a gestão de resíduos opera como um grupo de ações operacionais que visa reduzir a geração de resíduos em um empreendimento ou atividade.

Referencias

ABNT – **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. NBR 12284/1991: Área de Vivência em Canteiro de Obras. Brasil, 1991.

AGGER, Michelle. **Certificações e selos verdes**. XIX Seminário de Iniciação Científica da PUC-RIO. Rio de Janeiro, 23-26 agosto de 2011.

CORRÊA, L. R. **Sustentabilidade na construção civil**. Dissertação pós-graduação em construção civil. UFMG, Belo Horizonte, MG, 2009.

CREDIDIO, Fernando. **Construções sustentáveis: conforto e respeito ao meio ambiente – Parte 1** [Internet]. São Paulo, 2008. Disponível em: . Acesso em: 17 de março de 2017.

CUNHA, Nelma Almeida. **Resíduos da construção civil – análise de usinas de reciclagem**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Acesso em: Março de 2017

TELLO, Rafael; RIBEIRO, Fabiana Batista. **Guia CBIC de boas práticas em sustentabilidade na indústria da construção**. Brasília: Câmara Brasileira da Indústria da Construção; Serviço Social da Indústria; Nova Lima: Fundação Dom Cabral, 2012.

HISTÓRIA DA ENGENHARIA LIGADA AS PONTES

Deilda Mendes Souza. Discente FAVAG. E-mail: deilda@gmail.com.br

Paola Lorena Miguel. Discente FAVAG. E-mail: paololorena@gmail.com.br

Maria Carolina Vasconcelos Discente FAVAG. E-mail: mariacarolina@yahoo.com.br

Arley Figueiredo Portugal (Orientador) Docente FAVAG. E-mail: arleysolos@yahoo.com.br

Introdução

A necessidade de superar obstáculos motiva o homem a ir à busca de saber, desenvolver e evoluir. Com o decorrer do tempo as necessidades mudam, os recursos são aprimorados, e cada vez mais o homem é motivado a alcançar o horizonte desconhecido. Para simplesmente explorar o outro lado de um rio ou um vale, o homem desenvolve habilidades para criar algo que atende a suas necessidades, um elemento que permite a travessia entre dois pontos, motivados pelo desenvolver do comercio, a agilidade e fácil locomoção ao observar a natureza em sua volta; arvores, pedras e cipós são habilidosamente trabalhados, pelo homem ou natureza, e transformado em pontes (ITTI, sd).

Analisar sobre a história da Engenharia ligada a pontes , ressaltando seus principais períodos, buscando conhecer um pouco sobre a evolução da engenharia e os primeiros passos da engenharia moderna. Para isso foi feita uma pesquisa embasado em artigos, documentos, relatos, pesquisas sempre direcionadas a busca de informações condizentes com a temática ligada a engenharia de pontes.

Desenvolvimento

A ponte ate então feita por quedas de arvores, no empilhar de pedras pela ação da natureza foram a muito observada pelos homens e logo copiadas, ao principio eram construídas por materiais básicos como: troncos, cordas, pedras; com o decorrer do tempo, juntamente com a evolução humana as pontes se tornaram mais sofisticadas. Na Idade Media as construções começam a ser aprimoradas, com a experiência e conhecimento obtidos as pontes de arcos começam a serem desenvolvidas com intuito de distribuir melhor as forças, aumentar a eficiência do complexo. Na Renascença, com a expansão do comercio, a exportação de mercadorias, meios de locomoção se tornam essencial as pontes tem significativa evolução, mais fortes, mais resistentes, as pontes de treliça metálica inicialmente feita de ferro fundido permanece com seu formato de arco, mas, com maior leveza e vãos. Com a Revolução Industrial as atuais pontes não suportavam as cargas das pesadas locomotivas, o inicio da ferrovia trás consigo mais um obstáculo a ser superado pelo ser, criar materiais que possuam alta resistência a tensões de rupturas, assim o ferro fundido é substituído pela liga metálica o aço-carbono, feito de minério de ferro e carbono. A revolução ainda trás consigo uma nova forma de construir pontes, a ponte suspensa feita de concreto armado e sendo presa a correntes metálicas que logo seriam substituídas por cordoalhas, a união de cabos de aço. (BRITANNICA ESCOLA, sd).

Mesmo com todo o desenvolvimento das pontes, as novas técnicas de construção, novos materiais com maior eficiência costumes antigos ainda eram preservados nas construções de pontes em todo o mundo, nos Estados Unidos, as pontes continuavam sendo feitas de madeira em treliça devido a matéria prima abundante e seu baixo custo. Os anos passam e o reconhecimento da importância das pontes se torna cada vez mais consciente na

sociedade, as mesmas veio integrando nações, levando o desenvolvimento, trazendo funcionalidade, segurança, economia, durabilidade e estética para todo o mundo.

Mas mesmo com a evolução de suas técnicas de construção, seus materiais utilizados e suas formas de execução as pontes como todas as estruturas mecânicas, segundo Walker (2012), possuem uma ou mais frequências angulares naturais; se a estrutura é submetida a uma força externa cuja frequência coincide com uma dessas frequências angulares naturais, as oscilações resultantes podem fazer com que a estrutura se rompa. Ao calcular uma estrutura deve sempre ser consideradas variações de solos, ventos e eventos sísmicos para que a estrutura não sofra ressonância. (HALLIDAY, 2012).

Considerações finais

Por fim, mesmo com todo o desenvolvimento da humanidade ainda há um grande caminho a ser percorrido, logo, as construções de pontes possui muito que ser aprimorado e desenvolvido. O desenvolvimento é a chave para a sobrevivência humana, as pontes além de ligar diferentes lugares e povos, os diferenciados tipos de tecnologias associadas fazem parte da historia da humanidade, são evidencias da capacidade humana, portanto, as pontes são o caminho para o horizonte desconhecido, o futuro.

Referências

Halliday, David, 1916-2010 - **Fundamentos de Física**, volume 2: Gravitação, ondas e termodinâmica/ David Halliday, Robert Resnick, Jearl Walker; tradução e revisão técnica Ronaldo Sérgio de Biasi. – Rio de Janeiro: LTC, 2012

ITTI- Instituto Tecnológico de Transporte e Infraestrutura- **A Historia das Pontes**. Disponível em: <http://www.itti.org.br/portal/oitti/equipe-tecnica/297-historia-das-pontes.html> Acessado em: 27/05/2017

Britannica escola- **Pontes**. Disponível em: <http://escola.britannica.com.br/levels/fundamental/article/ponte/480845> Acessado em: 27/05/2017

O USO DO BIM COMO METODOLOGIA DE INTEGRAÇÃO ENTRE PROJETOS E GERENCIAMENTO DE OBRA

Hébert Mayco Mendes Alves – Especialista em Gerenciamento e Execução de obras - Docente FAVAG.
E-mail: hebertmayco@hotmail.com

Rayane Bruna Marques Alves – Especialista em Gerenciamento e Execução de obras - Docente FAVAG.
E-mail: rayanebrunamarques@gmail.com

Introdução

Nos últimos anos o setor da construção civil no Brasil tem passado por grandes evoluções, buscando cada vez mais eliminar falhas, otimizar recursos e aumentar a sua produtividade. Esse grande avanço tecnológico trouxe para o setor de elaboração de projetos, bem como para o gerenciamento de obras uma vasta gama de ferramentas e softwares. Ainda assim esta evolução provocou uma lacuna quanto ao feedback entre projetistas e construtores. A divisão do desenvolvimento de um empreendimento em fases sem a devida integração e sem uma visão holística, distancia projetistas e construtores, prejudicando a comunicação e o desenvolvimento da obra. Logo, a integração entre as diferentes partes envolvidas na construção é responsável pela melhoria na qualidade do projeto, eliminando falhas e desperdícios, além de agregar valor (LEITE et al., 2015). Neste contexto surge a metodologia BIM (Building Information Modeling), na qual permite a criação de um protótipo virtual capaz de coordenar e gerenciar todas as informações dos projetos junto ao planejamento de obra.

O BIM (Building Information Modeling) é um processo baseado em modelos digitais, compartilhados e integrados que permite a gestão dos dados, tornando os projetos mais próximos da realidade da obra, além de facilitar a troca de informações entre os projetistas e construtores (MANZIONE 2013).

Este trabalho tem como objetivo apresentar a metodologia BIM (Building Information Modeling) como ferramenta de integração entre projetos e gerenciamento de obra, visando aumentar a eficiência dos projetos e melhorar a assertividade do planejamento do empreendimento.

Metodologia

O presente trabalho foi elaborado mediante pesquisas bibliográficas e da experiência dos autores em gerenciamento de obras, com a proposta de demonstrar os conceitos da metodologia BIM (Building Information Modeling), tendo como finalidade facilitar a colaboração entre projetos e processos construtivos.

Resultados e discussão

A metodologia BIM (Building Information Modeling) é uma plataforma que permitiu carregar todas as informações dos projetos e da obra sobre uma mesma base, sendo possível antever e corrigir as inevitáveis interferências. A utilização desse sistema reflete em melhorias de produtividade, eficiência e qualidade dos projetos.

Segundo EASTMAN et al. (2014) o processo de desenvolvimento de projeto através da metodologia BIM (Building Information Modeling) é dividido em dimensões (BIM 3D, BIM 4D, BIM 5D, BIM 6D e BIM 7D), sendo estas responsáveis por coordenar e gerenciar todas as informações do empreendimento, conforme apresentadas a seguir:

O BIM 3D consiste na elaboração de todos os projetos da obra em um mesmo ambiente virtual de trabalho, com todos os elementos apresentados em três dimensões. A principal função dessa etapa é proporcionar tanto ao projetista quanto ao construtor uma visão 2D global e unificada de todos os processos construtivos a serem executados, além de facilitar a identificação de conflitos entre as disciplinas do projeto.

No BIM 4D é possível integrar de forma simultânea os elementos gráficos do projeto com o cronograma físico. Esta etapa permite visualizar virtualmente a progressão da obra, funcionando como ferramenta de suporte na criação de um cronograma mais preciso e com maior confiabilidade, oferecendo para as equipes de planejamento a possibilidade de criar diversos cenários para execução.

No BIM 5D agrega-se a dimensão custo ao modelo tridimensional, dessa forma cada elemento do projeto fica vinculado ao seu orçamento e a seus respectivos insumos de produção. Essa ferramenta permite que o orçamento mantenha-se sempre atualizado, pois qualquer alteração realizada nos projetos é automaticamente repassada para o orçamento.

O BIM 6D é voltado a sustentabilidade, onde através desta ferramenta podemos realizar uma análise do consumo de energia. A utilização dessa tecnologia contribui para estimativas de energia mais completas e precisas, permitindo também a medição e verificação durante a construção, além de auxiliar na escolha de instalações de alto desempenho.

O BIM 7D é utilizado na fase de manutenção e operação das instalações durante todo o ciclo de vida. Esta dimensão permite aos gestores extrair todas as informações referente ao status dos componentes, tais como especificações técnicas de uso, manuais de operação e datas de garantia, facilitando a reposição de peças de acordo as normas de desempenho de edificações.



Figura 1: Profissionais envolvidos com o processo de implantação de um empreendimento. Fonte: <http://www.tekla.com/br/companhia/Open-BIM>

Através das dimensões do BIM é possível construir um modelo virtual capaz de incorporar aos projetos informações sobre o cronograma, sequência de obra e o custo de cada etapa, onde além de agregar qualidade aos projetos, permite ao gestor de obras simular diversos cenários de progressão, possibilitando a antecipação de conflitos durante a execução.

Segundo PARREIRA (2013) a metodologia BIM além de permitir a criação de diversos cenários de execução da obra, ainda possibilita a simulação das instalações temporárias, áreas de montagem e entregas de material durante todas as fases da construção. Desse modo o gestor pode escolher a melhor posição do canteiro de obras, diminuindo os custos com mobilização e aumentando a produtividade nos processos construtivos.

Para BARONI (2011) as principais vantagens da utilização da metodologia BIM na elaboração de projetos e no gerenciamento de obras são: Melhor visualização do produto final; Antecipação dos conflitos de serviços; Simulação de diversos cenários de tempo e custo de execução; Agilidade na extração de quantitativos e orçamentos; Informações mais acessíveis e com atualizações sincronizadas entre escritório e canteiro de obra; Maior

confiabilidade das listas de materiais; Redução de mudanças durante o processo de construção; Maior assertividade no planejamento e rapidez nas revisões de projeto.

O uso dessa metodologia no Brasil, apesar dos seus grandes benefícios, ainda enfrenta algumas dificuldades para implantação, segundo COELHO et al. (2008) a principal delas se dá pela cultura de utilização de métodos e softwares tradicionais, que dificultam a interação e a troca de informação entre os colaboradores. Para SOUZA (2009) os empecilhos se encontram no investimento financeiro, pois a utilização dessa metodologia, de forma eficiente, requer alterações na rotina de trabalho, incluindo capacitação dos profissionais e implementação de softwares modernos.

Considerações Finais

A elaboração dos projetos em um ambiente virtual multidisciplinar, possibilita a tomada de decisões estratégicas nas fases iniciais, onde se tem o menor custo, garantido maior desempenho e qualidade do empreendimento.

A metodologia BIM quando aplicada além de garantir maior qualidade e mais eficiência aos projetos, servirá de suporte para o gerenciamento da obra, permitindo criar cronogramas mais precisos, melhorias na logística do canteiro, agilidade na tomada de decisões e a antecipação dos conflitos.

Referências

- BARONI, L. L. **As vantagens da plataforma BIM incluem todo o ciclo de vida do edifício, desde os estudos de viabilidade até a demolição.** in: Revista AU - Arquitetura e Urbanismo, São Paulo: Editora PINI, Edição 208 - Julho/2011.
- COELHO, S. S. e NOVAES, C. C. **Modelagem de Informações para Construção (BIM) e ambientes colaborativos para gestão de projetos na construção civil.** 2008. 7fl.
- EASTMAN, C. et al. **Manual de BIM: um guia de modelagem da informação da construção para arquitetos, engenheiros, gerentes, construtores e incorporadores.** Porto Alegre: Bookman, 2013. 500p.
- LEITE, K. P.; BARROS NETO, J. P.; TEIXEIRA, M.; CLAUDINO, C. **Processo de projeto em empreendimentos imobiliários: avaliação de projetistas e construtores.** Gestão e Tecnologia de Projetos, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 21-34, jul/ dez. 2015.
- MANZIONE, L. **Proposição de uma estrutura conceitual para a gestão do processo de projeto colaborativo com o uso do BIM.** 2013. 353 p. Tese (Doutorado) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PARREIRA, J. P. C. **Implementação BIM nos processos organizacionais em empresas de construção – um caso de estudo.** 2013. 103 fl. Dissertação (mestrado) – Faculdade de ciência e tecnologia e Universidade Nova de Lisboa.
- SOUZA, L. L. A. **Diagnóstico do uso do BIM em empresas de projeto de Arquitetura.** 2009. 107f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

DURABILIDADE DO CONCRETO ARMADO

Inácio Santiago de Oliveira Queiroz (Orientador) Docente FAVAG. e-mail:
isoqueiroz@gmail.com

Alaissa Soares Silva Discente FAVAG. Email: alaissasoares1@hotmail.com

Introdução

As estruturas de concreto apresentam grandes interesses pelas características de resistência do material. Entretanto, por diversas razões, é necessário que se tenha consciência da sua durabilidade. Mesmo considerando que um concreto adequadamente dosado, lançado e curado pode ser durável na maioria dos ambientes naturais e industriais, casos de deterioração prematura das estruturas de concreto podem ocorrer trazendo lições valiosas para controle dos fatores responsáveis pela falta de durabilidade.

Durabilidade é a capacidade do concreto de resistir à ação das intempéries. O concreto é considerado durável quando conserva sua forma original, qualidade e capacidade de utilização estando exposto ao meio ambiente. (COMUNIDADE DA CONSTRUÇÃO, 2016).

A deterioração do concreto raramente se deve a uma única causa. Normalmente, em um estágio avançado de degradação do material, há mais do que um fenômeno deletério agindo. Em geral as causas físicas e químicas da deterioração estão interligadas e mutuamente se reforçando, que separar as causas dos seus efeitos se torna muitas vezes impossíveis. Assim uma classificação dos processos de deterioração do concreto são nítidas e separadas categorias deve ser vista com certa precaução. (MEHTA; MONTEIRO, 2014).

A Norma Brasileira NBR 6118/2003, “Projeto de Estruturas de Concreto – Procedimento”, fornece parâmetros de projeto para uma edificação durável. A partir da definição da agressividade do meio ao qual a estrutura está inserida, algumas variáveis como a resistência característica à compressão do concreto (f_{ck}), o cobrimento nominal e a relação água/cimento são definidas a fim de obter uma estrutura com uma previsão de vida útil desejada.

Os efeitos físicos que influenciam negativamente a durabilidade do concreto incluem desgaste da superfície, fissuração devida à cristalização de sais nos poros e exposição a temperaturas extremas, como durante a ação do congelamento ou fogo. Os efeitos químicos incluem a lixiviação da pasta de cimento por soluções ácidas e reações expansivas envolvendo ataque por sulfato, reação álcali-agregado e corrosão das armaduras no concreto.

O objetivo deste trabalho é relatar de forma sistemática e individual a durabilidade do aço de armadura no concreto, explicando seus efeitos e corrosão.

Metodologia

A metodologia deste trabalho consiste em pesquisa bibliográfica, através de livros, site e artigos relacionados à durabilidade do concreto desencadeados por reações físicas e químicas no processo de deterioração de uma armadura de aço.

Resultados e Discussão

A corrosão do aço de armadura no concreto por reações químicas pode se desencadear através de uma pasta de cimento Portland bem hidratada. Segundo Mehta; Monteiro, (2014, p.161) a fase sólida composta por hidratos de cálcio relativamente insolúveis se encontra em estado de equilíbrio estável com a solução dos poros de alto pH. Dependendo da concentração dos íons, o valor do pH varia entre 12,5 e 13,5. O concreto de cimento Portland claramente

fica em estado de desequilíbrio químico quando em contato com um ambiente ácido. Teoricamente, qualquer ambiente com pH menor do que 12,5 pode ser considerado agressivo, porque uma redução de alcalinidade da solução dos poros poderá levar a desestabilização dos produtos de hidratação dos materiais cimentícios.

Isso demonstra que a maioria das águas industriais e naturais são agressivas ao concreto de cimento Portland.

É necessário um melhor entendimento das implicações sócio-econômicas da durabilidade, pois o custo de reparo e substituição das estruturas por falhas nos materiais tornou-se uma parte substancial do orçamento total da construção. Estima-se que, em países industrialmente desenvolvidos, cerca de 40% do total dos recursos das indústrias da construção estão sendo aplicados em reparo e manutenção de estruturas existentes e apenas 60% em novas instalações. O crescimento dos custos envolvendo a reposição de estruturas e a crescente ênfase no custo do ciclo de vida, mais do que no custo inicial. (MEHTA; MONTEIRO, 2014).

A deterioração do concreto contendo metais embutidos, tais como eletrodutos, tubulações e armaduras, é atribuída, geralmente, ao efeito combinado de mais do que uma única causa; entretanto, a corrosão do metal embutido, invariavelmente, é uma das principais causas. (MEHTA; MONTEIRO, 2014).

Quando a armadura está protegida do ar por uma adequada espessura de revestimento, com concreto de baixa permeabilidade, a expectativa é de que a corrosão do aço e outros problemas associados a ela não ocorram. A incidência de danos é especialmente grande nas estruturas expostas a produtos químicos usados para degelo ou a ambientes marinhos.

De acordo com Mehta; Monteiro, (2014, p.185) a corrosão do aço no concreto é um eletroquímico. Os potenciais eletroquímicos que formam células de corrosão podem ser gerados de duas formas: células de composição podem ser formadas quando dois metais diferentes são embutidos no concreto, como barras de aço e tubulações de alumínio, ou quando há variações significativas nas características superficiais do aço. Células podem se formar na vizinhança da armadura devido às diferenças na concentração de íons dissolvidos, como álcalis e cloretos.

A transformação do ferro metálico em produto de corrosão (ferrugem) é acompanhada por um aumento de volume, dependendo do estado de oxidação.

Considerações finais

Neste trabalho, observamos que o concreto é um material que pode ter a durabilidade afetada por diversos fatores e situações, desde os materiais constituintes do concreto até ao meio ambiente em que ele está inserido. Portanto os projetistas de estruturas devem avaliar as características de durabilidade dos materiais de construção com atenção quanto a outros aspectos, como propriedades mecânicas e custo inicial. Um concreto constituído por materiais bem selecionados e adequadamente adensado e curado se mantém essencialmente impermeável enquanto as microfissuras e os poros em seu interior não formarem um caminho que cheguem à superfície do concreto. Os parâmetros da dosagem do concreto para garantir baixa permeabilidade, a saber, uma baixa relação água/cimento, um consumo adequado de cimento, o controle da dimensão do agregado e sua graduação, e o uso de adições minerais. Os métodos de dosagem devem, também, levar em conta a possibilidade de aumento da permeabilidade do concreto sob condições de serviço, em função de ações físico-químicas diversas.

Nenhum material é propriamente durável. Como resultado de interações ambientais, suas propriedades mudam com o tempo. Um material atinge o fim de sua vida útil quando

Recredenciada pela Portaria do MEC nº 50 de 22/01/2013 - D.O.U. de 23/01/2013
suas propriedades, sob determinadas condições de uso, tiverem se deteriorado de tal forma
que a continuação de sua utilização se torna insegura e antieconômica,

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, **ABNT NBR 6118:2014 - Projeto de estruturas de concreto procedimento**. 3. ed., Rio de Janeiro: Abnt, 2014. 238 p.

COMUNIDADE DA CONSTRUÇÃO, **Durabilidade do concreto**. Disponível em: <<http://www.comunidadeconstrucao.com.br/upload/ativos/77/anexo/4durab.pdf>>. Acesso em 26 de Maio de 2017.

MEHTA, P. Kumar e MONTEIRO, Paulo J. M. **Concreto. Microestrutura, Propriedades e Materiais**. 2ª ed. São Paulo. Arte interativa, p. 125-183. 2014.

AVALIAÇÃO DO CICLO DE VIDA DO CONCRETO ESTRUTURAL COM SUBSTITUIÇÃO DO CIMENTO POR 5% DE SÍLICA ATIVA

Inácio Santiago de Oliveira Queiroz (Orientador) Docente FAVAG. e-mail:

isoqueiroz@gmail.com

Geórgia Durães Corrêa Discente FAVAG. e-mail: georgiaduraescorrea@gmail.com

Introdução

O concreto é o material mais utilizado no mundo depois da água [10]. E a busca por soluções sustentáveis para combater problemas ambientais como o Aquecimento Global é uma realidade na atualidade, inclusive na construção civil.

O ciclo de vida é uma ferramenta para avaliar as consequências ambientais e à saúde humana associadas a um produto, serviço, processo ou material ao longo de todo o seu ciclo de vida (do berço ao túmulo), desde a extração e processamento da matéria-prima até o descarte final, passando pelas fases de transformação e beneficiamento, transporte, distribuição, uso, reuso, manutenção e reciclagem [12].

Nos últimos anos tem crescido o número de estruturas de concreto armado com manifestações patológicas, como resultado do envelhecimento precoce das construções existentes [6]. Essas constatações, tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional, demonstram que as exigências e recomendações existentes nas principais normas de projeto e execução de estruturas de concreto vigentes, até o final do século passado, eram insuficientes.

Por possuir superfície específica pequena, a sílica ativa preenche os poros do concreto garantindo menor permeabilidade, excelente tixotropia e resistência. Uma longa vida útil é considerada sinônimo de durabilidade [11]. Além do aumento da resistência, esta adição proporciona também a redução de exsudação e segregação, proteção contra corrosão de armadura, maior durabilidade e melhor acabamento das peças. A durabilidade depende muito mais de conhecimento do que em recursos. Muitas vezes na produção do componente é que se causa a maior carga ambiental e a vida útil pode ser aumentada ou diminuída sem afetar proporcionalmente as cargas ambientais [7].

O objetivo geral deste trabalho é avaliar o efeito do uso da sílica ativa, usando-se um traço de referência e o traço com substituição de 5% do cimento Portland por sílica ativa.

Metodologia

Os materiais utilizados no desenvolvimento do trabalho foram: cimento Portland CII E – 32; agregados (areia lavada natural, brita 0 e brita 1); água da rede de abastecimento (COPASA); subproduto de siderúrgica (sílica ativa).

As composições granulométricas dos agregados [2] foram determinadas no laboratório da Faculdade Vale do Gortuba- FAVAG, em Nova Porteirinha-MG. O agregado miúdo e graúdo (brita 0 e 1), apresentaram respectivamente: dimensão máxima característica de 2,4mm, 9,5mm e 19mm, módulo de finura 2,65, 2,68 e 3,91, e massa específica de 2.564kg/m³, 2.632kg/m³ e 2.703kg/m³.

A amostra de subproduto (sílica ativa) analisada é proveniente dos filtros de uma usina de ligas a base de silício. Foram utilizadas duas dosagens, sendo uma de referência seguindo o traço empírico de referência e outro com substituição de 5% de sílica ativa, mantendo a mesma relação água/aglomerante conforme tabela 01.

Tabela 01 - Quantidade de materiais utilizados na confecção dos CP's

Traços (1:1,5:3)	a/ag	Sílica Ativa (kg)	Cimento (kg)	Areia (kg)	Brita 0 (kg)	Brita 1 (kg)	Água (kg)
Traço Empírico (Referência)	0,49	-	15,48	16,36	11,01	25,70	7,56
Substituição (5% de sílica ativa)	0,49	0,77	14,71	16,36	11,02	25,70	7,56

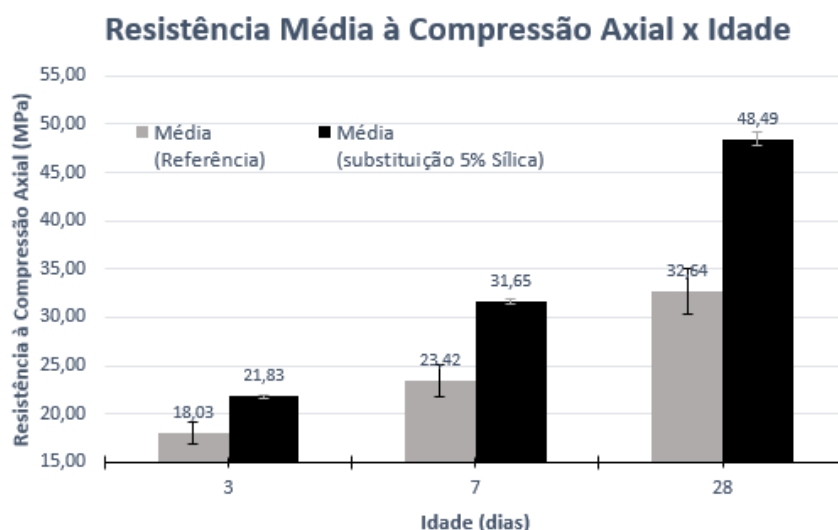
Fonte: Resultado da pesquisa.

Após a verificação da homogeneidade do concreto em estado fresco, foi procedido o ensaio de abatimento (*Slump Test*), verificando o abatimento e o teor de argamassa aparente [1], posterior moldagem de 16 (dezesseis) corpos de prova, conforme [4], em cada produção, sendo que, após 24h de cura no molde, foi disposto em tanque de imersão e curado até as idades de rompimento. Os CP's foram rompidos à compressão axial nas idades de 3, 7, 28 dias, seguindo os requisitos da [3], sendo que, para cada traço e idade respectiva, foram utilizados 4 CP's.

Resultados e discussão

Os poros são os defeitos da microestrutura do concreto mais importantes e estudados, possuem formas e dimensões variadas e seu tamanho pode variar de mm a mm. A relação água/cimento influencia na porosidade, na forma, no volume e na distribuição do tamanho dos poros, controlando assim a penetração de fluidos no concreto [9]. A adição de sílica ativa [13], [5] e [9], diminui a porosidade do concreto devido ao refinamento dos poros.

Figura 01 – Resistência Média à Compressão Axial x Idade



Fonte: Resultados da pesquisa.

No estudo realizado foi observado que os corpos de prova de concreto com e sem adição de sílica foi avaliado o aspecto no estado fresco com boa consistência e homogeneidade, o ensaio de abatimento através de tronco cone, obteve 6,5 cm de abatimento para o concreto com adição da sílica e 12,5 cm, para o concreto sem adição de sílica. Após o

rompimento de 3, 7 e 28 dias, dos corpos de prova observou-se que o traço com substituição apresentou resultados numéricos e qualitativos melhores que o de referência.

Considerações Finais

O produto final apresentará um estudo referente substituição parcial do cimento no concreto resultando em melhorias significativas nas propriedades do concreto, quanto a sua trabalhabilidade do concreto em seu estado fresco; inspeção visual no estado fresco e endurecido; resistência à compressão axial do concreto endurecido nas idades 3, 7 e 28 dias e a consequência do uso da sílica ativa nas estruturas de concreto e diminuição a porosidade do concreto devido ao refinamento dos poros.

Referências

- [1] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR NM 67: **Determinação da Consistência pelo abatimento do tronco de cone**. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.
- [2] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS NBR NM 248:2003: Agregados – **Determinação da composição granulométrica** – Procedimento. Rio de Janeiro, 2006.
- [3] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5739: **Concreto – Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.
- [4] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5738: **Concreto - Procedimento para moldagem e cura de corpos de prova**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- [5] BABU, G. K.; PRAKASH, P. V. S. Efficiency of silica fume in concrete. **Cement and Concrete Research**, V. 25, no. 6, p. 1273-1283, 1995.
- [6] HELENE, P., (2001). **Introdução da vida útil no projeto das estruturas de concreto** NB/2001. WORKSHOP SOBRE DURABILIDADE DAS CONSTRUÇÕES. Novembro. São José dos Campos
- [7] JOHN, V. M. ET ALL, (2001). **Durabilidade e sustentabilidade: desafios para a construção civil brasileira**. WORKSHOP SOBRE DURABILIDADE DAS CONSTRUÇÕES. Novembro. São José dos Campos.
- [8] MONTEIRO, E.; PIMENTEL, H.; BENÍCIO, A.; HELENE, P. **Estudo da influência do tipo de cimento em relação a frente de penetração de íons cloreto**. In: Congresso Iberoamericano de Patologias de las Construcciones, 5., e Congresso de Control de Calidad, 7., 1999, Montevideo. **Anais...** Montevideo, 1999. p. 297-304.
- [9] REGATTIERI, C. E.; SILVA, M. G.; HELENE, P. R. L.; ABREU, J. V. Contribuição ao estudo das propriedades do concreto com vistas a sua durabilidade. In: International Congress on High-performance Concrete, and Performance and Quality of Concrete Structures, 1996, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, junho, 1996. p. 480-491.

[10] OLIVEIRA, A. S. **Análise ambiental da viabilidade de seleção de produtos da construção civil através da ACV e do software BEES 3.0.** Porto Alegre: UFRS, 2007.

[11] VIEIRA, F. P., KULAKOWSKI, M. P., DAL MOLIN, D. C. C., VILELA, A. C. F. **Estudos de durabilidade em concretos e argamassas com adição de microssilica.** In: Workshop Durabilidade Das Construções, 1997, São Leopoldo. Anais. São Leopoldo: UNISINOS - ANTAC, 1997. v. 1. p. 107-116.

[12] VIGON, B.W. et al, **Avaliação do Ciclo de Vida: Diretrizes de Inventário e Princípios**, EPA, Cincinnati, 1995.

[13] ZHANG, T.; GJØRV, O. E. Effect of silica fume on pore structure and chloride diffusivity of low porosity cement pastes. **Cement and Concrete Research**, V. 21, p. 1006-1114, 1991.

AVALIAÇÃO DO EFEITO DA SUBSTITUIÇÃO DO CIMENTO PORTLAND PELA SÍLICA ATIVA DE UMA INDÚSTRIA SIDERÚRGICA AO CONCRETO CONVENCIONAL

Inácio Santiago de Oliveira Queiroz (Docente Orientador) FAVAG. e-mail:

isoqueiroz@gmail.com

Thyago De Souza Campos Matos (Discente FAVAG) e-mail: thyagosouza_cm@hotmail.com

Introdução

O uso de novas tecnologias na execução das estruturas de concreto pode levar a ganhos diretos, como a redução do volume de concreto utilizado, redução do consumo de aço e maior velocidade de execução, demandando menos homens/hora, e ganhos indiretos, como redução de impactos ambientais, maior flexibilidade de projeto e redução da seção das peças [8].

Por uma variedade de razões, a indústria de construção de concreto não é sustentável. Primeiro, ela consome grandes quantidades de materiais virgens. Em segundo lugar, o concreto é de cimento Portland, cuja produção é um dos principais contribuintes para o aquecimento global e mudanças climáticas. Em terceiro lugar, muitas estruturas de concreto sofrem por apresentar durabilidade razoável perante os recursos que indústria de concreto proporciona [7].

Sendo assim, ao adicionar sílica ativa ao concreto, as três questões de sustentabilidade são abordadas, permitindo a indústria de construção de concreto se tornar mais sustentável [7].

O objetivo deste trabalho é avaliar o comportamento do Concreto Convencional CC (25 MPa) com uma substituição de 5% do cimento Portland pela sílica ativa, através da realização de um estudo comparativo das propriedades do Concreto em condições normais e depois da SC 5% pela sílica ativa. Para tal, foram executados os seguintes ensaios, em amostras do CC e com a SC 5% do cimento pela sílica: resistência mecânica à compressão axial, abatimento e inspeção visual no estado fresco e endurecido.

Metodologia

Os materiais utilizados no desenvolvimento do trabalho foram: Cimento Portland CII E – 32; Agregados (areia lavada natural, brita 0 e brita 01); Água da rede de abastecimento (COPASA); Subproduto de siderúrgica (sílica ativa).

As composições granulométricas dos agregados [3] foram determinadas no laboratório da Faculdade Vale do Gorutuba- FAVAG, em Nova Porteirinha- MG. O agregado miúdo apresentou dimensão máxima característica de 2,4 mm, módulo de finura 2,65 e massa específica de 2.564 kg/m³. O agregado graúdo (brita 0), com dimensão máxima característica de 9,5 mm, apresentou módulo de finura 2,68 e massa específica de 2.632 kg/m³. O agregado graúdo (brita 01), com dimensão máxima característica de 19mm, apresentou módulo de finura 3,91 e massa específica de 2.703 kg/m³.

A produção do concreto, o *slump test* (abatimento), a moldagem dos CP's, o ensaio de resistência à compressão e a inspeção visual foram realizadas no Laboratório de Concreto da Faculdade Vale do Gorutuba – FAVAG, em Nova Porteirinha – MG.

Foram utilizadas duas dosagens, sendo uma de referência (Ref) seguindo o traço empírico e outro com SC 5% de sílica ativa, mantendo a mesma relação água/aglomerante, a seguir na tabela 01.

Tabela 01: Quantidade de materiais utilizados na confecção dos CP's.

Traços	a/a g	Sílica Ativa (kg)	Cimento (kg)	Areia (kg)	Brita 0 (kg)	Brita 1 (kg)	Água (kg)
Referência	0,4 9	-	15,48	16,36	11,01	25,70	7,56
SC 5%	0,4 9	0,77	14,71	16,36	11,02	25,70	7,56

Fonte: Resultado da pesquisa.

Após a verificação da homogeneidade do concreto em estado fresco, foi procedido o ensaio de abatimento (*Slump Test*) [2], posteriormente realizado a moldagem de 16 (dezesesseis) corpos de prova conforme [4] em cada produção, sendo que, após 24h de cura no molde, foi disposto em tanque de imersão e curado até as idades de rompimento.

Resultados e discursões

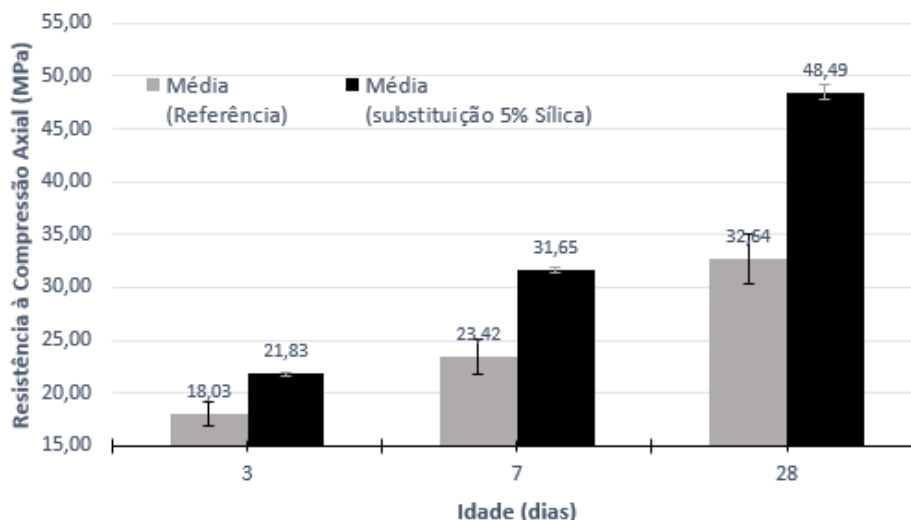
Após a produção do concreto, foi avaliado o aspecto no estado fresco, que apresentou uma boa consistência e homogeneidade para os 02 (dois) traços produzidos, e também foi executado o ensaio de abatimento através do tronco cone, sendo que o traço de referência obteve 12,5 cm de abatimento e o traço com SC 5% obteve 6,5 cm de abatimento, a trabalhabilidade diminuiu, conforme esperado, pois a sílica ativa apresenta uma superfície específica de aproximadamente 20.000 m²/kg, o que promove um maior consumo da água disponível, uma perda de trabalhabilidade de 48%, considerável, mas ainda recomendado para estruturas como pilares e vigas e dentro da trabalhabilidade esperada de 8±2 cm, levando em consideração que não foram utilizados aditivos químicos redutores de água.

Após o período de cura, os corpos de prova foram retirados do tanque úmido (imersão) e foram lavados com água corrente para melhor visualização da superfície dos mesmos e pôde-se perceber através da inspeção visual que eles apresentaram uma superfície regular e lisa, sem rugosidades e brocas perceptíveis, o concreto com SC 5% apresentou um melhor acabamento, mais liso e contínuo, aparentemente com uma maior densidade e menor quantidade de poros.

Posteriormente, em suas respectivas idades de estudo, 3, 7 e 28 dias, foi realizado o ensaio de resistência à compressão axial conforme [5] em Prensa Hidráulica de Ruptura. A resistência média à compressão axial do traço com substituição de 5% de sílica ativa foi superior em todas as idades, ficando cada vez mais evidente essa diferença quanto mais avançada a idade. Os resultados da média da resistência à compressão axial do concreto com SC 5% de sílica ativa em relação à comparação com o traço de referência demonstraram um incremento de bastante considerável, sendo de 21,1%, 35,1% e 48,6% nas respectivas idades de 3, 7 e 28 dias. Os resultados obtidos da resistência média à compressão axial, para o traço de referência e SC 5%, estão apresentados a seguir na Figura 01.

Figura 01 - Gráfico de resistência média à compressão dos corpos de prova x idade.

Resistência Média à Compressão Axial x Idade



Fonte - Resultados da pesquisa

Considerações finais

A utilização da sílica ativa como substituição mineral do cimento Portland no concreto apresentou resultados numéricos (resistência a compressão axial) e qualitativos (acabamento) melhores que o traço referência.

Com isso, considera-se como esperado que o uso da sílica ativa como substituição sobre a massa de cimento ao concreto pode diminuir a relação vazios/volume, o que diminui a porosidade e, conseqüentemente, a penetração e deslocamento de agentes agressivos no concreto, além de apresentar uma melhoria nas propriedades mecânicas do concreto (resistência) e melhor desempenho frente aos ataques agressivos em função de uma menor permeabilidade considerando assim maior vida útil.

Referências

- [1] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR NM 33: Concreto - Amostragem do concreto fresco. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.
- [2] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS NBR NM 67: Concreto - Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.
- [3] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS NBR NM 248:2003: Agregados – Determinação da composição granulométrica – Procedimento. Rio de Janeiro, 2006.
- [4] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5738: Concreto - Procedimento para moldagem e cura de corpos de prova. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- [5] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5739: Concreto - Ensaios de compressão de corpos-de-prova cilíndricos. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.

[6] MEHTA, P. K. High-Performance, High-Volume fly ash concrete for sustainable development. International Workshop on Sustainable Development and Concrete Technology. Iowa State University, 2004. p. 3-14 Disponível em: <<http://www.ctre.iastate.edu/PUBS/sustainable/mehtasustainable.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2017

[7] SILVA, Pedro Luiz Sampaio Tomé. Análise Estrutural e Econômica do uso de Concreto de Alto Desempenho em Pilares de Edifícios. 2013. Monografia (Conclusão de Curso) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia. Disponível em: <<http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10008173.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2017.

SÍLICA ATIVA NO CONCRETO: melhores propriedades, maior economia e sustentabilidade.

Inácio Santiago de Oliveira Queiroz (Orientador) Docente FAVAG. e-mail:

isoqueiroz@gmail.com

Maria Joaquina Cardoso Souza Discente FAVAG. e-mail: marycardoso241@gmail.com

Introdução

A utilização de adições minerais com o objetivo de se melhorar a durabilidade do concreto tem aumentado bastante nos últimos anos. Fatores econômicos e ambientais também têm um papel importante no crescimento do uso dessas adições. Eles oferecem um conforto ambiental, pois subprodutos industriais são reciclados, emissões perigosas lançadas na atmosfera durante a produção do cimento são reduzidas, matérias-primas são preservadas e energia é economizada [9]. Assim, existe um duplo benefício ambiental através da utilização das adições minerais.

A sílica ativa, que é um subproduto das indústrias de processamento de ligas de silício, até a década de 70 era considerada um material de refugo e de difícil estocagem, devido a sua baixa massa específica. No entanto, os inúmeros estudos realizados [5, 6, 7, 8, 10] demonstram as virtudes da sílica ativa, que passou de rejeito industrial a valioso material para a indústria do cimento, refratários e plásticos, e, sobretudo para a tecnologia do concreto.

Uma longa vida útil é considerada sinônimo de durabilidade [11]. Além do aumento da resistência, a adição de sílica ativa proporciona também a redução de exsudação e segregação, proteção contra corrosão de armadura, maior durabilidade e melhor acabamento das peças, resultando, por fim, em ganhos em sustentabilidade e economia, além de garantir um desenvolvimento sustentável.

Em vista disso, o objetivo geral deste trabalho é avaliar, através de uma revisão bibliográfica e modelo experimental, os impactos positivos gerados pela substituição parcial do cimento Portland por sílica ativa no concreto, nos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Como objetivos específicos, serão avaliados: trabalhabilidade no estado fresco, inspeção visual no estado fresco e endurecido, resistência à compressão axial do concreto endurecido nas idades 3, 7 e 28 dias.

Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido na instituição de ensino superior Faculdade Vale do Gortuba – FAVAG, em Nova Porteirinha - MG. Para tanto, procedeu-se a criterioso levantamento bibliográfico na literatura científica, a partir da compilação de trabalhos científicos publicados, e também englobou um estudo técnico comparativo entre duas dosagens de concreto, sendo uma de referência seguindo o traço empírico de referência (REF) e outro com substituição de 5% de sílica ativa (S5%), mantendo a mesma relação água/aglomerante (Tabela 01). Os materiais empregados para a produção do concreto foram: cimento Portland CII E – 32; agregados (areia lavada natural, brita 0 e brita 1); água da rede de abastecimento (COPASA); subproduto de siderúrgica (sílica ativa).

Tabela 01 - Quantidade de materiais utilizados na confecção dos CP's

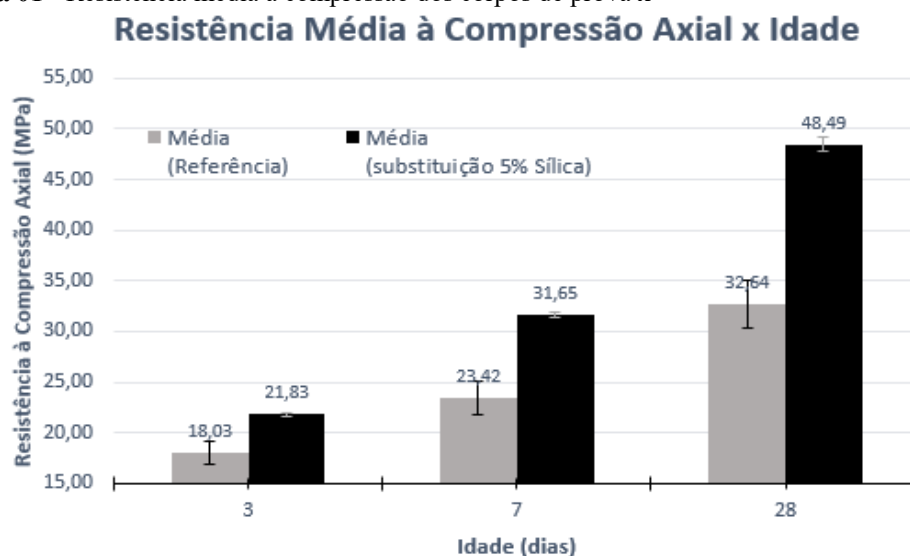
Traços (1:1,5:3)	a/ag	Sílica Ativa (kg)	Cimento (kg)	Areia (kg)	Brita 0 (kg)	Brita 1 (kg)	Água (kg)
Traço Empírico (Referência)	0,49	-	15,48	16,36	11,01	25,70	7,56
Traço com substituição (5% de sílica ativa)	0,49	0,77	14,71	16,36	11,02	25,70	7,56

Fonte: Resultado da pesquisa.

Resultados e Discussão

Um item dado como objetivo específico do trabalho foi à avaliação da trabalhabilidade e inspeção visual no estado fresco das referentes dosagens de concreto, observou-se que os dois traços apresentaram um grau de homogeneidade satisfatório e boa consistência, sendo que o traço S5% evidenciou uma maior consistência, o que era já esperado. No tocante ao ensaio de abatimento através do tronco de cone, o traço REF obteve 12,5 cm de abatimento, enquanto o traço S5% obteve 6,5 cm de abatimento, em porcentagem, a perda de trabalhabilidade comparando os dois traços foi de 48%, valor considerável.

Figura 01 - Resistência média à compressão dos corpos de prova x



idade

Fonte: Resultados da pesquisa.

Decorrido 3, 7 e 28 dias, foram coletados os corpos de prova de concreto diretamente do tanque úmido (cura) e submetidos à inspeção visual e ao ensaio de resistência à compressão em Prensa Hidráulica de Ruptura. Para um exame das faces dos CP's, os mesmos foram lavados com água corrente e aguardado um tempo para a secagem, só assim prosseguiu com a inspeção visual. Os resultados observados foram que as superfícies dos CP's de ambos traços se caracterizavam como regular e lisa, isentas de rugosidades e imperfeições visíveis a olho nu. Porém os corpos de prova S5% evidenciaram um melhor acabamento, devido a diminuição aparente da porosidade e também pelo fato de que a sílica torna a microestrutura do concreto mais densa.

Em relação aos resultados conquistados através dos ensaios de resistência à compressão axial [4], para o traço REF e o S5%, estão apresentados a seguir na Figura 01.

Pode se notar que os CP's com traço REF obtiveram valores de resistência à compressão axial inferiores comparada com valores de resistência que os CP's com traço S5% apresentaram, e isso se deve a excelente atividade pozolânica da sílica ativa.

Considerações finais

Este trabalho retrata um estudo comparativo e análise entre dois traços de concreto com f_{ck} de 25 MPA, o S5% e o REF; observando a trabalhabilidade através do ensaio do *slump test* (abatimento), a aparência por intermédio da inspeção visual do concreto em estado fresco e endurecido, a resistência à compressão axial e uma abordagem econômica, social e ambiental em relação à substituição parcial do cimento pela sílica ativa.

A utilização de sílica ativa no concreto de cimento Portland apresenta inúmeros benefícios às propriedades do concreto, principalmente, ao comportamento mecânico e de durabilidade no estado endurecido, além de contribuir para os atributos: redução do consumo de energia, conseqüente redução de custos, redução na emissão de CO₂, economia de recursos naturais e ainda surge como uma destinação final adequada para esses subprodutos industriais que estejam saturando os aterros sanitários dos grandes centros urbanos.

Conclui-se que, apesar do futuro tão promissor para a indústria mundial de concreto, isso pode não ser concretizado por razões de que as emissões de CO₂ atribuída às ações humanas estão expandindo extraordinariamente, levando a mudanças climáticas globais velozes, capazes de ameaçar a vida no planeta.

Referências

- [1] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR NM 67: Determinação da Consistência pelo abatimento do tronco de cone**. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.
- [2] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR NM 248: Determinação da composição granulométrica**. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
- [3] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5738: Concreto - Procedimento para moldagem e cura de corpos de prova**. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.
- [4] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5739: Concreto - Ensaio de compressão de corpos -de -prova cilíndricos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.
- [5] DETWEILER, R.J.; MEHTA, P.K. Chemical and physical effects of silica fume on the mechanical behavior of concrete. **ACI Materials Journal**, v.86, n.6, p.609-614, 1989.
- [6] HJORTH, L. Microsílica in concrete. **Nordic Concrete Research**, p.1-18, Jan., 1982.
- [7] MALHOTRA, V.M.; CARETTE, G.G.; SIVASUNDARAM, V. Role of sílica fume in concrete: a review. In: **ADVANCES IN CONCRETE TECHNOLOGY**, Athens, 1992. **Proceedings**..Montreal: CANMET, 1992. p. 925-991.
- [8] MEHTA, P.K. Condensed sílica fume. In: SWAMY, R.N. **Cement Replacement Materials**. (Concrete technology and design; v.3) London, Surrey University Press, 1986. Cap.5, p.134-170.
- [9] NEHDI, M.; MINDESS, S.; AITCIN, P.-C. Rheology of high-performance concrete: effect of ultrafine particles. **Cement and Concrete Research**, v. 28, n. 5, p.687-697, May. 1998.
- [10] SABIR, B. B. High strength condensed silica fume concrete. **Magazine of Concrete Research**, v.32, n.172, p.219-226, 1995.
- [11] VIEIRA, F. P., KULAKOWSKI, M. P., DAL MOLIN, D. C. C., VILELA, A. C. F. **Estudos de durabilidade em concretos e argamassas com adição de microsílica**. In: Workshop Durabilidade Das Construções, 1997, São Leopoldo. Anais. São Leopoldo: UNISINOS - ANTAC, 1997. v. 1. p. 107-116.

COMPÓSITO À BASE DE ÓLEO DE ALOE VERA L., FÉCULA DE MANDIOCA E FIBRA DE COCO

Maria Fernanda Silveira Sales Docente FAVAG. e-mail: mariafernandassales@hotmail.com

Introdução

A necessidade da criação de novos materiais compósitos com constituintes não-convencionais, de preferências materiais de baixo custo e de fácil obtenção, com características similares e/ou superiores aos produtos existentes foram fundamentais para o desenvolvimento do referido estudo. Neste trabalho utilizou-se fibras vegetais, especificamente de coco, como reforço do compósito. A função do reforço, um material lignocelulósico adicionado a uma matriz polimérica termoplástica, baseada em fécula de mandioca e óleo de aloe vera L., é proteger e envolver a fase dispersa, conferindo resistência ao material final. Os resultados obtidos foram produtivos na produção de compósitos com propriedades físicas e químicas comparáveis a similares comercializados, além de serem biodegradáveis, de preparo relativamente simples e utilizarem material de baixo custo. Além disso, objetivou a criação de um compósito que possa ser aplicado na construção civil, na fabricação de móveis e revestimentos, investigando as propriedades da fibra de coco, do óleo de aloe vera L., e da fécula de mandioca, na tentativa de produzir um compósito com reforço à base de fibra de coco caracterizando o produto final em relação à resistência e à compressão bem como avaliar ação antifúngica e adesiva em diferentes teores de óleo de Aloe Vera L.

Metodologia

Os componentes utilizados foram fibras de coco, Aloe vera L., água destilada e fécula de mandioca. As fibras, retiradas manualmente de frutos, cedidas por revendedoras de água de coco da cidade, foram deixadas à temperatura ambiente para que ocorresse a secagem natural por cerca de três dias. Após este período permaneceram em estufa a temperatura de 50°C durante 30 minutos para eliminar a umidade residual. As fibras foram trituradas e classificadas em um conjunto de peneiras. Cerca de 155 g de Aloe vera L. foi pesada e colocada em água destilada por 30 minutos, para extração do óleo da planta. As amostras foram designadas como 1, 2, 3, e 4, de acordo com a composição de fécula de mandioca e solução – água + óleo de aloe vera L.-. As quantidades de fibras foram posteriormente serem definidas no momento de produção dos compósitos. As amostras definidas como sendo 1 e 2 foram fabricadas com fibras de coco de granulometria 0, 84 mm e, as amostra 3 e 4 com granulometria menor ou igual a 0, 5 mm. Todas as amostras apresentavam a mesma espessura de 01 (um) milímetro. Para analisar o teor de umidade das amostras fez-se a pesagem durante um período de cinco dias. Durante este tempo as amostras foram mantidas em ambiente fechado sob as mesmas condições de temperatura e pesadas em intervalos regulares de 24 horas. Este procedimento possibilitou o cálculo de massa de água presente em cada uma das amostras.

O teste de resistência a compressão foi realizado com a prensa pneumática, nas amostras após a secagem na estufa, variando os valores de tensão, e, assim, possibilitando a análise do maior valor de compressão (pressão) suportado por cada uma, até o surgimento de rachaduras ou o rompimento da estrutura.

Resultados e discussão

O processo de moldagem da matriz polimérica foi manual não envolvendo nenhum investimento em equipamentos de processo para a manufatura. O processo foi realizado pela disposição e mistura do reforço. As fibras utilizadas foram de diâmetros diferentes para que os testes de resistência, tensão e teor de umidade fossem realizados. Empregaram-se as fibras de diâmetros: 0, 84mm, e menor ou igual a 0, 50 mm.

A variação na composição dos componentes permitiu avaliar a influência da adição do óleo de aloe vera L. como agente adesivo na fixação das fibras de coco. As propriedades aglutinantes da fécula de mandioca contribuíram para a criação de um produto compacto, e tal característica foi acentuada pela associação com a solução – água e óleo de aloe vera L. - fato evidenciado pelo aspecto uniforme adquirido pela mistura após a secagem. Amostras foram confeccionadas e secas à temperatura ambiente. Após três dias foi percebida a formação de colônias de fungos naquelas com fibras de granulometria maior. Assim, com esta constatação outras amostras - com a mesma composição-, foram submetidas à estufa para secagem a altas temperaturas. As amostras com reforço de 0, 84 mm apresentaram elevada quantidade de fungos, maior tempo de secagem quando comparadas às amostras de granulometria diferente e quantidade significativa de rachaduras. As amostras que mostraram melhor resultado foram aquelas constituídas de fibras com diâmetro de 0, 5 mm. Essas amostras, com aspecto homogêneo, apresentaram maior resistência à compressão e menor tempo de secagem. Além disso, amostras confeccionadas com fibras destes tamanhos, mesmo não sendo submetidas à secagem da estufa, não apresentaram fungos, pois a superfície de contato entre as fibras e a matriz polimérica é alta diminuindo os espaços vazios e, conseqüentemente, a proliferação dos fungos.

O compósito produzido é classificado como material lignocelulósico por apresentar em sua constituição fibras vegetais, e podem ser enquadrados nos compósitos de matrizes poliméricas termoplásticas, por apresentarem características desses, como baixo custo dos materiais, facilidade no processo de fabricação, valores significativos de resistência e tensão. Além disso, o produto final ao sofrer novo processo de cozimento retornou à sua forma original, comprovando a propriedade das resinas termoplásticas de serem fundíveis. Conforme estudos de Ishizaki, M. H. et al(2006) a resistência dos compósitos tanto das amostras com fibras 0, 84mm quanto aquelas com fibras de menor tamanho, pode ser medida pela quantidade de reforço empregado, pois com o aumento do teor do mesmo, as tensões serão mais bem distribuídas e o material passa a ter maior resistência. Por isso, o produto com granulometria menor é mais resistente, por durante o processo de fabricação, requer maior quantidade de fibras. As amostras ao serem submetidas ao calor da estufa não sofreram deformação comprovando que as fibras de coco podem resistir à temperatura de até 116°C sem perda significativa das suas propriedades, tornando-o um elemento de grande interesse para sua utilização como fibra de reforço em compósitos.

Amostras com as granulometrias em questão foram produzidas e submetidas ao calor da estufa, além de serem pesadas durante a elevação da temperatura do equipamento. Os dados obtidos estão ilustrados na tabela 1:

Tabela 1- Relação da temperatura e do tempo das amostras.

Tempo (min)	Temperatura (°C)	Granulometria 0, 84 – 0,5 (g)	Granulometria menor 0,5 (g)
0	0	56,6	45,8
16	39	55,8	44,1

29	70	45,8	39,6
41	80	43,3	36,4
47	84	39,7	30,4
53	90	33,8	28,7
59	94	30,4	22,0
65	98	24,4	15,5
71	102	23,3	14,5
75	106	19,5	13,2
89	112	15,5	10,1
105	116	13,2	10,0
125	116	13,2	10,0
149	116	13,0	9,7

Através do teste de tensão realizado com a prensa para determinar a resistência á compressão, ficou demonstrado que as amostras com granulometria menor suportaram 02 (duas) toneladas até o início da deformação, já as de granulometria 0,84 mm suportaram menos de 01 (uma) tonelada. Dessa maneira, caracterizou uma faixa de tensão suportada de zero a duas toneladas. Com relação à adição solução de água com Aloe vera L. observou-se que o aumento da viscosidade é garantida pelo maior tempo de contato entre os componentes da solução. A característica antifúngica da babosa pode ser evidenciada na pequena quantidade de fungos ou nenhuma evidência dos microorganismos nas amostras.

Considerações Finais

O material desenvolvido apresenta características semelhantes aos painéis de madeira comercializados atualmente, mas sem o uso de resinas sintéticas à base de formaldeído que, embora sejam de baixo custo, apresentam problemas potenciais relacionados à emissão de formaldeído. E, ainda, estudos e publicações de artigos e teses publicadas sobre a possibilidade de aumentar os teores das resinas tradicionais na produção dos materiais compensados, é preocupante por desconhecer a quantidade necessária desses adesivos para um aumento de no máximo 10% de força.

Referências

Ishizaki, Marina H *et al.* **Caracterização Mecânica e Morfológica de Compósitos de Polipropileno e Fibras de Coco Verde: Influência do Teor de Fibra e das Condições de Mistura.** Revista Polímeros: Ciência e Tecnologia. Scielo. vol. 16, nº. 3, p. 182-186, 2006. Disponível em :< <http://www.scielo.br/pdf/po/v16n3/02.pdf>> Acesso em 20/05/2017

MONTEIRO, Sérgio N.; TERRONES, Luis Augusto H.; CARVALHO, Eduardo A. de; D'ALMEIDA, José Roberto M. **Efeito da interface fibra/matriz sobre a resistência de compósitos poliméricos reforçados com fibras de coco.** Revista Matéria. São Paulo, v. 11, n. 4, p. 395 – 402, 2006. ISSN 1517 – 7076. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rmat/v11n4/v11n4a04.pdf>> Acesso em 25/05/2017

ELABORAÇÃO DO PROTÓTIPO DE UMA MINI ESTAÇÃO METEOROLÓGICA (MEC)

Willer Fagundes de Oliveira (Orientador): Docente FAVAG. E-mail: willerengenharia@hotmail.com

Leandro Souza Brito: Discente FAVAG. E-mail: leandro.souza.brito@outlook.com

Introdução

Nas últimas décadas, tem-se presenciado um crescimento acelerado da população, o interesse pela sustentabilidade e preservação de recursos naturais. A população mundial tem mostrado que está cada vez mais consciente sobre as consequências das ações humanas sobre o meio ambiente (ONUBR, 2016).

Graças ao aumento do interesse da população pelas questões ambientais e os recentes avanços tecnológicos e científicos, algumas causas tem sido investigadas e solucionadas. Em se tratando das questões ambientais, destacam-se as consequências que a mesma causa no contexto global da sociedade, a exemplo da elevação da temperatura do ar e a interferência na produtividade agrícola (SANTOS; BALBINO, 2016). Na zona urbana, repercute em catástrofes como: enchentes nos grandes centros urbanos, deslizamentos ocasionados por chuvas intensas, irregularidade de chuvas, problema na drenagem de água durante período chuvoso, etc.

No conceito de cidades inteligentes, denominadas mundialmente como “*smart city*”, que dentre os principais objetivos, visa automatizar as atividades rotineiras de uma cidade qualquer, elevando-a num patamar tecnológico mais avançado e atualizado, o monitoramento climático automatizado de uma área urbana acaba sendo de suma importância (PRADO; SANTOS, 2014).

Por meio das Estações Climáticas, distribuídas em lugares estratégicos, no ponto de vista hidrológico e climatológico, é possível formar uma rede de estações climáticas. Sendo assim, ao longo do tempo, ter-se-á um banco de dados climático, o qual nos dará condições para estimar a intensidade máxima de chuva (chuva de projeto) para qualquer ponto em as redes de monitoramento.

Entender o comportamento espacial e temporal das variáveis climáticas é de suma importância no âmbito da engenharia civil, pois os projetos hidrológicos e hidráulicos (Drenagem Urbana) serão elaborados de forma condizente com a realidade de cada local. Também, em se tratando de eventos extremos (Precipitação máxima ou mínima), tais informações são imprescindíveis para defesa civil.

Neste contexto, a gestão ambiental merece atenção, principalmente os trabalhos que visam elaborar e/ou projetar instrumentos que monitoram as principais variáveis climatológicas, pois é através de tal monitoramento (registros) que se pode inferir sobre o clima de uma determinada região, bem como compreender a dinâmica e as tendências climáticas em diferentes escalas temporais e geográficas (SILVA, 2017).

Deste modo, este trabalho tem como objetivo principal, elaborar um protótipo de uma Mini Estação Climatológica (MEC) de baixo custo que atenda as demandas técnicas-científica referente ao monitoramento das principais variáveis climatológicas (Temperatura do Ar e Precipitação Pluviométrica) numa área urbana e/ou rural.

Metodologia

Para atingir os objetivos, serão imprescindíveis as seguintes fases:

- Identificar e testar diferentes materiais para tais fins;
- Realizar o protótipo da MEC;
- Validar as informações dos dados observados e registrados da MEC com os dados das estações climatológica oficiais, cadastradas no INMET;
- Ajustar as informações necessárias e propor o primeiro projeto ou versão da MEC.

Diante do exposto, algumas etapas já foram realizadas, tais como: pesquisa dos possíveis dispositivos auxiliares de leitura, gerenciamento e armazenamento dos dados coletados. Como o protótipo irá contar com um micro controlador Arduino Uno, a referida placa possuirá um micro controlador com entradas analógicas e digitais onde serão instalados os sensores. Para realizar a medição da temperatura foi utilizado um sensor LM 35, o qual é um tipo de sensor muito utilizado na eletrônica. Tal sensor é capaz de captar a temperatura do ambiente com uma precisão de +/- 0,5°C. Para o desenvolvimento do pluviômetro foi utilizado o modelo de basculante, onde a chuva irá passar diretamente através de um funil e, conseqüentemente, será direcionado para uma balança, onde que, cada oscilação, corresponderá a 1mm de precipitação pluviométrica. Para a leitura da balança será utilizado dois sensores de infravermelho IR.

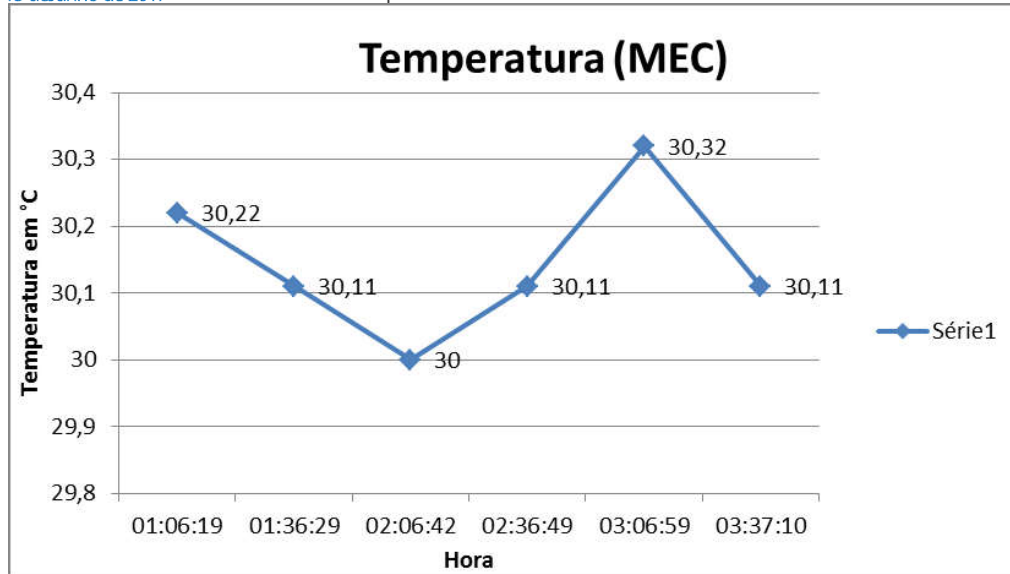
Logo que todos os dados climatológicos supracitados forem coletados, os mesmo serão armazenados em um banco de dados. Ressalta-se que a coleta será realizada por meio de um aparelho chamado Raspberry pi 3. Esse aparelho é uma placa que funciona como um computador, porém em tamanho reduzido, com função de coletar e disponibilizar os dados em um banco de dados via internet. As informações coletadas também serão disponibilizadas para visualização em uma tela de LCD 20x4, para que possam ser acompanhados os dados em tempo real.

Após a montagem, será feita a aferição do protótipo por meio dos dados coletados com uma ou mais estação(s) meteorológica(s) oficial(s) existente na região. De posse dos dados coletados, seguido de uma análise estatística, será possível avaliar tecnicamente e economicamente os objetivos pretendidos, os quais já foram mencionados acima.

Resultados e discussão

Como o protótipo encontra-se em fase de montagem, ainda não se tem uma estrutura física definida da MEC. Porém, alguns testes utilizando o sensor de temperatura já foram realizados. O gráfico abaixo mostra a variação temporal (2h30min51seg de registro teste) da temperatura do ar obtida por meio do sensor (LM 35). Observa-se que a leitura do sensor já está sendo realizada, conforme a precisão pretendida, assim como o registro ao longo do tempo.

Ressalta-se que a coleta de dados de temperatura foi realizada e armazenada num banco de dados, disponível em um servidor. O teste foi realizado no dia 29/05/17, numa taxa de observação de 30min.



Fonte: próprio autor.

Considerações Finais

Até o presente momento, embora os resultados sejam parciais e incompletos para efeito de validação, bem como a instalação de alguns sensores e armazenamento dos dados por meio do banco de dados online, ainda não foram concluídos. Porém, os testes com os sensores de temperatura já são conclusivos para efeito de protótipo. A comunicação entre o sensor LM 35 e micro controlador Arduino Uno é precisa e sincronizada ao longo do tempo.

Referências

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. **Clima**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=home/page&page=clima>>. Acesso em: 29 de Maio 2017.

ONUBR. **FAO: Se o atual ritmo de consumo continuar, em 2050 mundo precisará de 60% mais alimentos e 40% mais água**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/fao-se-o-atual-ritmo-de-consumo-continuar-em-2050-mundo-precisara-de-60-mais-alimentos-e-40-mais-agua/>>. Acesso em: 29 de Maio de 2017.

PRADO, Kárys Cristina Diederichs; SANTOS, Patrícia Estevão dos. **SMART CITIES: CONCEITO, INICIATIVAS E O CENÁRIO CARIOCA**. 2014. 133 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Ambiental, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Diego; BALBINO, Amanda. **Estação meteorológica: como funciona e sua importância na agricultura**. Disponível em: <<https://www.agrosmart.com.br/blog/estacao-meteorologica-funciona-importancia-agricultura/>>. Acesso em: 29 de Maio de 2017.

SILVA, Mário Adeldo Varejão. **Meteorologia e Climatologia**. 2. ed. Recife: Versão Digital, 2006. Disponível em: <<http://www.posmet.ufv.br/wp-content/uploads/2015/08/LIVRO-382-Mario-Adelmo-Varejao-Silva-Meteorologia-e-Climatologia.pdf>>. Acesso em: 29 de Maio 2017.

RECICLAGEM DE RESÍDUO DE BORRACHA EPDM (EPDMR): EFEITO DA ADIÇÃO DE RESÍDUO DE EPDM-R NAS PROPRIEDADES MECÂNICAS DE COMPOSIÇÕES VULCANIZADAS DE EPDM CONTENDO EPDM MODIFICADO COM ÁCIDO DODECILMERCAPTOTIOL.

Genilson Caldeira Santos. Docente FAVAG. E-mail: Genilson.caldeira@yahoo.com.br
Hudson Batista Carvalho. Discente de Engenharia Civil da FAVAG.
Danitiele Mendes Santana. Discente de Engenharia Civil da FAVAG.
Rhamony Amélia Cordeiro Sermões. Discente de Engenharia Civil da FAVAG.

Introdução

Nos últimos anos, várias metodologias têm sido desenvolvidas e aprimoradas visando o reaproveitamento e a reciclagem de resíduos de borrachas, considerando a importância da proteção do meio ambiente e a conservação de energia (LIU e BALER, 1992). Uma forma de reutilização desses resíduos é através do processo de recuperação, processo em que o resíduo de borracha é transformado em pó, e posteriormente utilizado como carga em novas formulações. Este procedimento é de baixo custo; entretanto, segundo a literatura, a incorporação de elevadas quantidades de resíduo, à borracha virgem, causam perdas de propriedades físico-mecânicas, devido à baixa dispersão e à fraca interação entre o resíduo e a borracha virgem (SIRQUEIRA, 2015)

Nesse sentido, para que tais misturas apresentem propriedades desejáveis, é importante que haja algum tipo de interação entre as fases, resíduo e borracha. Essas interações podem ser obtidas através da adição de substâncias capazes de atuar na interface carga-polímero, reduzindo a tensão interfacial e aumentando a adesão. Utiliza-se assim, uma estratégia semelhante ao processo conhecido como compatibilização.

Este trabalho tem como objetivo investigar o efeito da adição de EPDMR, EPDM modificado com ácido dodecilmercaptopiol, na recuperação de resíduo de borracha EPDM contendo negro de fumo (EPDMR). Para isso foram avaliadas as propriedades de resistência à tração e rasgamento das misturas EPDM/EPDMR.

Metodologia

As misturas foram preparadas em misturador de cilindros do tipo Berstoff, a 80°C e 50 rpm. Primeiramente o EPDM foi processado no misturador e processado por 10 minutos, em seguida foram adicionados os ingredientes das formulações em intervalos de tempo correspondentes há 2 minutos.

Resultados e Discussão

A composição das misturas é apresentada na Tabela 1 e a ordem de adição dos componentes obedece a ordem de apresentação dos componentes.

Tabela 1. Composição das misturas utilizadas.

Componentes	Mistura pura	Mistura com resíduo
-------------	--------------	---------------------

EPDM	100,0	100,0
EPDMR	-	0-80
EPDMDDSH	-	-
Óxido de Zinco	5,0	5,0
Ácido Esteárico	1,	1,
Enxofre	2,0	2,0
TMTD ^a	0,2	0,2
MBTS ^b	1,0	1,0

Foram realizados ensaios de resistência à tração e deformação das misturas conforme descrito nas normas (DIN 53504) e (ASTM D 624- 12), respectivamente.

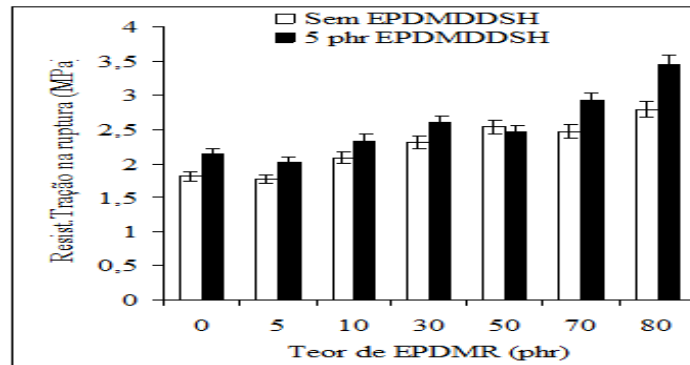


Figura1. Resistência à tração na ruptura em função do teor de EPDMR com e sem EPDMDDSH

Analisando o efeito da adição de carga na deformação na ruptura, observa-se uma diminuição dessa propriedade com o aumento da adição de carga. Comparando os resultados obtidos para misturas com e sem EPDMDDSH, as misturas compatibilizadas apresentam resultados superiores aos encontrados para as misturas não compatibilizadas.

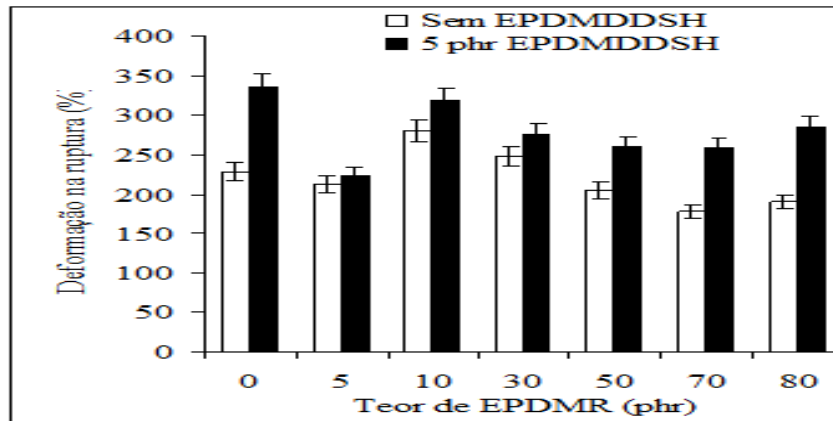


Figura 2. Resistência à tração na ruptura em função do teor de EPDMR com e sem EPDMDDSH

Os resultados obtidos nesse trabalho mostraram a mesma tendência, aumento da resistência à tração e diminuição da deformação com ao aumento do teor de carga na mistura. Entretanto, a presença de EPDMDDSH na mistura aumenta expressivamente a deformação na ruptura alcançando valores superiores ao obtido com e sem carga na mistura, o que pode indicar uma aplicação tecnológica do EPDMDDSH em outras misturas contendo outras cargas como, por exemplo: sílica, carbonato de cálcio, mica, fibras naturais e etc.

Conclusão

Os resultados obtidos nesse trabalho mostraram que é possível utilizar um agente compatibilizante para melhorar a incorporação de resíduo de borracha, nesse caso, EPDMR negro de fumo. Os melhores resultados de resistência à tração na ruptura foram obtidos quando 5phr de EPDMDDSH estão presentes na mistura, indicando que o EPDMDDSH atua na interface carga/polímero melhorando a adesão e conseqüentemente o reforço.

Referências

Liu, N. C. ; Baler, W.E.; **Reactive Polymer for Blend Compatibilization**; Advances em Polymer Technology, 11(4), 249, 1992.

Sirqueira A. S. “**Estudo de Propriedades Mecânicas e Reológicas de Misturas de Borracha Natural e EPDM: Efeito da Compatibilização**”, Rio de Janeiro, 2005. (Tese de Doutorado) – Instituto de Macromoléculas – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PEDAGOGIA

PESOS E MEDIDAS USUAIS NO VALE DO JEQUITINHONHA E NORTE DE MINAS

Alaor Leão Rocha (Orientador). Docente FAVAG. E-mail: alaorleocha@yahoo.com.br

Sílvio Carlos de Melo. Discente FAVAG. E-mail: scarlosmelo@gmail.com

Introdução

O interesse em desenvolver este artigo emergiu da verificação no Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas, da existência de alguns tipos de medidas que não são padronizadas pelos órgãos competentes. Existindo alguns objetos utilizados para comercializar as mercadorias, principalmente nas feiras e em zonas rurais.

Os objetivos do artigo são padronizar os pesos e medidas usuais na região; compilação com os padrões de medidas oficiais uma vez que, são utilizados sistemas próprios de medidas. Para o atingimento dos objetivos indagações: Qual o contexto histórico de tais medidas? Como introduzir sistemas métricos, sistemas de medidas, se a realidade do aluno é vender ou até mesmo trocar utilizando as medidas não padronizadas? Qual a equivalência entre os sistemas de medidas padronizados e esses adotados?

Metodologia

Para mensuração das medidas, foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários. A pesquisa caracteriza-se como pesquisa quali-quantitativa, o método utilizado foi a pesquisa de campo.

Baseamos o levantamento teórico em autores como Guerreiro, 1992, Moraes, 2010, Lopes(2005), em órgãos oficiais como EMATER - Minas Gerais, INMETRO, SI e BIPM. Como as medidas usuais na região não estão padronizadas por estes órgãos, nosso trabalho se justifica pela necessidade de verificação de quais são estes objetos, quais são suas medições e a partir disto a catalogação e registro das medidas levantadas.

Catalogamos e mensuramos as medidas e pesos, adquiridos nas cidades onde visitamos as feiras, afim de fazer a aferição, o levantamento estatístico e a compilação dos dados, como por exemplo: o “prato” e o “litro”. O que deu subsídio para realização dos cálculos de volume e área desses objetos, proporcionando a comparação das medidas usuais com as oficiais.



Prato

Litro

Resultados e discussão

Percebemos que quando comparamos os pesos entre o prato e a unidade de massa devidamente registrada – kg, o litro é mais vantajoso para o cliente, pois comporta maior

quantidade de cereais, o que conseqüentemente fica mais barato que o pago no supermercado. Verificamos em nossos experimentos que o prato comportou na medida o milho, 800 gramas, na medida de arroz, 900 gramas e na medida de feijão 800 gramas. O que significa que o volume vai depender do tipo de mercadoria e que teoricamente seria mais vantajoso para o feirante se comparado com o pelo em Kg. Já a medida do litro, pesamos o milho e a correspondência foi de 1.300 gramas para o arroz foi de 1.400 gramas e para a medida de feijão 1.300 gramas. O que teoricamente seria mais vantajoso para o cliente comparando-se a unidade de medida Kg.

Considerações finais

Nosso propósito foi registrar a existência e utilização de medidas não padronizadas no Vale Jequitinhonha e Norte de Minas, verificando os tipos de unidades e as medidas de volume e áreas dos objetos utilizados para a comercialização na região, uma vez que, até o momento não conseguimos identificar nenhum registro oficial destas medidas.

Concluimos que, muitas pessoas não conhecem, ou até mesmo, nem tem conhecimento de sua existência e não sabem fazer a relação das medidas padronizadas pelos órgãos competentes.

As respostas as indagações iniciais foram respondidas durante a explanação da metodologia utilizada para a coleta dos dados.

Acreditamos que nosso trabalho contribuirá com aos professores na formar de ensinar o sistema métrico de medidas, utilizando para isto uma realidade local, e também contribuindo com o meio científico, que tenham interesse no contexto histórico, regional e sobre medidas não padronizadas.

Em função desta análise e em função da globalização, acreditamos que as medidas não padronizadas foram perdendo força pois, as pessoas tiveram mais acesso aos mecanismos de peso e medidas padronizadas. Conseqüentemente levando gradativamente ao abandono destes sistemas de peso e medidas.

Referências

- FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5ª ed. SP: Saraiva 2005.
- GUERREIRO, J. C. S. **História Concisa das Matemáticas**. 2ª ed. Gradiva, 1992.
- LOPES, L. S. **A cultura da medição em Portugal ao longo da história**. 2005:
http://www.spmet.pt/medidas_edimat.pdf. Acesso em 20 jul 15.
- _____. **O Moio-medida e o Moio dos Preços em Portugal nos Séculos XI a XIII**.
<http://sweet.ua.pt/lsl/h/moio-medida-publicado.pdf>. Acesso: 20 jul 15.
- _____. **Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI**. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3876.pdf>. Acesso: 20jul 15.
- MARTINS, G. DE A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MORAES, G. **Elementos do Sistema de Gestão de SMSQRS – Sistema de Gestão Integrada**. 2ª ed. Verde Editora, 2010.
- SANTOS, P. R. DA F. **Sistema Internacional de unidades SI**. 8ª ed, Rio de Janeiro, 2012. Site do INMETRO: <http://www.inmetro.gov.br/inmetro/oque.asp>, acesso em 21 jul 15
- Tabela de Medidas Agrárias Não Decimais. http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf. Acesso 13 jul 15

A INTERATIVIDADE NA APRENDIZAGEM: um estudo de caso na metodologia ativa

Zulma Ferreira de Souza. Docente FAVAG. E-mail: zulmasouza@hotmail.com

Introdução

Nesse relato serão apresentadas ações do Projeto “A Interatividade na Aprendizagem: Um Estudo de Caso na Metodologia Ativa”, em andamento, que versa sobre a análise da interatividade no uso das metodologias ativas, no Curso de Pedagogia. Buscar-se-á resposta para a pergunta: “Como a interatividade, na utilização das metodologias ativas, contribui para uma aprendizagem significativa, no Curso de Pedagogia da FAVAG.”? Serão utilizados recursos midiáticos de aprendizagem nos procedimentos didáticos e instrumentais, que, nesse caso, são o ambiente virtual de aprendizagem, a “Plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)” e Redes Sociais. Na Plataforma Moodle, serão utilizadas as ferramentas disponíveis, tais como: fóruns, chats, tarefas, questionários, pesquisas, wiki, vídeoconferência, dentre outros, conforme as competências almejadas.

A princípio, para amparo teórico, será buscado os conceitos de “interatividade”, ancorados nos pensamentos de Piaget (2010), Freire (2010), Vygotsky (2010) e Freinet (2010), assim como as ideias de Mattar (2009).

A utilização da palavra *interatividade*, para Mattar (p.112), surgiu nas décadas de 1960 a 1970; portanto, é bastante recente. Já a palavra *interação* é mais antiga. Quando ocorre interação ou quando ocorre interatividade, “usamos o mesmo adjetivo, pois se trata de expressar a relação de interação, e o substantivo interatividade como “qualidade de interativo”.

Neste trabalho será utilizado o termo “interatividade”, visto que, após leituras realizadas, foi observado que essa palavra apresenta-se como um fenômeno, contribuindo para a aprendizagem, na utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Nesse sentido, há uma interação ancorada com as ideias da Epistemologia Genética de Piaget (2010) e Socioconstrutivista de Vygotsky (2010), que, apesar de diferentes, são teorias interacionistas, diz Mattar (p.114).

O perfil do estudante vem mudando e segue um curso de acordo com o contexto vivido e evolução pessoal pretendida. As práticas pedagógicas devem ser repensadas, para atender a esse público. Elas necessitam diversificar-se, para que possam ser utilizadas melhor, nas suas inteligências múltiplas. Os meios de ensinar e aprender se diferenciam. Exemplificando, ensinar através de projetos ou mesmo solução de problemas usando multimeios. Nesse sentido, caracterizam o escolanovismo ou a escola ativa. Elas colaboram com a aprendizagem através das Metodologias Ativas, em suas diversas formas de aplicação e de interação. E assim promovem a aprendizagem, comprovadas pela concepção de Vygotsky (2010), com a Zona de Desenvolvimento Proximal.

Neste estudo, as metodologias ativas contarão com o suporte teórico de Bergmann e Sams (2016); Bacich, Neto e Trevisan (2015); Horn e Staker (2015), dentre outros teóricos, os quais serão consultados ao longo da pesquisa. Será buscada a análise de: “Como a interatividade, na utilização das Metodologias Ativas, contribui para uma aprendizagem significativa, no Curso de Pedagogia da FAVAG”.

Metodologia

A metodologia terá como suportes teóricos Rocha (2011) e Gamboa (2007). Constituirá de questionamentos e estudos, buscando-se entender como a interatividade, na utilização das Metodologias Ativas, em suas variações, ajudam no ensino e a aprendizagem dos acadêmicos da FAVAG. A mostra de acadêmicos será composta de alunos frequentes no curso do 7º Período de Pedagogia da FAVAG.

A pesquisa terá uma abordagem quantitativa e qualitativa, com análises de descrição e comparação. Será analisado como se dá a interatividade e a aprendizagem, nas ferramentas tecnológicas e pedagógicas, em se tratando do Ensino Híbrido e Sala de Aula Invertida. Serão aplicados questionários, que versarão sobre a contextualização do comportamento dos acadêmicos assim como realizadas avaliações qualitativas e quantitativas, mediante critérios, e postados na plataforma da turma, de forma a coletar dados.

Resultados e discussão

Após a coleta e análise dos dados, será traçado um histórico de como se deu a aprendizagem utilizando-se a interatividade, no uso das Metodologias Ativas (MA).

Acredita-se que a modalidade de ensino proposta romperá com barreiras de ensino e aprendizagem, apesar de não ser tão novo. Os acadêmicos poderão aprender independente do espaço e lugar. O acesso a rede mundial de computadores e instrumentos midiáticos serão recursos importantes. Os mesmos contribuirão, com equidade, na valorização do potencial de cada indivíduo, respeitando o seu potencial.

Considerações finais

Com o advento das NTCIs, as possibilidades de aprendizagem contemplam a todos, indistintamente, desde que se tenha vontade e sonhos de realizações pessoais.

Espera-se que, com a utilização das metodologias ativas e do ambiente virtual de aprendizagem, os acadêmicos possam desenvolver habilidades e competências no uso de pensamentos reflexivos, ativos, permitindo os enfrentamentos a serem vivenciados fora da sala de aula.

O estudo interativo, inerente ao ensino híbrido, poderá possibilitar ao usuário habilidades de aprender com os demais pares ou mesmo sozinho, no seu tempo, espaço e lugar.

Espera-se com esse estudo, proceder com análises e avaliações de práticas inovadoras, no curso de Pedagogia da FAVAG. E assim, traçar novas estratégias de ensino e aprendizagem.

Referências

BACICH, Lialian; NETO, Adolfo Tranzi; TREVISANI, Fernando de Mello. **Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação.** Porto Alegre: Penso, 2015; reimpressão 2016.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de Aula Invertida: Uma metodologia Ativa de Aprendizagem.** 1.ed. [reimpr.]. Rio de Janeiro: LCT, 2016.

FREIRE, Paulo; BEISIEGEL, Celso de. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4713.pdf>>
Acesso em: 02/04/2017

FREINET, Célestin. Grand, Louis. Célestin Freinet / Louis Legrand; tradução e organização: José Gabriel Perissé. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 150 p.: il. – (Coleção Educadores).

Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4664.pdf>>
Acesso em: 02/04/2017

GAMBOA, Sílvio Sánchez. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. Chapecó (UNOCHAPECÓ): Argos, 2008.

HORN, Michael B.; STAKER, Heather. **Blended: Usando a Inovação Disruptiva para aprimorar a Educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

PIAGETT, Jean; MUNARI, Alberto. Tradução e Organização: Daniele Saheb. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4676.pdf>>
Acesso em: 02/04/2017

MATTAR, João. A Interatividade na Educação à Distância. Cap. 16. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel [Orgs.]. **Educação à Distância: O Estado da Arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

Disponível em: <http://www.abed.org.br/arquivos/Estado da Arte 1.pdf>
Acesso em: 02/04/2017

ROCHA, Alaor Leão [Org.]. **Manual de normas para elaboração de trabalho de conclusão de curso de graduação**. Montes Claros: Inmensa, 2011.

VYGOTSKY, Lev Semionovi. IVIC, Ivan. COELHO, Edgar Pereira(org.) – Recife: **Fundação Joaquim Nabuco**, Editora Massangana, 2010.

Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4685.pdf>>

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A GESTÃO ESCOLAR: um novo olhar

Anne Karoene Silva Faria (Orientador) Docente FAVAG. e-mail: professor@favag.br;
Denise Silva de A. Morais Discente FAVAG. denise22eju@gmail.com; estudante1@favag.br

Introdução

Este projeto visa a Educação Ambiental dentro do âmbito escolar, com o propósito de relatar os acontecimentos voltados aos ensinamentos sobre a proteção do Meio Ambiente. Através deste discute-se o implante do tema Educação Ambiental na prática dos gestores que contribui para ensino e aprendizagem. Como se sabe os Parâmetros Curriculares Nacionais prevê a introdução do tema no ensino.

O objetivo geral, desta proposta é avaliar a gestão escolar frente aos trabalhos de conscientização ambiental, propondo à direção formas de potencializar o trabalho da instituição.

Objetivos específicos propostos:

- Analisar como a problemática da Educação Ambiental é tratada nessa escola de ensino fundamental
- Identificar e analisar as ações que docentes e gestores tem projetado para que seja possível levar os estudantes a uma mudança de atitudes diante dos recursos naturais;
- Compreender como a equipe gestora, orientadores, alguns professores e servidores da Carreira Assistência à Educação se relacionam com a questão da Educação Ambiental nessa Instituição de Ensino.

O trabalho justifica-se na perceptível que hoje os recursos naturais estão cada vez mais escassos e o meio ambiente sofre processos de degradação, a sustentabilidade nas escolas é de extrema importância, pois através de uma política de conscientização o aluno entende a importância de preservar o meio ambiente e de criar ações de responsabilidade. O gestor é a peça essencial neste tipo de trabalho, promovendo o estímulo e a cooperação dentro e fora da escola. A solicitação de projetos de educação ambiental requer que o gestor envolva todos a ponto de conseguir variam participação para que se conquiste a educação ambiental dentro do espaço escolar.

A gestão que da preferência a educação que promove a alteridade com o meio ambiente. Mas para que a gestão de uma escola promova essa educação pela alteridade, pela mudança tão necessária, ela precisa atingir a todos os públicos. Nessa direção escolar deve ofertar projetos de educação ambiental para que atinja seu objetivo que é a mudança na atitude do ser humano, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e responsabilidade, que ajuda na construção de valores ambientais que garanta a conservação e a melhoria do meio ambiente.

Medeiros *et al.* (2011, p.5), acerca dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) relatam a transversalidade com a qual o meio ambiente deve ser trabalhado nos currículos básicos do ensino fundamental. “Segundo essa lei a Educação Ambiental (EA) tem que ser trabalhada dentro e fora da escola, mas não deve ser uma disciplina, porque perde o seu caráter interdisciplinar”.

Azevedo e Fernandes (2010, p. 102) deixam claro que este decreto criou um órgão especificamente para esse interesse, “para coordenar essa política, e o Comitê Assessor, constituído por representantes dos setores públicos e privados e por representantes de diversas organizações da sociedade civil”(2010, p. 102).

Enfim, a educação ambiental espera abrir os olhos das crianças em questão da cautela na utilização dos recursos. A criança começa a entender que precisa tomar cuidado, conservar e que o futuro depende da estabilidade entre homem e natureza. “Nesse prisma, a educação ambiental, como tema transversal no currículo das escolas, proposta como prática pedagógica nos PCNs pode ser uma mediação importante para contribuir na reversão desse quadro de degradação e desequilíbrio do meio ambiente” (AZEVEDO; FERNANDES, 2010, p. 102).

Educação ambiental e as ocorrências atuais são uma das grandes preocupações da sociedade atual, a mudança de clima, o empobrecimento do solo e a falta de recursos entre outros deixam uma pulga atrás da orelha da população. Precisasse adotar idéias que mude o curso dessa história. Hoje, a escola é um dos lugares que formam cidadãos capazes de questionar tudo a sua volta, e como cuidar não só do ambiente em se vive, mas de todos os lugares. A era do aquecimento global, fato esse que levaria alguns anos para ocorrer, e que foi precipitado pelas ações irresponsáveis do homem (MEDEIROS *et al.*, 2011, p. 14)

Metodologia

Trata-se uma pesquisa de caráter bibliográfico, descritiva, explicativa, exploratória. Cujas abordagens serão dedutiva, indutiva, hipotético-dedutiva, com método qualitativo de pesquisa de campo e literária.

Através da análise observacional e aplicação de questionários verificar-se-á o conhecimento dos professores e gestores sobre a aplicação da educação ambiental na instituição. Os dados serão tabulados, analisados e discutidos à luz da literatura.

Além disso, será realizada uma intervenção com os profissionais trabalhados possibilitando a explicação da importância e demonstrando no final uma exposição da relação entre aluno e meio ambiente despertando um sentimento diferente nos docentes, para que veja a necessidade de se trabalhar mais o tema em questão.

Resultados esperados:

Acreditar que a equipe gestora esteja fazendo um trabalho diferenciado com esses educandos dentro da escola, fornecendo a eles oportunidade de refletir as suas ações na sociedade que vive. Fornecendo todos os tipos de materiais e discussões sobre o tema, Educação Ambiental.

Considerações Finais

Espera-se que os gestores possam inserir a Educação Ambiental em suas escolas de modo significativo, competente, observando os aspectos relacionados ao seu dia dia para obter uma qualidade no conhecimento destes educandos. Que possam fazer reflexões, análise de seu comportamento em torno do meio no quais estão introduzidos, considerar as questões socioambientais presentes, possam levar seus alunos a pensar em ações para melhor os impactos já acontecidos.

Referências

AZEVEDO, DS; FERNANDES, KLF . Educação Ambiental na Escola: um estudo sobre os saberes docentes, **Revista**. v. 14, n. 2, set 2009/fev 2010 Disponível em:

<<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2011/10/Artigo-05-14.2.pdf>> 29 abril 2017

BRASIL. PCN (1998). **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília DF: 1998.

BARBOSA, L Chagas; COSTA L. Cláudio Lima, **Vamos cuidar do Brasil:** conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Disponível

em:<<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>> 29 abril 2017

CURRIE, Karen L. **Meio ambiente: Interdisciplinaridade na prática**. 8ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

MEDEIROS, M Mendonça, GL SOUSA. **Revista**, v. 4, n. 1, set. 2011 Disponível em:

<<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/a-importancia-da-educacao-ambiental-na-escola-nas-series-iniciais.pdf>> 29 abril 2017

A EDUCAÇÃO NO CÁRCERE: SUA INFLUENCIA NA RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO

Edilene Santos Silva (Orientador). Docente FAVAG. e-mail: edilenesantos.filosofia@hotmail.com

Aline Martins de Souza. Discente egressa FAVAG. e-mail: alinemartins2014@live.com

Introdução

Este trabalho descreve a importância da educação para aqueles que se encontram privados do mais importante bem do ser humano: a liberdade. Tem como foco principal avaliar, com base em literaturas de autores especializados no assunto, de qual modo a educação vem contribuindo para melhorar a vida destas pessoas, acreditando que tendo recebido essa modalidade de assistência educativa, a reincidência será acontecida em menores proporções. Com base na linha de raciocínio do autor Mário Ottoboni (2006) que é preciso matar o criminoso e salvar o homem, trazendo-o de volta à sociedade.

A educação nas unidades prisionais é importante não só para o apenado como também para a sociedade que o receberá de volta, por isso este que cometeu atos reprovados pela sociedade deve retornar com condições mínimas para trabalhar e sobreviver honestamente.

É sabido que o sistema prisional está falido e sem condições nenhuma de reinserir os detentos de volta à sociedade. O processo de ressocialização do preso implica em criar oportunidades de acesso à educação e ao trabalho, fortalecendo o vínculo com sua família. A educação é direito de todos, por isso é necessário analisar de que forma vem sendo ofertada essa modalidade educativa nas instituições carcerárias, bem como seu processo de normalização e sua demanda, pois só por meio da educação o mundo pode ser transformado.

É por meio do exemplo educacional que se pode fazer a transformação de vida para os detentos. O ensino lhes oferece condições bem mais extensas para que se dê seu retorno ao convívio social e familiar, tem um papel precioso para o recuperando por tratar com exclusividade da sua valorização como pessoa possibilitando-o a voltar exercendo atividades legais e produtivas quando estiver fora da cadeia.

Com base na Lei de Execução Penal, o método APAC é exclusivamente voltado ao recuperando onde estabelece que prisão não educa ninguém se não tiver um trabalho educacional com estas pessoas, para que atuem a favor do seu valor. O método APAC também oferece a educação religiosa para que seus corações sintam mais amparados dentro do sistema prisional e que possam reencontrar, através da evangelização, o caminho da redenção pessoal. O tratamento digno ao apenado foi garantido pelo legislador no corpo da Constituição Federal de 1988 ao se proibir a tortura, a pena de morte e a prisão perpétua além do trabalho forçado. Portanto, o tratamento digno do apenado alcança a ideia de vedação de qualquer forma de tratamento desumano ou degradante. É inegável que a educação é a mais segura das formas de se garantir o tratamento humanizado do preso.

O objetivo do trabalho é o de analisar os impactos do elemento educação no processo de ressocialização do apenado submetido à metodologia apaqueana, uma vez que o índice de criminalidade na nossa sociedade é cada vez maior, e junto com ele o número de detentos. Buscarei concentrar na importância da presença do pedagogo na unidade prisional.

Metodologia

Visando a dificuldade de fazer uma pesquisa de campo optou-se pela pesquisa bibliográfica, que é a busca de uma problematização de um projeto de pesquisa a partir de referências publicadas, analisando e discutindo as contribuições culturais e científicas. Constitui uma excelente técnica para fornecer ao pesquisador a bagagem teórica, de conhecimento, e o treinamento científico que habilitam a produção de trabalhos originais e pertinentes.

O método de abordagem adotado foi o hipotético-dedutivo, ocorre na construção de suposições baseada nas hipóteses caso as mesmas sejam verdadeiras as suposições também serão. Por isso as hipóteses devem ser submetidas a testes, os mais diversos possíveis, em confronto com os fatos. Com esse método foi possível conhecer melhor o objeto de pesquisa e assim argumentar melhor para tentar explicar a dificuldade expressa no problema em questão e suas possíveis soluções.

O método de procedimento utilizado foi o qualitativo, pois o pesquisador procura com mais profundidade estudar o comportamento dos indivíduos os quais serão investigados no decorrer da pesquisa.

Resultados e discussão

As pesquisas feitas ficam claras a coerência de pensamento entre os autores, é com clareza que eles defendem a educação como uma importante ferramenta utilizada na ressocialização do indivíduo privado de liberdade. Os autores relatam que somente será possível obter mudança no comportamento daquele que for ofertado, o ensino no intuito de que aja sua regeneração, é notável também as comparações que fazem ao se direcionar àqueles que não agregam a educação como caminho para mudança, a reincidência, a possibilidade de cometer crime novamente será sem sombra de dúvida maior do que aqueles que recebem assistência educacional, afinal só se terá transformação no sistema prisional quando sociedade, leis famílias, trabalharem juntos em prol de um mundo melhor. Talvez não seja possível acabar com os crimes, mas quem sabe os mesmos possam ser diminuídos.

De acordo a linha de pensamento dos autores (Ottoboni, Lei de execução penal e as Diretrizes nacionais) agregam os direitos direcionados aos apenados e sua valorização como indivíduo, demonstram suas preocupações com saúde e formação deste aprisionado. A recuperação do punido não só satisfará eles, mas como todos que os cerca, por fim estão obtendo a mesma finalidade além de esclarecer o papel do educador no espaço prisional. O reconhecimento do papel importante de ensino nas penitenciárias está quebrando preconceitos sobre o assunto, levando jovens acadêmicos a pesquisar sobre o assunto quebrando esse paradigma sobre a relação da educação com o detento, com a sociedade e com a prisão.

Considerações Finais

Com o presente trabalho abordou a importância do estudo e da educação oferecida ao apenado. Procurou estabelecer pesquisas e reflexões, normalmente no que se refere às alternativas de educação para qualificar pessoas com liberdade privada tanto no ponto de vista sociocultural quanto educacional.

A Lei de Execução Penal também exige que todos os condenados exerçam algum tipo de trabalho, dentro do cárcere ocupando suas mentes e obtendo pontos em bons comportamentos. O primeiro passo a ser dado é questionar o preso sobre seu grau de envolvimento no projeto de mudança de atitude em relação à sua reintegração à vida em sociedade. Depois, torna-se urgente descobrir o que realmente o preso quer alcançar como meta em sua vida, cabendo-lhe reconhecer que tudo que acontece em nossas vidas é devido a

nossas próprias escolhas pessoais. Ou seja, ninguém é vítima inocente da sociedade. O último passo do apenado é o de se perguntar o que almeja para sua vida fora dos muros da prisão. Somente um diploma nas mãos ou o mero aprendizado de uma profissão ou ofício não são garantias de plena reinserção social. Neste processo é vital a presença do pedagogo, considerado como peça-chave durante todo este processo de ressocialização do apenado e com uma imensa responsabilidade ao executar este trabalho no campo prisional.

Para finalizar, cabe aqui deixar claro o papel que o pedagogo exerce neste processo de preparar o detento para sua vida “extramuros da prisão”. E que fique bem claro que seu papel não deve se limitar a de ser um mero repassador de conteúdos, matérias e ensinamentos. Mas ao pedagogo está reservada uma função ainda maior: a de ser uma ponte entre dois mundos, o que separa a prisão da liberdade. Ou melhor, dizendo, o de ser aquele que acena com uma possibilidade de futuro. Um futuro de liberdade, conhecimento, oportunidades, reinserção. Enfim, um futuro.

Referências

- Análise Funcional Disponível em <http://funcionalanalise.blogspot.com.br/2011/07/lei-12433-remissao-de-pena-se-o-detento.html> Acesso 11/11/2016 às 15h29min.
- BRASIL. **Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
- BRASIL. **Lei nº7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui da Lei de Execução Penal. 1984. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>.
- BRASIL. **Constituição (1988).** **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** 2001. Acessado em: 05/11/2016. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>.
- CORREGEDORIA TJ-MT Disponível em <http://corregedoria.tjmt.jus.br/Areas/Noticias/Noticia.aspx>. Acesso 11/11/2016 às 15h32min
- GALVÃO, Roberto Carlos Simões **Educação, Direito E Cidadania: Ensaios Críticos/Roberto.** São Paulo: Giz Editorial, Ano 2010.1. Cidadania-Brasil 2. Direito À Educação-Brasil 3. Direitos Humanos-Brasil 4. Educação-Brasil Título.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010. <http://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/a-educacao-no-sistema-penitenciario-sua-importancia-na-ressocializacao.htm> Acessado em 17/11/2016 às 15h38min.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade e. **Fundamentos de metodologia científica.** 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LORENÇO, Arlindo da Silva e ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Orgs). **O espaço da prisão e suas praticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas.** São Carlos: Ed2011, 285p.
- MINAS GERAIS. **Tribunal de Justiça. A execução penal à luz do método APAC / Organização da Desembargadora Jane Ribeiro Silva.** - Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2011. 376 p. ISBN: 85-98923-07-9
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 2009.
- Pedagogia UFVJM Disponível em Acesso 11/11/2016 às 15h32min <http://pedagogiamarcilioufmg.blogspot.com.br/2012/12/presos-realizam-esta-semana-provas-do.html>>

ROCHA, Alaor Leão. (Org.). **Manual de normas para elaboração de trabalho de conclusão de curso de graduação**. Montes Claros: Imensa, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL. Sistema prisional. Disponível em: <http://www.seds.mg.gov.br>

OTTOBONNI, Mario **Vamos Matar o criminoso?** Editora. Paulinas, 2006.

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA PRESO NA APAC (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS)

Edilene Santos Silva (Orientadora). -Docente FAVAG - edilenesantos.filosofia@hotmail.com
Cynara Silde Mesquita Veloso (Orientadora). -Docente FAVAG- cynarasilde@yahoo.com.br
Mariele Raiane Oliveira Silva. - Discente UNIMONTES - marielerhayane9@gmail.com

Introdução

Retrata-se neste trabalho uma investigação a respeito das contribuições da educação formal na vida do condenado na APAC- Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. Empregue levando em conta a construção desta pesquisa bibliográfica tencionando subsidiar resultados pertinentes da contribuição da educação na vida do recuperando, a fim de direcioná-lo para a sociedade e mercado de trabalho com formação escolar de alfabetização e letramento. Assente o procedimento técnico de coleta de dados por intermédio de estudos realizados e principalmente na obra de Mário Ottoboni, fundador do método APAC.

A APAC é um projeto que se dedica em recuperar, reeducar e numa restituição social dos condenados judicialmente que perderam a sua liberdade; trazendo o ser de volta a sociedade desenvolvendo a inclusão social promovendo a humanização, considerando a sua punição, na qual a educação e demais outras áreas de conhecimento atuam. Introduzido por Mario Ottoboni e Lançado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG, em dezembro de 2001, através do Projeto “Novos Rumos na Execução Penal”, como possibilidade de humanização do sistema prisional em Minas Gerais nasce o método voluntário que valoriza o preso como ser íntegro.

De caráter fundante o pilar da educação no processo deste projeto mostra-se importante e significativo, pois se trabalha valores e direitos humanos além da formação social. O homem independente de sua posição/condição social tem o direito à dignidade e integridade. Regulamenta a Constituição Federal de 1988, art.5, inciso XLIX, que a igualdade, garantia de brasileiros e estrangeiros que moram no país é imutável os direitos à vida, liberdade, segurança e o respeito à integridade física e moral do preso e em demais termos perante a lei assegurada. (BRASIL, 2008, p.16).

A educação é um direito social do indivíduo privado de liberdade como disposto em lei, independente de suas infrações e a este é assegurado. Assim é possível que o mesmo se reabilite excluindo de suas ações o ato de infringir leis, cometer crimes e gradualmente resgatar sua vida como um cidadão atuante e incluso na sociedade. No sistema APAC vários trabalhos e atividades de diversas naturezas, são realizados com o recuperando que mesmo privado de liberdade pode desempenhar fomentando de maneira digna ao pagamento de pena.

Conforme o Estatuto da APAC a assistência à educação é auxiliar para execução da pena:

Art. 2º - A entidade, cujo tempo de duração é indeterminado, se destina a auxiliar as autoridades dos Poderes Judiciário e Executivo, em todas as tarefas ligadas a readaptação dos sentenciados e presidiários, sendo, também, parceira da Justiça na execução da pena, exercendo suas atividades especialmente através da assistência à:
a) família; b) educação; c) saúde; d) bem-estar; e) profissionalização f) reintegração

Determina-se na LEP- Lei de Execução Penal de 1984, que o preso tenha assistência a educação (BRASIL, 2008 p. 21). Assegurado em lei é notório que o preso tenha a assistência na sua ressocialização, na qual o âmbito educacional em diversos parágrafos e artigos do regulamento explicita que o preso tenha no processo a educação sendo estes não alfabetizados ou os de qualquer nível de escolaridade.

Situado após das disposições gerais da lei de Execução Penal (2008, p.23):

Seção V

Da Assistência Educacional

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos. (BRASIL, 2008 p. 23)

Toda essa assistência educacional ao condenado em recuperação no método APAC é devidamente adotada. Ottoboni (2001) define em sua obra que o método APAC é a valorização humana além de deixar o método educativo acontecer é imprescindível o trabalho, o empreendedorismo, a religiosidade, a presença da família no processo de reeducação, assegurando ao preso uma qualidade de vida e ensino. Os estudos que desenvolvem através de novas habilitações que lhe são atribuídas os incentivam a continuar no caminho que prosseguem com melhorias, fazendo com que o recuperando possa em meio a suas raízes, e um afetivo elo primordial.

O objetivo central é expor as propostas do método APAC e a contribuição do elemento educação congruente para a ressocialização do apenado.

Metodologia

De cunho bibliográfico em constante encontro com Ottoboni na sua obra “Vamos matar o criminoso?”, artigos e documentos legais que demonstram uma diferença da educação na vida do preso do sistema tradicional e o sistema APAC, as posições de cada pesquisador tem uma vasta ligação como autor Mario Ottoboni e iniciador do método APAC na vigente pesquisa. Como proposto por Gil (2007) o rumo da pesquisa foi de encontro com a proposta dada.

Resultados e discursões

Atualmente, o sistema APAC cresce inovando a vida dos participantes em uma significativa mudança no cenário da segurança brasileira, entretanto os estados e cidades que residem o método que fora implantado não abrangem toda a população do país. Diante das informações de sucessos da educação escolar como formação profissionalizante na vida do recuperando descrito em artigo encontrado que trata relevância da educação formal para o

preso no sistema APAC e as posições de Mario Ottoboni no seu livro, verifica-se a importância atribuída à educação para o recuperando, na qual não somente em momentos de educá-lo no contexto escolar, o ambiente também permite que o ato de educar com métodos que asseguram a formação integral, social e moral do homem. Os regimes de pena colabora com as etapas de progressão do preso no método, com as alianças pertinentes do sistema APAC; o uso de métodos pedagógicos e recursos que auxiliem no andamento da educação visando alfabetizar e interesses em prosseguir nos estudos dentro e fora da penitenciária. Após o seu cumprimento de pena retornar a sociedade como um homem que em convívio social deva ser contribuinte e fazedor de aumentos significativos para seu meio, devastando o ser criminoso e deixando o homem digno valores e direitos para uma vida considerada “normal” sendo prezado pelo que realmente é. Assim fará uma revisão de sua posição perante a sua pena e quem quer ser realmente após o seu novo eu com autoconhecimento.

Consideração final

O progresso e aperfeiçoamento do sistema prisional brasileiro no método APAC acarretará mudanças nas condutas do apenado em relação às infrações, não somente as novas legislações e regulamentos garantem qualidade de vida, apenas ameniza as falhas do sistema de segurança, todavia a efetivação e cumprimento da referida lei na sua totalidade acontece no método sendo este indicado por resgatar o ser e exterminar o criminoso.

Referência

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. – Brasília 2012. 454 p..ISBN 978-85-736-5934-4
- BRASIL. **Lei de Execução Penal (1984)**. **Lei de Execução Penal : Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984 : institui a Lei de Execução Penal**. Brasília, 2008. 121p. ISBN 978-85-736-5498-8
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- OLIVEIRA. **Lilian Maria Gomes de. Direitos humanos no trabalho educativo da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC)**. Disponíveis em <https://jus.com.br/artigos/14902/direitos-humanos-no-trabalho-educativo-da-associacao-de-protecao-e-assistencia-aos-condenados-apaC> acesso em 25 de maio de 2017
- _OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso? Método APAC**. São Paulo: Paulinas, 2001. ISBN85-356-0767-6.
- MINAS GERAIS. **Tribunal de justiça do estado de Minas Gerais**. Disponível em http://ftp.tjmg.jus.br/presidencia/novos_rumos_/cartilha_apac.pdf acesso em 26 de maio de 2017

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN: o papel da família

Janine Morais Pereira (Orientadora) Docente FAVAG. E-mail: janinepsicologa@yahoo.com

Joyce Adriane Mendes Barbosa Discente FAVAG. E-mail: joycedri.12@hotmail.com

Introdução

A síndrome de Down é uma alteração genética produzida pela presença de um cromossomo a mais, o par 21, por isso também conhecida como trissomia 21. Pessoas com síndrome de Down são consideradas pessoas com necessidades educacionais especiais e fazem parte do grupo de alunos que, com essas características, nos últimos tempos, estão saindo das escolas de educação especial para as escolas de ensino regular.

Sendo assim, é de grande importância tratar do processo de aprendizagem das crianças com síndrome de Down na escola e, também, em sua própria residência, com práticas pedagógicas adaptadas e incentivadoras ao desenvolvimento de suas habilidades, pois a partir daí é possível analisar como estimular a aprendizagem dessas crianças de forma efetiva, bem como assegurar cidadania e inclusão social.

A ajuda da família, neste contexto, será fundamental, pois o incentivo à prática de tudo que a criança assimila, dando autonomia pessoal e social, gera independência e interação com a sociedade. E é de suma importância que a escola conheça cada dificuldade e habilidade de cada criança, com o intuito de promover suas necessidades básicas para a aprendizagem e o desenvolvimento.

A pesquisa terá como objetivo principal compreender de que modo a família contribui para a inclusão escolar de crianças com síndrome de Down. Além disso, pretende-se compreender o desenvolvimento cognitivo desta criança; identificar as limitações no desenvolvimento da aprendizagem; e analisar o papel da família na superação das dificuldades educacionais, tendo como maior problema desenvolver maneiras de contribuição da família para que haja possibilidade de inclusão escolar do aluno com síndrome de Down.

Metodologia

Para a realização da pesquisa, será usado o método descritivo, pois se trata da observação, registro e análise dos fatos ou fenômenos investigados, e segundo Cervo e Bervian, a “pesquisa descritiva trata-se do estudo e da descrição das características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada” (CERVO; BERVIAN, 2007, p. 61).

Como procedimentos técnicos foram escolhidos: a pesquisa bibliográfica, que será desenvolvida com o objetivo de explicar o problema a partir do conhecimento disponível em livros ou artigos. Também será realizado um estudo de caso, pois a abordagem pretendida é a qualitativa, uma vez que se pretende compreender profundamente o processo de apoio familiar e sua influência na inclusão escolar da criança com Down.

A pesquisa terá como unidade de análise a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), da cidade de Porteirinha. A escolha da amostra será feita de forma não-aleatória. A escolha é por conveniência, considerando o contato que a pesquisadora tem com uma família cuja filha tem Down.

Para a coleta de dados, serão realizadas entrevistas e observação direta. Os dados colhidos serão analisados a partir da análise de conteúdo e do referencial teórico que sustenta esta pesquisa.

Resultados e Discussão

A síndrome de Down foi descrita em 1866, por John Langdon Down, ao notar que havia nítidas semelhanças fisionômicas entre certas crianças com atraso mental. Utilizou-se o termo “mongolismo” para descrever a aparência dessas crianças. Segundo o Dr. John, os mongóis eram considerados seres inferiores, mas sabe-se, hoje, que estes seres não são mongoloides, e, sim, pessoas normais, que possuem deficiências intelectuais e algumas características físicas específicas (LEITE, 2017).

A criança com síndrome de Down apresenta grande hipotonia originária do sistema nervoso central, afetando toda a sua musculatura e a parte ligamentar da criança (dificuldade para sugar, engolir, sustentar a cabeça e os membros). Por esse motivo, a criança apresentará significativamente poucos movimentos do corpo e, segundo Schwartzman (1999), essa hipotonia contribui muito para o atraso motor, o que pode interferir em outros aspectos como em sua aprendizagem, pois a exploração do ambiente é essencial para que a criança construa o seu conhecimento de mundo. Segundo Voivodic:

Nas crianças com SD foram observadas diferenças nesse comportamento exploratório: usam comportamentos repetitivos e estereotipados, mantendo-os mesmo que se mostrem inúteis; seu comportamento exploratório é impulsivo e desorganizado, dificultando um conhecimento consistente do ambiente, sendo que a exploração dura menos tempo (VOIVODIC, 2008, p. 43).

Desde os primeiros anos de vida, observam-se evidentes retardos no desenvolvimento dos bebês. A lentidão ao responder a estímulos, como virar, sentar, ficar de pé, prejudica a interação adequada com as pessoas do convívio diário da criança. A demora no desenvolvimento da fala é atribuída, em parte, à presença de língua caracteristicamente grande e saliente. Segundo Berkowitz (2000) citado por Giaretta (2007), a perda da audição ocorre frequentemente na síndrome de Down que na população em geral, tornando as crianças acometidas, especialmente vulneráveis à deficiência de fala e linguagem.

Segundo Voivodic (2008), o comprometimento intelectual é a consequência mais nociva, o que irá prejudicar o seu aprendizado e a sua interação social. Entretanto, Smith e Strick (2001) relatam que desenvolvimento individual das crianças também é maciçamente influenciado por sua família, pela escola, e pelo ambiente da comunidade.

De acordo com Rodrigues (2000), os pais planejam e esperam a chegada de um bebê, idealizando a vinda de uma criança perfeita, saudável, bonita. E, com certeza, imaginam ainda que esta criança virá realizar os projetos e desejos pessoais dos pais que ficaram mal elaborados em suas vidas. Sendo assim, há essa expectativa de que os filhos realizarão os seus sonhos e desejos. E, quando isso não ocorre, pode gerar uma situação de conflito e desajuste familiar, na maioria das vezes. Se essa situação não é superada, pode dificultar a inclusão desse(a) filho(a), não só no grupo familiar, mas também no social, no escolar, dentre outros.

Considerações Finais

A educação formal é um fator importante na formação dos indivíduos, cujo objetivo é que os alunos aprendam e que saibam como e onde buscar as informações necessárias para o seu aprendizado. Nos casos de um indivíduo com síndrome de Down, a educação formal

poderá ou não tornar-se um instrumento transformador, isso dependerá da prática educacional que for utilizada.

Durante muito tempo, o ensino era aplicado a estes alunos em centros especializados ou classes especiais, cujo objetivo era conduzi-los na mesma perspectiva da escola regular, assegurando sua plena capacitação, preparando-os para uma vida independente em sociedade; ou seja, as escolas especiais tinham o mesmo objetivo da escola regular. Entretanto, a prática e as técnicas usadas eram diferentes, em que o elemento assegurador era a homogeneidade dos alunos, assegurando o nível intelectual, mesmo com idade cronológica diferente.

A educação especial trouxe grandes contribuições para a educação da criança, mostrando que toda criança, mesmo com atraso mental grave, pode ser educada. Entretanto, a escola especial não conseguiu atingir as suas metas, que era criar adultos autônomos, capazes de se desenvolverem na vida e na sociedade, além de fazerem a separação e a discriminação de um grupo social. Essas crianças necessitam de procedimentos mais específicos e individualizados, que trabalhem os processos cognitivos, levando sempre em consideração as necessidades específicas de cada criança, para poder desenvolver suas potencialidades e atividades diárias, sem muitas dificuldades.

Referências

- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- GIARETTA, A. G. Família, pessoa com síndrome de Down e nutricionista: re-significando o ato de comer. 237 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- LEITE, L. **Síndrome de Down**. Disponível em:
<<http://www.ghente.org/ciencia/genetica/down.htm>>. Acesso em: maio de 2017.
- RODRIGUES, D. O paradigma da educação inclusiva: reflexões sobre uma agenda possível. **Revista Inclusão**, v. 1, p. 7-13, 2000.
- SCHWARTZMAN, J. S. (Ed.). **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon, 1999.
- VOIVODIC, M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CURSINHO SOCIAL PARA DESCENDENTES DE QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE JANAÚBA “CURSINHO JOÃO DE BARRO”

Otaviano de Oliveira Filho. Docente FAVAG. Email: otavianodeoliveirafilho@gmail.com

Zulma Ferreira de Souza- Docente FAVAG. Email: zulmasouza@hotmail.com

Cleudenir Mendes Ferraz Coordenadora da Monitoria da FAVAG- Email: kodaferraz@hotmail.com

Introdução

Os cursinhos comunitários surgem para atender às necessidades de jovens e de adultos em obterem habilidades e competências para serem aprovados em vestibulares, concursos e ENEM. Eles dispõem de poucos recursos financeiros e temporais, porém buscam realizar os seus sonhos, já que não têm como custear esses estudos. Sen (2010, p.34) sinaliza que as exclusões são muito encontradas e podem ser remediadas ou aliviadas “por meio da mudança social”. E essa mudança se passa pela instrução, escolarização em que os indivíduos reforçam a sua identidade.

A Lei 10.639/03 tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africanas. Todavia, isso não tem acontecido de modo altamente produtivo; constitui desafio envolver especialmente, o jovem quilombola com suas próprias questões históricas, sociais e culturais.

A fim de contribuir com este processo, a Faculdade Vale do Gorutuba (FAVAG) juntamente com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) implantou um cursinho preparatório social gratuito para atender a essa população comprovadamente carente de recursos financeiros, impedida historicamente de acessar espaços de educação formal, marcada, por isso mesmo, pela baixa autoestima. Teve como intuito, promover o ingresso de quilombolas em Instituições de Ensino Superior (IES), preparando-lhes para a aprovação no ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio). Também objetivou prepará-los para a aprovação em concursos públicos, de modo a fazer frente ao chamado racismo institucional, sistema de exclusão de afrobrasileiros que garante a hegemonia branca em órgãos públicos no país. Tratou-se de um projeto sem fins lucrativos e sem vínculos de caráter religioso ou político.

Metodologia

Para o desenvolvimento do projeto foram utilizadas, a princípio, aulas presenciais, utilizando variadas metodologias: expositivas e dialogadas, pois o ambiente de ensino se adaptou aos espaços e frequência dos inscritos. Os cursistas tiveram oportunidades de frequentar seminários, palestras, em outros cursos, promovidas pela FAVAG.

Os professores do Cursinho caracterizavam-se como acadêmicos, que passaram por um processo seletivo. Esse processo foi coordenado pela Profa. Cleudenir Mendes Ferraz

Quanto aos alunos, inicialmente só poderiam assistir às aulas aqueles matriculados das Comunidades Tradicionais Gorutubanas – Natos e seus descendentes e da Comunidade Quilombola de Vila Nova dos Poções, ambos do Município de Janaúba/MG.

O Cursinho encerrou as suas atividades em agosto de 2016, tendo como monitores e suas respectivas disciplinas: Anny Caroline P. S. dos Santos (E. Deficiente), Daivid Samuel S. Nascimento (Matemática), Edward Chaves Neto (E. do Idoso), Joanna Luisa M. Pereira (Direito Constitucional), Jéssica Santos Pena (E. da Criança e do Adolescente), Maria Aparecida Santana (Direito Constitucional), Márcio Ferreira Lima (Língua Portuguesa), Paloma Cintia R. Tolentino (Direito Administrativo), Wesley Dias da Silva (E. do Idoso),

Laura Monnt'Alto carvalho (E. do Deficiente), Juscimar Agostinho de Oliveira (Matemática) e Lucianne Martins Santos(Voluntária do curso de Pedagogia).

Do processo de preparação dos/das acadêmicos/as selecionadas para ministrarem as aulas:

As(os) acadêmicas(os) (professor-monitor) selecionadas (os) passaram por capacitação pedagógica, a cargo da Coordenadora Pedagógica, Profa. Zulma Ferreira de Souza, da Diretoria Acadêmica e da Coordenação Pedagógica da FAVAG, com o apoio dos professores titulares que orientaram sobre a seleção dos conteúdos a serem trabalhados com os alunos. Os(as) acadêmico(as)s receberam um módulo de vinte horas de orientações pedagógicas e didático-metodológicas, sob a forma de Certificado, no período de duração do cursinho.

Os professores voluntários, orientadores nesse processo, foram: Flávio Cantuária (matemática); Vanessa do Carmo Diniz (Área Jurídica), Carlos Eduard(Área Jurídica); Roz Mery S. Teles (Língua Portuguesa).

Da caracterização da classe

A classe, inicialmente foi formada com a matrícula de 32 alunos, sendo uma boa parte deles, com idade entre 15 a 20 anos. Quanto à escolaridade, 25 deles possuem o Ensino Médio completo. Nem todos utilizam o sistema de internet para pesquisas e comunicação. Em relação à leitura e ao uso de bibliotecas, de acordo com depoimentos a maioria não tem acesso, apresentando baixo índice do uso sistemático da leitura e da informação escrita. Muitos relataram o interesse pelas provas do ENEM, porém nem todos se inscreveram.

Resultado e discussão

O Cursinho Social para Descendentes de Quilombolas do Município de Janaúba: Cursinho “João de Barro” foi implantado após aprovação do Projeto pelas entidades envolvidas, em março de 2016. No mês de abril do mesmo ano, procedeu-se com a inscrição e seleção dos monitores e professores, assim como a dinâmica do seu funcionamento. E no dia 2 de maio, deu-se a aula inaugural, com a presença de autoridades da FAVAG, MPMG e lideranças convidadas, assim como dos alunos interessados.

Visando a organização e funcionamento das aulas, a FAVAG disponibilizou sua equipe pedagógica, instrumentos midiáticos, mobiliários, instalações físicas e equipamentos necessários para o bom andamento do Cursinho. Os alunos foram tratados como alunos regulares, com a utilização do que lhes fossem necessário para o conforto e o bom andamento do curso.

Após a sua implantação, em março de 2016, o Cursinho funcionou até 16 de agosto do mesmo ano, por falta de frequência dos alunos e de transporte. Em conversas telefônicas e em redes sociais, muitos disseram terem buscado outras opções de estudos, fazendo mini cursos em Faculdade Federal, outros, por dificuldade financeira, para pagar transporte. Alguns desistiram por ter ocorrido o óbito de um deles, ficando desanimados. Foram realizadas várias ações para resgatar os alunos e trazer outros novos, residentes na Vila Nova dos Poções, tais como o contato telefônico com cada um deles, buscando motivá-los a estudar.

Mesmo com todas as intempéries, tem-se um saldo positivo, pois no mês de julho, um dos alunos foi aprovado em vestibular de uma faculdade privada da região. Considera-se gratificante, pelo pequeno tempo de funcionamento das aulas. Esse aluno foi freqüente em todas elas e muito interessado com a aprendizagem.

As aulas aconteciam na segunda, terça e quartas feiras, no período de 19h às 22h. Os horários foram distribuídos conforme disponibilidade dos monitores. As aulas de Matemática e Língua Portuguesa eram dois horários, por serem básicas.

Em seguida, são relacionadas as dificuldades: transporte dos alunos do meio rural para o meio urbano; evasão das aulas, sem justificativas; material didático impresso insuficiente, para pesquisas (estatutos); possibilidade de interferência política partidária, por ter sido ano de eleições (Afirmativa não comprovada). Quanto aos resultados e avanços: tempo curto para resultados conclusivos. Entretanto, observou-se o incentivo aos estudos e um aluno aprovado em vestibular. Não foram obtidos os resultados do ENEM, pois a turma se dispersou, dificultando a identificação. Nem todos se inscreveram.

Considerações finais

Considerando a realidade econômica de nosso país enquanto Nação emergente, e a grande diferença de distribuição de renda entre ricos e pobres, a sociedade brasileira acaba, muitas vezes, mobilizando-se para minimizar os efeitos dessa triste situação através de projetos sociais que contam com o trabalho de voluntários. Nesse cenário, existe disponível, como fonte potencial de colaboradores, um grande número de universitários capazes de realizar algum tipo de trabalho voluntário que, juntamente com suas instituições de ensino superior (IES), podem catalisar a estruturação de empreendimentos de caráter social usando e propagando seu bem mais precioso disponível: o conhecimento.

Sabe-se que nem todas as pessoas querem seguir o caminho para a universidade. Entretanto, devem ter a mesma oportunidade e possibilidade de ingresso. Por isto, este projeto fomentou uma iniciativa de crescimento, realização pessoal e profissional de pessoas menos favorecidas com a sistematização do conhecimento, em detrimento do seu potencial profissional.

A atuação dos Gestores da FAVAG na manutenção desse tipo de projeto só corrobora uma visão empreendedora e acertada na construção não somente do conhecimento, mas de cidadãos. Espera-se que os trabalhos possam ser retomados tão logo se reestruture, pois a necessidade é grande para essa população. Ela necessita de incentivo para prosseguir a vida com dignidade e respeito às diferenças.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. **Processos de inclusão e exclusão no Ensino Superior**. Rio de Janeiro: Mimeo, PUC-Rio, 2001.

COSTA, João Batista de Almeida. “Brejo dos Crioulos e a Sociedade Negra da Jaíba: Novas categorias sociais e a visibilização do invisível na sociedade brasileira”. **In Pós – Revista brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Ano V, 2001, p. 99-122.

COSTA FILHO, Aderval. “Negros Gurutubanos: Acesso à terra e outros recursos”. **In Anais da ABANNE. VIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste**. São Luís: Centro de Ciências Humanas da UFMA, 2003.

DEMO, Pedro. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FILHO, Aderval Costa. Os gorutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte - mineiro. **Tese de doutorado do programa de Pós- Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB)**, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GENTILI, Pablo e ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto.** Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GONÇALVES, R. “Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira”. In: LESBAUPIN, Ivo (org). **O desmonte da nação.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LESSA, S. N. **Trem de Ferro:** do cosmopolitismo ao sertão. Dissertação de Mestrado. Instituto de filosofia e Ciências Humanas da Universidade estadual de Campinas. Março de 1993.

Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000062538>
Acesso em: 12/12/2016

MIRANDA, Shirley Aparecida. Educação escolar Quilombola. **Revista Brasileira de Educação**, v.17, n.50, maio-agosto, 2012. Disponível em: www.scielo.br
Acesso em 30/10/2016

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar:** A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: companhia das Letras, 2010.

A Lei 10.639/03. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm
Acesso em: 23/02/2016.

I SEMANA DO CÁLCULO CONTEXTUALIZADO

RESFRIAMENTO DE UM PRÉDIO COMERCIAL

Geancarlo Almeida Antunes. Docente FAVAG (Orientador) E-mail: geancarloaa@gmail.com

Josué Gonçalves Discente FAVAG. E-mail: josuegsobrinhof@outlook.com

Introdução

As Equações Diferenciais são de grande importância na Engenharia, visto que, são equações que expressam matematicamente relações e leis físicas (Fenômenos naturais), os quais são fundamentais para os profissionais atuantes no ramo, auxiliando-os a solucionar os problemas enfrentados no cotidiano da sua profissão.

Mas afinal, o que são Equações Diferenciais Ordinárias (EDO's)?

“[...] Uma equação diferencial ordinária (EDO) é uma equação que contém uma ou mais derivadas de uma função desconhecida, a qual usualmente chamamos de $y(x)$ (ou, às vezes, $y(t)$, caso a variável independente seja o tempo t). Essa equação pode conter o próprio y , funções conhecidas de x (ou de t) e constantes. Por exemplo, (1) $y' = \cos x$; (2) $y' + 9y = 0$; (3) $x^2y''y' + 2exy(x^2+2)y^2$ [...]” (KREYSZIG, 2009, p.02)

Para resolver um problema de caráter físico utilizando Equações Diferenciais devemos primeiramente transformá-lo em um problema de caráter matemático. Para isso, deve-se interpretar o problema em questão e elaborar uma expressão matemática que consiga englobar o que realmente ocorre no meio físico. Esse processo, chamado de Modelagem é essencial para obter um resultado satisfatório ao fim dos cálculos e requer experiência a quem deseja fazê-lo.

A Lei do Resfriamento de Newton é uma Equação Diferencial Ordinária de primeira ordem que foi obtida através do método de Modelagem Matemática, transformando uma relação física entre a temperatura de um corpo e a temperatura do meio em que o corpo se encontra, variando em função do tempo, em uma Equação Diferencial Ordinária.

“De acordo com a Lei empírica de Newton do resfriamento/ aquecimento, a taxa segundo a qual a temperatura de um corpo varia é proporcional à diferença entre a temperatura do corpo e a temperatura do meio que o rodeia, denominado temperatura ambiente. Se $T(t)$ representar a temperatura de um corpo no instante t , T_m a temperatura do meio que o rodeia e dT/dt a taxa segundo a qual a temperatura do corpo varia, a Lei de Newton do resfriamento/aquecimento é convertida na sentença matemática,

$$\frac{dT}{dt} \propto T - T_m \quad \text{ou} \quad \frac{dT}{dt} = k(T - T_m)$$

onde k é uma constante de proporcionalidade” (ZILL, 2011, p.22).

As Equações Diferenciais abrangem uma extensa área de aplicações, entretanto, o objetivo deste trabalho consiste em um exemplo específico, “Resfriamento de um prédio Comercial”.

Metodologia

Foi selecionado um exemplo de problema prático a seguir, que se enquadra na Lei do Resfriamento de Newton e através da mesma, desenvolvido até a conclusão dos cálculos, com a finalidade de encontrar uma solução para o problema em questão.

Suponhamos que em um prédio comercial da cidade de Porto Alegre, a temperatura interna no inverno seja mantida através de um sistema de aquecimento a 22°C, e que o aquecimento seja desligado ao fim do expediente de trabalho e religado somente no dia seguinte ao início do expediente. O horário de funcionamento deste prédio tem início às 7h da manhã e término às 19h da noite. Certo dia, às 1h da manhã, a temperatura no interior do prédio era de 15°C. A temperatura exterior era de 10°C às 19h da noite e caiu para 4°C às 7h da manhã do dia seguinte. Qual era a temperatura interna do prédio quando o aquecimento foi religado, às 7h da manhã?

1ª etapa: Cálculo da Solução geral

A temperatura exterior varia de 10°C para 4°C, entretanto, é necessário utilizar um valor constante que neste caso será a média aritmética da variação, ou seja, 7°C. Sendo $T_m = 7$ (ou qualquer valor constante), a EDO a seguir é separável. Os cálculos a seguir demonstram o seu desenvolvimento até a Solução Geral:

$\frac{dT}{dt} = k(T - T_m)$ $\frac{dT}{(T - T_m)} = k dt$ $\int \frac{1}{(T - T_m)} dT = \int k dt$ $\ln(T - T_m) + C_1 = k \int dt$	$\ln(T - T_m) + C_1 = kt + C_2$ $\ln(T - T_m) = kt + C_3$ $e^{\ln(T - T_m)} = e^{kt + C_3}$ $e^{\ln(T - T_m)} = e^{kt} \cdot e^{C_3}$ $(T - T_m) = e^{kt} \cdot C_4$ $T = C_4 \cdot e^{kt} + T_m$	<p>Considere $C_4 = C$</p> $T(t) = C \cdot e^{kt} + T_m$ <p>(Solução Geral da EDO)</p> <p>P/ $T_m = 7$</p> $T(t) = C \cdot e^{kt} + 7$
---	---	--

$C_1, C_2, C_3,$ e C são constantes reais.

2ª etapa: Cálculo da Solução Específica

Sabendo que às 19h da noite foi o instante inicial do desligamento, o mesmo é adotado como instante (0); às 1h da manhã como instante (6) e às 7h da manhã como instante (12). Portanto, para fins de cálculo temos $T(0) = 22$ e $T(6) = 15$. Porém para o cálculo da temperatura no instante $T(12)$ é necessário encontrar os valores de C e k , chegando assim à Solução Específica da EDO como mostrado a seguir:

<p>Cálculo do C:</p> $T(0) = C \cdot e^{k \cdot 0} + 7$ $22 = C \cdot e^0 + 7$ $22 = C \cdot 1 + 7$ $22 = C + 7$ $C = 22 - 7$	<p>$C = 15$</p> <p>Cálculo do k:</p> $T(6) = 15 \cdot e^{k \cdot 6} + 7$ $15 = 15 \cdot e^{k \cdot 6} + 7$ $15 \cdot e^{k \cdot 6} = 15 - 7$ $15 \cdot e^{k \cdot 6} = 8$	$e^{k \cdot 6} = \frac{8}{15}$ $e^{k \cdot 6} \cong 0,53$ $\log_e 0,53 = 6k$ $\ln 0,53 = 6k$ $6k = -0,63$ $k = \frac{-0,63}{6}$
--	---	---

$$T_p(t) = 15 \cdot e^{-0,105 \cdot t} + 7$$

(Solução Particular da EDO)

$$T_p(12) = 15 \cdot e^{-0,105 \cdot 12} + 7$$

$$T_p(12) = 15 \cdot e^{-1,26} + 7$$

$$T_p(12) = 15 \cdot 0,28 + 7$$

$$T_p(12) = 4,25 + 7$$

$$T_p(12) = 11,25 \text{ } ^\circ\text{C}$$

Sabendo que $T_p(12)$ é a temperatura interna do prédio às 7h, temos a resposta para a pergunta realizada no problema, ou seja, após 12 h com o aquecimento desligado a temperatura no interior do prédio cai para **11,25°C**.

Resultados e discussão

Após a realização dos cálculos e a obtenção das Soluções Geral e Específica, foram desenvolvidos os Gráficos que representam os mesmos, respectivamente mostrados a seguir nas figuras 1 e 2.

Figura 1

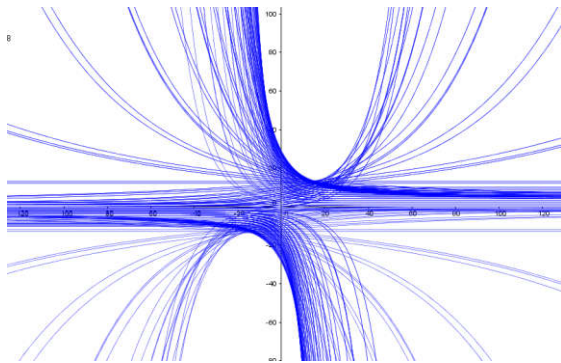
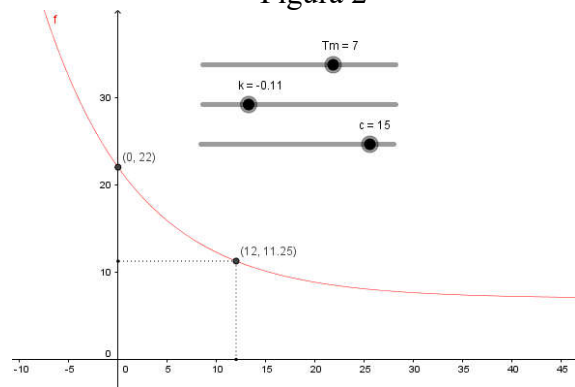


Figura 2



Tem-se na figura 1 a Solução Geral da Edo (família de curvas), que representam as diversas possibilidades de curvas possíveis a serem encontradas pela Solução Geral. Já a figura 2 contém a Solução Específica da Edo (curva), que representa a curva formada pela Solução Específica do exemplo em questão.

A Lei do Resfriamento de Newton também pode representar aquecimento desde que k seja maior que zero ($k > 0$), gerando um crescimento exponencial. No entanto, sabendo que neste trabalho tem-se $k < 0$ e que o gráfico apresenta decaimento, confirma-se que ocorre resfriamento no exemplo escolhido.

Considerações finais

Esperava-se obter no instante $T_p(12)$ uma temperatura bem inferior à temperatura de $T(0)$, devido ao fato da temperatura externa do prédio ser consideravelmente inferior à temperatura a qual o prédio era mantido em seu interior e também ao fato do aquecimento permanecer desligado por 12 horas contínuas.

Além disso, esperava-se também com a redução da temperatura ao decorrer do tempo, um decaimento exponencial no gráfico resultante da Solução Específica obtida após a conclusão dos cálculos.

Ambos os resultados esperados foram obtidos ao fim do trabalho, o qual teve como objetivo mostrar a aplicação das Equações Diferenciais, neste caso a Lei do Resfriamento de Newton, em um exemplo de problema prático.

Referências

Bronson, Richard; Costa, Gabriel. **Equações Diferenciais**, 3.ed, Porto Alegre, Bookman, 2008.

Figueiredo, Djairo Guedes de; Neves, Aloisio Freire. **Equações Diferenciais Aplicadas**, 3. ed., Rio de Janeiro, IMPA, 2015.

Kreyszig, Erwin; **Matemática Superior Para Engenharia**, 9. ed., LTC, 2009.

Zill, Denis G.; **Equações Diferenciais com Aplicações em Modelagem**, 2.ed., São Paulo, Cengage Learning, 2014.

FAIXA ETÁRIA EM QUE OS EMPREENDEDORES DE PORTEIRINHA – MG FORMALIZAM SUA EMPRESA

Alaor Leão Rocha (Orientador) Docente FAVAG. E-mail: alaorleao@yahoo.com.br
Bruna Cristine Santos Mendes Discente FAVAG. E-mail: sbrunacristine@yahoo.com.br

Introdução

Esse projeto visa mostrar através de dados de pesquisa e cálculos uma análise da faixa etária em que os empreendedores da cidade de Porteirinha –MG formalizam sua empresa como microempreendedor individual.

Pretendo mostrar as idades dos empresários e a diferença entre elas em uma tabela com intervalo de classe, pois são muitas e variam de 18 a 70.

Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria, pode ter um funcionário que irá receber o salário mínimo ou o piso da categoria, e pode faturar até R\$ 60.000,00 por ano, além de não poder ter vínculo e ser sócio de outra empresa. O MEI possui vantagens oferecidas pela Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, como ter o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ter facilidade para abrir contas bancárias, conseguir empréstimos e emitir notas fiscais. Ele fica isento de tributos federais, mas tem outros valores para pagar (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2017).

O Portal do Empreendedor afirma que:

“A formalização do Microempreendedor Individual é gratuita e pode ser feita de duas maneiras:

- No próprio portal, no link [FORMALIZAÇÃO - INSCRIÇÃO]

Após o cadastramento do Microempreendedor Individual, o CNPJ e o número de inscrição na Junta Comercial são obtidos imediatamente, não sendo necessário encaminhar nenhum documento (e nem sua cópia anexada) à Junta Comercial.

- Você pode obter ajuda de empresas de contabilidade que são optantes pelo Simples Nacional e estão espalhadas pelo Brasil. Essas empresas irão realizar a formalização e a primeira declaração anual sem cobrar nada.”

Na cidade, os empreendedores têm recebido bastante apoio e informações, e os que tinham suas empresas informalmente estão procurando se formalizar e capacitar-se para o mercado que está cada vez mais concorrido.

O objetivo desse projeto é fazer uma análise a partir dos resultados obtidos através dos cálculos da média aritmética e da moda da idade que os empresários da cidade de Porteirinha procuram os órgãos responsáveis e formalizam sua empresa.

Metodologia

Os dados apresentados nesse projeto se referem às empresas que foram formalizadas na empresa Alfa, ou já estavam formalizadas e buscaram informações e/ou capacitações nos últimos sete anos; os dados foram divididos em dois grupos, sendo utilizado apenas um, pois nem todos os dados atendiam à finalidade desse projeto. Também foram utilizados livro e sites para o direcionamento do conteúdo e dos cálculos usados.

Resultados e discussão

Faixa Etária dos empreendedores de Porteirinha que formalizaram a empresa nos últimos sete anos

i	Idade	fi	Fi	fri	Fri	Xi	fiXi
1	18 --26	26	26	0,190	0,190	22	572
2	26 --34	38	64	0,277	0,467	30	1140
3	34 --42	29	93	0,212	0,679	38	1102
4	42 --50	27	120	0,197	0,876	46	1242
5	50 --58	12	132	0,088	0,964	54	648
6	58 --66	4	136	0,029	0,993	62	248
7	66 --74	1	137	0,007	1	70	70
Σ	-	137	-	1,000	-	-	5022

Fonte: Bruna Cristine Santos Mendes

Cálculo da média aritmética

$$\bar{x} = \frac{\sum Xi fi}{\sum fi} = \frac{5022}{137} = 36,657$$

O cálculo da média aritmética é o quociente da divisão da soma dos valores da variável ($\sum Xi fi$) pelo número deles ($\sum fi$). E teve como resultado 37.

Cálculo da moda

$$mo = \frac{li + Li}{2} = \frac{26 + 34}{2} = \frac{60}{2} = 30$$

Moda é o valor que ocorre com maior frequência. Como os valores estão agrupados em classes, é preciso identificar a classe modal, de maior frequência, e calcular o quociente da divisão dos valores que delimitam a classe por 2. A moda das idades é 30.

Considerações finais

De acordo com os resultados obtidos através dos cálculos da média aritmética e da moda das idades que os empreendedores de Porteirinha formalizam sua empresa, que tiveram como resultado 37 e 30, respectivamente, conclui-se que antes dos 41 anos a maioria das pessoas, que corresponde a 67,9%, estão empreendendo, colocando seu próprio negócio e buscando estar formalizado. Os outros 32,1% das pessoas têm entre 42 a 74 anos de idade.

REFERÊNCIAS

CRESPO. A. A. **Estatística Fácil**. São Paulo. Saraiva, 2001

Portal do Empreendedor. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>> Acesso em: 29 de maio de 2017.

ANÁLISE DA DEMANDA DOS ROTEIROS DE VIAGEM DA EMPRESA TURISMO E CIA

Alaor Leão Rocha (Orientador) docente FAVAG. E-mail alaorleocha@yahoo.com.br
Carolina Oliveira Rocha Discente FAVAG. E-mail: oliveirakarolina2011@gmail.com

Introdução

Esse trabalho trata-se de uma pesquisa onde foi feito um levantamento de dados a partir da procura dos roteiros através das redes sociais da agência de viagens das empresas Turismo e Cia. Também foi apresentado a população, o tipo de amostragem, a técnica de amostragem e a classificação. Os resultados, foram apresentados em tabelas e gráficos.

A tabela de distribuição de frequência, mostra os dados organizados, a quantidade e a porcentagem das pessoas que procuraram cada roteiro. Os gráficos mostram com mais clreza o resultado da pesquisa.

O Objetivo da pesquisa é mostrar quais roteiros programados pela empresa estão sendo mais procurados, a tendência e o tipo de lugar que os clientes tem preferência, podendo facilitar para a empresa algumas escolhas como o porte do ônibus, pois pode variar de acordo com a procura.

Metodologia

Para a realização dessa pesquisa, foram coletadas informações nas redes sociais, sendo o meio de contato mais utilizado pelas pessoas interessadas nas viagens. A empresa divulga seus roteiros no facebook, com todas as informações necessárias das excursões, e a partir daí entram em contato para finalizar a compra.

Resultados e discussão

Tabela Primitiva - Rol

Roteiro procurados do mês de março a abril de 2017 na empresa Turismo e Cia

Diamantina	Paraty	Diamantina	Diamantina	Capitólio
Paraty	Paraty	Diamantina	Diamantina	Diamantina
Cabo Frio	Diamantina	Capitólio	Cabo Frio	Cabo Frio
Cabo Frio	Cabo Frio	Cabo Frio	Cabo Frio	Cabo Frio
Diamantina	Diamantina	Cabo Frio	Paraty	Diamantina
Diamantina	Capitólio	Diamantina	Diamantina	Capitólio
Diamantina	Paraty	Capitólio	Paraty	Paraty
Capitólio	Paraty	Capitólio	Paraty	Cabo Frio
Cabo Frio	Paraty	Cabo Frio	Diamantina	Cabo Frio
Capitólio	Paraty	Paraty	Diamantina	Diamantina

População: As pessoas que se interessam nos roteiros e entraram em contato através das redes sociais da empresa.

Amostragem: Número de pessoas que procuraram cada roteiro do mês de março a abril.

Técnica de amostragem utilizada: Extrato

Justificativa da técnica de amostragem escolhida: Os dados foram coletados de acordo com a procura de cada roteiro. Então foi separado os roteiros e analisado a procura de cada um deles.

Classificação: Qualitativa - discreta

Tabela de Distribuição de Frequência

Roteiros procurados do mês de março a abril de 2017 na empresa Turismo e Cia

i	Roteiros	Tabulação	fi	Fi	fri	Fri
1	Capitólio	IIIIIIII	9	9	0,18	0,18
2	Diamantina	IIIIIIIIIIIIIIIIII	17	26	0,34	0,52
3	Cabo Frio	IIIIIIIIIIII	13	39	0,26	0,78
4	Paraty	IIIIIIIIII	11	50	0,22	1,00
Fonte:	Σ		50		1,00	

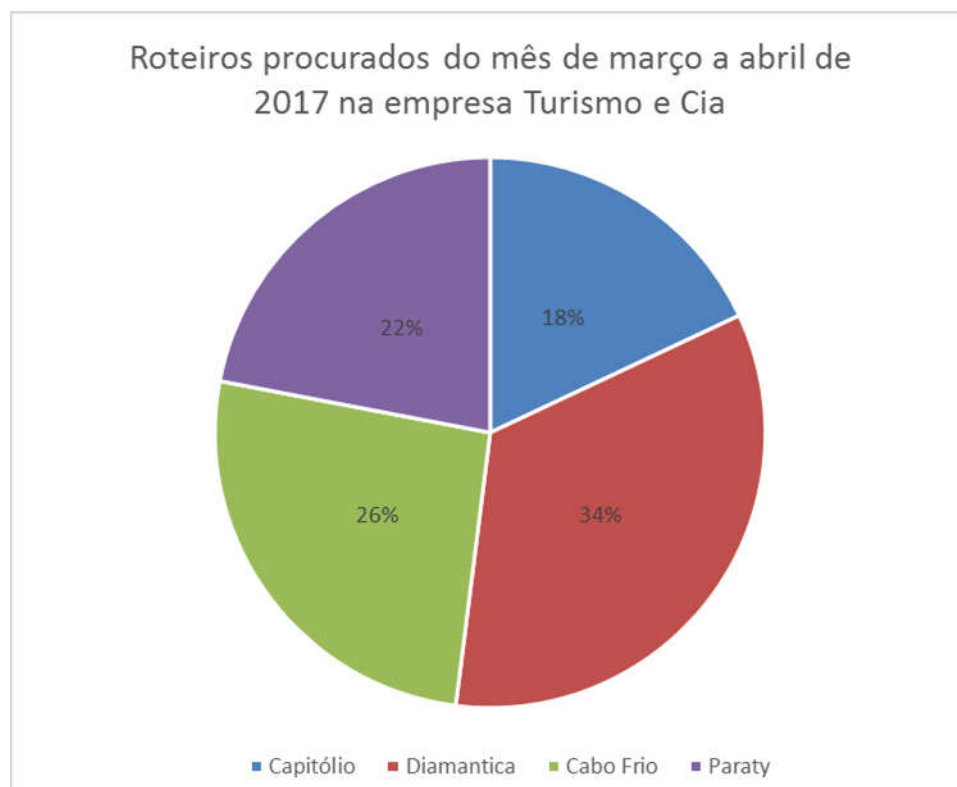
Carolina Oliveira Rocha

Mediana: $Md = n/2$

$Md = 50/2$

$Md = 25$

Moda: A moda foi o roteiro de Diamantina, pois foi o mais procurado.



Fonte: Carolina

Considerações Finais

A partir dessa pesquisa, os resultados mostram que o roteiro de Diamantina foi o mais procurado no mês de março e abril. Com esse resultado, a empresa pode tomar decisões como fretar um ônibus com maior número de poltronas, reserva um maior número de quartos no hotel e pode ter a possibilidade de fretar até mais de um ônibus.

O roteiro, Paraty e Cabo Frio, têm apenas 4% de diferença. Com isso, a empresa pode traçar estratégia para aumentar a procura dos roteiros, aperfeiçoando nos meios de a divulgação, melhorando os pacotes de viagem, facilitando a forma de pagamento, fazendo com que atraia clientes aumentando a procura dos roteiros.

Referências

CRESPO. Antônio Arnot. **Estatística Fácil**, São Paulo: Saraiva, 17. Ed. 2002

PESQUISA DE MERCADO: Levantamento da idade dos clientes que consultaram no CDV de Mato Verde no mês de Abril 2017

Alaor Leão Rocha. FAVAG. E-mail alaorleocha@yahoo.com.br

Geraldo Wagner Soares Oliveira Discente FAVAG. E-mail: Geraldo.wagner@gmail.com

Introdução

Pesquisa realizada com o objetivo de fazer um levantamento da idade dos clientes do Centro Diagnóstico da Visão de Mato Verde, trabalho este realizado entre os dias 04 e 27 de Abril de 2017.

Com essa pesquisa será possível a análise da idade média dos clientes e consequentemente a empresa poderá realizar um trabalho de marketing com base no resultado encontrado na pesquisa.

O objetivo deste trabalho e saber a idade média dos clientes do centro diagnóstico da visão e se haver necessidade de lhes ter em clientes de outras idades.

Metodologia

Foi escolhido uma amostra utilizando a técnica de amostragem por conveniência, para uma melhor análise. Para utilizar essa técnica foi preciso analisar todos os clientes do centro diagnóstico da visão de Mato Verde que consultaram no mês de abril de 2017.

Resultados e discussão

Tabela de distribuição de frequência com intervalo de classes.

Idade dos clientes que consultaram no Centro Diagnóstico da Visão de Mato Verde no mês de Abril de 2017.

i	Idade dos clientes	fi	fri
1	0 ———— 10	4	0,074
2	10 ———— 20	8	0,148

3	20 —————30	8	0,148
4	30 —————40	7	0,129
5	40 —————50	6	0,111
6	50 —————60	3	0,055
7	60 —————70	8	0,148
8	70 —————80	6	0,111
9	80 —————90	4	0,074
Σ		54	1

Fonte: CDV de Mato Verde.

MÉDIA ARITMÉTICA

$$\bar{X} = \frac{\sum f_i}{M} \quad X = \frac{2330}{54}$$

MÉDIA = 43.

Conclusão

Com os resultados obtidos foi possível analisar a idade média dos clientes que consultaram no CDV de Mato Verde.

Foi Feito uma tabela de distribuição de frequência para uma melhor análise dos dados. Podemos verificar a média de idade 43 anos.

Com esse resultado o CDV pode definir uma nova estratégia de marketing para atrair o público infantil e adolescente que representou o número menor na pesquisa.

Referências

CRESPO. A.A. **Estatística Fácil**. São Paulo. Saraiva, 2001

PESQUISA VIABILIDADE DE FECHAMENTO PARA HORÁRIO DE ALMOÇO EM UMA EMPRESA.

Alaor Leão Rocha (Orientador) Docente FAVAG. e-mail: alaorleocha@yahoo.com.br

Jálison Nilo Rodrigues Cardoso Discente FAVAG. e-mail: rodrigues_cardoso@yahoo.com.br

Introdução

Foi realizada uma pesquisa na empresa XX, onde é comparado as vendas durante 5 dias do mês de maio, entre os dias 15 e 19 durante intervalos de 2 horas.

O objetivo desta pesquisa é analisar se existe a possibilidade de fechar o comércio no período de 11 às 13 horas para horário de almoço dos funcionários.

Metodologia

Foi feito uma relação das vendas em intervalos de 2 horas. Após a tabulação das vendas, foi feito o cálculo para apuração da porcentagem que representa as vendas no período entre 11 às 13 horas. O calculo foi feito da seguinte forma:

O somatório do total de vendas 52 no horário apurado dividido pela quantidade total de vendas nos 5 dias 392, onde encontrou a porcentagem 13,2% que representam as vendas entre 11 às 13 horas.

Pesquisa realizada na empresa XX, entre os dias 15 e 19 de maio de 2017, na cidade de Janaúba/MG

i	Horário	fi	FI	fri	FRI
1	7 ---- 9	47	47	0,119	0,119
2	9 ---- 11	51	98	0,130	0,249
3	11 ---- 13	52	150	0,132	0,381
4	13 ---- 15	85	235	0,216	0,597
5	15 ---- 17	87	322	0,225	0,822
6	17 ---- 19	70	392	0,178	1,000
Σ		392	1,000		

Fonte: Jálison Nilo



Fonte: Jálison Nilo.

Resultados e discussão

As vendas entre o horário de 11 às 13 horas representam 13,2% das vendas no período apurado, um número de vendas significativo para a tomada de uma decisão em relação ao horário de funcionamento.

Conclusão

Diante dos resultados da pesquisa, nota-se que não é viável o fechamento da empresa para horário de almoço, pois boa parte dos clientes utilizam desse horário para a execução de suas compras. A cultura da região e ramo de atividade fazem com que seja um horário de vendas considerável.

Referências

SETEVENSON, Willian J. **Estatística aplicada a administração**. São Paulo: Harbras, 2001

VENDAS DE TUBOS FEITAS NO MÊS DE JANEIRO DE 2017 PELAS EMPRESA ALX

Alaor Leão Rocha (Orientador). Docente FAVAG. E-mail: alaorlocha@yahoo.com

Joao Marcos F. Santos. Discente FAVAG. E-mail: joaomarcosfss@gmail.com

Introdução

Pesquisa realizada com o objetivo de levantamento de dados na empresa ALX para análise da venda de tubos no mês de janeiro de 2017.

Essa pesquisa servirá de base para analisarmos as vendas de tubos dessa empresa, para saber qual o melhor investimento a ser adotado.

Com isso a empresa terá mais visão do que poderá ser feito para que as vendas não venham a gerar prejuízos para a empresa

O objetivo deste trabalho é saber quais os tubos estão sendo mais vendidos e os que estão ficando encalhados em estoque para saber quais medidas devem ser tomadas para reverter esse tipo de situação.

Metodologia

Para essa pesquisa foi feita a escolha de uma população que são os tubos vendidos durante o ano na empresa ALX e aplicada a técnica de amostragem por conglomerado, pois, pegamos todos os dados de um determinado mês.

Discussão e resultados

i	tubos (mm)	fi	fri
1	25	70	0.145
2	50	90	0.187
3	75	145	0.304
4	100	106	0.220
5	125	50	0.103
6	150	20	0.041
Σ		481	1

$$20 \div 481 = 0.041$$

$$\text{Porcentagem} = 0.041 \times 100 = 4\%$$

Considerações finais

Com base na análise da pesquisa podemos observar que os tubos de grande milímetro como o de 150 tem a porcentagem de venda muito pequena cerca de 4%.

Com isso os tubos vão ficando encalhados no estoque muitas das vezes expostos ao sol que faz com que os tubos ressequem causando a perda dos tubos e consequentemente prejuízos a empresa.

Por tanto uma das soluções para esse problema é fazer uma promoção em cima desses tubos com um bom desconto para que atraia clientes que estão necessitando desse tipo de tubo e com isso alavancar as vendas desses tubos para que possam sair do estoque e evitar futuros prejuízos a empresa

Referencias

CRESPO. A. A. **Estatística fácil**. São Paulo. Saraiva, 2001

PESQUISA DE MERCADO LEVANTAMENTO DE DADOS DOS NÚMEROS DE CALÇADOS DOS CLIENTES DA EMPRESA BETA

Alaor Leão Rocha (Orientador). Docente FAVAG. E-mail: alaorlocha@yahoo.com.br
Lauro Henrique Santos Discente FAVAG. E-mail: laurohenrique72@hotmail.com

Introdução

Pesquisa realizada com o objetivo de fazer um levantamento de dados de uma população, para análise dos números dos calçados dos clientes da empresa Beta. Trabalho realizado entre os dias 02 e 08 de maio de 2017

Com os dados obtidos foi feita uma tabelas e cálculos para uma melhor compressão. A Empresa também poderá fazer um trabalho de marketing utilizando os dados encontrados. Bem como fazer uma análise se é viável continuar investindo nessa área de calçados de segurança.

A partir da pesquisa, a Empresa saberá quais são os números de calçados de segurança dos clientes da empresa Beta, analisando e decidindo as políticas de gestão da Empresa.

Metodologia

Foi escolhida uma amostra de uma população utilizando à técnica de amostragem por conglomerado, para que a Empresa analisasse um determinado segmento de seus produtos. Para utilizar a amostragem por conglomerado foi preciso analisar toda a população de clientes da empresa Beta e dividir em clientes que tem a necessidade de usar calçados de segurança e os que não têm.

O critério utilizado para fazer a divisão de quem precisa e quem não precisa de calçados de segurança, foi pelo tipo de serviço (pesado ou leve), local onde esses clientes trabalham (zona rural, oficinas), e de acordo com normas de segurança das Empresas (uso de EPI's)

Exemplos

- Clientes que não precisam usar sapatos ou botinas de segurança: vendedores, viajantes, fazendeiros, empresários.
- Clientes que precisam usar sapatos ou botinas de segurança: mecânicos, auxiliares de mecânicos, borracheiros, torneiros, trabalhadores de indústrias, empresas que seguem normas de segurança do trabalho e que é obrigatório o uso de EPI's

Resultados e discussão

Tabela de distribuição de frequência com intervalo de classe

Numeração de calçados de segurança dos clientes da empresa Beta

i	CLASSE	fi	Fi	fri	Fri
1	37 ---- 39	13	13	0,217	0,217
2	39 ---- 41	25	38	0,417	0,634
3	41 ---- 43	21	59	0,350	0,984
4	43 ---- 45	1	60	0,016	1,000
Σ	-	60	-	1,0	-

FONTE: Lauro Henrique Santos

MÉDIA DA TABELA

$$M = \frac{\sum fi}{2} \quad M = \frac{60}{2} = 30$$

30 está na tabela localizado na segunda classe

$$39 + 41 = 80 \quad \frac{80}{2} = 40$$

MÉDIA = 40

Considerações finais

Com os resultados obtidos, foi possível analisar quais foram os números dos calçados de segurança mais utilizados por pessoas que trabalham e necessitam do uso desses.

Foi feito uma tabela de distribuição de frequência para uma melhor análise dos dados. Os calçados números 39, 40 e 41 e correspondem a 41,7% dos calçados.

Podemos verificar também que a média do número de sapatos de segurança foi o número 40.

Com essas informações a Empresa deve comprar mais desse número, pois, é o número de maior procura.

Com esses dados a Empresa pode definir a política de preço, dando incentivo (descontos) para os números abaixo de 39 e acima de 41, pois são de menor saída.

Referencias

CRESPO. A. A. **Estatística Fácil**. São Paulo. Saraiva, 2001.

SAÍDA DE MATERIAIS DA EMPRESA XXX, EM ABRIL DE 2017

Alaor Leão Rocha Docente FAVAG. E-mail: alaorleocha@yahoo.com.br

Jeferson Borges Lima Discente FAVAG. Email: Jeferson.borges@gmail.com

Introdução

O presente trabalho pretende verificar os índices de saídas das mercadorias vendidas uma empresa mês de abril, com o objetivo de diagnosticar qual ou quais são os períodos durante o mês que precisamos aumentar a produção para que não falte matéria prima para os revendedores. A empresa apresentou os dados para tentar entender quais eram os dias do mês que mais aconteciam suas vendas, bem como tentar entender os porquês das vendas menores em determinados períodos.

A estatística foi apresentada para a empresa como forma de colher, apresentar, interpretar e tomar as decisões.

Metodologia

A metodologia constitui-se do levantamento de dados realizados pelo banco de dados da empresa, os quais foram tabulados com intervalos de 5 em 5 dias. Após a tabulação, foram feitos os cálculos da frequência simples e da frequência acumulada. A partir destes dados analisamos os resultados.

O Tipo de amostragem adotado foi por conglomerado, uma vez que utilizamos todos os dados do mês de abril. A escolha desta tipologia se justifica, pois, a necessidade de verificação para a empresa dos dias em que as vendas são mais eficientes e os dias em que ela precisa criar políticas para que tornem suas vendas mais homogêneas.

Resultados e discussão

Saída de materiais da empresa xxx, em abril de 2017

I	DATA	fi	Fi	fri	Fri
1	1 --- 6	8904	8904	0,592691207	0,592691207
2	6 ---11	25	8929	0,001664115	0,594355322
3	11 ---16	2458	11387	0,163615789	0,757971111
4	16 ---21	959	12346	0,063835452	0,821806563
	21 ---				
5	26	85	12431	0,005657991	0,827464554
	26 ---				
6	30	2592	15023	0,172535446	1,000000000
Σ		15023		1,000000000	

Fonte: Jeferson Borges

Diante desta pesquisa identificamos que existe uma demanda maior entre os dias primeiro e quinto do mês, representando 59% das vendas, seguindo pelo período do 26º ao

30º dia com 17% e o terceiro maior período de vendas foi do 6º ao 11º dia com 16% das vendas.

Considerações finais

Diante dos resultados, conclui-se que existe uma grande heterogeneidade de vendas entre os dias do mês de abril. O que deve ser analisado com mais propriedade pela empresa, tendo em vista que existiram dois períodos, onde as vendas foram ínfimas. É muito impactante os períodos das vendas. Será preciso fazer outras análises estatísticas para verificar se esta grande variação foi atípica para o mês ou se ela é corriqueira nos outros meses do ano.

Será necessário fazer também uma análise nas informações apresentadas pela empresa, uma vez que pode ter faltado alguns lançamentos, o que provavelmente pode ser um fator que justificasse esta disparidade.

Referencias

CRESPO. Antônio Arnot. **Estatística Fácil**. São Paulo: Saraiva, 17. Ed. 2002

CONSÓRCIO X FINANCIAMENTO: VANTAGENS E DESVANTAGENS DE CADA MODALIDADE

Paulo Cesar Costa (Orientador) Docente FAVAG. E-mail: profpcc@bol.com.br
Bruna Cristine Santos Mendes Discente FAVAG. E-mail: sbrunacristine@yahoo.com.br
Carolina Oliveira Rocha Discente FAVAG. E-mail: oliveirakarolina2011@gmail.com
Josana Maria de Jesus Nunes Discente FAVAG. E-mail: josanabellys@gmail.com
Josenilde Mendes Oliveira Discente FAVAG. E-mail: josinha.port@gmail.com

Introdução

Esse projeto visa mostrar através de dados de pesquisa e de cálculos uma análise de um consórcio e de um financiamento da empresa Alfa.

Pretendemos mostrar a diferença dos valores que serão pagos no final das duas formas de compra de uma moto BIZ, foram aplicadas fórmulas da matemática financeira que permitem mostrar qual será o melhor negócio para aquisição da moto BIZ.

Consórcio é caracterizado por um grupo de pessoas que tem como objetivo adquirir um bem ou serviço. Os gastos e os custos são repartidos entre os participantes, facilitando o cumprimento dos objetivos financeiros. Tem como vantagens; adquirir um bem ou serviço com mais economia, é um investimento seguro, tem todo um planejamento para que o valor caiba no orçamento, tem uma maior facilidade do crédito ser aprovado, e tem várias formas de pagamento para adaptar as finanças.

Assim como o consórcio, o financiamento também tem como objetivo adquirir um bem ou serviço, porém, pagando em parcelas acrescentadas de juros mensais ao capital inicial.

O objetivo deste projeto é fazer uma comparação entre o consórcio e o financiamento e analisar a melhor forma de adquirir um veículo, levando em consideração as taxas de juros, o número de parcelas, o valor do bem e o valor ao final em cada modalidade.

Metodologia

Para a coleta dessas informações foi realizada uma pesquisa na empresa Alfa onde são feitos consórcios e financiamentos de veículos. Através dos serviços prestados foram coletadas as taxas o capital e a quantidade de parcelas que serão pagas. Também foram utilizados livros.

Resultados e discussões

CONSÓRCIO (moto BIZ 110)

Valor do bem: R\$8.266,00

Taxa de administração: 19%

Taxa de fundo reserva: 1,5%

Seguro: R\$7,68 por parcela

Número de parcelas: 36

Valor da parcela: R\$284,35

Valor final: R\$10.236,00

FINANCIAMENTO (moto BIZ 110)

Valor do bem: R\$8.266,00

Tarifa de abertura de crédito: R\$580,00

Valor da entrada: R\$1.326,90 (15%)

Coefficiente de financiamento: 0,04431

Número de parcelas: 36

Valor das parcelas: R\$333,17

Valor final: R\$13.321,02

Fonte de valores: Honda Moto Shop – Consultor: Geovane Costa

Considerações finais

De acordo com o valor final do financiamento e do consócio, as duas formas de adquirir a moto BIZ têm suas vantagens e desvantagens. O financiamento, por exemplo, tem o valor de entrada de R\$1.323,90, mais 36 parcelas de R\$333,17 e com um montante final de R\$13.321,02. Já no consócio não possui entrada, com 36 parcelas de R\$284,35 e o montante final é R\$10.236,00. Ao analisar os dados de cada situação, concluímos no consócio o cliente paga menos juros ao final do plano, no entanto tem que contar com a sorte de ser contemplado, enquanto no financiamento paga juros maiores, porém, já sai com o bem, ou seja, a forma de adquirir o veículo, depende da necessidade do cliente, por exemplo, nessa situação, se o cliente que adquirir com mais agilidade, a melhor forma seria o financiamento, porém a taxa de juros é maior, mas se quer adquirir com um prazo mais longo sem tanta urgência, seria o consócio que tem a taxa de juros menor, não contendo entrada e com parcelas menores comparado ao financiamento.

Referências

Disponível em: <<http://blog.rodobens.com.br/vantagens-financeiras-de-se-fazer-um-consorcio>> Acesso em: 28 de maio de 2017.

Disponível em: <<http://blog.rodobens.com.br/como-%C3%A9-calculada-a-taxa-deadministra%C3%A7%C3%A3o-em-cons%C3%B3rcios>> Acesso em: 28 de maio de 2017.

Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/matematica/financiamentosmundo-educacao.htm>> Acesso em: 28 de maio de 2017.

Disponível em: <<http://www.infoescola.com/economia/financiamento/>> Acesso em: 28 de maio de 2017.

CRESPO, Antônio Arnot. *Matemática Comercial e Financeira Fácil*. São Paulo: Saraiva, 13^o ed. 2002.

FARO, C. *Fundamentos da matemática financeira*. Editora Atlas. S.P, 2006.

SAMANEZ, C. P. *Matemática financeira*. Editora Pearson. São Paulo, 2010.

VERAS, L. L. *Matemática financeira: Aplicações e análise de investimentos*. Atlas. S.P, 2005.

VIEIRA SOBRINHO, J. D. *Matemática financeira*. Editora Atlas. São Paulo, 2006.

TEIXEIRA, J. *Matemática financeira*. Editora Makron Books. São Paulo, 1998.

POUPANÇA X APLICAÇÃO (RDC) Comparativo entre as duas modalidades

Paulo Cesar Costa (Orientador). Docente FAVAG. E-mail: profpcc@bol.com
Daniel Batista Cordeiro. Discente FAVAG. E-mail: daniel.bacordeiro3134@hotmail.com
Jalison Nilo Rodrigues Cardoso. Discente FAVAG. E-mail: rodrigues_cardoso@yahoo.com.br
Joao Marcos F. Santos. Discente FAVAG. E-mail: joaomarcosfss@gmail.com
Lauro Henrique Santos. Discente FAVAG. E-mail: laurohenrique72@hotmail.com

Introdução

Pretendemos neste trabalho fazer uma comparação entre um o investimento na poupança e uma a aplicação (Recibo de Depósito Cooperativo - RDC) do Banco Alpha, através de dados pesquisados e cálculos aplicados a matemática financeira e pretendemos verificar no final a diferença do rendimento de cada uma das modalidades e assim verificar qual é a mais viável investir.

O presente trabalho tem como objetivo analisar os rendimentos da Poupança e de uma Aplicação (Recibo de Depósito Cooperativo - RDC) do Banco Alpha e mostrar qual será a melhor forma de poupar dinheiro.

Metodologia

Através de uma pesquisa no Banco Alpha onde foram coletadas informações sobre as taxas de aplicações nas modalidades poupança e RDC. Realizado os cálculos foi encontrado o montante final dos investimentos.

Discussão e resultados

A aplicação será feita em um prazo de 180 dias com o valor de R\$8500 com os juros no RCD de 0,76% e na poupança 0,5 %.

Outro investimento que será feito, também com o prazo de 180 dias, mas no valor de R\$ 50001,00 terá a taxa de 0,79% ao mês no RCD e 0,5% na poupança

Aplicação (180 dias) R\$ 8.500,00

Resgate Bruto	R\$8.897,41
- Imposto de renda	R\$79,48
Resgate líquido	R\$8.817,93

Aplicação (180 dias) R\$ 50.001,00

Resgate Bruto	R\$52.419,38
- Imposto de renda	R\$483,68
Resgate líquido	R\$51.935,70

Poupança (180 dias) R\$ 8.500,00

Poupado	R\$8.500,00
Resgatado	R\$ 8.758,21

Poupança (180 dias) R\$ 50.001,00

Poupado	R\$50.001,00
Resgatado	R\$51.519,91

TAXAS APLICAÇÃO	
8.500,00	0,76
50.001,00	0,79

TAXAS POUPANÇA	
8.500,00	0,5
50.001,00	

Considerações finais

Com o resultado dos cálculos, concluímos que a melhor forma de poupar um dinheiro no Banco Alpha será a APLICAÇÃO (Recibo de Depósito Cooperativo - RDC), pois as taxas de rendimentos são maiores que da poupança, enquanto a poupança para qualquer valor a taxa é de 0,5% a da Aplicação é de 0,76 para valores abaixo de R\$ 50000 e acima desse valor a taxa de 0,79%.

Referências

- CRESPO, A. A. **Matemática comercial e financeira**. Editora Saraiva. S.P,2002
 FARO, C. **Fundamentos da matemática financeira**. Editora Atlas. S.P, 2006.
 SAMANEZ, C. P. **Matemática financeira**. Editora Pearson. São Paulo, 2010.
 SAMANEZ, C. P. **Matemática financeira**. Editora Pearson. São Paulo, 2002.
 SICOOB, Poupança Sicoob - Disponível em: <<https://sicoob.com.br/web/sicoob-antigo/poupanca-sicoob>>. Acesso em: 29 de maio de 2017.
 SICOOB, RDC Sicoob - Disponível em: < <https://sicoob.com.br/web/sicoob-antigo/poupanca-sicoob>>. Acesso em: 29 de maio de 2017.
 TEIXEIRA, J. **Matemática financeira**. Editora Makron Books. São Paulo, 1998.
 VIEIRA SOBRINHO, J. D. **Matemática financeira**. Editora Atlas. São Paulo, 2006.
 VERAS, L. L. **Matemática financeira: Aplicações e análise de investimentos**. Atlas. S.P, 2005.

Trabalhos Orais apresentados no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2017.

Administração

Título: POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo de caso sobre a real dependência das famílias contempladas pelo bolsa família.

Autores: Fabio Cantuária Ribeiro e Ana Paula Rodrigues

Título: ANÁLISE DO IMPACTO DA LEI GERAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA, NAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE PORTEIRINHA - MG

Autores: Laila Kristina Lopes Mendes; Fábio Cantuária Ribeiro e Cléris Cristina Bibbo

Título: UMA ANÁLISE DAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS EGRESSOS DO CURSO ADMINISTRAÇÃO

Autores: Fábio Cantuária e Jordanne Cardoso Tolentino

Título: PERCEPÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE DE JANAÚBA-MG

Autores: Janine Moraes Pereira e Wesley Kenisson Rodrigues

Título: ANÁLISE CRÍTICA E LEITURA-DIAGNÓSTICO DO SISTEMA ORGANIZACIONAL DA FACULDADE VALE DO GORUTUBA – FAVAG, ATRAVÉS DAS METÁFORAS: máquina, orgânica, cérebro, cultural e política

Autor: Jônatas Percídio Silva Alves

Título: ANÁLISE DO IMPACTO GERADO NA MUDANÇA DO PROCESSO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS FISCAIS NA EMPRESA BRASNICA FRUTAS TROPICAIS: um estudo de caso

Autores: Adriana Souza Martins e Jônatas Percídio Silva Alves.

Título: INDICADORES DE DESEMPENHO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

Autores: Jônatas Percídio S. Alves e Bruno Queiroz Lopes

Título: AUDITORIA DA GESTÃO DA INOVAÇÃO: um estudo de caso na Faculdade Vale do Gorutuba

Autores: Cléris Cristina Bibbo; Jônatas Percídio S. Alves; Sandra Márcia de Carvalho Lopes; Welliton Roque Santos e Hellen Daiana Borges dos Santos

Trabalhos Orais apresentados no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2017.

Título: O ESTUDO DE CASO COMO MÉTODO DE PESQUISA: um esquema teórico na área da administração

Autor: Jônatas Percídio Silva Alves

Arquitetura

Título: UMA REVISÃO SOBRE OS BENEFÍCIOS DO USO DE JARDINS VERTICAIS NAS EDIFICAÇÕES, SEUS EFEITOS PAISAGÍSTICOS E DE CONFORTO AMBIENTAL

Autores: Janaina Faleiro Lucas Mesquita e Eliana Maria de Almeida Lacerda

Título: DESENVOLVIMENTO URBANO DA CIDADE DE JANAÚBA: a evolução física, social, ambiental, econômica, cultural e histórica como influência na construção da sua imagem

Autores: Matheus Bezerra Ribeiro e Rodrigo de Freitas Castro

Título: ARBORIZAÇÃO URBANA: um estudo de caso em praças públicas de Janaúba-MG.

Autores: Janaina Faleiro Lucas mesquita; Andreia Josenaide Seixas Oliveira Magalhães e Arley Figueiredo Portugal

Título: OS PROBLEMAS AMBIENTAIS NO RIO GORUTUBA E O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Autores: Ana Clara Silva Faria e Társis Valéria Marques Caires

Título: O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NA DISCIPLINA DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA, DO URBANISMO E DO PAISAGISMO I, DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA FACULDADE VALE DO GORUTUBA

Autor: Janaina Faleiro Lucas Mesquita

Direito

Título: ADOÇÃO: muito além de um perfil

Autores: Sanny Graziella Silveira Lopes e Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa.

Trabalhos Orais apresentados no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2017.

Título: A BUSCA DA CONFISSÃO NO PROCESSO INQUISITORIAL

Autores: Carlos Eduardo Serapião Aguiar e Mayza Caroline de J. Borges

Título: PROTEÇÃO DOS FILHOS: Alienação parental

Autores: Ana Paula Gabriel Getulio Dornelles da Rosa e Paula Belarmina Ramos Barbosa.

Título: BREVE COMPARAÇÃO ENTRE O SISTEMA PRISIONAL TRADICIONAL E O MÉTODO APAC

Autores: Cynara Silde Mesquita Veloso; Geraldino Teixeira Primo; Jéssica Conceição Lourenço e Wendhell Araújo Brito

Título: USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL: alternativa para regularização fundiária

Autores: Dênio Pinheiro de Carvalho e Wendhell Araújo Brito

Título: VIOLAÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS E O PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL: análise sobre o comércio de produtos “piratas” no município de Janaúba/MG

Autores: Francielle da Conceição Drumond Figueiredo; Larissa Souza Reis e Rhuan Patrick Pena Silva

Título: LIVRO “O CASO DOS EXPLORADORES DE CAVERNAS” NA ERA DO ATIVISMO JUDICIAL

Autores: Francielle da Conceição Drumond Figueiredo e Luiz Felipe de Sá Gomes

Título: UMA MEDIDA DE EFICIÊNCIA DOS ESTADOS BRASILEIROS NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE, UTILIZANDO DATA ENVELOPMENT ANALYSIS - DEA.

Autores: Lilian Bernadete Soares da Silva Oliveira e Thális Brito Oliveira

Título: MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS: conciliação e mediação

Autores: Marcos Paulo Oliveira de Jesus; Ana Karoline dos Santos e André Felipe Machado Costa

Título: A IMPORTÂNCIA DO VOTO CONSCIENTE

Autores: Marcos Paulo Oliveira de Jesus e Monique Ferreira Dias

Título: EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL, UMA AFRONTA A VIDA DA CRIANÇA

Autores: Marcos Paulo Oliveira de Jesus e Thamires Geovanna Gomes de Jesus

Trabalhos Orais apresentados no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2017.

Título: A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE DO SUJEITO CONSTITUCIONAL PARA O COSTITUCIONALISMO MODERNO.

Autor: Troy Steve Ribeiro

Título: ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO CONDENADO NO SISTEMA PRISIONAL TRADICIONAL E NA APAC

Autores: Edilene Santos; Cynara Silde Mesquita Veloso_e Sally Veruska de Lima Borges

Título: EXECUÇÃO CIVIL: O princípio da atipicidade das medidas executivas no Código de Processo Civil de 2015

Autores: Marcos Paulo Oliveira de Jesus e Jéssica Conceição Lourenço

Título: A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À ALIENAÇÃO PARENTAL

Autores: Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa; Ana Paula Sousa Moreira; Catieli Oliveira de Jesus Marques; Ian Denis Oliveira Pires e Jéssica Conceição Lourenço

Enfermagem

Título: INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO EM GESTANTES

Autores: Anne Karoene Silva Faria; Tamara Pereira da Silva; Geane E. Santo de Souza; Neurislaine Maria Souza; Bruna Leticia Santos Cruz e Gustavo Henrique Pinheiro

Título: LEISHMANIOSE VISCERAL: incidência de casos notificados em alguns municípios brasileiros de Minas Gerais

Autores: Anne Karoene Silva Faria; Anna Carolyn Cardoso; Maria Luiza Campos Oliveira e Regina Rodrigues Fagundes

Título: ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DA ÁGUA DE RIOS

Autores: Anne Karoene Silva Faria; Carla Jordana Nogueira Nunes; Carlos Alberto Gonçalves de Almeida; Dimalton Fábio Borges; Valquíria Fernanda R. De Oliveira e Warlen Oliveira Ferreira

Trabalhos Orais apresentados no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2017.

Título: DESCARTE INCORRETO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: contaminação Ambiental

Autores: Anne Karoene Silva Faria; Gabrielly Gomes da Silva; Fatieli Rodrigues Ramos e Vanessa Teixeira da Silva

Título: LIMPEZA, DESINFECÇÃO E TROCA DE SOLUÇÕES DAS ALMOTOLIAS.

Autores: Kennedy Anderson Souza Santos; Liliâne Martins de Souza ; Aline Ferreira Cruz; Leonardo Fernandes Ribeiro e Anne Karoene Silva Faria

Título: LIMPEZA DA UBS: uma questão de biossegurança

Autores: Juliana Najara Alcântara Ferraz ; Maria Luiza Campos de Oliveira; Regina Rodrigues Fagundes; Vaneci Azevedo Faria e Maria Sueli Alves Neves

Título: IMPLICAÇÕES DA INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO NA PREMATURIDADE E ABORTO

Autores: Anne Karoene Silva Faria; Maria Luiza Campos Oliveira; Anna Caroliny Cardoso; Regina Rodrigues Fagundes; Maria Sueli Aparecida Neves e Vaneci Azevedo Faria

Título: OS BENEFÍCIOS DO ALEITAMENTO MATERNO PARA O BEBÊ E A MÃE A PARTIR DAS PRIMEIRAS HORAS DE VIDA - UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Autores: Ariane Heloisa Freire de Menezes e Juliane Gois Vasconcelos

Título: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A FALTA DE CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO REFERENTE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JANAÚBA/MG

Autores: Kariny Alves Barboza; Geane E. Santos Souza; Gleice Fernandes da Cruz e Karla Taísa Pereira Colares

Título: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO TIFAC PELOS ACADÊMICOS DO CURSO DE ENFERMAGEM NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2016.

Autores: Kariny Alves Barboza; Kelly Cristiane de Carvalho Aragão Sousa; Karla Taísa Pereira Colares; Anne Karoene Silva Faria Bióloga e Roberto Allan Ribeiro Silva

Trabalhos Orais apresentados no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2017.

Título: PREVALÊNCIA DE AUTOMEDICAÇÃO NOS ACADÊMICOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE VALE DO GORUTUBA

Autores: Karla Taísa Pereira Colares; Fernanda Caroline Ramos Barbosa; Dielly Sinara de Jesus Dias e Mariana Brito Amarante

Título: FALHAS NA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS E DESINFECÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NA UBS DR. OSCAR MAURÍCIO PORTO

Autores: Kelly Menezes; Anna Carolyn Cardoso; Dalmácia de Souza Santos e Marta Silva Lourenço

Título: SALA DE REUNIÕES: sua importância enquanto estratégia diferencial na gestão coletiva na unidade básica de saúde Milton Borem

Autores: Marília Pereira Borges de Mendonça; Regina Rodrigues Fagundes; Anna Carolyn dos Santos e Maria Luiza Campos de Oliveira

Título: EQUIDADE NA SAÚDE BÁSICA: condições de trabalho e qualidade do atendimento dos usuários da UBS CLAYR ALVES DE ALMEIDA

Autores: Poliane O. R. Sakon; Isabela Monção Araújo; Jheovannia Brenda Aguiar Vieira; Joseph Bryan Aguiar Vieira; Rodrigo Nascimento Silva; e Wanderson Ruas Ribeiro

Título: SAÚDE NA PRAÇA: hipertensão arterial sistêmica na população de Janaúba-MG

Autores: Kennedy Anderson Souza Santos; Anelita Mendes de Oliveira; Maria de Fátima; Lidiane Gomes Rocha; Thallyson Henrique Ferreira Aguiar e Poliane Osmira Rodrigues Sakon

Título: DESCRIÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E DE MATERIAIS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE VILA SERRANÓPOLIS/ SÃO JOAQUIM

Autores: Poliane O.R. Sakon; Kesia Thaise da Silva; Ana Patrícia Antunes Ribeiro; Géssica Mayara dos Santos; Ana Carla Dias Teixeira; Atanielly Franceline de Oliveira; Lucibete Cristiane dos Santos; Marcos Costa de Oliveira e Naiara Mendes do Carmo.

Título: IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS, RECLAMAÇÕES DA UNIDADE DE SAÚDE MAURÍCIO MARTINS DA SILVA- JANAUBA-MG.

Autores: Poliane O.R. Sakon; Maria Alice De Oliveira; Dhiene Carolaine; Jeilton Silvera; Maria Fernanda Dos Santos Araújo; Mônica Silveira; Silvia Maria Vasconcelos.

Trabalhos Orais apresentados no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2017.

Título: FALTA DE INVESTIMENTO NA ESTRUTURA FÍSICA DA UBS PARTEIRA MARIA NEVES

Autores: Poliane O. R. Sakon; Paulo Vitor Costa Gualberto; Wesley Pereira da Silva; Jefferson Antunes Marques de Moraes; Adelmir Brito lima Junior; Eric Mateus Pereira Soares e João Paulo da Silva

Título: A INFLUÊNCIA DE VARIÁVEIS SOCIOECONOMICAS E DE RISCO NA AUTO PERCEPÇÃO DO ESTADO DE SAÚDE

Autores: Roberto Allan Ribeiro Silva e Poliane Osmira Rodrigues Sakon

Título: PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE UMA ASSOCIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JANAÚBA-MG

Autores: Poliane Osmira Rodrigues Sakon e Thallyson Henrique Ferreira Aguiar

Título: AUTO PERCEPÇÃO DO ESTADO DA SAÚDE DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE UMA ASSOCIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JANAÚBA-MG

Autores: Poliane Osmira Rodrigues Sakon e Thallyson Henrique Ferreira Aguiar

Título: ANÁLISE DA QUALIDADE DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E A PREVENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOENÇAS QUE A UNIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA ZACARIAS FARIAS VIEIRA OFERECE AOS SEUS USUÁRIOS

Autores: Poliane O. R. Sakon; Ayslla M. Barbosa; Jaqueline B. dos Santos e Ana Clara de J. Santos

Título: QUALIDADE NO ATENDIMENTO E INFRAESTRUTURA DA UBS WALDIR SILVEIRA NO BAIRRO DENTE GRANDE NA CIDADE DE JANAUBA

Autores: Poliane Osmira Rodrigues Sakon; Allan Klevyson; Fabricio Coelho discente; Dayane Geila; Giovana Madalena; Maicon Antonio e Vilany Gonçalves

Título: ANÁLISE DAS PRINCIPAIS INTERCORRÊNCIAS DURANTE A TERAPIA HEMODIALÍTICA EM PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA

Autores: Zilton Santos Neto; Raquel Fernandes Silva e Miriã Foster Oliveira

Título: ANÁLISE DA MORTALIDADE DOS PACIENTES SUBMETIDOS AO TRATAMENTO HEMODIALÍTICA

Autores: Zilton Santos Neto; Miriã Foster Oliveira e Raquel Fernandes Silva

Trabalhos Orais apresentados no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2017.

Título: FATORES RELACIONADOS A NÃO ADESÃO A PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DURVAL JOSÉ DE OLIVEIRA

Autores: Deise Caroline Antunes Silva; Bianca Maria Silva Soares Barbosa; Roberto Allan Ribeiro Silva e Talita Antunes Guimarães

Título: ALEITAMENTO MATERNO: Fatores que influenciam o desmame precoce

Autores: Zilton Santos Neto e Naiara Gomes Santos

Título: FATORES QUE INFLUENCIAM NA ESCOLHA DO PARTO CESAREO NO HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS FUNDAJAN

Autores: Zilton Santos Neto e Erika Viviany S. Nascimento

Título: FATORES RELACIONADOS À GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Autores: Zilton Santos Neto e Dyane Damascena Dias

Título: O PAPEL DA FAMÍLIA NO CUIDADO AO PACIENTE COM TRANSTORNO MENTAL PÓS REFORMA PSIQUIÁTRICA

Autores: Talita Antunes Guimarães; Ana Eloisa Ferreira Serafim; Érica Lorrany Freita; Gilsara Bianca Soares e Leide Daihane da Silva

Título: RELATO DE EXPERIÊNCIA PACIENTE ACAMADO COM DIAGNÓSTICO DE ÚLCERA POR PRESSÃO

Autores: Anelita Mendes de Oliveira; Kennedy Anderson; Lidiane Gomes Rocha; Maria de Fátima; Thallyson Henrique Ferreira Aguiar e Talita Antunes Guimarães

Título: A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM RELAÇÃO À CLASSIFICAÇÃO DE RISCO PELO PROTOCOLO DE MANCHESTER

Autores: Talita Antunes Guimarães; Camila Dheycimara Santos; Juliana Rodrigues e Talita Gomes Teixeira

Título: AUMENTO DE PARTOS CESÁREAS E OS FATORES QUE SÃO DETERMINANTES NA ESCOLHA DESSA VIA DE PARTO

Autores: Talita Antunes Guimarães; Carla Daniele P. Gonçalves; Elisvânia Costa Rocha e Selma Soares Rodrigues

Trabalhos Orais apresentados no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2017.

Título: CONHECIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM QUANTO AOS PROTOCOLOS DE RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR DE UM HOSPITAL PÚBLICO DO NORTE DE MINAS GERAIS

Autores: Cleiton Nunes Pereira e Talita Antunes Guimarães

Título: DIFICULDADES DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO CUIDADO AO PACIENTE COM TRANSTORNO PSIQUIÁTRICO

Autores: Talita Antunes Guimarães; Dan Kelvin Borges De Bem; Geise Kelly Da Cruz Soares; LetticiaRahyanne Menezes Silva e Wanderson Alves da Silva

Título: FATORES DE RISCO ASSOCIADOS À AUTOMEDICAÇÃO EM IDOSOS RESIDENTES NA CIDADE DE JAÍBA NORTE DE MINAS

Autores: Talita Antunes Guimarães e Elias Ribeiro Ferreira da Silva

Título: IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO ATÉ O SEXTO MÊS DE VIDA

Autores: Talita Antunes Guimarães; Emanuelle Samara da Mata e Fernanda Botelho Teixeira Alves

Título: UMA VISÃO A RESPEITO DO FAMILIAR CUIDADOR DE PACIENTES TERMINAIS

Autores: Talita Antunes Guimarães e Joice De Oliveira Brito Discente

Título: IMPORTÂNCIA DA REALIZAÇÃO DO EXAME PREVENTIVO DO CÂNCER CÉRVICO-UTERINO (PCCU) E EXAME CLÍNICO DAS MAMAS (ECM) PARA A DETECÇÃO PRECOCE DO CÂNCER DE COLO UTERINO E MAMAS

Autores: Talita Antunes Guimarães e Joselane Ferreira da Silva

Título: PRINCIPAIS FATORES RELACIONADOS À GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Autores: Talita Antunes Guimarães e Wanderson Alves da Silva

Engenharia Civil

Título: GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL(RCC)

Autores: Arley Figueiredo Portugal; Josias Vieira Braga e Igor da Silva Fernandes

Trabalhos Orais apresentados no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2017.

Título: RESÍDUOS SÓLIDOS: a problemática dos lixões no Brasil

Autores: Josué Gonçalves Sobrinho Filho e Arley Figueiredo Portugal

Título: A IMPORTÂNCIA DA CURA ADEQUADA DO CONCRETO NO NORTE DE MINAS

Autores: Aline Andressa Rodrigues dos Santos Piske; Fernando Dantas Fagundes; Diego Kauan Rocha Crepaldi; Bruno Rodrigues Pereira e Giancarlo Valter de Araújo Soares

Título: IMPACTO AMBIENTAL DO CONCRETO

Autores: Shantally Medeiros Viana e Arley Figueiredo Portugal

Título: CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL: projetos residências sustentáveis

Autores: Arley Figueiredo Portugal; Alan José Marques; Cícero Eduardo F. Miranda; Hemerson Patrick e Thiago Alexsander

Título: COMPOSIÇÃO GRAVIMÉTRICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE JANAÚBA-MG

Autores: Arley Figueiredo Portugal; Jakson Fernandes de Souza e Fredson Reis Silva

Título: DEMOLIÇÃO DA OBRA DE FORMA SUSTENTÁVEL

Autores: Arley Figueiredo Portugal; Vitor Aguiar Silva e Vanderlei Campos

Título: GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CONSTRUÇÃO

Autores: Arley Figueiredo Portugal; Matheus Cardoso Lima; Leandro Souza Brito; e Thiago Henrique Souza De Oliveira Fernando Soares

Título: HISTÓRIA DA ENGENHARIA LIGADA AS PONTES

Autores: Deilda Mendes Souza; Paola Lorena Miguel; Maria Carolina Vasconcelos e Arley Figueiredo Portugal

Título: O USO DO BIM COMO METODOLOGIA DE INTEGRAÇÃO ENTRE PROJETOS E GERENCIAMENTO DE OBRA

Autores: Hébert Mayco Mendes Alves e Rayane Bruna Marques Alves

Título: DURABILIDADE DO CONCRETO ARMADO

Autores: Inácio Santiago de Oliveira Queiroz e Alaisa Soares Silva

Trabalhos Orais apresentados no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2017.

Título: AVALIAÇÃO DO CICLO DE VIDA DO CONCRETO ESTRUTURAL COM SUBSTITUIÇÃO DO CIMENTO POR 5% DE SÍLICA ATIVA

Autores: Inácio Santiago de Oliveira Queiroz e Geórgia Durães Corrêa

Título: AVALIAÇÃO DO EFEITO DA SUBSTITUIÇÃO DO CIMENTO PORTLAND PELA SÍLICA ATIVA DE UMA INDÚSTRIA SIDERÚRGICA AO CONCRETO CONVENCIONAL

Autores: Inácio Santiago de Oliveira Queiroz e Thyago De Souza Campos Matos

Título: SÍLICA ATIVA NO CONCRETO: melhores propriedades, maior economia e sustentabilidade.

Autores: Inácio Santiago de Oliveira Queiroz e Maria Joaquina Cardoso Souza

Título: COMPÓSITO À BASE DE ÓLEO DE ALOE VERA L., FÉCULA DE MANDIOCA E FIBRA DE COCO

Autor: Maria Fernanda Silveira Sales

Título: ELABORAÇÃO DO PROTÓTIPO DE UMA MINI ESTAÇÃO METEOROLÓGICA (MEC)

Autores: Willer Fagundes de Oliveira e Leandro Souza Brito

Título: RECICLAGEM DE RESÍDUO DE BORRACHA EPDM (EPDMR): EFEITO DA ADIÇÃO DE RESÍDUO DE EPDM-R NAS PROPRIEDADES MECÂNICAS DE COMPOSIÇÕES VULCANIZADAS DE EPDM CONTENDO EPDM MODIFICADO COM ÁCIDO DODECILMERCAPTOTIOL.

Autores: Genilson Caldeira Santos; Hudson Batista Carvalho; Danitiele Mendes Santana e Rhamony Amélia Cordeiro Sermões

Pedagogia

Título: PESOS E MEDIDAS USUAIS NO VALE DO JEQUITINHONHA E NORTE DE MINAS

Autores: Alaor Leão Rocha e Sílvio Carlos de Melo

Trabalhos Orais apresentados no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2017.

Título: A INTERATIVIDADE NA APRENDIZAGEM: um estudo de caso na metodologia ativa

Autor: Zulma Ferreira de Souza

Título: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A GESTÃO ESCOLAR: um novo olhar

Título: Anne Karoene Silva Faria e Denise Silva de A. Morais

Título: A EDUCAÇÃO NO CÁRCERE: SUA INFLUENCIA NA RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO

Autores: Edilene Santos Silva e Aline Martins de Souza

Título: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA PRESO NA APAC (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS)

Autores: Edilene Santos Silva; Cynara Silde Mesquita Veloso e Mariele Raiane Oliveira Silva

Título: INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN: o papel da família

Autores: Janine Morais Pereira e Joyce Adriane Mendes Barbosa

Título: CURSINHO SOCIAL PARA DESCENDENTES DE QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE JANAÚBA “CURSINHO JOÃO DE BARRO”

Autores: Otaviano de Oliveira Filho; Zulma Ferreira de Souza e Cleudenor Mendes Ferraz

I SEMANA DE CÁLCULO CONTEXTUALIZADO

Título: RESFRIAMENTO DE UM PRÉDIO COMERCIAL

Autores: Geancarlo Almeida Antunes e Josué Gonçalves

Título: FAIXA ETÁRIA EM QUE OS EMPREENDEDORES DE PORTEIRINHA – MG FORMALIZAM SUA EMPRESA

Autores: Alaor Leão Rocha e Bruna Cristine Santos Mendes

Trabalhos Orais apresentados no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

Certificamos que os trabalhos abaixo relacionados foram apresentados na modalidade APRESENTAÇÃO ORAL, no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG, ocorrido no dia 13 de Junho de 2017.

Título: ANÁLISE DA DEMANDA DOS ROTEIROS DE VIAGEM DA EMPRESA TURISMO E CIA

Autores: Alaor Leão Rocha e Carolina Oliveira Rocha

Título: PESQUISA DE MERCADO: Levantamento da idade dos clientes que consultaram no CDV de Mato Verde no mês de Abril 2017

Autores: Alaor Leão Rocha e Geraldo Wagner Soares Oliveira

Título: PESQUISA VIABILIDADE DE FECHAMENTO PARA HORÁRIO DE ALMOÇO EM UMA EMPRESA

Autores: Alaor Leão Rocha e Jálison Nilo Rodrigues Cardo

Título: VENDAS DE TUBOS FEITAS NO MÊS DE JANEIRO DE 2017 PELAS EMPRESA ALX

Autores: Alaor Leão Rocha e Joao Marcos F. Santos

Título: PESQUISA DE MERCADO
LEVANTAMENTO DE DADOS DOS NÚMEROS DE CALÇADOS DOS CLIENTES DA EMPRESA BETA

Autores: Alaor Leão Rocha e Lauro Henrique Santos

Título: SAÍDA DE MATERIAIS DA EMPRESA XXX, EM ABRIL DE 2017

Autores: Alaor Leão Rocha e Jeferson Borges Lima

Título: CONSÓRCIO X FINANCIAMENTO:
VANTAGENS E DESVANTAGENS DE CADA MODALIDADE

Autores: Paulo Cesar Costa; Bruna Cristine Santos Mendes; Carolina Oliveira Rocha; Josana Maria de Jesus Nunes e Josenilde Mendes Oliveira

Título: POUPANÇA X APLICAÇÃO (RDC)Comparativo entre as duas modalidades

Autores: Paulo Cesar Costa; Daniel Batista Cordeiro; Jalison Nilo Rodrigues Cardoso; Joao Marcos F. Santos e Lauro Henrique Santos

Título: ANÁLISE DA ESTABILIDADE DO MÉTODO EXPLÍCITO PARA DISCRETIZAÇÃO DE EQUAÇÕES DIFERENCIAIS PARABÓLICAS POR MEIO DE DIFERENÇAS FINITAS

Autores: André José Pereira; Michelly Martins Ferreira e Stefânia Lima Marciano

Trabalhos Orais premiados no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

Administração

Título: UMA ANÁLISE DAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS EGRESSOS DO CURSO ADMINISTRAÇÃO

Autores: Fábio Cantuária e Jordanne Cardoso Tolentino

Arquitetura

Título: UMA REVISÃO SOBRE OS BENEFÍCIOS DO USO DE JARDINS VERTICAIS NAS EDIFICAÇÕES, SEUS EFEITOS PAISAGÍSTICOS E DE CONFORTO AMBIENTAL

Autores: Janaina Faleiro Lucas Mesquita e Eliana Maria de Almeida Lacerda

Direito

Título: A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À ALIENAÇÃO PARENTAL

Autores: Ana Paula Gabriel Getúlio Dornelles da Rosa; Ana Paula Sousa Moreira; Catieli Oliveira de Jesus Marques; Ian Denis Oliveira Pires e Jéssica Conceição Lourenço

Enfermagem (empate na nota final)

Título: PREVALÊNCIA DE AUTOMEDICAÇÃO NOS ACADÊMICOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE VALE DO GORUTUBA

Autores: Karla Taísa Pereira Colares; Fernanda Caroline Ramos Barbosa; Dielly Sinara de Jesus Dias e Mariana Brito Amarante

Título: ANÁLISE DA MORTALIDADE DOS PACIENTES SUBMETIDOS AO TRATAMENTO HEMODIALÍTICA

Autores: Zilton Santos Neto; Miriã Foster Oliveira e Raquel Fernandes Silva

Engenharia Civil

Título: AVALIAÇÃO DO EFEITO DA SUBSTITUIÇÃO DO CIMENTO PORTLAND PELA SÍLICA ATIVA DE UMA INDÚSTRIA SIDERÚRGICA AO CONCRETO CONVENCIONAL

Autores: Inácio Santiago de Oliveira Queiroz e Thyago De Souza Campos Matos

Trabalhos Orais premiados no II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica da FAVAG

Pedagogia

Título: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA PRESO NA APAC (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS)

Autores: Edilene Santos Silva; Cynara Silde Mesquita Veloso e Mariele Raiane Oliveira Silva

I Semana de cálculo contextualizado

Título: ANÁLISE DA ESTABILIDADE DO MÉTODO EXPLÍCITO PARA DISCRETIZAÇÃO DE EQUAÇÕES DIFERENCIAIS PARABÓLICAS POR MEIO DE DIFERENÇAS FINITAS

Autores: André José Pereira; Michelly Martins Ferreira e Stefânia Lima Marciano